

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL - PPGHIS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS  
MESTRADO ACADÊMICO

JOABE ROCHA DE ALMEIDA

## A REVOLUÇÃO QUE SE QUER:

Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís em tempos de Regime Civil-Militar



O Presidente JOÃO GOULART falou durante uma hora sobre a necessidade das reformas, as quais iniciou com a assinatura de três importantes decretos.



Dir. Resp. Dep. ALBERTO AROUD — ANO III — N.º 711  
São Luís-Maranhão, 14/3/1964 (SABADO)

O povo brasileiro sabe o que quer. Apesar da proibição imposta pelo governador Lacerda e das restrições feitas pelas chamadas "classes produtoras" a fim de que ninguém fosse a Central do Brasil, mais de cem mil pessoas se deslocaram para a cidade local onde ocorreu a palavra do Presidente da República e onde foram assinados o decreto da SUPRA, a emancipação de Caxupua e o tabeleamento dos ataguais.



Bandeira Tribuzzi e José Sarney, fundadores do Estado, sob o olhar de D. Kléia Sarney



SÃO LUÍS-MA  
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL - PPGHis  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS  
MESTRADO ACADÊMICO

JOABE ROCHA DE ALMEIDA

**A REVOLUÇÃO QUE SE QUER:**  
Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís  
em tempos de Regime Civil-Militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGHis, para o título de Mestre em História Social.

*Orientadora:* Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.

*Área de Concentração:* História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes.

*Linha de Pesquisa:* Poderes, Política e Sociabilidades.

SÃO LUÍS-MA  
2021

JOABE ROCHA DE ALMEIDA

**A REVOLUÇÃO QUE SE QUER:**

Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís  
em tempos de Regime Civil-Militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História Social – Mestrado Acadêmico, da  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGHis,  
para o título de Mestre em História Social.

*Orientadora:* Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes  
Oliveira.

*Área de Concentração:* História e Conexões Atlânticas:  
culturas e poderes.

*Linha de Pesquisa:* Poderes, Política e Sociabilidades.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira**  
UFMA/PPGHis (*Orientadora*)

---

**Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera**  
UFMA/PPGHis (*Membro interno*)

---

**Prof. Dr. João Batista Vale Júnior**  
UESPI/Campus Torquato Neto (*Membro externo*)

---

**Prof. Dr. Lyndon de Araujo Santos**  
UFMA/PPGHis (*Membro interno*)

SÃO LUÍS-MA  
2021

Dedico cada linha, pontos e vírgulas a minha mãe:  
Marilene Rocha.  
Aguerrida em todas as circunstâncias da vida.

## AGRADECIMENTOS

Todo ofício de escrita passa pelo processo da dor, ainda que tenhamos também aquelas alegrias quando encontramos na fonte a informação que se encaixa perfeitamente no que estávamos procurando ou quando concluído cada parágrafo e etapa objetivada. Durante a construção nos deparamos com vários obstáculos. Disse Carlos Drummond de Andrade em um dos seus mais conhecidos poemas que “no meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho”. Numa dissertação e tese, que levam dois e quatro anos, respectivamente, para serem concluídas, encontramos nossas pedras – grandes e pequenas – no decorrer da trajetória. Cada pessoa tem suas dores e alegrias específicas e em algumas situações não há como compartilhar o que sentimos.

Fomos pegos no início de 2020 por uma pandemia (covid-19) que abalou o mundo inteiro. Instituições e estabelecimentos fechados com as regras das quarentenas. As coletas de informações nos jornais que estavam transcorrendo tranquilamente na Biblioteca Benedito Leite foi interdita. Daí começaram a surgir os problemas no recorte temporal e objetivos da pesquisa. Tive que mudar os planos duas vezes devido à falta de documentação. O terceiro capítulo, que já não conseguia desenvolver devido as dificuldades de compreensão e interpretação no que eu tinha proposto, ficaria ainda mais difícil de tecê-lo com a paralisação do acervo público.

O período mais crítico foi nos tempos chuvosos em que tive crise alérgica, misturado com gripes e um problema de queda de imunidade que os exames não descobriam os motivos. Apenas alertava para uma possível infecção na corrente sanguínea. Com números de mortes aumentando e pessoas próximas partindo para outra vida, e já com mais de dois meses debilitado, com tosses secas, fraquezas, imunidade fraquíssima, veio uma forte ansiedade e um estado que em algum momento da minha pesquisa seria atingido pelo vírus e não conseguiria concluir o mestrado. Não conseguia ler, escrever, raciocinar e nem dormir. Muitas noites buscando dormir sob a claridade da luz com pânico do escuro. Era eu, o silêncio e bons diálogos com Deus. Foram aproximadamente quase quatro meses buscando soluções para o problema de saúde e me livrar do estado de ansiedade. Mas consegui reverter o quadro. Procurei tratamentos físicos e psicológicos para enfrentar esse tempo sombrio.

Logo que me recuperei, fui limpar as poeiras das estantes de livros que uns meses parado tinha acumulado sujeitas, ácaros e fungos. A dissertação ainda estava na metade do caminho e não podia mais esperar. Foi nesse momento de limpeza que peguei uma bactéria

ocular. 23 dias com lacrimejamentos, vermelhidão no olho direito. Como já havia feito muitos rascunhos no caderno, pedi para meu amigo Ermeson Rodrigues digitar enquanto eu me recuperava. Ainda assim, mais um mês parado seria outro atraso daqueles de sentar na beirada da cama e querer abandonar de vez o barco. Largar o remo e deixar ele ir por conta própria. Parecia que não iria produzir quase nada em 2020, já metade do ano tinha ido embora. Contudo, resiliência parece que é uma das poucas qualidades que eu tenho. Diante dos infortuno me redobrei nas madrugadas, busquei equilíbrio e mantive a esperança sempre comigo. Acredito que tem um dedo de Deus que não me deixou pegar o vírus e me permitiu enxergar novas estruturas na dissertação.

Como o desemprego se fez presente, faltando dinheiro para manter minhas necessidades básicas, não pude rejeitar algumas oportunidades rápidas de trabalho, como dar aulas numa escola municipal, por exemplo, corrigir trabalhos acadêmicos. Também estudei para uns concursos e seletivos da área de docente, bem como fui um dos organizares de dois livros recentemente lançados: *História ontem & hoje: relações de Poder, Cultura e Práticas Religiosas* (2019, Editora Fi) e *Campos cruzados: questões histórico-sociais & antropológicas em debate* (2020, Editora Cancioneiro/EDFUMA). Tudo isso influenciou nos atrasos.

O preço de tudo isso foi pago na entrega final: a defesa que estava prevista para ser em março de 2020, resultou em um ano a mais fora dos prazos estabelecidos pelo PPGHis/UFMA. Tenho a obrigação de pedir minhas desculpas ao Programa em História Social da UFMA.

Um grande colega e que foi meu professor acadêmico nos tempos de graduação na UEMA/Campus Caxias, Francisco Lopes da Silva Filho (atualmente doutorando em História, Ensino e Narrativa pela UEMA/Campus São Luís), disse as seguintes palavras assim que passei na seleção: “não deixe a mosca-azul da ignorância tomar conta de ti por causa do mestrado”. Bem que ele estava certíssimo. Durante a caminhada somos tomados por vaidades acadêmicas, pelos desdêns de superioridades, por brigas e disputas intelectuais (e pseudo-intelectuais) que não nos levam a lugar algum. Do contrário, olhar no espelho e tocar na consciência de que não somos nada, não sabemos quase nada do necessário. É justamente pensando nesta frase e tomando ela como base, ainda que aqui e acolá eu fraquejei, tosquenejei – que hoje eu posso dizer que jamais poderia chegar à reta final do curso sem mencionar as ajudas de muitas pessoas. E Foram muitas!

A primeira mão estendida foi – com a fé que tenho – a do meu criador de tudo: Deus.

Neste exato momento, um trecho da música “Sujeito de Sorte”, composta por Belchior, me faz repensar a presente data e que muitas vezes no centro da cidade eu lembrava dela quando me via próximo de entregar a dissertação à banca: “Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte / Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte / E tenho comigo pensado Deus é brasileiro e anda do meu lado / E assim já não posso sofrer no ano passado”.

À minha família pelo apoio de sempre: as orações dos meus pais, pedindo a proteção de Deus nas minhas viagens e que eu conseguisse atingir meus objetivos. Aqui entrego um trabalho de superação em todos os sentidos da vida a vocês.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa financeira durante todo o percurso do curso. Senão fosse por este apoio eu jamais teria conseguido terminar nem a metade das disciplinas. Com o dinheiro da bolsa pude pagar minhas viagens, comprar muitas obras clássicas que eu sonhava ter durante minha graduação, participar de eventos acadêmicos fora do meu estado. Viva sempre o incentivo de bolsas financeiras de estudos aos diversos pesquisadores espalhados pelo Brasil.

Uma pessoa a quem devo respeito, agradecimentos pelas compreensões durante a escrita, dando suporte teórico-metodológico, se trata da minha orientadora Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira. No meio acadêmico criamos a concepção que orientandos e orientadores não se entendem, que há fragmentações quando buscam chegar num denominador comum e incompreensões de ambas as partes. Se estas histórias são verdadeiras (o que depois de ouvir e presenciar vários relatos não deixa de ser verdade), sempre encontramos as exceções. Eis aqui uma exceção. Perdoe-me se eu não cheguei a corresponder em todas as expectativas depositadas em mim. Busquei dar o meu melhor e, ainda sim, sei que não fiz, que não consegui. Deixo em poucas palavras minhas sinceras desculpas.

Aproveitando o ensejo de orientações e críticas construtivas, agradeço aos professores convidados que fizeram parte da banca de defesa: Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera (UFMA), Prof. Dr. Lyndon de Araujo Santos (PPGHIS/UFMA) e Prof. Dr. João Batista Vale Júnior da UESPI/Campo Torquato Neto. No caso deste, ainda quando eu buscava fazer minha problemática e melhorias nos objetivos do projeto para participar da seleção o mesmo já me dava dicas importantes na Biblioteca da UEMA/Campus Caxias. Durante o mestrado me deu outras importantes dicas de referências bibliográficas.

Sou grato também ao Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho (PPGHIS/UFMA), que embora não fizesse parte da banca ou co-orientação, posso garantir que em muitos momentos acabou ajudando. Principalmente no meu primeiro capítulo a entender o sentido histórico e

significado de revolução. Foram muitos diálogos, trocas de opiniões e de materiais acadêmicos. Alguns pontos divergentes e de convicções diferentes. Mas academia deve ser formada justamente pela pluralidade de pensamentos, ou como costume dizer: pela democracia intelectual. Desde, claro, o que estejamos defendendo não fira os princípios da igualdade, justiça, da intolerância da cor, religião, sexualidade, político etc. Desde que também não venhamos construir inverdades históricas ou revisionismo que esconda manchas do passado. Tirando isto, não há coisa mais bela do que presenciar um debate de lados opostos, contudo, saudáveis e com fins de interesse do bem social.

Agradeço minha turma do mestrado. Todos são pessoas incríveis, ajudaram de alguma forma, trocando várias experiências e momentos importantes comigo, em especial estes: Mário Augusto, Jandson Joubert, Izael Costa, Messias Cardozo e Silvan Mendes. Em relação a estes dois últimos tive ainda mais convivências. Até hoje, mesmo já depois de mais de um ano encerrado as disciplinas no Programa, compartilhamos alegrias, as brigas (que não podem faltar, risos), as ajudas recíprocas em termos de publicações acadêmicas e já me socorreram em situações complicadas. Não poderia de mencionar Teresa Cristina. Grande amiga que tive o privilégio de conhecer nesta turma. Ajudou-me tanto nas aulas, nas conversas e conselhos sobre a pesquisa e sempre mostrando de alguma forma preocupação por mim. Vocês não me devem nada. Eu que tenho alta dívida com todos.

À profa. Etelvina, uma grande mulher de respeito e vencedora. Hospedou-me em seu condomínio quando fui fazer a seleção. Nunca esquecerei dos momentos quando eu estava nos primeiros meses longe da cidade natal, num estado melancólico, ansiedades, sentindo-me para baixo e incapaz de fazer um mestrado, você me ajudou muito com boas conversas de experiências e sabedorias na Praia Litorânea.

Ao Sales Silva. Conhecemo-o desde minha adolescência. Morando em São Luís – grande Auditor Fiscal do Estado – me hospedou no período da seleção e, posteriormente, passei a conviver em seu condomínio por uns meses. Nunca me cobrou nada pela estadia. Perdoe-me as bagunças, desorganizações e alguns vícios na sociabilidade. Tudo era muito novo para mim. As adaptabilidades culturais e do que aqui chamo de “civilização do outro” são cruéis quando estamos distantes do nosso *habitat social*, meu amigo. Meu muito obrigado! E nem preciso dizer “que Deus te recompense”, pois isto já vem acontecendo de forma magnífica na sua vida e de sua família, desde quando precisou dormir mais tarde do que todos e acordar antes do raiar do sol.

Ao meu amigo Ermeson Rodrigues. Ajudou-me muito, até mesmo financeiramente quando eu não tinha ainda a bolsa da CAPES e já havia esgotado todo o dinheiro para viajar

e comprar comida. Quando eu estava sem ânimo e desesperançoso para ir fazer a etapa da prova escrita, insistiu para que eu fosse, dando-me forças. Vivi para ver você passando no concurso e assumindo o desejado cargo público no ofício de professor. Rapaz, sua amizade é mais valiosa do que as riquezas materiais!

Agradeço à Ana Letícia Góes. Minha princesa ribeirinha: “*E agora, Joabe? Quando é que você retornará de São Luís?*”. Meu muito obrigado pelos aconchegos em vários momentos do processo do mestrado. Os encontros e os simples passeios foram substanciais para que eu pudesse manter a tranquilidade e sanidade durante a escrita da pesquisa. Suas preocupações para comigo estão todas guardadas em minha memória.

Não posso deixar de agradecer ao Cláudio Dorta e sua esposa. Quantas vezes não tinha internet em casa e, precisando estudar para a seleção de mestrado, vocês me deixavam ficar à vontade no computador, baixando arquivos, lendo etc. Quando precisei imprimir minha cópia do livro “*Escritos em Migalhas*”, você se prontificou de dar um jeito. Atitude nobre, meu amigo. Sempre acreditou que uma hora eu iria conseguir entrar no Mestrado, mesmo vendo as falhas batendo na minha porta. Valeu!

Uandeson Duarte. Uma grande pessoa. Homem de Deus. Em poucas semanas que estive hospedado em São Luís, ajudou-me como pode sem nunca ter me visto antes. Aí descobrimos que não estamos sós nesta vida. Deus sempre coloca os seus para nos orientar, mesmo quando nós não somos merecedores. Obrigado pelo café da manhã naquele dia que eu não estava bem psicologicamente, caronas de Caxias a São Luís e vice-versa. Guardo sempre os bons conselhos e as boas conversas de ânimo.

À Francis Salazar. Atualmente mestra em História do Brasil (UFPI). Amiga dos tempos de graduação e que me ajudou demais a passar no mestrado. Repassou todas as suas experiências de vida acadêmica do seu mestrado na UFPI, me auxiliando com fontes. Desde sempre foi guerreira, destemida. Serei grato por tudo e nunca deixarei de agradecê-la.

Ao Edinaldo Rodrigues de São Luís, grande fotógrafo de documentos hemerográficos. Socorreu-me diversas e diversas vezes quando fiquei sem poder coletar alguns recortes dos jornais impressos na Biblioteca Pública Benedito Leite, por razões da falta de hospedagem. Edinaldo, não tenho palavras para agradecer ao que você fez pela minha pesquisa.

Ao Lailson Sousa. Grande historiador da historiografia maranhense, principalmente sobre o vitorinismo. Agradeço imensamente pelos empréstimos dos livros. Sei bem que emprestar nossos materiais acadêmicos não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata de uma obra rara como é o livro de Maria Núbia Bonfim *Do Velho ao Novo: Política e Educação*

*no Maranhão*. Os debates que tivemos acerca do meu tema foram valiosos para eu repensar muitas coisas na minha escrita.

Aos docentes de minha cidade natal Caxias-Maranhão:

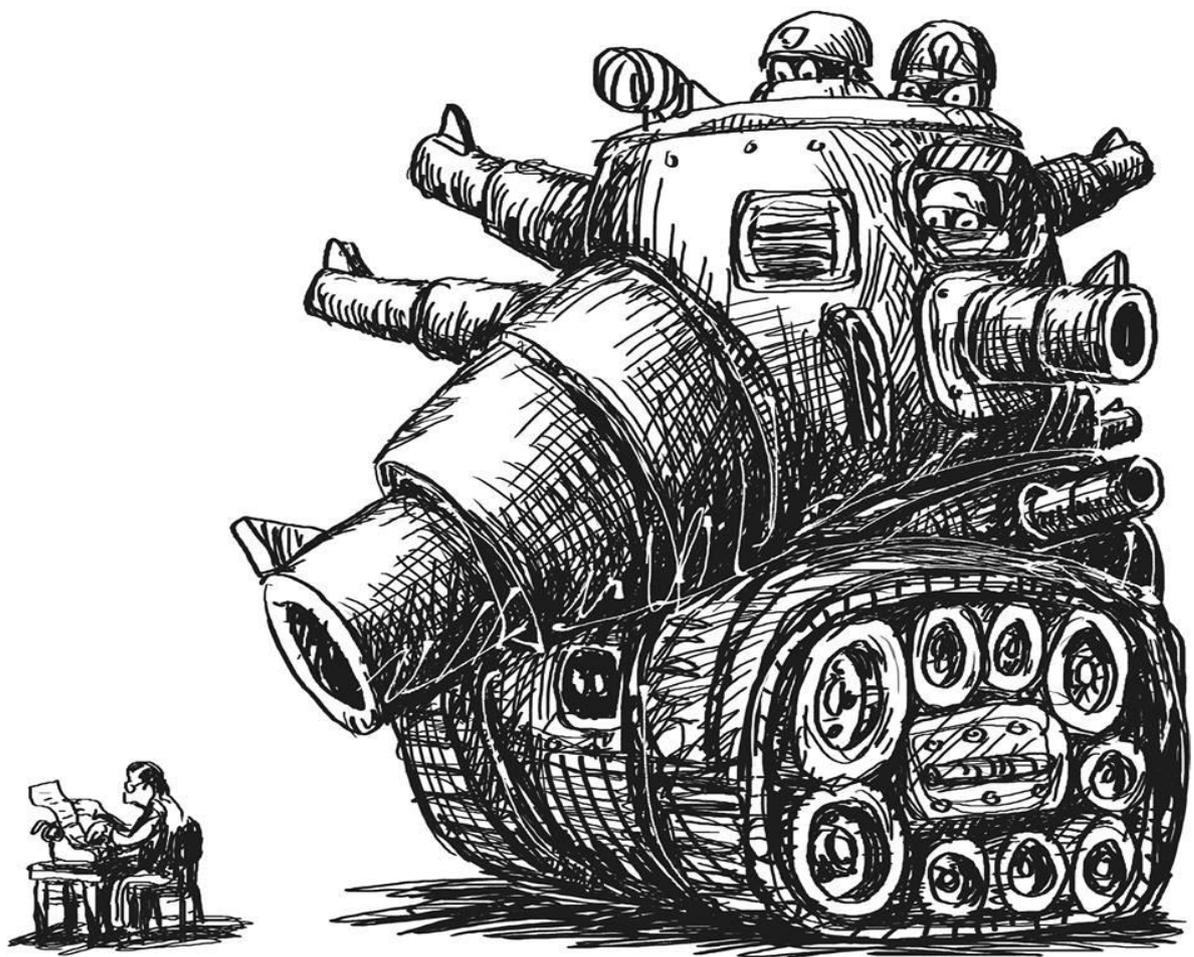
Profa. Marilene Moraes que ajudou na medida do possível comprando os livros que eu precisava para fazer a prova escrita. As palavras de aconselhamento, experiências de vida e de como sobreviver diante desse mundo feroz, guardo até hoje. Devo muito coisa para a senhora. Deus lhe recompense, minha amiga.

Ao Prof. Dr. Jakson Santos Ribeiro por corrigir algumas vezes meu projeto do mestrado antes de enviar para a seleção. Deu suporte teórico-metodológico adequado nele e, assim, foi possível ter uma melhor colocação na etapa. Já me ajudou em outras situações também, com palavras de ânimo e apontando meus erros e defeitos dentro da academia para que eu pudesse melhorar. Ajudou até em termos financeiros socorrendo a publicação final do livro *Campos Cruzados*. Sobre ti só tenho a dizer: “tu és um cara de bom coração”.

À Profa. Dra. Jordânia Maria Pessoa e à Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso. Ambas estiveram comigo fazendo uma simulação de entrevista do projeto, o que sem sombra dúvidas foi decisivo para entender o processo das perguntas e o que poderia responder. Possibilitando ver as falhas na minha escrita. Se isto não tivesse acontecido talvez teria reprovado. Não tenho palavras para agradecer pelo apoio e confiança.

À Profa. esp. e Diretora do Museu da Balaida, Mercilene Barbosa. Uma mulher de grande humildade e simplicidade ímpar. Sempre com olhar e semblante contagiante. Deu-me forças e encorajamento para ir, seguir em frente. As portas do Museu sempre estiveram abertas para eu me acomodar na mesa e produzir. “Joabe, meu filho. Sempre que quiser estudar aqui pode vir”. Todas as vezes que já precisei de um documento ou livro ela nunca me negou emprestar. Meu muito obrigado de coração, grande Merci!

A lista é grande e sei que nomes faltaram. Aos que não foram citados, peço perdão.



Foca Cruz. A literatura escancarada. Ame-a ou deixe-a.  
*Jornal Cândia*, 14 de janeiro de 2014, nº 32.

*Continuamos olhando para esta “Operação Limpeza” que veio sob registro deste dispositivo revolucionário chamado ATO INSTITUCIONAL. Esta resolução de autoria do Comando Supremo da Revolução jogou por terra a chamada intocabilidade da Constituição. A nossa Carta Magna ficou e está esvaçada. E o Congresso “decretando” as convocações, aceitou, sem esperar, sem um protesto a “valorização do ATO INSTITUCIONAL” que se tem transformado num instrumento perigoso, alastrando por toda a parte o pânico e o terror. A “Operação Limpeza” entrou em função com a fúria duma ação repressora que já está atingindo o absurdo, o demasiado. Acabemos com os comunistas, certo. Mas não acabemos com a paz [...]. Acabemos com os comunistas, certíssimo. Mas não acabemos com o direito que nos assiste de exigir que haja um profundo sentir de amor ao próximo, de valorização desta coisa que se chama solidariedade moral [...].*

(MORAES, Paulo Nascimento. Salvemos a Democracia. Jornal do Dia, São Luís, Maranhão, 18 de abril de 1964, p. 3).

*Agora já não se fala mais em Jango. E o que passou, passou... Agora, com a chamada “Revolução Democrática” deve haver, não apenas a execução da tal “Operação Limpeza” mas, sobretudo a limpeza no setor administrativo vasculhando tudo, devassando tudo, moralizando tudo. É preciso acabar de vez com o processo condenável das acomodações e das tolerâncias criminosas.*

(MORAES, Paulo Nascimento. O Que o Povo Está Esperando. Jornal do Dia, São Luís, Maranhão, 21 de abril de 1964, p. 3).

## RESUMO

Este estudo que propõe historicizar os jornais impressos, não apenas dar ao documento um valor histórico, mas também problematizar os conflitos e interesses que fluem de dentro dos jornais, reflexos das interferências internas (grupos dominantes que produzem e manipulam os impressos) e externas (sociedade em geral, público-leitor e as agitações sociopolíticas e econômicas), tem como objetivo analisar alguns jornais maranhenses, dentre eles o *Jornal Pequeno*, *Jornal do Maranhão* e, em especial, o *Jornal do Dia*, recortando o período do Regime Civil-Militar, focalizando os discursos (intenções) político-ideológicos e as relações de poder que foram geradas a partir das narrativas. Ao enxergar o *dito* e o *não-dito* por trás das construções discursivas dos periódicos será possível identificar as posições contraditórias em relação ao projeto político do *processo revolucionário*. Para que eu pudesse chegar a algumas respostas, mesmo que de interpretação do meu olhar sobre as fontes pesquisadas, tive que entender que uma disputa semântica estava em jogo não apenas na imprensa. Existiram duas narrativas que se digladiavam a todo instante antes e depois de março de 1964: de um lado, estava o acervo acadêmico dos intelectuais contra a burguesia imperialista e a classe liberal-conservadora, classificada de narrativa das esquerdas ou narrativa marxista; na outra margem, uma produção escrita pelos punhos daqueles que buscaram construir outro tipo de verdade e imagem sobre a renúncia de Jânio Quadros - a instabilidade que derrubou João Goulart, o enaltecimento dos político-militares, e que neste período aconteceu, sem dúvida alguma, um Contragolpe, uma Revolução Democrática e um *processo revolucionário*, denominada de narrativa da direita ou narrativa liberal-conservadora. Trilhando por esse viés, é possível sustentar a inferência que durante o Governo ditatorial dos presidente-generais, a imprensa da Ilha São Luís ficou dividida entre aqueles que combateram e os que ficaram do lado dos Chefes das Forças Armadas, como também que tais discursos de posicionamentos estavam refletidos em muitos momentos por interesses específicos, pelo jogo político, e que a todo instante produziam opiniões sobre como estava se estruturando o poder civil-militar, com discursos ideológicos que fossem capazes de orientar a sociedade a apoiar o movimento contra João Goulart. Como trabalhar com jornais é vivenciar uma complexa teia de análises, significações e sentidos, o aporte teórico-metodológico mais eficaz para direcionar esta pesquisa insere-se na Análise de Discurso. Neste sentido, me apoiei em três autores importantes que buscaram desenvolver os enunciados (verbal e não-verbal) a partir da ideia de que eles são carregados de sentidos e de forças interiores e exteriores: Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime Civil-Militar; Discursos político-ideológicos; Jornais Impressos; Narrativas contraditórias; São Luís-MA.

## RESUMEN

Este estudio que propone historizar los periódicos impresos, no sólo para dar al documento un valor histórico, sino también para problematizar los conflictos e intereses que fluyen desde el interior de los periódicos, reflejo de las interferencias internas (grupos dominantes que producen y manipulan los periódicos impresos) y externas (la sociedad en general, lectores y agitaciones socio-políticas y económicas), tiene como objetivo analizar algunos periódicos de Maranhão, entre ellos *el Jornal Pequeno*, el *Jornal do Maranhão* y, en particular, el *Jornal do Dia*, cortando el período del Régimen Civil-Militar, centrándose en los discursos político-ideológicos (intenciones) y las relaciones de poder que se generaron a partir de las narrativas. Al ver lo que *se dijo* y lo que *no se dijo* detrás de las construcciones discursivas de las publicaciones periódicas, será posible identificar las posiciones contradictorias en relación con el proyecto político del *proceso revolucionario*. Para poder llegar a algunas respuestas, aunque sea de interpretación de mi mirada a las fuentes investigadas, tuve que entender que estaba en juego una disputa semántica no sólo en la prensa. Hubo dos narrativas que lucharon todo el tiempo antes y después de marzo de 1964: Por un lado, estaba el conjunto académico de intelectuales contra la burguesía imperialista y la clase liberalconservadora, clasificada como la narrativa de la izquierda o narrativa marxista; En el otro margen, una producción escrita por los puños de los que buscaron construir otro tipo de verdad e imagen sobre la renuncia de Jânio Quadros - la inestabilidad que derrocó a João Goulart, el elogio de los político-militares, y que en este período ocurrió, sin duda, una Contra-Huelga, una Revolución Democrática y un *proceso revolucionario*, llamado la narrativa de la derecha o narrativa liberal-conservadora. Siguiendo este enfoque, es posible sostener la inferencia de que durante el gobierno dictatorial de los presidentes-generales, la prensa de la isla de São Luís se dividió entre los que luchaban y los que se ponían del lado de los jefes de las Fuerzas Armadas, así como que tales discursos de posiciones fueron reflejados en muchos momentos por intereses específicos, por el juego político, y que en todo momento produjeron opiniones sobre cómo se estaba estructurando el poder cívico-militar, con discursos ideológicos que pudieron orientar a la sociedad a apoyar el movimiento contra João Goulart. Como trabajar con periódicos es experimentar una compleja red de análisis, significados y sentidos, la contribución teórica y metodológica más eficaz para dirigir esta investigación se inserta en el Análisis del Discurso. En este sentido, me he apoyado en tres importantes autores que han tratado de desarrollar los enunciados (verbales y no verbales) a partir de la idea de que están cargados de significados y fuerzas internas y externas: Mijaíl Bajtín, Michel Pêcheux y Eni Orlandi.

**PALABRAS-CLAVE:** Régimen Civil-Militar; Discursos político-ideológicos; Prensa escrita; Narrativas contradictorias; São Luís-MA.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem I.....	113
Imagem II.....	115
Imagem III.....	124
Imagem IV.....	126
Imagem V.....	128
Imagem VI.....	129
Imagem VII.....	132
Imagem VIII.....	141
Imagem IX.....	144
Imagem X.....	145
Imagem XI.....	151
Imagem XII.....	156
Imagem XIII.....	159
Imagem XIV.....	167
Imagem XV.....	170
Imagem XVI.....	184
Imagem XVII.....	186
Imagem XVIII.....	187
Imagem XIX.....	192
Imagem XX.....	193
Imagem XXI.....	195
Imagem XXII.....	197
Imagem XXIII.....	198
Imagem XXIV.....	199
Imagem XXV.....	204
Imagem XXVI.....	205
Imagem XXVII.....	212
Imagem XXVIII.....	222
Imagem XXIX.....	234
Imagem XXX.....	236
Imagem XXXI.....	236
Imagem XXXII.....	237
Imagem XXXIII.....	237
Imagem XXXIV.....	239
Imagem XXXV.....	241
Imagem XXXVI.....	251

## LISTA DE QUADROS

Quadro I.....	43
Quadro II. ....	49
Quadro III. ....	53
Quadro IV.....	73
Quadro V. ....	84
Quadro VI.....	99
Quadro VII.....	138
Quadro VIII. ....	140
Quadro IX.....	149
Quadro X. ....	160
Quadro XI.....	216
Quadro XII.....	244

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: Ou uma radiografia deste estudo.....</b>	18
O poder da narrativa: Textura teórica nos jornais.....	29
Síntese: Estruturação, fontes da pesquisa e problematização.....	39
<b>CAPÍTULO I - INTELLECTUAIS &amp; REVOLUÇÃO: O entardecer de março de 1964 sob a óptica de duas narrativas divergentes.....</b>	57
1.1 Uma “Revolução pelas armas” ou “Como foi feita a Revolução”? O movimento de 1964 e as intenções das Forças Armadas produzida pelas narrativas da direita.....	62
1.2 “Quem dará o golpe no Brasil?”: A renúncia de Jânio Quadros e o fim da história política de João Goulart sob análise das narrativas das esquerdas.....	76
<b>CAPÍTULO II - “A VITORIOSA REVOLUÇÃO” OU “IMPOPULAR”? Debates sobre a atuação do Regime Civil-Militar na imprensa ludovicence.....</b>	101
2.1 Imprensa na Ilha São Luís: Porta-voz entre consonâncias e dissonâncias sobre o Golpe e ações dos presidente-generais.....	108
<b>CAPÍTULO III - “NO REDEMOINHO DAS REAÇÕES”: <i>Jornal do Dia</i> e suas narrativas político-ideológicas em 1964.....</b>	136
3.1 De <i>Jornal do Dia</i> a <i>O Estado do Maranhão</i> : um itinerário de muitas fases.....	138
3.2 Da esperança janguista ao Golpe: <i>Jornal do Dia</i> e “O Processo Revolucionário”.....	150
3.3 <i>Discurso em metamorfose</i> : transição e incertezas entre a derrocada de João Goulart à posse de Castello Branco nas folhas <i>do Dia</i> .....	178
3.4 Maranhão de terras boas para a Revolução: Canguru Político entra em cena, a queda da Raposa Vitorina e os primeiros sintomas de um Governo Ditatorial.....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: “impossível é apenas deter o carro da História”.....</b>	253
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	262

## INTRODUÇÃO: Ou uma radiografia deste estudo

*A palavra, em verdade, é funda em si mesma.  
Raso, contudo, é o nosso poder de entendê-la.*

(Déo Silva, 1980)

Sexta-feira, dia 13 de março de 1964, quando a luz do sol não se fazia mais presente, João Goulart começou seu pronunciamento em defesa das Reformas de Base no Comício-Monstro realizado no Rio de Janeiro (estado da Guanabara) em frente à Estação Central do Brasil<sup>1</sup> e Praça da República. Estava em jogo um projeto extenso que cobria grandes partes dos problemas sociais e econômicos no Brasil. O historiador e escritor Daniel Aarão Reis reuniu bem o programa das mudanças estruturais: a reforma agrária e urbana, bancária, eleitoral<sup>2</sup>, do estatuto do capital estrangeiro e até a reforma universitária (2014, p. 33). Dentre este conjunto, o Decreto da SUPRA e a exposição de uma nova Constituição foram as duas centralidades naquela noite no estado da Guanabara. Para o colunista do *Jornal do Dia*, Paulo Nascimento Moraes, “[...] o comício do dia 13 cavara profundas brechas e concorreu para a derrubada da sua política trabalhista, popular”<sup>3</sup>.

Na memória do jornalista e escritor Hélio Silva foi nos salões do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, no dia 30 de março às 19 horas, que o Presidente da República perdeu de vez as cordas que segurava o seu mandato. Estariam na coordenação o General Assis Brasil e alguns aliados. O que era para ser apenas a festa dos sargentos foram convidadas quase cinco mil pessoas de vários setores da classe militar e das Forças Armadas.

A crise na hierarquia militar e na Marinha – que vinha tomando mais solidez desde o dia 3 de setembro de 1963 quando houve uma insurreição da guarnição militar em Brasília contra a cassação dos mandatos dos sargentos pelo STF e do abalo na área das Forças

---

<sup>1</sup> Desde a sua construção, em 1858, recebeu diversos nomes: Estação do Campo, Estação da Corte e Estação Dom Pedro II. Mas ela ficaria formalmente reconhecida principalmente por Dom Pedro II (até 1998) e depois mudariam seu nome para Estação Central do Brasil.

<sup>2</sup> Na Constituição do Governo de Gaspar Dutra o direito de voto não abrangia o grupo dos analfabetos, fazendo com que grande parcela da população urbana e rural ficasse excluída no dia das eleições. Aliás, “os observadores políticos acentuam que para o Sr. João Goulart a reforma das reformas é a do sistema eleitoral” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 5 de janeiro de 1964, p. 3).

<sup>3</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 3.

Armadas depois do Comício das Reformas do dia 13 de março de 64 – não havia sido superada. Alguns políticos até pediram a João Goulart para que não se fizesse presente na reunião: “nesse dia, por volta das 16 horas, os Deputados Tancredos Neves e Doutel de Andrade, em ligações telefônicas com o Palácio das Laranjeiras, pediam ao Presidente que não comparecesse àquele ato” (SILVA, 1975, p. 362). João Goulart não só fez questão de ir como recebeu o convite para falar. Seria um *xequê-mate* no seu cargo Executivo: “a festa, na opinião dos líderes do PSD e PTB, poderia resultar a gota d’água que transbordaria o copo... como resultou” (*Ibidem*, 362).

O jornalista e escritor Carlos Chagas (que também vivenciou todo este contexto de perto e cobriu os acontecimentos como redator do veículo de comunicação *O Globo*) rememora afirmando que a derrubada de Jango foi uma consequência de acontecimentos – jamais isolados entre si – e não causa única (2014, p. 13). No entanto, acaba convergindo para os depoimentos deixados por Hélio Silva ao confirmar que as palavras proferidas pelo Presidente da República, na festa dos sargentos, confrontaram de vez as Forças Armadas e políticos antirreformistas: “foi a gota d’água. Em Juiz de Fora, depois de ouvir o discurso de João Goulart, na noite de 30 de março para a madrugada de 31, um general afobado e meio doido botou a tropa na rua. Mourão Filho fora, como capitão, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira” (CHAGAS, 2014, p. 44).

Entre o dia 13 a 30 de março os congressistas, os políticos espalhados pelo Brasil, os chefes das Forças Armadas e o setor empresarial (incluindo a *Grande Imprensa*) chegavam no limite máximo de aceitação do janguismo no comando Executivo. As instabilidades faziam surgir uma onda de que haveria por certo a tomada de poder: do lado das esquerdas temiam que a direita e as Forças Armadas dessem um Golpe no Estado. Estas, por sua vez, insuflavam discursos de que o Presidente João Goulart estava tramando um autogolpe. Se o cientista político Wanderley Guilherme do Santos já havia lançado uma espécie de “profecia” quando publicou o pequeno livro *Quem dará o golpe no Brasil*, em 1962 (quinto volume da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*), dissera mais confiante ainda o político Miguel Arraes a um amigo quando se direcionava a caminho do aeroporto no Rio de Janeiro em retorno a Recife, às vésperas do mês de abril: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei” (apud GASPARI, 2002, p. 51).

E aconteceu, de fato, o que já era aguardado por ambos os lados.

O General Olympio Mourão Filho, diante dos impasses e após assistir na TV João Goulart falando no Automóvel Clube, na festa dos sargentos, não quis esperar nem mais um dia. Relembra aquela madrugada em seus escritos de memória: “ao término do discurso de,

cerca de 1h30min da manhã do dia 31, acendi meu cachimbo e pensei comigo mesmo que dentro de 3 horas eu iria revoltar a 4.<sup>a</sup> RM e a 4.<sup>a</sup> DI contra ele” (MOURÃO in SILVA, 1978, p. 309). Iria, segundo o “revolucionário do pijama vermelho”<sup>4</sup>, pôr um fim à crise política. A decisão partiria muito mais dele do que de todos os líderes os líderes das Forças Armadas. Tanto que “no final da tarde de 31 de março, o general Castello Branco fala ao telefone com o general Mourão. Tenta convencê-lo a voltar com as tropas. Não consegue”, relembra este episódio o jornalista e historiador Ronaldo Costa Couto (1998, p. 46).

Seria tarde demais parar a tropa da revolução, chamada de “Operação Popeye”<sup>5</sup>: “Com o apoio do governador de Minas, José de Magalhães Pinto, Mourão coloca na rua as tropas do Exército sediadas em Juiz de Fora. Marcharam rumo ao Rio de Janeiro, antecipando-se ao comando da conspiração” (Ibidem, p. 46). Num Raio de 150 quilômetros, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, “com aproximadamente três mil homens comandados pelo general Murici, marchando sobre o Rio”<sup>6</sup>, “o golpe de robe-de-chambre”<sup>7</sup> tomaria de assalto à sede do Ministério da Guerra e o Congresso<sup>8</sup>.

Jango sabendo da chegada das tropas comandada por Olympio Mourão Filho no Rio de Janeiro e das forças policiais em sua procura para prendê-lo (a mando do inimigo Carlos Lacerda) saiu o quanto antes voando para Brasília em busca de refúgio. Reuniu-se com alguns políticos de apoio, oficiais e com os generais Nicolau Fico e Assis Brasil. Cabe lembrar que os congressistas e o Presidente da República preferiam ficar no estado da Guanabara por questões de costume e tradição: “Brasília ainda, que a capital do país, era um exílio, tanto que o presidente passava mais tempo no Rio, despachando no Palácio das Laranjeiras. [...] Os

---

<sup>4</sup> Nas palavras do General Mourão Filho deixada em seu diário: “Finalmente, nada mais tinha a fazer. Eram cerca de seis e quarenta. Levei bem uns cinquenta ou cinquenta e cinco minutos dando as ordens. [...] Eu estava de pijama e roupão vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem no mundo (pelo menos, no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama”. (MOURÃO in SILVA, 1978, pp. 370-72). Para maior aprofundamento: MOURÃO, Laurita. *Mourão: o general do pijama vermelho*. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

<sup>5</sup> O nome foi dado devido o líder do Golpe de Estado em 31 de março, General Mourão Filho, andar inseparavelmente com seu cachimbo.

<sup>6</sup> DIAS, Maurício. *Revolução de 1964*. Colaboração especial. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>. Acesso em: 02/02/2021.

<sup>7</sup> Expressão usada pela jornalista e biógrafa Regina Echeverria em: ECHEVERRIA, Regina. *Samney: biografia / Regina Echeverria*. – São Paulo: Leya, 2011, p. 150.

<sup>8</sup> As pressas para arrancar um ato revolucionário foram tão imensas, sem medo da prisão ou da morte – “ninguém me prenderá. Morrei lutando. Nosso sangue impedirá a escravidão do Brasil” –, como está registrado no seu diário de memórias (MOURÃO in SILVA, 1978, p. 370) que ficou reconhecido de “revolucionário do pijama vermelho”. Ficou acordado no frio da madrugada, em sua residência em Juiz de Fora, organizando os últimos ajustes para a partida, conversando com os secretários José Maria Alkimim e Monteiro de Castro. Redigindo o seu próprio manifesto (indo à contra ordem do Governador Magalhães Pinto que havia dito para esperar mais um pouco), fazendo e recebendo vários telefonemas de líderes civis e militares. Uns incentivando a marcha. Outros, como Castello Branco, buscando freá-la.

parlamentares chegavam a Brasília nas terças-feiras e voltavam nas quintas” (CHAGAS, 2014, p. 34).

Do Rio de Janeiro partiram para Porto Alegre (RS), se juntar com o III Exército, que no momento estava sob o comando do general Ladário Teles. O plano seria ir no avião comercial, mas houve vários empecilhos; o plano passou a ser interpretado como sabotagem dos golpistas. Sem tempo de espera, utilizaram o avião de ofício do governo, sendo que já tinham sido alertados que não poderiam sair do estado ou caso contrário poderiam ser abatidos pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Neste intervalo que Jango viajava ao sul em busca de formar um exército e lutar por sua permanência no cargo presidencial, fosse ela pela legalidade ou pela força, Darcy Ribeiro (Ministro-chefe da Casa Civil) e Waldir Pires (Consultor-Geral da República) pronunciaram aos brasileiros por meio televisivo os motivos da trama militar patrulhando o Palácio da Guanabara e das Laranjeiras e da saída do Presidente da República do Rio de Janeiro para Brasília.

O Congresso entendeu – ou quis fazer soar intencionalmente – que João Goulart teria abandonado o país, se subterfugido, num momento crítico e deixado para trás sua responsabilidade política. Acontece que ele ainda se encontrava no Brasil. Inclusive, chegando na região sul, mudou de ideia e rejeitou qualquer possibilidade de uma formação de oficiais a favor de sua permanência, na qual muito insistiu o seu cunhado e influente político Leonel Brizola a reunir todos os militares legalistas, como assim ficaram reconhecidos. Obviamente que o combate direto entre militares janguistas e militares golpistas teria um derramamento de sangue. Contrário à guerra, preferiu ficar na fazenda da família no Rio Grande do Sul. Somente após chegarem notícias que mesmo isolado poderia ser preso ou correndo risco de morte, Jango resolveu sair de vez da história política brasileira (mas não da memória) indo construir uma nova vida com sua esposa Maria Thereza Fontella Goulart e os filhos no Uruguai.

Dia 2 de abril de 1964. Auro Soares de Moura Andrade do PSD, que participou ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, caminhou lentamente em meio a uma multidão de parlamentares engravatados e eufóricos durante a sessão no Congresso na madrugada – quando as tropas do Exército já patrulhavam Brasília e o Palácio da Guanabara – e falou bem alto:

O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. [...]. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República e, nos termos do art. 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. A sessão se encerra.<sup>9</sup>

O Brasil diante de uma crise política e disputa político-ideológica estava sem o Chefe Executivo João Goulart. Ranieri Mazzilli – Presidente da Câmara dos Deputados e de sangue italiano – é quem conduzia sorratamente o Estado e o povo brasileiro. Mas, uma revolução não se alicerça apenas no ato do discurso, da verbalização, da guerra salivar ou mesmo colocando um Presidente da República interino. Chegaram à conclusão que o convencimento pela oratória e veículos de comunicação num dado momento não teria mais tanto efeito. Seria necessário o uso da lei, de uma medida radical. Foi então que a Junta Militar, autodenominada de *Comando Supremo da Revolução*, teve a ideia de criar o primeiro Ato Institucional (AI), numa quinta-feira do dia 9 de abril de 1964.

O objetivo deste primeiro Ato Institucional seria conduzir para o melhor caminho aqueles que estavam incertos e inseguros quanto à ação sobre o Governo de João Goulart e a projeção de um *processo revolucionário*. No seu 2º artigo, dava por certo que haveria uma eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República, “dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal”<sup>10</sup>, ou seja, em 48 horas, no dia 11 de abril, o Congresso Nacional ficaria responsável em eleger um novo Presidente da República que fosse capaz de dar arrancada ao *processo revolucionário* aos *modus operandi* dos setores militares, empresarial e liberais-conservadores, “cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966”<sup>11</sup>.

Brasília, sábado, 11 de abril de 1964. Não foi um dia comum. Corre-corre e agitações tomavam conta da sociedade brasileira que aguardava ansiosamente para saber quem os congressistas escolheriam para ser o novo Presidente da República. Os candidatos já haviam sido escolhidos e anunciados pela imprensa dias antes<sup>12</sup>. Todos reunidos na “casa política” do Brasil aguardando a tumultuada votação. Com supremacia nos votos, sabemos bem quem

<sup>9</sup> Para escutar o áudio completo ver no próprio Portal EBC em: “Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República”. Áudio disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/audios/2014/03/auro-de-moura-andrade-declara-vaga-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 20/07/2020.

<sup>10</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

<sup>11</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

<sup>12</sup> No capítulo III retornaremos a detalhar sobre as escolhas para os candidatos à Presidência da República e o dia da votação indireta.

venceu as eleições indiretas: “Às 18:47 o Congresso anunciava o novo Presidente”<sup>13</sup>: “[...] elege Presidente da república o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, principal líder da linha militar moderada [...]” (COUTO, 1998, p. 26). A cadeira de Vice-Presidente da República ocuparia o político pessedistas José Maria Alkmin. Ganhou a disputa de forma esmagadora. “Os militares é que vão governar. O poder civil declina, cai em agonia. Longa agonia” (Ibidem, p. 26).

Entre tantas narrativas, explicações, comprovações e contraprovas dos acontecimentos antes e pós 31 de março de 64, esta pesquisa acadêmica permeia por todos estes elementos, mostrando, acima de tudo, que estão imbricados as contradições e os diferentes caminhos para se chegar a uma possível veracidade ou compreensão do real. E, de todo modo, não tenho a intenção de construir ou revelar “a verdade única” sobre os fatos narrados e enunciados nos documentos e na historiografia militar brasileira. Parafraseando a cautela que Marcos Napolitano pede ao artesão social, concordo nas mesmas palavras quando diz: “o historiador não é bombeiro, nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes” (2019, p. 17).

As fontes<sup>14</sup> carregam consigo questões históricas (sociais, políticas, econômicas, culturais) de lugar e temporalidades. Por meio desta afirmação faço um alerta: devemos ter o cuidado de não cairmos nas armadilhas de sermos o jovem *Funes, o memorioso* do conto de Jorge Luís Borges, como descreve bem na parte final: “[...] No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos. Este apenas passa pelo tempo, mas não reflete sobre os fatos vividos” (BORGES, 1999, p. 115).

Ireneo Funes, personagem principal do enredo, apreendia de tudo ao seu redor: “não apenas recordava cada folha de cada árvore de cada monte, mas também cada uma das vezes que a havia percebido ou imaginado”. Sabia sempre as horas com exatidão, por isso “conhecido por algumas peculiaridades como [...] a de saber sempre a hora, como um relógio” (BORGES, 1999, p. 106).

Nenhuma informação era tida como descartável.

<sup>13</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.

<sup>14</sup> O uso da palavra fonte pode ser caracterizado como aquilo que serve para o uso de reconstituir o passado ou discutir o presente. Para a formação do campo disciplinar da História, “os historiadores trabalham com fontes” (PINSKY, 2008, p. 7), o que compreende todo e qualquer tipo de documento, monumento, objeto audiovisuais e icnográficos, vestígios materiais ou simbólicos e até o depoimento de uma pessoa. Para a compreensão maior sobre as principais fontes históricas ver: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). *Fontes históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

Sons, imagens, fatos do passado e do momento vivido, as casas, ruas e pessoas, tudo era captado e guardado na memória. “Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Ireneo [...] pareceu-me tão monumental como o bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides”, explicou o narrador da história. O próprio Funes chegou a afirmar: “Mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo. [...] Minha memória, senhor, é como despejamento de lixo” (BORGES, 1999, p. 111). Enquanto que para muitos *o memorioso* tinha uma característica diferenciada, tendo vantagens sobre os demais, para o narrador do conto o jovem Funes carregava um problema. Ele absorvia, gravava como uma máquina, memorava com facilidade, contudo, não analisava o que lia, ouvia e enxergava. Não raciocinava sobre o que vivia e sentia.

A princípio Funes se assemelharia à figura de um historiador pelos motivos de relembrar o passado, registrar o presente. Uma memória que a todo instante é inquietante para narrar o que sabe – esquecer ou guardar para si não é uma característica do ofício de historiador. Só que Funes reproduzia os acontecimentos preso em seu “calabouço de detalhes”<sup>15</sup>, sem conjecturas e problematizações. Para a formação da ciência histórica, revelar as minúcias do documento é crucial, porém, não o suficiente. “Fontes têm historicidade”, ressaltou muito bem a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2008, p. 7).

Ler, por exemplo, um documento hemerográfico é se atentar nos pormenores, mas, sobretudo, abstrair com olhar crítico o *lugar social*, as intenções do enunciador. Saber que existe um contexto movido por relações de poder político-ideológico, o tempo da construção da narrativa. Estes usos teórico-metodológicos e a problematização dos mesmos é o que torna a grande diferença entre Funes e o construtor do campo historiográfico. É preciso pensar o que está sendo registrado. Fazer adentrar a narrativa para dentro da história-problema.

Disse o jornalista Hélio Silva, considerado também historiador, que “o documento é o suporte da informação, fixada e utilizável para o estudo, a consulta, a prova. [...] Mas não é tudo. A análise de um documento é a tarefa mais importante e mais difícil para o pesquisador” (1975, p. 1). E não há dúvidas alguma em sua afirmação. Precisamos ir além das leituras e nos debruçar nas entrelinhas, do *dito e não-dito das* palavras. Nos *entremeios* das narrativas. Interpretar o que há no *segundo céu* do enunciado e enxergar as intenções discursivas.

Tenho a preocupação de não apenas rememorar (transcrever) as narrativas dos jornais. A busca principalmente é analisar e problematizá-las. Não basta descrever as falas de

---

<sup>15</sup> Termo utilizado por: VELLOSO, Felipe. Resenha: *Um calabouço de detalhes (Funes, o Memorioso)*. Disponível em: <https://ambrosia.com.br/literatura/resenha-um-calabouco-de-detalhes-funes-o-memorioso/>. Acesso em: 06/11/2020.

posicionamentos e mostrar que existia contradições internas na imprensa. Quem estava por trás da escrita, quais os discursos político-ideológicos e os motivos das oscilações discursivas são elementos fundamentais deste estudo.

Diante das incertezas e contradições encontradas nos jornais, tomar qualquer apego a uma verdade é um risco à parte que podemos enfrentar. “Na história, não há preto ou branco, mas incontáveis matizes de cinza”, afirma o historiador Marcos Napolitano (2019, pp. 13-14), ainda mais quando tentamos investigar um período marcado sob múltiplas memórias e narrativas.

Se o jornalista Cunha Santos no *Jornal Pequeno*, na edição do mês de abril de 64, dizia não acreditar nos objetivos do ato revolucionário: “[...] A Revolução atual é uma revolução das elites capitalistas [...]”<sup>16</sup>, no dia 31 de março de 1970, o mesmo periódico resolve fazer uma comemoração ao acontecimento, elogiando os líderes das Forças Armadas: “Hoje é o aniversário da Revolução, que implantou no Brasil uma nova ordem política e administrativa”<sup>17</sup>. O jornalista e colunista do *Jornal do Dia*, Paulo Nascimento Moraes, respalda que a *Operação Limpeza* outorgada pelo Ato Institucional de nº 1 estava infringindo os direitos individuais: “Esta resolução de autoria do Comando Supremo da Revolução jogou por terra a chamada intocabilidade da Constituição”<sup>18</sup> e ainda no mesmo mês o colunista afirma que o *processo revolucionário* seria capaz de salvar a democracia diante dos casos de corrupção nos setores políticos e administrativos: “a chamada “Revolução Democrática” deve haver, não apenas a execução da tal “Operação Limpeza” mas, sobretudo a limpeza no setor administrativo vasculhando tudo, devassando tudo, moralizando tudo”<sup>19</sup>.

Nem mesmo o *Jornal do Maranhão* – veículo de fé católica – com toda a sua hierarquia bem montada e disciplinada escapou da regra. Por mais que em linhas gerais a Igreja Católica foi uma alimentadora dos discursos do Golpe de 31 e do Regime Civil-Militar, há quem desafiou os princípios hierárquicos do clero e combateu os chefes militares na política.

Um risco tomado neste estudo é a colocação da palavra direita e esquerda, tanto quando se trata de especificar grupos ou instituições ou, principalmente, denominar que uma pessoa (da classe política ou com outros ofícios) faz parte destas posições ideológicas, como

<sup>16</sup> SANTOS, Cunha. Não creio nessa revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 4 de abril de 1964, p. 4.

<sup>17</sup> ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1970, p. 1. (*Grifos meus*).

<sup>18</sup> MORAES, Paulo Nascimento. Salvemos a Democracia. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de abril de 1964, p. 3.

<sup>19</sup> MORAES, Paulo Nascimento. O Que o Povo Está Esperando. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de abril de 1964, p. 3.

afirmou Norberto Bobbio: “não há nada mais confuso do que as razões que levam alguém a escolher um lado em vez de outro” (2011, p. 11). Tecer uma compreensão dos significados requer certo esforço, já que ao longo das transições políticas no Brasil os figurinos iam adquirindo diferentes roupagens. Os direitistas de 64 não foram os mesmos no final do mandato presidencial de José Sarney. No período da década de 60 encontramos características de modelo liberal, enquanto que no segundo (início da década de 90) surgiriam novos discursos dando forma ao neoliberalismo<sup>20</sup>.

Sendo sucinto, apoia-me em dois autores importantes destacando o pensamento-chave de como conceituaram os termos direita e esquerda, dentre os quais trago primeiro o pensamento de Norberto Bobbio, um influente filósofo e político italiano:

Partindo do pressuposto, como eu fiz, de que a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para o indivíduo de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada. [...] Não se pretende dizer que a esquerda inclui todos e a direita exclui todos, mas sim que a regra da esquerda é a inclusão, salvo exceções, e a regra da direita é a exclusão, salvo as exceções. (2011, p. 23).

Estas definições foram defendidas pela primeira vez no livro de poucas páginas intitulado *Destra e sinistra: Ragioni e significati di una distinzione politica*, publicado em 1994 e traduzido no Brasil em 1995, tendo uma grande recepção nos centros acadêmicos. A distinção/conceituação que Norberto Bobbio faz é a partir da díade igualdade-desigualdade, a qual o autor recebeu diversas críticas, fazendo com que escrevesse novos argumentos nas edições seguintes: “respostas aos críticos” (1995); “prefácio à primeira edição italiana” (1994) e “introdução à nova edição (1999).

O segundo intelectual a que me refiro é Emir Sader, sociólogo e cientista político. Segundo este: “[...] hoje a direita se compõe dos conservadores, daqueles que se interessam pela reprodução e manutenção do sistema vigente, o capitalismo; e a esquerda se caracteriza por integrar aqueles que desejam a evolução e superação de tal sistema” (1995, p. 21). Aqui se

---

<sup>20</sup> Segundo Emir Sader, os direitistas assumiram novas formas de discurso a partir da entrada de José Sarney na Presidência da República, principalmente “a partir de 1989, o último ano do governo” (1995, p. 184).

encontra uma outra explicação – norteada com base nas leituras sobre Norberto Bobbio –, e não muito aprofundada.

Não se trata de objetar os entendimentos dos intelectuais. A questão é ampliar as explicações. Não podemos convergir os significados políticos direita/esquerda unicamente como sinônimo de capitalismo/igualdade. Há desdobramentos internos dentro do pensamento ideológico da direita, de indivíduos a favor das Forças Armadas guiando a Política Executiva, de apologia do livre comércio, antigoulistas, atrelados à burguesia nacional e com estreita atração pela potência norte-americana.

O uso da palavra direita durante a arquitetura do Golpe em 31 de março e momentos posteriores, já na vigência do Regime Civil-Militar, não é visto corriqueiramente (frequentemente). Os “adjetivos ideológicos” mais comuns encontrados nos jornais da época e nas obras – produzidas naquele *status quo* como em décadas posteriores – são: liberais, liberal-conservadores ou principalmente apenas conservadores, chegando em alguns momentos serem denominados de “conservadores tupiniquins”<sup>21</sup>. Esta própria pesquisa substitui em vários momentos o termo direita por conservadores, mas reconhece a sua utilização durante o processo político brasileiro.

Na imprensa temos como exemplo o *Jornal do Dia* de São Luís que enfatiza: “líder petebista acusa direitista de tentar guerra contra reformas”<sup>22</sup> e “direita abre caminho ao golpe”<sup>23</sup>. No *Correio da Manhã*, um dos mais reconhecidos veículos impressos do Rio de Janeiro, que, no dia 1º de abril de 1964 publicou o texto contra o Presidente João Goulart com o título “Fora!”: “[...] O Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia e quer permanecer no governo a qualquer preço. Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda. [...]”<sup>24</sup> e no dia seguinte ainda exclama com o título “Vitória”: “O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita”<sup>25</sup>.

Já na classe intelectual, seguem algumas comprovações:

No ensaio do sociólogo Florestan Fernandes “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”, composto entre 1969 e 1970, em que aborda estes atores diante dos regimes de repressão em vários países, inclusive no Brasil: “[...] a conjugação da

<sup>21</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 25 de março de 1964, p. 7.

<sup>22</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 5.

<sup>23</sup> *Jornal Pequeno*. São Luís (Maranhão), 1 de abril de 1964, p. 1.

<sup>24</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 1 de abril de 1964, p. 1.

<sup>25</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 2 de abril de 1964, p. 1.

ditadura militar com uma filosofia altamente tecnocrática implica um gradual endurecimento de calibre direitista” (2010, p. 150).

No livro *Vida e Morte da Ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, quando narra: “às 17h15min do dia 15, o Sr. Ranieri Mazzili passou a faixa presidencial ao novo Presidente que prometeu caminhar para a frente, sem extremismos de direita ou de esquerda, realizando as reformas de base” (1984, p. 114)<sup>26</sup>.

O historiador e jornalista Ronaldo Couto em *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura. Brasil: 1964-1985*, fruto da tese de 1998, utiliza o termo: “Março de 1964. A esquerda teme golpe da direita, e a direita, autogolpe do presidente João Goulart” (1998, p. 23).

O influente jornalista e escritor Elio Gaspari não apenas utiliza o termo como coloca como subcapítulo “A direita armada” no livro *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. Em um dos trechos deste primeiro volume, ele ressalta: “a direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando [...]” (2002, p. 141).

Podemos encontrar o termo direita em publicações bem recentes.

No texto do consagrado historiador José Murilo de Carvalho em “*Fortuna e virtù* no golpe de 1964” ao afirmar: “[...] É verdade que todos esperavam algum tipo de golpe. O presidente denunciava o golpe da oposição de direita, que denunciava o golpe do presidente; a esquerda radical, liderada por Brizola e seus Grupos de Onze, denunciava o golpe do presidente e da direita e era acusada por ambos de preparar o próprio golpe” (2014, p. 7) e em seguida ainda diz: “Não há dúvida de que havia uma conspiração da direita em andamento desde a renúncia de Jânio Quadros e a subida de Goulart, ou melhor, desde 1954, quando Vargas, pelo suicídio, a derrotou” (Ibidem, p. 9).

O jornalista Carlos Chagas em *A ditadura Militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*, relata: “a esquerda radical, por sua vez, e como sempre, encarregava-se de esmagar o sentimento socialista de boa parte da população. [...] Sem esquecer a Igreja, então baluarte da direita, exceção de uns poucos bispos, como D. Helder Câmara” (2014, p. 38).

Marco Antonio Villa, historiador e atualmente exercendo o ofício de comentarista político e colunista em algumas bancadas de jornais e revistas, publicou *Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*, comenta sobre os avanços dos

---

<sup>26</sup> O sociólogo e Livre-Docente em Ciência Política Paulo Ribeiro da Cunha, prefaciador na edição atual de *História Militar do Brasil* de Sodré, utiliza o termo: “oficiais de extrema direita [...]” (2010, p. 15).

grupos antiGoulart inconformados com as mudanças nas estruturas do país que estavam por vir: “a direita não conseguia conviver com uma democracia de massas em um momento da nossa história de profundas transformações econômicas e sociais, graças ao rápido processo de industrialização e à crescente urbanização” (2014, p. 9).

O historiador Marcos Napolitano retoma o termo várias vezes em *1964: história do regime militar brasileiro*. Bem no início do livro, ele defende: “o que se seguiu ao golpe civil-militar das direitas contra a agenda reformista foi a afirmação de outro modelo político e ideológico de sociedade de Estado, esboçado bem antes do golpe [...]” (2019, p. 17). O autor inclusive dedica um capítulo com o título: “o carnaval das direitas: o golpe civil-militar”, dando realce que naquele momento havia não somente uma fragmentação entre os intelectuais de esquerda (por isso da utilização do termo no plural), mas também os conservadores estavam divididos, com projetos distintos para o país.

Os grupos que fizeram parte da queda de Jango foram os civis (políticos da ala antiesquerda, a sociedade por meio de manifestações nas grandes avenidas das capitais), militares (Chefes das Forças Armadas), mídia (jornais impressos e radiofônicos) e o setor empresarial (empresários liberal-conservadores). Já os grupos que após a tomada de poder se sentiram no dever de guiar o estado-nação se deu por meio da união dos generais com os políticos apoiadores do discurso *Revolução Democrática*. Basta lembrarmos que dentre os cinco presidente-generais, três tinham como vice-presidente pessoas que nunca tinham exercido nenhum ofício militar: O pessedista José Maria Alkmin, vice de Castello Branco, o udenista Pedro Aleixo, vice de Artur da Costa e Silva, e o arenista Aureliano Chaves, vice de João Batista Figueiredo. Sem contar ainda que o *Comando Revolucionário* contava muito com a parceria dos governadores apoiadores das Forças Armadas e os que não se adequavam ao projeto cívico-militar entravam na “degola” da *Operação Limpeza*.

### **O poder da narrativa: Textura teórica nos jornais**

Trabalhar com os discursos envolvidos nos jornais, bem como entender as obras publicadas durante o recorte temporal do objeto deste estudo (caso do primeiro capítulo), é sempre voltarmos para lembrar dessa valiosa frase do grande escritor caxiense Déo Silva, descrita na epígrafe acima: “a palavra, em verdade, é funda em si mesma. Raso, contudo, é o nosso poder de entendê-la” (1980, p. 11). Entender cada enunciado contido nas fontes

hemerográficas<sup>27</sup> e o pensamento de cada intelectual é sairmos desse plano esférico da razoabilidade e nos aprofundar em cada linha a ponto de se aproximar o máximo possível das intenções do enunciador.

Afirma Francois Hartog que “[...] a história é efetivamente sempre o mesmo movimento de descida: o mais profundo é o mais verdadeiro” (2013, p. 151). Para entender as intenções dos discursos é preciso que o historiador tenha em seu ofício a arte de saber se debruçar sobre sua fonte documental. Mesmo que não seja fonte hemerográfica, mas nas obras dos intelectuais que pensaram e traduziram um acontecimento histórico é necessário se aprofundar. Ir numa descida quase sem volta. De fato, o certo aprofundamento que me dispus em vários momentos deste estudo e me deu possibilidades de novas interpretações e evidências dos eventos estudados.

A atenção redobrada do pesquisador ou historiador se faz necessária porque palavra possui poder. Os periódicos são recheados da astúcia do discurso político e ideológico de quem enuncia. O linguista holandês, Teun Van Dijk, não errou quando sabiamente ressaltou em sua obra *Discurso e Poder*: “Se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (2008, p. 18).

Os jornais, enquanto ferramenta política e do político, legitimam acontecimentos, seja aprovando ou contestando-os, com intuito de potencializar ideias e fatos ocorridos nos espaços sociais. Tânia de Luca diz que a imprensa “cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (2008, p. 128). Os jornais assumem o papel de propagandistas, difundindo na sociedade ideologias a favor de quem está na regência da política ou em resistência ao sistema de governo, como ocorreu em muitos veículos impressos, como, por exemplo, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e no Regime Militar (1964-1985).

O periódico, enquanto folhas amareladas de viés político-ideológico, tanto é influenciado pela conjuntura que está em decurso no momento de sua veiculação como também é um agente influenciador. Os leitores recebem em suas mãos discursos e enunciados que foram produzidos e condicionados por uma relação externa (os fatos e acontecimentos no cotidiano da sociedade) e por uma relação interna (os financiadores das editorações), que muitos não deixam de ser “grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de subjetividade” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

---

<sup>27</sup> Entende-se por fontes hemerográficas o conjunto de documentos impressos em forma de periódicos que podem ser jornais, revistas, folhetos, dentre outros. Muitos desses documentos hoje se encontram digitalizados, pois, além da digitalização preservar os periódicos dos desgastes do tempo, facilita muito a vida dos pesquisadores (SAMPAIO, 2014).

Na verdade, se observarmos bem, a construção de um jornal se faz muito mais a partir da força interna do que propriamente externa. Não seria exagero afirmar que os laços de força se dão numa ordem do interior do jornal para o exterior, em que os jornais acabam externando para as massas, como porta-vozes, uma formação ideológica de politização.

Exemplo disso são os jornais que circularam no século XIX, desde a criação das primeiras tipografias, permissão concedida a partir da chegada de D. João VI e família em terras brasileiras, em 1808<sup>28</sup>, até os momentos em que os intelectuais dos cânones literários e aqueles pertencentes a famílias oligárquicas tomaram conta dos impressos, veiculando informações e discursos de interesses individuais, defendendo, obviamente, seus espaços de poder. Através desses jornais oitocentistas, de um lado, intelectuais combateram a situação lamentável dos negros, e, do outro, havia aqueles que estavam ligados às famílias oligárquicas e que buscavam defender a permanência dos negros enquanto objeto submisso ao branco, mostrando, inclusive por meios das letras, os lados negativos caso fosse concretizada a abolição escravocrata.

Explica o sociólogo e jornalista Ciro Marcondes Filho que:

Os jornais são como pontas de icebergs, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância. (1989, p. 13).

Por isso que para Marcondes Filho o campo do ato de noticiar/anunciar está atrelado ao campo mercadológico. As intenções finais são de transformar a informação em mercadoria em que estão intrinsecamente ligadas a interesses políticos e econômicos ou de grupos de poder. Como a fonte mercadológica tem que atender o público-alvo, é notório que ela se

---

<sup>28</sup> “[...] O motivo da falta de prensas tipográficas parte da proibição como forma de garantir o controle excessivo sobre a colônia, não permitindo que tais impressos divulgassem ideias de independência e autonomia política. Enquanto muitos países da Europa e suas colônias já possuíam certa circulação da imprensa, mesmo que de forma restrita, no Brasil Colônia, até a chegada da Coroa portuguesa em 1808, ainda não existia um sistema de atividades tipográficas. Todos os discursos escritos vinham da Europa. Para Metrópole, a relação estreita entre colonizador e colonizado seria mantida através da ignorância intelectual. [...] No século XIX, após a vinda da coroa portuguesa ao Brasil, começaram a surgir vários jornais impressos. Inicialmente, surgiu o *Jornal Correio Braziliense*, criado em 1808, escrito por Hipólito José da Costa que morava em Londres, e mandava, clandestinamente, por comerciantes ingleses. No mesmo ano, 10 de setembro de 1808, é criado o *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, impresso na tipografia da Imprensa Régia, isso porque o *Jornal Correio Braziliense*, apesar de ser brasileiro, vinha de Londres. Só para termos a noção do forte controle da coroa portuguesa sobre a vida intelectual da sociedade, até 1820 só era permitido circular no Brasil o *Jornal Gazeta* e suas revistas impressas na tipografia Imprensa Régia. Em 1821 com o fim da proibição, tem-se a criação do *Jornal Diário do Rio de Janeiro* (1821), *Diário de Pernambuco* (1825), *Jornal do Comércio* (1827), *Gazeta de notícias* (1875), *Jornal do Brasil* (1891), *Correios da Manhã* (1901), dentre muitos outros periódicos brasileiros” (ROCHA, 2017, p. 81).

adeque ao ângulo do problema e discussão vigente – as narrativas, então, são verdadeiros campos de lutas simbólicas, de representações e de poder.

Embora seja de fácil dedução que os discursos nos periódicos são mediados entre a linha editorial – raiz ideológica do impresso – e o *lugar social*, é sempre bom frisarmos com certa cautela alguns pontos interessantes sobre esta simbiose entre o texto (enunciado) e contexto (conjunto de elementos ou circunstâncias).

A primeira coisa que devemos entender é que todo ato de discursar é nada mais do que reflexo do efeito ideológico que possui no sujeito. Em outras palavras, não há sujeito autônomo no discurso, como foi idealizado por Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Linguística Moderna e da Semiologia, entre os anos de 1907 a 1910, quando ministrou por três vezes o curso de linguística na Universidade de Genebra. Esta não-autonomia entre sujeito e discurso foi defendida pelo filósofo e linguista francês que “provocou, no final dos anos 1960, uma mudança de paradigma nos estudos linguísticos” (BORONAS, 2011, p. 13): Michel Pêcheux<sup>29</sup>.

A linguista francesa Denise Maldidier, que muito se dedicou a desenvolver a Análise de Discurso (AD), juntamente com Jacques Guilhaumou, Claudine Normand, dentre outros de seu tempo, ressaltou com belas palavras que “o pensamento de Pêcheux é um pensamento forte, que produziu questionamentos e deslocamentos: o homem de andaimes suspensos” (2003, p.15).

Michel Pêcheux ao desenvolver a Análise de Discurso (AD), percorrendo por três áreas: Linguística, Materialismo histórico e Teoria do Discurso, não poupou críticas aos linguistas que, segundo ele, tentavam explicar os discursos apenas através das regras da semântica e sintaxe. Baseando-se em estudos já deixados por seu amigo Louis Althusser<sup>30</sup> e Georges Canguilhem, o pensamento pêcheuxiano trouxe uma nova roupagem à Linguística.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de 1975, Michel Pêcheux combate veemente o entendimento que se construiu em torno da linguagem e do discurso que se formou em sua época. O conceito de linguagem estava preso ao estruturalismo

---

<sup>29</sup> Michel Pêcheux (1938-1983) não foi um teórico de corrente linguística, mas, sim, um filósofo de linha marxista. Considerado o criador da Análise de Discurso (AD), ancorou-se em grandes nomes, dentre eles: no marxista Althusser, na psicanálise de Lacan, até porque Pêcheux trabalhou no Departamento de Psicologia na École Normale Supérieure (ENS). Se debruçou nas obras de Michel Foucault quando teve que ir beber na fonte de *Arqueologia do Saber* para puxar a ideia de formação discursiva foucaultiana. Michel Pêcheux deu grandes contribuições sobre uma nova forma de se enxergar o discurso.

<sup>30</sup> Numa citação deixada por Althusser, percebemos que Pêcheux realmente recebeu orientações de seu amigo e orientador na École Normale Supérieure (ENS), entre os anos de 1959 a 1963: “A linguística com diferentes fins tropeça frequentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os científicos” (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

e voltado apenas para um sistema de regras formais – negando o sujeito e a exterioridade. Para Pêcheux, os olhos deveriam estar voltados não mais para as regras semânticas do enunciado, fechado em si mesmo, mas para o discurso. O sujeito, que outrora era negado, passou a ser especificidade da AD; e a formação discursiva passou a ser entendida como tecido formado a partir de uma ordem histórica e social.

A segunda informação relevante é que todo enunciado (verbal e não-verbal) possui um sentido. Sem dúvida alguma, o sentido da palavra será compreendido pelos processos históricos, condições socioeconômicas e pelo pensamento político-cultural do qual o sujeito que produziu certo discurso faz parte. Segundo Pêcheux: “[...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeito-falante (sujeito em seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (2009, p. 147). Aqui, é nada mais do que a exterioridade no discurso.

Esta força exterior refletindo no discurso é o campo ideológico que se materializa na linguagem. Se os sujeitos são interpelados constantemente por uma ideologia da qual fazem parte ou que mesmo não fazendo parte, mas acabam sendo inseridos (pensamento este de Althusser), tanto os processos semânticos são determinados historicamente, como o sentido do discurso se manifesta por meio do campo ideológico, ocorrendo, assim, a não-autonomia do discurso.

A terceira informação, por fim, crucial para quem faz dos jornais impressos seu objeto de estudo ou fonte auxiliadora da pesquisa, é que há uma distinção entre texto e discurso. Texto (enunciado) é uma escrita verbal e não-verbal ou mesmo fala, como explica Dominique Maingueneau: “é constituído de várias frases, e pode-se analisá-lo em termos de “coerência” e de “coesão”” (2010, p. 10). São através destas coerências e coesões que o texto se articula, se orienta num jogo de linguagem, assumindo posições de quem narra, argumenta, pergunta ou responde: “todo texto implica uma forma de subjetividade que varia segundo os suportes e os modos de circulação: será aquela que a escrita impõe” (MAINGUENEAU, 2010, p. 14).

Já o discurso é a intenção da escrita verbal ou não-verbal. Em todo enunciado há uma intenção que pode estar explícita ou implícita. A linguista brasileira Eni Orlandi, pioneira da Análise de Discurso no Brasil, nos dá um excelente conceito de discurso: “o discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007, p. 15). Como o discurso é, na prática, o homem falando, expressando-se de alguma forma, ocupado uma tríade pêcheuxtiana: língua, sujeito e

história<sup>31</sup>, temos por entendimento que a formação discursiva é nada mais do que reflexo de uma formação ideológica.

Em outras palavras, o discurso é a materialização concreta de uma ideologia. Dentro do enunciado há toda uma ordem e instância articulada entre quem fala e do lugar que fala: “os discursos são governados por formações ideológicas” (BRANDÃO, 2012, p. 47). Por isso que, dentro de um periódico, entender as posições políticas de quem escreve certa fala é de grande importância, ainda mais porque as formações discursivas dos jornais são, em suma, formações sociais, grupos, pessoas, classes dominantes ou dos dominados, que se utilizam deste instrumento para (re)produzir conceitos, ideias, debater momentos conturbados na sociedade.

Nesse viés, os enunciados nos periódicos se inscrevem dentro de um conjunto histórico-social. A fala, ou o poder da palavra, é uma construção de interferências individuais, mas, sobretudo, da exterioridade – a língua e ideologia: “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2007, p. 32).

Os discursos estão sempre concatenados a um campo ideológico, uma vez que os narradores estão filiados a alguma instituição, seguindo regras. Se a linha editorial do jornal, por exemplo, faz parte de alguma tendência político-partidária (esquerda ou direita) ou religiosa (católica, protestante, entre outras), conseqüentemente os enunciados (expressos em uma formação discursivo-ideológica) serão construídos mediante as normas do *lugar social*<sup>32</sup>.

De toda sorte, escrever é sempre uma aventura. Perigosa, diga-se de passagem.

Podemos até ter a ideia bem arquitetada de como iremos começar, mas no decorrer do artesanato da escrita ela vai mudando a todo instante. A cada nova leitura, um leque de horizontes que, se não estivermos bem firmes no objeto central a ser encontrado, enveredamos por tantos outros caminhos que passaremos a andar em círculo. Por muitas vezes senti isto na pele. Vi o abismo eminente em minha frente. Em muitos momentos tive que puxar as rédeas, pois os objetivos ora por outra se desenfream.

Para quem vai construir seu objeto de estudo a partir do apoio das fontes hemerográficas surgem as seguintes indagações: até que ponto os jornais podem revelar o

---

<sup>31</sup> Assim como o linguista Émile Benveniste desenvolveu os *dêiticos* na enunciação: *Ego*, *Hic* e *Nunc* (Eu, Aqui e Agora), ou seja, a pessoa que fala, o lugar de que está se posicionando e o tempo do enunciado, para Pêcheux, a formação discursiva ocupa também três posições de fala: sujeito, língua e história. O discurso obedece a ordem, nesse sentido, de: um sujeito individual que se exprime, que se posiciona, a língua, neste caso, os códigos coletivos e sociais, e a história, que seria os fatores e circunstâncias externas ao sujeito – formação ideológica.

<sup>32</sup> Na parte inicial do Capítulo III faço uma diferenciação entre narrativa e discurso a partir do *lugar social*, baseado na fórmula “Discurso = Texto + Contexto” do linguista francês Dominique Maingueneau (2015, p. 36).

palco das ações humanas que, consciente e inconscientemente, construíram histórias e memórias, as transformações políticas, culturais e socioeconômicas, as normas e regras sociais e culturais e que, em muitas situações, reverberam no momento presente? Existe uma barreira definida na qual o pesquisador tem um limite de enxergar essas ações? Como o historiador se utiliza das fontes hemerográficas como aprofundamento de sua pesquisa? Os jornais são fontes ou objeto de pesquisa? Existem meios metodológicos e manuseios corretos para a utilização dos jornais?

Estas indagações são possivelmente respondidas a partir dos caminhos metodológicos e manuseios corretos que o historiador sabe trilhar. O jornal, enquanto fonte para a pesquisa e/ou próprio objeto de estudo, é preciso saber manuseá-lo para se achar as informações procuradas. É o que o autor Juremir Silva alerta: “trata-se de mais um trabalho de “desencobrimento”, de desconstrução narrativa, de revelação da ambiguidade de certos discursos e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob poeira das frases do passado” (2017, p. 9).

Há várias maneiras de se adentrar nos impressos para descobrir os processos históricos, as ideias políticas, culturais, econômicas. Maneiras que vão desde a utilização correta dos campos teóricos e metodológicos, até o ato de usar luvas, máscara protetora e máquinas digitais sem flash, que, dependendo do ano do periódico, podem danificar o documento. O uso, por exemplo, da Análise de Discurso e da Linguística são os mais usados para identificar as matrizes ideológicas, os projetos arquitetônicos político-culturais e os pressupostos de uma formação de consciências.

Costumo dizer que uma coisa muito importante sobre o ato de manusear as fontes é o saber olhar sobre o *primeiro* e *segundo céu* nelas.

O *primeiro céu* e *segundo céu* sobre as fontes é aquilo que Michael Foucault, na obra *A ordem do Discurso* (uma conferência a aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970) e, posteriormente, Michel de Certeau, na obra *A escrita da história* (1982), irão chamar de *ditos* e *não-ditos*.

Para estes consagrados autores, os discursos devem ser analisados com cautela, chamando, dessa forma, atenção do pesquisador a refletir sobre os direcionamentos dos discursos nas fontes impressas. O *não-dito* (*segundo céu*) nos enunciados é o que dá o verdadeiro sentido por trás das palavras, das imagens que o autor (redator) não apresentou de forma explícita. Pois a partir desse plano é que enxergaremos que por trás das *coisas ditas* (*primeiro céu*) há toda uma estrutura de poder política e ideológica bem organizada de um grupo que é dominante ou que está tentando dominar o espaço social, político, econômico e,

que muitas vezes, não pode ser vista nas linhas dos discursos, mas sim nas entrelinhas das enunciações<sup>33</sup>.

Sobre o *dito* e o *não-dito* nos discursos, explica Michel Foucault que:

Às *coisas ditas*, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o *não-dito* que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual. [...] Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence. A descrição não consiste, pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o *não-dito* cujo lugar ele ocupa; nem como podemos reduzi-lo a um texto silencioso e comum; mas, pelo contrário, que posição singular ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados. (FOUCAULT, 2008, pp. 124;135-136). (*Grifos meus*).

Os jornais, panfletos, revistas, cada um especializado numa vertente própria, traz a possibilidade do historiador investigar a posição política e ideológica do periódico (*não-dito*) através de alguns elementos que compõe o corpo da fonte impresso: o campo editorial, as notícias políticas, as informações do cotidiano, artigos dos colunistas sobre os acontecimentos econômicos, culturais, políticos, as cartas e crônicas. Todos estes elementos são essenciais porque trazem nas suas entrelinhas tomadas de posições, muitas vezes até partidárias.

É nos *ditos* e *não-ditos* que o pesquisador tem a oportunidade de enxergar os espaços construídos nas fontes impressas e, conseqüentemente, permear num passado histórico. Consegue permear porque “os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país” (LUCA; MARTINS, 2008, p. 8). Conclui as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca: “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel” (2008, p. 8).

---

<sup>33</sup> Para compreender o objetivo da palavra dentro dos periódicos é preciso entender que o discurso começa a existir no plano interior e vai ganhando formas de intenções dentro do espaço social na sua exterioridade. E, a partir do plano exterior, ganha materialidade, influencia o meio e, assim, o poder de transformá-lo: “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Sua natureza social [...] está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 2006, pp. 15;126). Helena Brandão entende o discurso como formação ideológica de interações de confrontos e alianças entre pensamentos, em que ressalta: “[...] o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito direta ou indiretamente as posições de classe social, política e econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si” (BRANDÃO, 2012, p. 23).

Por isso que o documento hemerográfico é um “documento morto vestido para o ato inaugural”<sup>34</sup>, no sentido simbólico da palavra, uma vez que estar sob as poeiras do tempo, guardado em gavetas com tonalidades esmaecidas pelo bolor, muitos deles até esquecidos, só esperando o momento de uma pessoa retirá-los desse silêncio e esquecimento e vesti-los para o “ato inaugural” – dá vida à fonte e voz para que possa torná-los possíveis de uma investigação contextualizada com as relações sociais e políticas –, e fazer com que a fonte saia do campo de berlinda e tenha a oportunidade de ser a atenção da pesquisa.

Dar vida aos impressos, levando-os a categorização de objeto de estudo, “[...] justificase por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social [...]” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Esse modo de pensar de Helena Capelato e Ligia Prado é bem próximo de Jacques Le Goff, em que as autoras passaram a entender os jornais como discursos políticos que produzem estratégias e legitimação, jamais podendo ser tomado “como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (ibidem, p. 19), mas como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2010, p. 536).

Trabalhar com jornais é vivenciar uma complexa teia de análises e significações. O historiador, além de dar conta dos significados dos discursos, tem que responder quais os aspectos que motivam os jornais a suscitar credibilidade e publicidade aos acontecimentos. É buscar entender que há uma história dentro dos discursos. Em outro modo de refletir: “[...] a história é sempre texto, ou mais amplamente, *discurso*, seja ele escrito, iconográfico, gestual [...]” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 540). Tem por obrigação, apoiando-me ainda na fala de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas:

Relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social. (1997, p. 540).

Quando nos debruçamos sobre os jornais desgastados, a todo o momento estamos pisando num terreno pantanoso. Como meios metodológicos de desenvolver a problemática,

---

<sup>34</sup> Frase retirada do pensamento de Michel de Certeau (1982). Este autor nos alerta que o historiador, ao fazer a operação historiográfica, se assemelha a um operário, que ao trabalhar sobre o material (fonte), tem o objetivo de transformá-lo em história viva. Os jornais sob o silêncio e poeiras do tempo estarão sempre de prontidão para o seu ato inaugural.

vários questionamentos o historiador deve fazer no ato de pesquisar o jornal que tem em mãos: como os periódicos foram apropriados e instrumentalizados como ferramenta de poder e ideologização? A quem pertenciam ou quem financiava esses jornais? De que forma esses veículos impressos podem ser trabalhados como espaço de representação? Quais intenções políticas e ideológicas estão por trás dos discursos? É possível compreender como estavam as teias de poder em certo período a partir da construção discursiva dos jornais? Houve mudanças de linha editorial durante a editoração?

Essas indagações são nada mais do que a aproximação do olhar atento do pesquisador sobre sua fonte. Quanto mais o historiador se aproximar (aprofundar) do seu objeto (documento-fonte) mais visibilidade terá sobre as fronteiras das enunciações. Isso nos faz lembrar agora uma importante metáfora do historiador alemão Reinhart Koselleck:

Poder-se-ia aclarar esta discussão através da utilização da metáfora do fotógrafo. Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. [...] O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. Esta seria minha resposta àqueles que argumentam se só seria possível a realização de análises de discursos. (1992, pp. 137-38).

Todos esses possíveis caminhos metodológicos fazem com que o historiador fique longe de atribuir a função aos impressos apenas como registro do passado<sup>35</sup>. Refletir sobre o jornal em que a “questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257), é problematizá-los por meio de suas articulações, conjunturas, sua inserção na sociedade. Quando o artesão da *Clio* avança seu nível de compreensão da fonte, passando de mero documento de acontecimentos para um documento-jornal que precisa ser historicizado, ele deixa de ser apenas uma fonte auxiliar<sup>36</sup> da pesquisa para ser o próprio objeto de estudo. Ao invés do pesquisador explorar a fonte para esclarecer ainda mais sua problemática que está sendo investigada, ele se utiliza do jornal para tentar

<sup>35</sup> Os historiadores Robert Darnton e Daniel Roche criticaram a forma como foi dada a função dos jornais por muitos historiadores que se utilizavam dessa fonte para entender a Revolução Francesa, em que “tratava em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como ingrediente do acontecimento” (1996, p. 15).

<sup>36</sup> Sobre o jornal ser um auxiliador na pesquisa (no sentido de ser apenas uma fonte de apoio), Maria Helena Capelato chama atenção ao fato de como os historiadores se utilizam dos impressos para se aprofundar no objeto de que está sendo estudado: “[...] há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas” (1988, p. 34).

entender como o veículo impresso atuou no acontecimento histórico, como o periódico modificou as estruturas sócio-políticas e tentou atuar sob a forma de agente influenciador.

Destarte, os jornais como instrumento que tem a capacidade de manipular, (re)criar formas de interveniência nos espaços da vida humana e nas instituições, merecem ser trabalhados, seja como fonte auxiliar ou fonte principal do objeto de estudo, com uma severa postura crítica às informações recolhidas. Estabelecer limites de análises dos discursos e enunciados, não fazendo, dessa maneira, certas inferências sem contexto e coerência, é não rotular e muito menos generalizar as produções discursivas e as abordagens enunciativas que cercam os impressos, mas fazendo destas os caminhos possíveis para se chegar ao segundo plano do jornal – aquilo que se passa por trás dos órgãos da imprensa, as reais intenções dos editores, até mesmo enxergar as contradições de discursos que os jornais vão sofrendo ao longo de editoração.

Historicizar um periódico não é apenas dar ao documento um valor histórico, mas também saber problematizar os conflitos e interesses que fluem de dentro dos jornais, movidos por ondas conflitantes que são nada mais do que reflexos das interferências internas (grupos dominantes que produzem e manipulam os impressos) e externas (sociedade em geral, leitores e as agitações sociopolíticas e econômicas).

Quando o construtor da historiografia se lança a estudar de maneira minuciosa certos tipos de fontes e, mais especificadamente, as hemerográficas, a partir de um contexto social considerado importante para o campo histórico, perceberá que os discursos que nesses impressos se encontram funcionam como uma maneira de mostrar momentos particulares do cotidiano da sociedade. Contudo, constitui a realidade da qual faz esse captura de forma bem seletiva, o que ocasiona a exclusão, pois, os jornais, a exemplo, são “[...] um veículo de reprodução parcial da realidade” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11), como também servem para confrontar ou ocultar o (des)equilíbrio de poder pertencente à camada social que domina ou está tentando dominar as instituições que têm a capacidade de reger os indivíduos.

### **Síntese: Estruturação, fontes da pesquisa e problematização**

Pegando todo esse apanhado teórico-metodológico discutido acima, sobre o historiador diante das fontes hemerográficas, surge a primeira pergunta dentro do meu objeto de estudo: os jornais pesquisados serviram como instrumentos de manutenção ou de contestação da ordem Civil-Militar? Observando as mudanças de discursos ao longo do Regime dos presidente-generais, já posso adiantar que se prestaram tanto a uma coisa quanto

a outra. Tudo dependia dos interesses daqueles que estavam por trás mediando os discursos. O que não há como se falar de uma verdade única<sup>37</sup>.

Embora tenha lançado muitos questionamentos, terei como problemática principal: Como se deu a representação do Regime Civil-Militar e as relações de poder nos discursos veiculados na imprensa de São Luís, principalmente no *Jornal Pequeno*, *Jornal do Maranhão* e *Jornal do Dia*?

Tais questionamentos acima acontecem (dando-me espaço para problematizar com mais segurança meu objeto de estudo) porque ao se produzir uma escrita, cada palavra instituída vem coberta de sentidos duplos, buscando direcionar os discursos para o grupo determinado por seus interesses, como Mikhail Bakhtin explica que:

A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social [...] é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. (2006, p. 17).

Trilhando por esse viés, é possível sustentar a *inferência* que durante o Governo Civil-Militar, a imprensa maranhense ficou dividida entre aqueles que combateram e os que ficaram do lado do Sistema Civil-Militar, como também que tais discursos de posicionamentos estavam refletidos em muitos momentos por interesses específicos e pelo jogo político, e que a todo instante produziam opiniões sobre como estava se estruturando o Estado de viés militar, com discursos ideológicos que fossem capazes de orientar a sociedade de qual lado deveria ficar<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Outros historiadores consagrados já debatiam sobre essa questão da fonte impressa sendo atribuída como documento que revela a verdade, em que o historiador tradicional estava preso à fonte, não podendo fazer conjecturas, ir além do primeiro plano, adentrar nos discursos. É o caso, por exemplo, da obra de Jacques Le Goff, *História e Memória* de 1988 (junção de diversos ensaios que ele escreveu entre os anos de 1977 a 1982): “No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 2010, p. 548).

<sup>38</sup> O jornal lançado na sociedade como um veículo de construção de conceito, ideologia e política, chega ao público-leitor com discursos recheados de uma orientação. Bourdieu em *Coisas ditas* (2004) irá chamar de “manipulação simbólica”: “Todos fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução da vida privada e a orientação da visão de mundo [...]. São pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade social” (BOURDIEU, 2004, pp. 121-122).

Ligando minha problemática ao meu horizonte a ser alcançado neste estudo, tenho como *objetivo geral*: analisar as narrativas dos jornais de São Luís (*Jornal Pequeno, Jornal do Maranhão, Jornal O Imparcial, Jornal do Dia, Jornal O Estado do Maranhão*, dentre outros) sobre (e durante) o Regime Civil-Militar, focalizando os discursos político-ideológicos, relações de poder e as representações que foram geradas a partir desses discursos. Dentre estes jornais explanados, aprofundei-me no *Jornal do Dia* no recorte temporal de 1964. Já se tratando dos *objetivos específicos*: a) historicizar o contexto sócio-político do Maranhão, momentos antes do Golpe de 31 de março de 64 e no período Civil-Militar, dando foco para as instituições bem como aos sujeitos que estavam envolvidos na produção dos jornais; b) problematizar as narrativas existentes no *Jornal do Dia*, buscando enxergar o *dito* e o *não-dito* por trás das construções discursivas e, por fim, c) buscar identificar nos referidos jornais os discursos contraditórios em relação ao Regime Civil-Militar.

Para que estes objetivos pretendidos possam se aproximar o máximo possível dos questionamentos e problemática, recorro aos *métodos, metodologia e fontes da pesquisa histórica*.

Michel de Certeau (1982) aponta que o historiador não utiliza apenas o “tempo” como material de análise ou como objeto específico. Utiliza-se também de seus métodos, técnicas de pesquisa e com objetos físicos coletados, em que ele “trabalha sobre um material para transformar em história” (CERTEAU, 1982, p. 79). Nessa óptica, parti de uma pesquisa do tipo exploratória, pois esta, além de facilitar o planejamento do fato estudado, tem o poder de flexibilidade durante a coleta e análise dos materiais que fui encontrando. Como explica Antonio Gil, esse tipo de pesquisa “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito” (apud BERTUCCI, 2008, p. 48).

As técnicas de pesquisa que usei para os procedimentos operacionais que serviram para a realização da parte prática da pesquisa foram a documentação indireta: pesquisa referencial (fontes secundárias) e documental (fontes primárias).

Explica Andrade que “a técnica de pesquisa é a instrumentação específica da coleta de dados” (2010, p. 121), nesse sentido, usei a natureza de fontes primárias, que se refere à documental, para o tratamento adequado do meu objeto de estudo e, conseqüentemente, como instrumento de coleta de dados. Nesse caminho, no que tange à coleta de dados para a análise da imprensa maranhense de 1964 a 1974, que foi por meio dos jornais impressos, busquei nos acervos do Arquivo Público do Estado do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dentre outros acervos.

Antonio Gil ressalta que “[...] o fato isolado, enquanto tal, não possui significado” (2008, p. 20). Nesse sentido, os sentidos e significados que há nos discursos dos jornais não se dão de forma aleatória e não funcionam livres das influências sociais. Significando, assim, que nos discursos envolvidos nos jornais há uma multiplicidade de visões, leituras e análises que não são estáticas e nem lineares, portanto, produto da permanente utilização e revisão desse tipo de fonte documental (ALBERTI, 1996).

Em relação aos capítulos, a pesquisa foi estruturada em três partes:

No primeiro capítulo, intitulado: *INTELECTUAIS & REVOLUÇÃO: O entardecer de março de 1964 sob a óptica de duas narrativas divergentes*, discuto como os intelectuais das academias e aqueles situados fora deste espaço (ligados a outras instituições<sup>39</sup>) analisaram o momento pré-1964 e o período Civil-Militar.

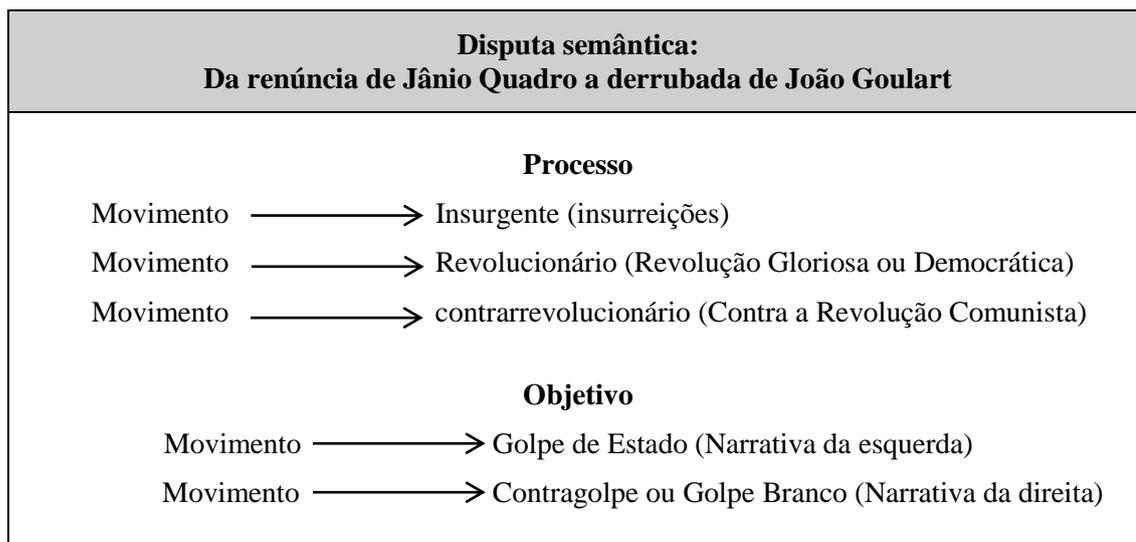
As perguntas que cercaram o “Capítulo I” foram: o acontecimento que marcaria a história brasileira de 31 de março foi um Golpe ou Contragolpe que estava se instalando no país? Ou não foi nenhum destes dois, mas, sim, uma “Revolução Gloriosa”, defendida pelos militares conservadores? Foi um movimento, insurreição(ões) ou Revolução? A tomada de poder foi apenas militar ou os militares se serviram também dos meios midiáticos, das manifestações civis e das manobras empresariais? As instituições/intelectuais, estudados neste capítulo, estavam abraçados com o Regime Civil-Militar ou eram contrários aos movimentos insurgentes que tentavam derrubar João Goulart?

Para que eu pudesse chegar a algumas respostas, mesmo que mera interpretação do meu olhar sobre as obras dos intelectuais, tive que me debruçar em duas vertentes bem distintas. Isto porque uma disputa semântica estava em jogo. Existiram duas narrativas que se digladiavam a todo instante antes e depois de março de 1964. De um lado, estava o acervo acadêmico dos intelectuais contra a burguesia imperialista e a classe liberal-conservadora, classificada de narrativa das esquerdas ou narrativa marxista. Na outra margem, uma produção escrita pelos punhos daqueles que buscaram construir outro tipo de verdade e imagem sobre a renúncia de Jânio Quadros, a instabilidade que derrubou João Goulart, o enaltecimento dos político-militares e que neste período aconteceu, sem sombra de dúvidas, uma Revolução, um Contragolpe, um *processo revolucionário*, que denomino de narrativa da direita ou narrativa liberal-conservadora.

Abaixo exemplifico esta disputa semântica:

---

<sup>39</sup> Tais como: Escola Superior de Guerra – ESG, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, Biblioteca do Exército – Editora, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, dentre outras instituições.



**Quadro I:** Estrutura sobre as construções semânticas dos acontecimentos que desencadeou o movimento histórico de 31 de março de 1964.

Meia-noite de 31 de março de 2021. Os ponteiros dos relógios marcavam 57 anos que João Goulart foi derrubado do Poder Central. Num ditado brasileiro “Caiu do Cavalo”. Só que, neste caso, sua queda foi arquitetada, planejada. Sem contar que a deterioração/fragmentação interna que havia no PTB e entre os representantes da esquerda, principalmente do PCB, também serviram para fragilizar ainda mais a sustentabilidade de Jango no Cargo Executivo.

Para as Forças Armadas e o grupo dos liberais-conservadores, esta data é sempre lembrada na forma de comemoração. Para os combatentes do antigolpismo, tem um gosto de ressentimento e de tristeza.

Alguns questionamentos ainda persistem mesmo com todo um acervo já produzido sobre o referido acontecimento histórico: foi Golpe ou Revolução? Foi Golpe ou contrarrevolução? Foi uma Revolução ou Contragolpe?

O primeiro ponto que devemos nos atentar é para a disputa semântica que havia (e ainda hoje há) com estes termos e os equívocos na própria construção da pergunta.

O segundo ponto – compreendido a partir do entendimento do primeiro –, é que a dúvida não pode ser feita aproximando as seguintes palavras: Golpe ou Revolução; Golpe ou Contrarrevolução; Revolução ou Contragolpe.

Esta disputa semântica que explico a partir das leituras feitas dos autores clássicos considerados do viés de esquerda (ou marxistas), dentre os quais destaco Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Hélio Silva, Werneck Sodré, etc., bem como as narrativas da ala direitista e acervos publicados pelos próprios militares, alguns inclusive encontrados nos

volumes *A Revolução de 31 de março. Colaboração do Exército*<sup>40</sup>, busco mostrar que é preciso entender este período a partir de duas partes:

- a) *Processo* em jogo;
- b) *Objetivo* a ser alcançado.

O *processo* em jogo é a cadeia do percurso. Ou seja, é todo o emaranhado ante a queda de João Goulart, com vários acontecimentos distintos que influenciaram direta e indiretamente as disputas políticas e de poder nas esferas institucionais.

Vamos aos exemplos<sup>41</sup>:

Para Caio Prado Jr., o movimento que originou o Golpe de 31 de março não foi uma Revolução e nem Contrarrevolução, mas um movimento insurgente ou com várias insurreições. Estas insurreições que ele denominou em sua obra *A Revolução Brasileira* (1966) foram os acontecimentos que ocorreram do Governo de Jânio Quadros até o dia 31 de março de 64 – que não deixavam de estar interligados – e interpretados sob diferentes olhares: a) saída de Jânio Quadros; b) tentativa de não deixar o Vice-Presidente assumir no seu lugar; c) posse conturbada de João Goulart; d) crise econômica e inflacionária no país; e) tentativa das Reformas de Base; f) Comício na Central do Brasil em 13 de março; g) reunião no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro em 30 de março; e) Marcha da Família com Deus pela liberdade e vários outros momentos históricos que mexeram com os ânimos da sociedade.

Para o escritor e jornalista Hélio Silva, em sua obra *Golpe ou Contragolpe?* (1975), a pressão em João Goulart é decorrente de três causas no *processo* que estava em jogo: a) modificações na estrutura social; b) crise institucional; e, por fim, c) crise de representatividade política. Estes fatores foram suficientes para que as classes empresarial-conservadoras e Forças Armadas, principalmente os líderes do Exército, se manifestassem na imprensa e em outros espaços com o discurso de que somente um *processo revolucionário* mudaria a figura do Brasil no cenário nacional e internacional<sup>42</sup>.

Para os intelectuais direitistas, políticos dos partidos conservadores e Forças Armadas, o *processo* que estava em jogo ficou dividido em duas narrativas bem tênues: enquanto que

<sup>40</sup> Os autores são, dentre muitos outros: Gilberto Freyre, Hugo Abreu, Teophilo Andrade, José Aragão, etc. Utilizo os seguintes anos de publicação dos volumes: de 1965, 1966, 1967 e 1969.

<sup>41</sup> Os exemplos aqui citados serão aprofundados no Capítulo I.

<sup>42</sup> É importante lembrar que o presidente Kennedy dos EUA, após receber muito bem Jango em sua terra americana em 1962, no ano seguinte, em 1963, não hesitou em cogitar uma intervenção militar no Brasil caso o Presidente Jango insistisse em querer continuar com o seu projeto de Reformas ou querer permanecer no Cargo Executivo. O que logo após foi encontrado documentos sobre a *Operação Brother Sam*.

para uns o país se encontrava mergulhado no atraso social, na corrupção político-administrativa, crise moral e econômica e numa problemática gestão de João Goulart no Cargo Executivo o que, nesse sentido, o resultado dos acontecimentos gerou uma revolução, para outros intelectuais da própria classe conservadora que detinham poder de voz na sociedade, o contexto teria levado os grupos antigoulartistas a fazerem uma Contrarrevolução (discurso de terem interrompido uma possível Revolução Comunista no país).

No que se trata do *objetivo* a ser alcançado, é o discurso da intenção. É a justificativa da causa. Em outras palavras, de explicar o porquê da derrubada de João Goulart do Poder Central.

Para as narrativas das esquerdas, o acontecimento de 31 de março de 1964 foi denominado de Golpe de Estado, Golpe Militar, Golpe Civil-Militar, Golpe Empresarial-Civil-Militar ou, na visão de Juremir Silva, um Golpe Midiático-Civil-Militar<sup>43</sup>.

Segundo os intelectuais marxistas, os grupos conservadores e reacionários se aproveitaram do discurso de que iriam fazer uma *Revolução Democrática* no país e, ao mesmo tempo, interromper outra Revolução que estava implícita à sociedade brasileira para ter como intenção-final dar um Golpe de Estado e, assim, tomar o Poder Central para si.

Já os direitistas e militares pregaram o discurso semântico de Contragolpe ou Golpe Branco (como é o caso da explicação de Gilberto Freyre<sup>44</sup>). Para estes grupos havia uma intenção de João Goulart golpear o Estado no fim do seu mandato presidencial e instalar no Brasil uma Ditadura Comunista ou transformar o país numa política totalmente socialista. Para que isto não acontecesse seria necessário dar um Contragolpe ou Golpe Branco no Poder Central.

Após detalhar a estrutura da disputa semântica deste contexto histórico, fica mais viável dizer que as perguntas corretas devem ser:

- Foi Golpe de Estado, Contragolpe, Ou Golpe Branco?
- Foi Revolução ou Contrarrevolução? Ou apenas um movimento insurgente?

O que para a ação militar o que estava acontecendo seria uma verdadeira Revolução Democrática no país, de mudanças profundas e com uma nova sociedade no lema “ordem e progresso”, foi na prática uma espécie de “revolução” política apegada aos termos antigos, ou

<sup>43</sup> Título do seu livro: SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 8ª edição, 2017.

<sup>44</sup> Conceito que se encontra no texto: Em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros. In: O Processo Revolucionário Brasileiro. Brasília: AERP, 1969.

seja, de retorno a ordem, restauração e não especificamente de transformação como muitos antiesquerda divulgaram ser. Não por acaso, o movimento de 1964 ainda hoje é questionado entre pares acadêmicos – existe certa distanciação de consenso – se houve Golpe de Estado ou Contragolpe, se houve uma revolução, contrarrevolução ou um movimento de insurreição(ões), pois nos discursos dos militares eles fizeram nada mais do que “salvar” um Brasil do futuro caos do Golpe Comunista. Os veículos de comunicação estavam justamente debatendo constantemente a ideia se houve ou não revolução, em 1964, e sobre as classes/grupos que tomaram a iniciativa em articular o Golpe de Estado.

O segundo capítulo, com o título: “*VITORIOSA REVOLUÇÃO*” OU “*IMPOPULAR*”?: *Debates sobre a atuação do Regime Civil-Militar na imprensa ludovicense*, trabalho em torno da seguinte busca: de que forma o Regime Civil-Militar foi debatido em São Luís? Em outras formas de problematizar isto: quais os veículos político-ideológicos estavam discursando, seja a favor ou contra, sobre a entrada dos militares no poder político? Adianto desde já: os veículos de comunicação – rádios e jornais impressos – foram os mais utilizados que compuseram as rodas de debates nas camadas ludovicenses.

Este “Capítulo II”, que serve até como ponte para o terceiro, se aprofunda em entender quais periódicos estavam “a todo vapor” tecendo artigos e colunas sobre as intenções da chamada Revolução de 31 de março e as mudanças políticas no país. Aliás, Imprensa e Política caminharam de mãos dadas, negando ou positivando a República dos presidente-generais.

O terceiro e último capítulo traz por título: “*NO REDEMOINHO DAS REAÇÕES*”:  
*Jornal do Dia e suas narrativas político-ideológicas em 1964*, se concentrará em trabalhar a imprensa – tendo como objeto de estudo o *Jornal do Dia* e estreitando o recorte temporal para o ano de 1964 – não apenas no campo de como os editores e redatores estavam debatendo o movimento que originou a saída de João Goulart e a atuação dos militares na Presidência da República, mas, além disso, trazer a construção das narrativas para quem estava arquitetando, porque defender ou ir contra o Regime Civil-Militar e, desta forma, compreender quais os interesses políticos dos editores e redatores.

Através do *Jornal do Dia* é possível também tecer a briga entre Victorino Freire (e os correligionários vitorinistas) e o jovem José Sarney. Uma disputa de poder político em que de um lado encontrava-se o Deputado Federal que construía sua imagem de “líder”, “Messias” e que traria um “Maranhão Novo”, enquanto que o Vitorinismo tentava a todo custo e sacrifícios manter a oligarquia que perdurava por duas décadas. Dentro deste hiato ainda encontraremos o discurso de Revolução Democrática e *processo revolucionário* narrados nas

páginas *do Dia* de forma positiva e momentos criticados, sendo aproveitados para fins de campanha eleitoral e firmar laços com o Poder Executivo comandado pelo Presidente-General Castello Branco.

Uma palavra muito importante que merece ser discutida nesta parte introdutória – percorre por todo o corpo da pesquisa, mesmo que implicitamente em muitos momentos –, é o conceito e os múltiplos significados de revolução.

“Palavras são ideias”, disse o grande literato Fernando Pessoa no poema *Severo Narro*<sup>45</sup>. E se ideias são informações ou conhecimento de algo de determinado tempo, então a palavra revolução requer certos cuidados quando se busca dar um sentido mais coerente possível para ela, principalmente dentro de um contexto específico, como é o caso da “Revolução Pernambucana”, “Revolução Praieira”, “Revolução de 30”, “Revolução de 1964”.

Os cuidados se valem porque os significados das palavras não são fixos e presos no espaço (lugar) e tempo (cronológico). Mas, diferentemente do que muitos imaginam, eles tomam variações juntamente com as mudanças sociais, culturais, econômicas e algumas delas até mesmo por interferências político-ideológicas.

É o que acontece com o próprio termo golpe, usado tantas vezes no período conturbado de 1964 e posteriormente.

No século XIX o significado atribuído à palavra golpe ainda não tinha como sentido algo relacionado a derrubar alguém do poder. O primeiro dicionário brasileiro, *Diccionario da Lingua Brasileira* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto, comprova bem isto: “Pancada. Feri-la. Quantidade de talho. Fig. Infortunio. *De golpe*. A bom tempo. *De hum golpe*. De huma vez” (PINTO, 1832, p. 563. *Grifo do Dicionário*).

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto, primeira edição de 1964, lançado em plena agitação e mudanças políticas, dá para perceber a diferença deste para o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832: “Golpe, s. m. Pancada; ferimento; corte; incisão; lance; crise; gole; trago; *ardil; esperteza*” (CARVALHO; PEIXOTO, 1964, p. 530. *Grifos meus*).

Os dois últimos entendimentos, no dicionário de J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto, sobre o que também poderia vir a significar o nome golpe – aquele que é arдил e esperto – mostra que a palavra deixava de ser apenas para caracterizar a pessoa que fere ou dar pancada em alguém/objeto e expande para outros sentidos, com adjetivos que se referem a uma pessoa astuta, com habilidades e artimanhas de enganar.

---

<sup>45</sup> Ver: Odes de Ricardo Reis. Fernando Pessoa. (Notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor). – Lisboa: Ática, 1946, p. 143.

Como foi dito, os significados das palavras se expandem no ritmo das mudanças sociais, culturais e políticas. Constantemente a palavra é influenciada pelo contexto em que se encontra. É por essas razões que hoje, nos consagrados dicionários contemporâneos, há um amadurecimento da palavra golpe em que, para se chegar a todos os sentidos que ela pode trazer, os linguistas fizeram uma contextualização entre a ideia antiga e os fatos e acontecimentos históricos.

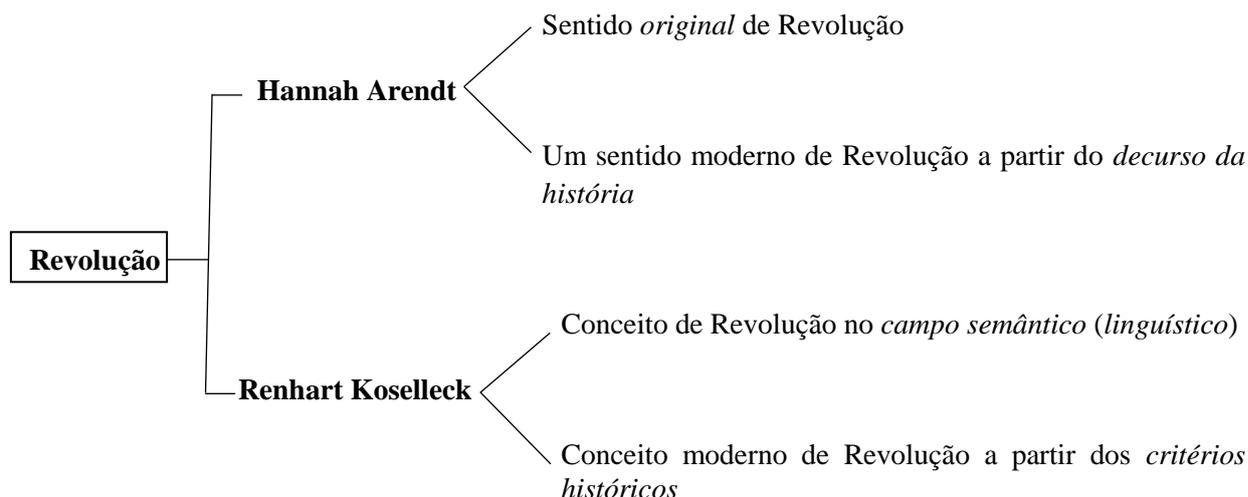
Nos informa o *Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras*, organizado pelo linguista Evanildo Bechara:

1. Pancada com objeto cortante ou contundente. [...] 6. *Fig.* Manobra enganosa ou fraudulenta. [...] 7. *Golpe Baixo: fig.* Ação desleal, visando a prejudicar alguém ou a tirar vantagem sobre ele. *Golpe de Estado:* medida governamental extraordinária pela qual um chefe de Estado tenta ou consegue usurpar o poder constituído de seu país. (2011, p. 640). (*Grifos do Dicionário*).

Com estas novas aberturas de significados que a palavra golpe sofreu nas últimas décadas, deixou de ficar presa apenas na ideia de golpe físico ou mesmo de golpear alguém com sentido figurado de ser ardiloso, para ter outro sentido de ação de viés mais político: uma tomada de poder, derrubar alguém da política com estratégias.

Quando se trata de dar profundidade ao conceito de revolução, duas pessoas ganharam muita notoriedade: a filósofa política alemã Hannah Arendt, com a obra *Sobre a revolução* de 1962, e o historiador alemão, Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* de 1979, ainda mais no capítulo três, “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”.

Tanto Hannah Arendt como Reinhart Koselleck buscaram explicar o significado de revolução no que eles consagraram chamar de “sentido originário” (conceito antigo) e no “conceito moderno”. E, ainda que ambos estejam muito próximos em seus modos de analisar o sentido geral e aprofundado de revolução (ler o capítulo três da obra *Futuro Passado* de Koselleck é identificar um pensamento arendtiano entre linhas), é possível fazer uma divisão a partir de como estas duas vozes intelectuais teceram a construção semântico-histórica desta palavra:



**Quadro II:** Revolução dentro de uma construção semântica e histórica nos escritos de Hannah Arendt e Reinhart Koselleck.

Darei destaque a explicação de Hannah Arendt.

A filósofa política Hannah Arendt, mergulhada em suas pesquisas documentais, encontrou que a origem da palavra revolução vem desde o século XVI, no que se acordou em chamar de evolução da Idade Moderna na Europa, quando os filósofos das ciências naturais descreviam o significado como movimento cíclico dos astros e, ao final de cada ciclo, os objetos celestes retornam ao seu ponto de origem (1988, p. 34), sobretudo, a partir do texto de Nicolau Copérnico, *De Revolutionibus Orbium Coelestium* (Sobre as Revoluções dos Corpos Celestes) de 1543<sup>46</sup>.

Nas ideias defendidas por Hanna Arendt, o sentido original de revolução é restauração e não mudanças com intuitos de rupturas abruptas. Assim também compreendiam os gregos e romanos, que as mudanças políticas era retornar ao estado de origem.

[...] As revoluções são os únicos acontecimentos políticos onde enfrentamos directa e inevitavelmente o problema do começo. Porque as revoluções, seja qual for o modo por que sejamos tentados a defini-las, não são simples mudanças. As revoluções modernas pouco têm de comum com a *mutatio rerum*<sup>47</sup> da história romana ou a στάσις<sup>48</sup>, a luta civil que perturbou a polis grega. [...] A antiguidade conhecia bem a mudança política e a violência que a acompanhava, mas nenhuma delas lhe parecia realizar qualquer coisa de

<sup>46</sup> Para ver o livro completo digitalizado, ver no site da Biblioteca Digital Mundial: <https://www.wdl.org/pt/item/3164/#contributors=Copernicus%2C+Nicolaus%2C+1473-1543> ou pelo endereço: <https://www.loc.gov/resource/rbc0001.2012gen31925/>. Acesso em: 02/09/2019.

<sup>47</sup> Frase em Latim que significa “mudar as coisas; uma mudança de(a)”.

<sup>48</sup> Pronúncia grega que significa “parar; parada”.

inteiramente novo. As mudanças não interrompiam o decurso daquilo que a idade moderna chamou história. (ARENDDT, 1971, p. 21).

No início desta parte introdutória havia chamado atenção em relação que a palavra não fica presa num espaço-temporal. Seguindo esta mesma afirmação, o termo revolução foi retirado do campo astronômico e passou a ser usado e compreendido metaforicamente no campo histórico-sociológico no que tange as transformações políticas e estruturais de uma sociedade. Mas aqui vai uma observação, segundo Hannah Arendt: se tal palavra é retirada de um campo de estudo para ser jogada em outro é necessário se distanciar deste primeiro conceito (tradicional e cíclico) que foi desenvolvido pelos filósofos modernos e dar um novo sentido a ela (mudanças profundas de estruturas). E outro detalhe que se faz interessante é o reconhecimento das variações conceituais desta palavra: ela vai se modificando cada vez mais no afastamento do primeiro entendimento.

Somente com a Revolução Francesa (1789), designação esta que foi dada após o período, que tal conceito sofreu novos olhares, embora seja de suma importância dizer que a ideia inicial dos revolucionários estava mais próxima da terminologia antiga (derrubar o Regime). Somente a partir das sucessões de fatos e acontecimentos num período longo e, cercado de profundas transformações nas estruturas sociais, econômicas, políticas, e até culturais, foi que os intelectuais revolucionários franceses passaram das intenções de colocar um novo governo para mudar totalmente as formas de governar na França. Nascia, assim, uma nova concepção de história enquanto onda, força que impulsiona e que traz profundas mudanças. Não mais uma revolução com forças cíclicas – presa ao tempo –, contudo, contrariamente, com rupturas.

Trazendo o conceito de revolução para dentro das fronteiras dos movimentos históricos do Brasil, a coisa parece ainda mais se diluir em divergências. É como explicou Gilberto Freyre em *O Processo Revolucionário Brasileiro* de 1969:

A esta altura impõe-se que seja, antes de outras considerações, fixado o sentido sociológico corrente do termo “revolução” para que melhor se saliente o *significado da quase paradoxal variante brasileira*. [...] É este problema, êsse, de semântica, ao mesmo tempo que de psicologia social, a que vários sociólogos, economistas, psicólogos e historiadores sociais têm dedicado especialíssima atenção [...]. (1969, p. 21). (*Grifos meus*).

Em primeiro lugar, cabe frisar que Revolução Brasileira pode ser entendida como conjunto de transformações que ocorrem e que já ocorreram em nosso país. Mas, tal entendimento nunca foi aceito por todos os grupos.

No *Diccionario da lingua brasileira*, de 1832, a palavra revolução traz certas problemáticas, pois antes mesmo de vários acontecimentos no século XX – consagrados como atos revolucionários –, e da publicação do livro *Sobre a revolução* (1962), de Hannah Arendt, o mesmo já tinha aproximado o conceito sobre aquilo que altera na sociedade: “Na Astronomia Giro dos Astros. Fig. *Mudança Política. Transtorno*” (PINTO, 1832, p. 938. *Grifo do Dicionário*).

Observando o *Dicionário da Língua Portuguesa* de 1964, é possível encontrar uma grande influência do pensamento arendtiano, tanto no conceito original de revolução como moderno: “REVOLUÇÃO, s. f. Ato de revolver; mudança violenta, sobretudo na constituição e govêrno de um Estado, realizada pela fôrça; revolta; indignação; volta de um astro ao ponto de onde partiu; tempo gasto por um astro para percorrer a sua órbita; rotação” (CARVALHO; PEIXOTO, 1964, p. 893).

Um dos importantes sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, buscou também explicar o conceito de revolução. E mesmo sabendo que é uma tarefa difícil de explicar uma palavra que traz tantos sentidos distintos, em que o uso desta palavra “tem sido empregado de modo a provocar confusões” (FERNANDES, 1981, p. 7), mesmo assim o sociólogo se arrisca em desenvolver o sentido de revolução tanto no campo terminológico como dentro de um jogo de poder, intenções e dominações, pegando, como exemplo e crítica, o movimento de 1964:

A palavra “revolução” encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura [...]. No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança social” e “mudança revolucionária”, que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 1981, pp. 7-8).

Contrário as posições de Gilberto Freyre (que defendia uma revolução guiada pelo grupo político-ideológico antiesquerda), Florestan Fernandes não lia com bons olhos esta ideia de se fazer uma revolução democrática a ponto de tirar João Goulart da Presidência. Apenas o debate terminológico deste termo não traz uma relevância importante, defendia o sociólogo. É preciso entender o jogo desta palavra e seus efeitos na sociedade. Neste caso,

revolução traz implicitamente em seu interior duas traduções: “poder e relações de dominação” (FERNANDES, 1981, p. 8).

Estas duas traduções são, na verdade, uma crítica naquilo que foi levado em consideração como Revolução Brasileira. O poder de persuasão através dos meios midiáticos e os mecanismos de dominação cultural e social e que estão tão presentes nas forças dos movimentos insurgentes que o golpe de(n) Estado pode ser anunciado à sociedade como ato revolucionário digno de heroísmo, mítico, “ao mesmo tempo *individualizado* e *romântico*” (FLORESTAN, 1981, p. 19. *Grifos do autor*). E para Florestan Fernandes isto não ocorre por um acaso ou mera coincidência:

*Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do golpe de Estado estariam servindo à nação como um todo (e não privando a nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoísticos e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma o golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava redentora; mas, na realidade, o “império da lei” abolia o direito e implantava a “força das baionetas”). [...]. Nessa conjuntura, confundir os espíritos quanto ao significado de determinadas palavras-chave vinha a ser fundamental. (1981, p. 8). (Grifos meus).*

Muitos brasileiros, instituições e grupos aderiram o movimento de 1964 como uma revolução na história do país. Estavam nada mais do que impedindo outra revolução no país que seria a instalação de um Governo Comunista. Na concepção dos grupos liberal-conservadores e empresarial, as Forças Armadas agiram no momento certo para impedir uma ruptura política (implantação de uma Ditadura Comuno-socialista ou Brasil Comuno-Sindicalista) que iria acontecer caso os partidos de esquerda conseguissem se unir para reger a nação, seja pelas mãos de Goulart ou por outra figura política. Até porque, depois da Revolução Francesa (que duraria dez anos) e da Revolução Russa de 1917 – que já haviam muito influenciado a vida social, cultural e política dos brasileiros – as notícias que se chegavam no Brasil naquele momento era do movimento revolucionário cubano (que ocorrera entre 1953 a 1959), trazendo consigo novos desdobramentos de reflexões.

Florestan Fernandes alertava justamente sobre os cuidados que os brasileiros deveriam ter para não serem enganados por aqueles que detinham o poder da persuasão e o controle das ferramentas midiáticas que faziam de tudo para inverter o espírito de uma revolução e os seus reais significados e, com isto, as classes desprovidas de leituras profundas sobre o que estava por trás do movimento revolucionário de 1964 acabavam que se aliando aos grupos

antirreformas. Ou como concluiu sua preocupação dizendo: “É por aí que começa a inversão das relações *normais* de dominação. Fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder”. (FERNANDES, 1981, p. 9. *Grifo do autor*).

Por que a escolha deste *recorte temporal*?

Através da imprensa é possível entender os acontecimentos de maiores debates e conflitos políticos e ideológicos, em São Luís, dentro do período do Regime Civil-Militar. Os principais jornais acabam sendo uma importante referência de divisão das temporalidades.

Enxergo quatro momentos de maiores efervescências nos grandes periódicos que circulavam na capital São Luís:

I	II	III	IV
1964	1966	1968	1985
Queda de João Goulart e entrada de um presidente-militar	Posse de José Sarney como Governador do Maranhão	Promulgação do Ato Institucional de nº 5 (AI-5)	Crise e fim da Ditadura Civil-Militar

**Quadro III:** Temporalidades históricas em São Luís divididas a partir dos principais acontecimentos políticos debatidos nos jornais

Nos interstícios de cada um destes momentos aconteceram também certas particularidades importantes que suscitaram na imprensa várias discussões. Entre 1964 a 1965, a sociedade maranhense vivenciou o dilema da queda de João Goulart da Presidência da República e a expectativa de como seria o Brasil na nova política regida pelos militares, bem como a dura campanha de José Sarney, na tentativa implacável de derrubar Newton Bello (Governador na época) e seu candidato de oposição, Antônio Eusébio da Costa Rodrigues, não somente ganhar uma eleição governamental, mas interromper uma força política do Senador Vitorino Freire, que representava o estado por longos 20 anos (1945-1965). A vitória de José Sarney foi, conseqüentemente, o enfraquecimento de Vitorino Freire sobre o poder de mando no Maranhão.

No intervalo de 1966 a 1968, momentos de transformações aconteceriam.

O político José Sarney, de forma estratégica, ganha as eleições aclamado e enaltecido pelos jornais e maranhenses que se fizeram presentes em seu empossamento na Praça Pedro II, em São Luís, assumindo o estado com o discurso do “Maranhão 66” – descreve o

documentário gravado por Glauber Rocha –, ou de uma forma mais enfática “Maranhão Novo”, “Messias do Maranhão chegou”, descrito pela imprensa de apoio. Respiraram de perto o AI-5 sendo promulgado em 13 de dezembro de 1968. Começavam-se os debates sobre de qual lado o Governador José Sarney iria ficar.

Do final de 1968 a março de 1985 foi um dos períodos mais conturbados no Brasil devido o quinto Ato Institucional interferir diretamente em toda a imprensa, incluindo não só os jornais impressos, mas rádios e programas televisivos, no sistema educacional e outras esferas institucionais. Nesta última temporalidade o Maranhão viu os Presidente-generais Arthur da Costa e Silva assinando o AI-5 e Garrastazu Médici aperfeiçoando-o. José Sarney deixando o cargo de Governador do Maranhão em 1970, faltando ainda um ano para terminar o mandato, para ser Senador pelo estado. Também assistiu Ernesto Geisel extinguindo o AI-5 em 13 de outubro de 1978 e posteriormente João Batista Figueiredo tentando segurar a todo custo o sistema político, o que logo mais tarde as rachaduras de pensamentos ideológicos internos resultariam numa crise dentro do Regime. Foi aquele momento ímpar que os jornais discutiram sobre a situação da política no Brasil e o porquê da sociedade aclamar uma redemocratização.

Qual a *relevância* de se escrever um trabalho acadêmico desta natureza histórica? Em que ele se *justifica*?

Primeiro pela sua relevância social, uma vez que ao analisar o contexto sócio-político em que o Maranhão se encontrava no período do Regime Militar (1964-1974), através das fontes hemerográficas e as bibliográficas já produzidas sobre o período proposto neste estudo, parti da necessidade de dar uma contribuição acadêmica, como também de tentar compreender as intenções dos discursos político-ideológicos e a representação do Regime Civil-Militar nos jornais, principalmente no *Jornal do Dia*, tratados como fonte-documental relevante para a construção da problemática desta pesquisa.

A relevância social do tema se torna ainda mais viva quando percebi as pessoas voltando a se questionar sobre o que ocorreu realmente em março de 1964 e se houve ou não Ditadura Militar no país. Esta nova efervescência de questionamentos se deu devido às agitações nas eleições presidenciais em 2018, envolvendo dois projetos político-ideológicos e partidários totalmente diferentes entre o candidato Jair Messias Bolsonaro (nas eleições ainda pelo PSL) e Fernando Haddad (PT). Digamos que Ciro Gomes do PDT também fez parte dessa agitação, inclusive nas pesquisas situava-se bem posicionado a disputar a vaga ao Cargo Executivo, mas foi perdendo espaço, principalmente na reta final da campanha.

Neste mesmo interstício em 2018, uma onda midiática partida dos grupos direitistas rememorava os benefícios que trouxe a Revolução de 1964 por ter interrompido um Golpe Comunista e, por isso, seria necessário aproveitar esta eleição (apoiada na candidatura do “mito” construído pelas redes sociais) para frear a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT), que o próprio já vinha sofrendo internamente devido a rachaduras de pensamento e por escândalos de corrupções. As esquerdas e os eleitores de Haddad, com suas “locomotivas” de discursos político-ideológicos, empreenderam diversas publicações e debates sobre a possível volta de uma ditadura escamoteada e de uma direita liberal-conservadora que dominaria as esferas institucionais.

Lembro-me em uma das rodas de conversações sobre política, quando um amigo – defensor da direita e graduado em História – disse que se fosse para o Brasil virar uma Ditadura Comunista preferiria sem sombra de dúvidas a Ditadura Militar, porque esta defende, segundo ele, o nacionalismo e os valores morais. Obviamente ele desconhece um importante pensamento de Hélio Silva: “À medida que a sociedade muda, também muda o papel dos militares” (1975, p. 30). Explicando de outra forma, quem garantiria que caso fosse instalada uma nova ditadura no Brasil não poderia ser mais drástica do que foi no AI-5? Principalmente com uma sociedade de novos recursos tecnológicos em que os líderes no Poder Central poderiam se apoiar facilmente nas ferramentas tecnológicas para ter o controle social e político bem empoderador e manipulador. Quem garante também que os militares podem vir com o discurso de fazer o “papel moderador”, como o fizeram em outros momentos de instabilidades políticas no Brasil e, posteriormente, se aperfeiçoar no Estado a ponto de permanecer intocavelmente? Por coincidência, semanas depois numa outra roda de conversa, encontrei uma amiga – graduada também em História, porém defensora do campo ideológico socialista – dizendo que prefere uma Ditadura Comunista do que uma Militar.

Ouvindo estas duas defesas ideológicas bem distintas, cheguei a uma conclusão: vivemos atualmente numa sociedade brasileira de grandes convicções extremistas. Em qualquer uma destas duas direções estaremos caminhando para um estado-nação em ruínas. Pode ser até que divulguem o discurso do progresso, mas com certeza os indivíduos e instituições estarão sem liberdades e com falsificações de igualdades.

Esta produção presenciou tudo isto. Incluindo desde a campanha à vitória de Jair Messias Bolsonaro, a derrocada do PT que já perdurava por quase 14 anos na cadeira presidencial, incluindo os desfechos da Operação Lava-Jato, e mais da metade da gestão de Bolsonaro no Cargo da Presidência da República, tendo que lidar com as críticas de suas

falas, com a pandemia da Covid-19 (matando milhares de brasileiros) e com as investigações do esquema da rachadinha envolvendo seus filhos.

Em todo meu percurso de produção, quando alguém sabia da temática da minha pesquisa acadêmica começava a fazer vários questionamentos mencionados acima, o que mostrava e continua a mostrar que há grande interesse ainda por parte dos brasileiros – nas distintas camadas sociais e econômicas – neste objeto de estudo que envolve o período do Regime Civil-Militar. Sem contar que muitos ainda são desinformados das minúcias, ou com informações equivocadas e narrativas distorcidas sobre o processo. Algumas das afirmativas ditas como verdades e que outras fontes comprovam que estão equivocadas acontecem por erros de más interpretações do passado e outras são por puro levianismo.

A outra *relevância* se justifica pela própria importância de trabalhar com jornais no período do Regime Civil-Militar. Além dos impressos servirem para a compreensão do passado, em que “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p.13), a todo instante o pesquisador fica na apreensão de tentar compreender com que tipo de discurso ele está lidando, visto que “[...] os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem torna-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (RÉMOND, 2003, p. 441)<sup>49</sup>. Essa compreensão só será alcançada quando for possível identificar quem está por trás dos enunciados ou mesmo quem são os donos dos periódicos e em qual temporalidade e lugar social se encontram os veículos impressos.

Terceiro porque, apesar do espaço acadêmico já dispor de uma importante produção sobre o referido período, tecido em diversas visões de questionamentos e hipóteses, ainda existe um vasto campo de investigação a ser explorado. O artesão da *Clio* não pode se cansar jamais de seu ofício: “[...] deve avançar cada vez mais profundamente, adentrar-se, mergulhar-se, visitar os porões e os túmulos ou, o que é equivalente, frequentar “as galerias solitárias do prédio dos Arquivos”” (HARTOG, 2013, p. 151)<sup>50</sup>. Justamente tomando por base o objeto de análise deste estudo, tentei trazer discussões que pudessem permitir e fomentar diálogos importantes sobre o proposto recorte tempo-espço.

---

<sup>49</sup> Observando a fala de René Rémond, fica compreendido que a arte da escrita de um discurso na mídia impressa é intercalada entre a política e a sociedade. É no habitat social que a política se materializa. São efeitos de combinação quase que premeditados – as folhas impressas beneficiam-se dos acontecimentos políticos e estes se beneficiam dos jornais impressos. O poder da escrita de um jornal pode trazer um controle persuasivo sobre a sociedade e o ato de discursar, na praxe, é fazer política (RÉMOND, 2003).

<sup>50</sup> A frase “as galerias solitárias do prédio dos Arquivos”, segundo o autor François Hartog, é de Michelet quando se referiu aos Arquivos Nacionais da França, criado em 1794 na capital parisiense.

## CAPÍTULO I

### INTELECTUAIS & REVOLUÇÃO:

#### O entardecer de março de 1964 sob a óptica de duas narrativas divergentes

*O movimento de 64 marca o fim do papel tradicional dos militares na política e o aparecimento de novos padrões. Até então, os militares atuavam como o poder moderador. Derrubavam um Presidente, mas não ocupavam o poder.*

(Hélio Silva, 1975)

Neste primeiro capítulo, abertura para este estudo, busco mostrar como intelectuais das academias e as instituições de poder – esquerda e direita – se manifestaram sobre o momento pré-1964 e os resultados pós-entrada do Regime Civil-Militar. Se havia toda uma estrutura pensada e organizada por parte dos chefes das Forças Armadas para não perderem o controle na política, como, por exemplo, o órgão do DOPS, conhecido também pela sigla DOI-CODI, instalado nas diversas capitais do Brasil<sup>51</sup>, no mesmo ritmo e força houve os combatentes contra os presidente-generais. Ambos os lados estavam dentro da imprensa (rádios e jornais) e nas academias e instituições, publicando diversas obras durante o período.

De fato, a política brasileira regida pelas mãos dos agentes político-militares (1964 a 1985) presenciou duas vertentes de olhares bem distintos sobre aquilo que foi denominado de “Revolução Gloriosa” ou “Revolução Democrática” e a própria atuação dos presidente-generais. De um lado, estava o acervo acadêmico dos intelectuais contra a burguesia imperialista e a classe liberal-conservadora, classificado de narrativa das esquerdas ou narrativa marxista. Na outra margem, temos as narrativas da(s) direta(s) com uma produção escrita pelos punhos daqueles que buscaram construir outro tipo de verdade e imagem sobre a renúncia de Jânio Quadros, a instabilidade que derrubou João Goulart, o enaltecimento das Forças Armadas como instituição resgatadora da ordem política e moral e que o movimento foi, sim, uma Revolução, um Contragolpe<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Em São Luís existiu também a sede do DOPS, gerenciado pela Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão. Através dela, seu controle abarcava todas as cidades do estado, no qual mostra claramente que a nova ordem político-militar estava preocupado em verificar de perto o pensamento intelectual e cultural tanto dos veículos midiáticos, dos órgãos administrativos, das instituições jurídicas, culturais, principalmente os artísticos.

<sup>52</sup> No Brasil, foi presenciado inúmeras vezes a participação dos militares no Estado, direta e indiretamente, naquilo que eles defendiam de estarem recolocando nos eixos a ordem nacional. Por exemplo, dentre vários que

Na mesma amplitude que existiram jornais e obras na intenção de contraordem do sistema, não posso deixar de frisar aqui aqueles que pertenceram de alguma maneira ao Estado – ao sistema político e militar –, e que publicaram vários escritos de defesa.

Autores como: O cientista político Carlos Heitor Cony, com seu livro de crônicas, *O Ato e o Fato* (1964); Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil* (1965); *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel (1965); Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira* (1966)<sup>53</sup>; o jornalista e escritor Carlos Castello Branco, berço de Teresina-PI e conhecido entre seus pares de Castelinho, publicando dois tomos: *Introdução à Revolução de 1964: a agonia do poder civil* (1973) e *Introdução à Revolução de 1964: a queda de João Goulart* (1975); posteriormente, três volumes: *Os militares no poder* (1976), *Os militares no poder: O ato 5* (1977), *Os militares no poder: O Baile das solteironas* (1979); o jornalista e historiador Hélio Silva, com as obras *1964: Golpe ou Contragolpe?* (1975) e *Poder Militar* (1984); *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil* (1967), de Moniz Bandeira em parceria com Clovis Melo e A.T. Andrade<sup>54</sup>; depois, Moniz Bandeira lançaria: *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (1973), *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*, de 1977, *A Renúncia de Jânio Quadros e a Crise Pré-64* (1979); um dos maiores sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, *O que é Revolução* (1981). Todos estes debateram de forma crítica sobre o sentido do movimento de 31 de março de 1964 e as atuações do Regime ditatorial Civil-Militar.

Já outros, como Luís Viana Filho, ministro da Casa Civil do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, com dois tomos seguindo o mesmo nome: *O Governo Castelo Branco*, ambos em 1975, em parceria com a livraria José Olympio Editora; *General Olympio Mourão Filho. Memórias: A verdade de um revolucionário* (1978)<sup>55</sup>, do General Mourão

---

podem ser destacados, desde a deposição de D. Pedro II em 1899, comandada por Deodoro da Fonseca, tivemos: A Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas não deixou Júlio Prestes assumir o cargo de Presidente da República. Em 1945, quando Getúlio Vargas foi forçado pelos grupos liberais e militares (Alto Comando do Exército) a depor seu cargo de Presidente, assumindo o Governo no seu lugar o Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, José Linhares. Uma tentativa de Golpe de Estado contra Vargas em 1954, mediada pela ala conservadora das Forças Armadas, fazendo circular o documento “Manifesto dos Generais” e logo em seguida, nas eleições de 1955, mais outra tentativa de Golpe quando o presidente da Câmara, Carlos Luz, apoiado pela UDN e pelos militares, tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek (PSD) e seu vice João Goulart (PTB). A pressão sobre Jânio Quadros que se despede do cargo em 1961. Reflexo nada mais do que a participação direta dos militares. E, por fim, em 1964, a queda de João Goulart da presidência. Data última que marca pela primeira vez que a classe militar, além de se autoproclamar como defensora da nação, assume o papel político de não só derrubar um governo, mas passar a reger diretamente o Estado.

<sup>53</sup> Utilizo a obra *A Revolução Brasileira* em sua 5ª edição de 1977 e não a primeira 1ª edição de 1966, pois, sua 5ª edição recebeu dois novos capítulos: “Adendo A REVOLUÇÃO BRASILEIRA” e “Perspectiva em 1977”.

<sup>54</sup> Prefácio deste livro foi escrito por Nelson Werneck Sodré.

<sup>55</sup> Segundo Hélio Silva, “pouco antes de morrer, quando ainda mantinha a lucidez, o Gen. Olímpio Mourão Filho me fez entrega do livro que escreveu e denominou *A verdade de uma revolução*. São cinco pastas de um

Filho; e obras publicadas pela Biblioteca do Exército – Editora<sup>56</sup>, tais como *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário* (1966), o livro do renomado jurista, criador da teoria tridimensional do Direito, Miguel Reale, *Da Revolução à Democracia* (1977). Estas se posicionaram na intenção de positivar o Regime Civil-Militar<sup>57</sup>.

As narrativas da direita não paravam de produzir publicações. A direita estava entusiasmada pela vitoriosa campanha dos líderes das Forças Armadas de 1964. Muitas delas editoradas no auge da Ditadura (finais da década de 1960 e período de 1970). Surgiam, assim, várias livros que foram lançados fora do prelo da tipografia Biblioteca do Exército – Editora: o livro de contos e crônicas *Histórias para Soldados* (1964)<sup>58</sup> e *Histórias para Soldados e Jovens* (1969) do General José Campos de Aragão<sup>59</sup>; *A revolução de 1964: um depoimento para a história da pátria* (1970), de Marechal Pope de Figueiredo, lançado pela APEC Editora S.A.; os discursos reunidos do presidente-militar Emílio Garrastazu Médici em dois volumes: *O Jôgo da Verdade e Nova Consciência de Brasil*, ambos de 1970<sup>60</sup>; *A revolução por dentro* de 1976, escrito por Coronel Ernani D’Aguiar, publicado através da Editora Artenova, em parceria com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB<sup>61</sup>; *O outro lado do poder* de 1979 por Hugo Abreu, publicado pela Editora Nova Fronteira S.A.; e, ainda neste mesmo ano, um importante livro de memórias e depoimentos do Luís Carlos Guedes General, *Tinha que ser Minas*; por fim, não poderia deixar de citar o livro *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes* que viria ao público em 1981.

---

texto datilografado e corrigido por sua mão” (SILVA, 1975, p. 204). Por isto que na capa do livro tem “autor” Olympio Mourão Filho e “apresentação e arquivo” de Hélio Silva.

<sup>56</sup> Fundada em 17 de dezembro de 1881, no Rio de Janeiro, pela iniciativa do conselheiro, Ministro da Guerra e escritor Franklin Américo de Menezes Dória, conhecido como Barão de Loreto. A inauguração contou com a presença de D. Pedro II. Foi reorganizada, em 1937, pelo Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Atualmente é chamada de Biblioteca do Exército – BIBLIEx e além de Editora também é uma biblioteca chamada Casa do Barão de Loreto, ambos subordinados a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército do Brasil.

<sup>57</sup> Muitas destas obras da direita são pouco estudadas e quase sem circulação no meio acadêmico. Grande parte destas obras até mesmo totalmente desconhecidas.

<sup>58</sup> Este foi publicado pela Biblioteca do Exército – Editora. Já o *Histórias para Soldados e Jovens* de 1969 foi pela Editora Governo do Estado do Paraná: Secretaria de Educação e Cultura.

<sup>59</sup> Publicou também neste mesmo de 1969: *Retrospecto da Revolução democrática de 31 de março de 1964 e a Nova Destinação das elites brasileiras em face do ato Institucional n. 5*.

<sup>60</sup> Estes dois livros foram compostos através do Departamento de Imprensa Nacional, na Secretaria de Imprensa da Presidência da República, com intuito de positivar o governo de Médici e até mesmo combater as críticas feitas as atuações políticas de um presidente-militar.

<sup>61</sup> Primeiro com o nome Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia, funcionando como parte solene do Clube Militar, passou a funcionar no dia 20 de abril de 1937, através de uma iniciativa dos intelectuais das Forças Armadas do Exército e Marinha. Passou um período instalada na Biblioteca do Exército entre os anos de 1946 a 1970. Somente em 1998 que obteve uma nova sede chama de Casa Histórica de Deodoro, que funciona até os dias atuais no mesmo lugar.

Sem contar os intelectuais que, posteriormente ao período Civil-Militar, se lançaram no desafio de escrever sobre os mais diversos pontos de questionamentos, tais como os jornalistas e escritores Carlos Chagas em *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969)* (2014) e *A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985)* (2015) e Elio Gaspari com seus cinco volumes: *A Ditadura Envergonhada* (2002), *A Ditadura Escancarada* (2002), *A Ditadura Derrotada* (2003), *A Ditadura Encurralada* (2004) e *A Ditadura Acabada* (2016). Os historiadores, como Marco Antonio Villa, com o questionável livro *Ditadura à Brasileira: A democracia golpeada à esquerda e à direita* (2014); Daniel Aarão Reis em *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à constituição de 1988* (2014); Marcos Napolitano em *1964: história do regime militar brasileiro* (2014); Juremir Machado da Silva com a publicação *1964: Golpe midiático-Civil-Militar* (2014), dentre muitos outros autores contemporâneos que não param de publicar sobre esta temática.

Os fatos insurgentes pré-1964 e a queda de João Goulart em 31 de março foram também descritos pelo pensamento estrangeiro (os brasilianistas) e considerados como destaque entre os leitores brasileiros apaixonados por estes tipos de leituras, como é o caso do norte-americano Thomas Skidmore em *O Brasil visto de fora* (1994) e os dois volumes: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1969)<sup>62</sup>, *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo* (1988), o uruguaio René Dreyfuss em *1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe* (1981) e o norte-americano Alfred Stepan em *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1975).

Foi uma verdadeira gama de exemplares da esquerda e direita que, em todos os meus esforços, não daria conta de mencionar neste estudo.

O acontecimento que marcaria a história brasileira de 31 de março foi um Golpe ou Contragolpe que estava se instalando no país? Foi uma Revolução Gloriosa, defendida pelos militares conservadores, ou uma Contrarrevolução, na perspectiva da esquerda? Outros defendem que constituiu como movimento insurgente que originou a saída do Presidente João Goulart. A tomada de poder foi apenas militar ou este se serviu também dos meios midiáticos, das manifestações civis e das manobras empresariais? O recorte Civil-Militar, entre tantos

---

<sup>62</sup> Traduzido pela primeira vez no Brasil em 1969, através da Editora Saga, com apresentação do historiador e jornalista Francisco de Assis Barbosa. Sua publicação original é de 1967 com o título *politics in brazil (1930-1964)*. *An experiment in democracy*, através da Oxford University Press. Porém, as edições de 1982 e subsequentes, pela editora Paz e Terra, são as mais divulgadas.

atos institucionais, se fez totalmente ditatorial e sem crescimento econômico e social ou houve momentos de certas aberturas democráticas e progressos?<sup>63</sup>.

Estas, dentre tantas outras perguntas, são muito interessantes porque foram debatidas na óptica dos dois lados da moeda e de pessoas que vivenciaram de alguma forma o período Civil-Militar. Aqui compreenderemos uma historiografia clássica, tradicional, pois faz parte de uma construção de pensamento de autores da época, porém, viva e contemporânea, em que nos faz até os dias atuais repensar sobre a historicidade construída em torno do chamado Regime dos Generais.

Antes de prosseguir devo fazer uma importante observação. Este capítulo faz uma relação bem tênue entre os intelectuais e o sentido do Golpe de 31 de março de 1964. Embora seja composto por análises de obras, não deixa de suscitar a problemática deste estudo: As instituições e intelectuais, analisados neste capítulo, estavam do lado do Regime Civil-Militar ou eram contra aos movimentos insurgentes que tentavam derrubar João Goulart? Werneck Sodré, criado escolarmente e, posterior, profissionalmente dentro das paredes militar, depois de muitos anos de apoio aos seus colegas de guarnição e do Clube Militar<sup>64</sup>, mostrou-se apoiador dos grupos de viés da esquerda.

Hélio Silva é outro exemplo que posso me referir.

Em sua vasta obra, a maior parte é sem dúvida uma crítica ao período político Civil-Militar e o processo que foi articulado para afastar João Goulart da Presidência da República. Mas, apesar das críticas à direita e seus órgãos de estratégias, ele não se intimida em falar de sua amizade com o General Mourão Filho, articulador da linha de frente da queda de João

---

<sup>63</sup> Esta última pergunta nos leva a posição de Werneck Sodré quando fala que as forças Armadas não são totalmente antidemocráticas, pois havia alternância de Poder (1978, p. 27). Isto será visto mais a frente no momento oportuno.

<sup>64</sup> Clube Militar foi constituído desde 26 de junho de 1887, no Rio de Janeiro. É uma entidade que tem relevância forte na sociedade desde a disputa entre os abolicionistas e os contra a abolição, no caso, o Clube Militar ficou do lado da campanha abolicionista. Estavam do lado da Campanha contra o Império de D. Pedro II e a favor da República, e ganhariam mais adeptos na campanha do “Petróleo é Nosso”: “com o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou em primeiro plano” (SODRÉ, 1965, p. 305). Werneck Sodré, que fazia parte da diretoria do Clube Militar, ressalta que este, fazendo parte na “luta contra o imperialismo ganharia, em suas fileiras, adeptos numerosos e entusiastas” (SODRÉ, 1965, p. 304). Com discursos e lutas nacionalistas, “o Clube Militar passara de associação de classe relegada a segundo plano, com três mil associados, a entidade de largo prestígio na vida nacional, com nove mil sócios, tendo levado a efeito já campanhas importantes, em defesa da classe” (SODRÉ, 1965, p. 308). No dia 15 de novembro de 1926 foi lançado o primeiro número da *Revista do Clube Militar*. Passou por dois momentos interruptos. Uma entre 1950 a 1951 e outra já no Governo Civil-Militar entre 1964 a 1969, o que chama bastante atenção do porquê. A possibilidade para que isto tenha acontecido talvez seja pelo fato de a Revista ter como discurso a defesa nacionalista e anti-imperialista (pregava inclusive contra uma intervenção dos Estados Unidos, como foi exposto no número 107 do ano de julho de 1950). Na verdade o Clube Militar e sua Revista foi internamente vividas entre divisões ideológicas e, nas décadas que sofreu as interrupções, foi por causa dos dirigentes adeptos das teses marxistas, que “reuniu em sua diretoria a fina flor da esquerda ideológica militar” (FROTA, 2006, p. 56), como foi o próprio Werneck Sodré. Referência de Frota: FROTA, Sylvio. *Ideais traídos / Sylvio Frota*. – 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

Goulart, principalmente quando publica os textos deixados por ele em suas mãos, como ressalta: “pouco antes de morrer, quando ainda mantinha a lucidez, o Gen. Olímpio Mourão Filho me fez entrega do livro que escreveu e denominou *A verdade de uma revolução*. São cinco pastas de um texto datilografado e corrigido por sua mão” (SILVA, 1975, p. 204)<sup>65</sup> ou quando ressalta, em sua apresentação à obra *General Olympio Mourão Filho. Memórias: A verdade de um revolucionário*, o porquê de publicar um documento (diário) daquele que conspirou diretamente a entrada militar na política central, adjetivando positivamente o movimento: “Esta apresentação [...] dará, porque é oportuno, o meu testemunho contemporâneo do homem que escreveu a verdade de uma Revolução e o depoimento sobre a participação que teve na Revolução que descreve” (SILVA, 1978, p. 10)<sup>66</sup>.

Esta verdade defendida no livro é um caminho também a ser questionado, visto que a obra se torna contraditória quando sabemos que o autor do diário (General Mourão Filho) foi o líder responsável por reunir um exército e partir de Juíz de Fora (Minas Gerais) em direção ao Rio de Janeiro com o lema na bandeira “Revolução Democrática” e, posteriormente, escreve uma junção de narrativas e depoimentos que acabam se tornando ambíguas de interpretações, pois faz com que o leitor se perca em saber se o documento é uma defesa ao movimento ou crítica a atuação das Forças Armadas. Mas, nisto não me aprofundarei. O estudo precisa avançar.

### **1.1 Uma “Revolução pelas armas” ou “Como foi feita a Revolução”?<sup>67</sup>: O movimento de 1964 e as intenções das Forças Armadas produzida pelas narrativas da direita**

Prepara-se a Nação para comemorar, no dia 31 de março dêste ano, segundo aniversário da *Revolução que salvou e redimiu, graças à atitude heróica do Povo e das Fôrças Armadas, quando parecia periclitar a democracia brasileira, ante a ameaça da subversão comunista* de parceria com a degradação da Autoridade, seriamente comprometida para o aniquilamento das nossas Instituições.

<sup>65</sup> Por isto que na capa do livro tem “autor” Olympio Mourão Filho e “apresentação e arquivo” de Hélio Silva.

<sup>66</sup> Ainda na apresentação, Hélio Silva explica seus motivos de publicar um documento que muito foi contestado e recusado por várias editoras: “Não foi fácil cumprir a promessa feita ao Gen. Olympio Mourão Filho. [...]. Não vale à pena mencioná-los. Entraves vencidos não se contam. O que vale é a publicação honrando o compromisso e divulgando o pensamento desse homem de ação sem cuja iniciativa o movimento de março de 1964 não teria partido. Perguntaram-me por que me meti ombros a esta tarefa. [...] Respondo-lhes que devia, em primeiro lugar, o cumprimento da promessa feita a um homem que não teria mais tempo nem vida para assegurar a repercussão de seus atos e de suas idéias; segundo, cabia-me, como defensor da liberdade de opinião, assegurar-lhe, enquanto pudesse, o direito de prestar seu depoimento; o terceiro, servidor da História, considero este livro um serviço ao restabelecimento da verdade porque é o único registro, dia-a-dia, do nascimento e do desdobramento da conspiração e da eclosão do movimento de 31 de março de 1964” (SILVA, 1978, p. 11. *Grifos do autor*).

<sup>67</sup> Títulos retirados do livro *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*, 1966, p. 73.

Superada, que já foi, aquela crítica e amarga conjuntura, pela dignificação do poder e pela firmeza do Governo Revolucionário, na sua fidelidade incontestável aos princípios fundamentais da democracia e na realização, sem demagogia nem tergiversação, dos reais anseios do Povo, *retoma o Brasil, com segurança e por forma irreversível, o caminho da sua restauração econômico-financeira e do saneamento da sua vida pública.*

Apenas dois anos são decorridos e já se torna evidente, nesta fase de consolidação, fortalecida pelos prenúncios evidente de recuperação nacional, a necessidade de fixar, para a posteridade, em termos inequívocos e isentos, *os traços marcantes da transformação que se processou no Brasil, por medidas construtivas, e sem a violência que, em geral, caracteriza os movimentos revolucionários, o que ainda mais exalta a serena atitude das Forças Armadas e do Povo, na solidariedade e na firmeza da sua reação, para salvar a democracia brasileira, na sua autenticidade.* (COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO. INTRODUÇÃO, 1966, s.p.). (*Grifos meus*).

Não poderia começar este subcapítulo senão fosse com a citação acima retirada da introdução do livro *A Revolução de 31 de Março: 2º aniversário. Colaboração do Exército* de 1966. Uma organização da Biblioteca do Exército – Editora, com vários autores intelectuais, incluindo o grande sociólogo Gilberto Freyre, juristas, políticos, integrantes das Forças Armadas, e três editoriais do *Jornal Estado de Minas, Correio da Manhã e Fôlha de S. Paulo*. Todos os variados textos dentro desta obra rara convergem para os mesmos objetivos: exaltar as Forças Armadas do Brasil, explicar o sentido do movimento que originou a queda de João Goulart e ser um arquivo de memórias para gerações futuras<sup>68</sup>.

De tudo que se escreveu e se publicou, a respeito da Revolução de 31 de março, [...] *há muita coisa que deve ser preservada do esquecimento e fixada na posteridade, de modo a ficar mais presente ao espírito do Povo. É essa razão que leva o Exército a reunir, como contribuições às comemorações nacionais do dia 31 de março, neste e em outros volumes posteriores, [...] para a exata compreensão do seu próprio e tradicional papel no quadro e na defesa da nacionalidade.* (COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO. INTRODUÇÃO, 1966, s.p.). (*Grifos meus*).

Enquanto as narrativas das esquerdas se reviravam para tentar desconstruir a imagem do movimento de 1964 e o próprio Estado regido por presidente-militares, houve neste período uma “enxurrada” de obras produzidas por intelectuais liberal- conservadores, movidos por um sentimento de não deixar os intelectuais e grupos marxistas se sobressaírem

---

<sup>68</sup> Ainda que a publicação é de 1966, os textos são datados em períodos diferentes, que vão de janeiro de 1963 até o ano de seu lançamento, como é a produção do jurista Miguel Reale *Revolução e Normalidade Constitucional*, no qual o próprio autor no final explica: “Este trabalho foi especialmente preparado para este volume” (REALE, 1966, p. 297).

nesta disputa. Sempre glorificando os benefícios que a Revolução ou *processo revolucionário* trouxeram à nação.

Para preservar numa memória coletiva mais abrangente possível, a coletânea batiza o movimento de 31 de março de “Revolução Democrática”. Haja vista que As Forças Armadas não poderiam deixar passar a oportunidade de construir um legado documental para as gerações futuras e para aqueles que presenciaram o acontecimento. É como explica o historiador Daniel Aarão Reis:

O interessante é que as Forças Armadas, como se fossem “um Estado dentro do Estado”, continuaram sustentando, e sustentam até hoje, a versão divulgada pelo Projeto Orvil, o que se pode verificar em sites, colégios, escolas e centros de formação militares e em clubes que reúnem as oficialidades de Exército, Marinha e Aeronáutica. Em outras palavras, para as Forças Armadas, a ditadura continua sendo apresentada – e cultivada – como uma revolução democrática” que salvou o país do comunismo e do caos. (2014, p. 14).

Um acervo documental capaz de servir como memória e explicação do intuito da ação militar na política – tudo em prol de salvar a nação de uma tentativa antidemocrática e comunista –, como ressaltou a Editora do Exército: “Revolução que salvou e redimiu, graças à atitude heróica do Povo e das Fôrças Armadas, quando parecia periclitar a democracia brasileira, ante a ameaça da subversão comunista” (COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO. INTRODUÇÃO, 1966, s.p.)<sup>69</sup>.

Há nesta obra comemorativa da Revolução um ensaio, “Fôrças Armadas e Outras Fôrças”, do grande sociólogo Gilberto Freyre que se expõe na análise sobre a atuação das Forças Armadas na política, e sabia ele que por conta de sua carreira intelectual seria criticado ao tomar partido do lado dos militares: “não sou dos que se envergonham de compromissos de caráter ético, como são aqueles que prendem um indivíduo à sua sociedade nacional: principalmente em dias críticos” (FREYRE, 1966, p. 181).

Para Gilberto Freyre, foi criado no Brasil, principalmente nos momentos pré-64, um preconceito sobre a classe militar, por meio de propagandas na imprensa e livros, em que divulgavam os agentes militares como repressores, antinacionalistas (ou imperialistas) e que

---

<sup>69</sup> O reforço deste pensamento na introdução pode ser visto também no texto “Discurso de Agradecimento” produzido por Arthur da Costa e Silva, ainda como Ministro da Guerra: “A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA prosseguirá na sua tarefa de eliminar de vez a subversão e a corrupção e de impedir o retôrno da ação nefasta de todos os exploradores da Nação Brasileira” (COSTA E SILVA, 1966, p. 212).

não contribuíam para o desenvolvimento sócio-político da nação. Ao invés disto, eram terroristas da cultura (1966, p. 177)<sup>70</sup>.

Entretanto, ao invés de construir uma imagem negativa sobre os militares, como antinacionalistas, antidemocráticos, o respeitado sociólogo brasileiro, muito lido e atendido entre os leitores intelectuais de seu tempo, reforça que a “história revela é que a presença das Fôrças Armadas na vida política nacional do Brasil tem sido excepcionalíssima; em dias excepcionais de crise; em momentos de insegurança ou de perigo para as instituições nacionais” (FREYRE, 1966, p. 175).

Com certeza, seja por esta defesa como fez Gilberto Freyre, de não deixar a imagem dos militares ser obscurecida negativamente na história brasileira, que os intelectuais conservadores produziram textos, como foi o caso do manifesto *As Gloriosas Fôrças Armadas do Brasil*<sup>71</sup>, em que definiu a representação ideal do soldado brasileiro<sup>72</sup>, traçando qual a missão deste para a nação, que no caso seria cumprir o papel de segurar a “garantia da Pátria contra os inimigos que, de fora ou de dentro, erguerem o braço contra sua integridade e sua soberania” (LIMA JÚNIOR, *et al.* 1966, p. 4). Dentre os ideais no manifesto estão: “1 – A corporificação de honra nacional. [...] 4 – apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas e democráticas” (LIMA JÚNIOR *et al.* 1966, p. 4).

“Que significa, afinal, o movimento de abril?” (COSTA, 1966, p. 62).

Os direitistas não iriam deixar apenas os intelectuais de esquerda expressarem sua interpretação sobre as agitações que culminaram à saída de João Goulart. Seria um perigo para os próprios políticos civil-militares verem isto acontecer.

Em *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário* (1966), dois textos merecem atenção, não somente por causa da historicidade nos conteúdos, mas porque trazem ao debate uma tentativa de resposta sobre o período: “Compreensão da Revolução Brasileira”, de Octávio Pereira da Costa, e “O Pensamento Revolucionário Brasileiro”, de Carlos de Meira Mattos.

---

<sup>70</sup> Gilberto Freyre rebate a construção imagética que as propagandas comunistas criaram sobre a ação militar na política como antibrasileiristas ou um governo regido pelo “militarismo da pior espécie” através de hediondo “terrorismo cultural” (FREYRE, 1966, p. 176). Na contramão dessa produção intelectual da Esquerda, Freyre divulga outro tipo de desenho: “Mais do que em qualquer nação moderna, as Fôrças Armadas no Brasil têm sido, isto sim, aquêlo “elemento de trabalho construtivo” a que se refere, no seu excelente – claro, conciso, objetivo” (1966, p. 176).

<sup>71</sup> Manifesto, escrito em janeiro de 1963, foi assinado por várias pessoas, incluindo os três primeiros: Augusto de Lima Júnior, Victor Figueira e Waldemar (1966, p. 7).

<sup>72</sup> Theofilo de Andrade engrandece a farda dos soldados brasileiros: “não tivemos caudilhos de farda” (ANDRADE, 1966, p. 11). Já em *Discursos do seu tempo* (1964) de José Américo de Almeida, num momento de sua escrita na obra, reconhece o lado negativo do uso das forças militar quando usado para interesses específicos: “o militarismo não convém às nossas instituições nem aos próprios militares. Temos uma amarga experiência de emulações violentas, na disputa do Poder, com os instrumentos da reação imediata” (ALMEIDA, 1966, p. 37).

Nos dois títulos dá para se ter uma ideia que construir o sentido do processo histórico de 1964 não estava preso somente aos intelectuais de esquerda, mas também aos agentes envolvidos diretamente no movimento. De forma diferente como esquematizaram os intelectuais marxistas Werneck Sodré, Caio Prado Jr., dentre outros, a escrita direitista-conservadora buscou narrar a história destes acontecimentos e fatos sob o ângulo de vitória, progresso e necessidade, ou como eles costumavam afirmar ser uma compreensão verdadeira e oficial do que foi a Revolução de 64.

Na justificativa dos autores que exaltavam o Golpe no Presidente Jango, diziam que a verdade por trás deste acontecimento poderia ser explicada através daqueles que fizeram parte diretamente do movimento. É como ressaltou Octávio Costa, que “a história do acontecimento, como de março e abril, intensamente vividos pela opinião pública, só poderá ser feita pela integração dos depoimentos de quantos puderam senti-los de perto” (COSTA, 1966, p. 61). Contudo, esta junção das memórias de quem vivenciou na pele todo o processo insurgente contra o Poder Executivo não contava com as falas dos sujeitos que foram combatentes do projeto ideológico das Forças Armadas.

Estamos, pois, diante de um discurso de que a história verdadeira partiria apenas dos generais e daqueles que os apoiavam, considerada por eles de narrativa oficial. Por isto que os pronunciamentos de defesas dos direitistas e líderes do Exército não podem ser compreendidos como simples recortes históricos, mas, sobretudo, fazem parte das próprias estratégias de pôr um fim à carreira política de Jânio Quadros e Jango.

De todo modo, os textos aguçados nesta pesquisa são de agentes que respiraram de dentro do *locus* dessas agitações, pertencendo às duas faces da moeda: a casta militar e de intelectuais apegados em instituições ou partidos de esquerda.

Octávio Costa, por exemplo, ao tecer uma interpretação histórica da Revolução de 31, perscruta na mesma montagem que foi desenhada por outros autores: o medo de um Brasil comuno-socialista. Entretanto, diferente do olhar de alguns de seu tempo, ele não tenta cair na mesma armadilha de compreender esta Revolução apenas pelo viés ou processo político e ideológico. Fazer isto, sabia ele que seria um erro que já se tornava típico no pensamento intelectual da época.

Octávio Costa frisa bem que explicar tal processo histórico, apegado unicamente a uma ideia de contrarrevolução, é apeguar os propósitos revolucionários:

Para os analistas militares, na segunda quinzena de março, vivíamos uma das últimas fases do processo subversivo, de ideologia marxista-leninista, que,

tênicamente, se convencionou chamar de guerra revolucionária. *Esta compreensão também apequena os propósitos revolucionários, limitando-os tão-sòmente à proscrição do comunismo.* Em verdade, *não se pode considerar os acontecimentos de abril como um episódio isolado. Êles constituem apenas um ato, o mais recente, da revolução democrática brasileira.* (1966, p. 63). (Grifos meus).

Quando abro as obras produzidas pelos intelectuais da direita e daqueles que fizeram parte das Forças Armadas, é fato perceptível que a interpretação da construção revolucionária se afunila para o mesmo entendimento comum, buscando dar uma resposta apoiado em um único fato, mas, como explica Daniel Aarão Reis, “essas versões, saturadas de memória, não explicam nem conseguem compreender as raízes, as bases e os fundamentos históricos da ditadura, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade e, em contraponto, o papel desempenhado pelas esquerdas no período” (2014, p. 14).

O autor Octávio Costa até explicita duas interpretações. Uma que, “de acòrdo com o depoimento de alguns expoentes revolucionários, o movimento teria sido iniciado no dia da posse do ex-Presidente” (COSTA, 1966, p. 62) e outra, pegando a fala do Ministro de Guerra, quando “afirmou, na fala do Congresso e na entrevista de São Paulo, que as origens do 31 de março de 1964 remontam a 22 e 24” (COSTA, 1966, p. 63). De qualquer uma destas duas inferências, o autor não foge em dizer que isto “longe de exaltar o feito e os heróis, amesquinha a revolução, reduzindo-a a proporções de simples *revanche*, quartelada ou golpe de Estado” (COSTA, 1966, p. 62. *Grifo do autor*).

Na mesma forma que Werneck Sodré em seu livro de 1965 fez uma linha histórica das Forças Armadas e militares no Brasil, Octávio Costa lançava respostas sobre o processo revolucionário, embora seja bastante óbvio dizer que o autor também fez parte desta construção histórica e, nesse sentido, sua tomada de posição é do lugar social e ideológico de dentro da caserna militar.

Observamos a explicação de Octávio Costa justificando os motivos da atitude do Golpe de Estado:

A República não nos trouxe, desde logo, a democracia. Ao contrário. Trouxe-nos o absolutismo presidencialista. [...] O coronelismo partidário. O caudilhismo. O voto de cabresto. O cangaço a serviço dos intereresses políticos. As oligarquias regionais. A política dos governadores. A verdadeira revolução democrática brasileira só iria fermentar na década seguinte ao término da Primeira Guerra Mundial. E corporificar-se com a crise econômica de 29 e com a crise sucessória de Washington Luís. Era uma revolução de outubro de 1930. A revolução nacional. A revolução democrática. O fim da República Velha e o prólogo das reformas estruturais.

[...]. Observa-se como êsses pontos essenciais do programa da Revolução de 30 se identificam com os propósitos do movimento deflagrado a 31 de março de 1964. (1966, p. 64).

Na medida em que Octávio Costa se arrisca em apresentar uma interpretação (através de uma visão histórica) de como se deram “os acontecimentos revolucionários, que empolgaram o Brasil a partir de 31 de março” (COSTA, 1966, p. 61), o autor Carlos Mattos procurou discutir como se formou o pensamento antes e depois do movimento de março de 1964. E ainda, na mesma perspectiva de análise, qual base ideológica o pensamento revolucionário brasileiro se apoiou para depor João Goulart do Poder Central.

Na visão de Carlos Mattos – muito criticado e questionado pelos intelectuais de esquerda por tal posicionamento interpretativo –, o pensamento revolucionário brasileiro teve duas bases de lutas distintas. Uma antes do movimento e outra pós dia 31 de março. A primeira conceituou o autor de “inspiração ideológica” e a segunda se acentuou na “dinâmica de ação política”.

Destarte, o movimento de 31 de março, que transformou o Poder Executivo de Civil para o comando Civil-Militar, não tinha como primeira intenção suscitar uma insurreição para uma ação política. O pensamento originário dos revolucionários conservadores da direita e das Forças Armadas “era o somatório de aspirações e preocupações diversas, tendo por denominador comum dois sentimentos anti – o anticomunismo e o antijanguismo” (MATTOS, 1966, p. 128). Até mesmo porque, segundo o autor, a sociedade brasileira tinha como certeza que pelo fato da corrente revolucionária se autodeclarar como instrumento (da)para democracia seria autossuficiente um instrumento político em ação. Entretanto, esta certeza estava equivocada.

Como “a democracia é uma ideologia de teto” (MATTOS, 1966, p. 128), e, portanto, um instrumento que por si só é “insuficiente para mover, desembaraçadamente, as pernas e braços de seus adeptos” (MATTOS, 1966, p. 129), ainda que o combate por democracia já possa se caracterizar como força motora de eclodir uma dinâmica de insurreições, “não serviriam para a construção” ou “realização de uma obra política revolucionária” (MATTOS, 1966, p. 129).

O pensamento revolucionário brasileiro somente passou de idealizador de uma causa de ação antiGoulart e contra um país comuno-socialista para ser concretizar “*numa dinâmica de direção política*, após o movimento de 31 de março” (MATTOS, 1966, p. 128. *Grifos meus*). Até antes de março de 1964, o espírito da base ideológica do movimento era cumprir um dever de restaurar a ordem e a moral da nação, porém, sem que fosse preciso colocar as

Forças Armadas diretamente no Poder. Derrubar João Goulart naquele momento representava, acima de tudo, “asfixiar” qualquer tentativa de uma revolução comunista no Brasil<sup>73</sup>.

Não demoraria para que nos primeiros dias do mês de abril essa Revolução saísse do campo de inspiração ideológica para se aparelhar a um instrumento de ação política “ou, melhor diríamos, o de dar uma doutrinação política ao movimento de 31 de março” (MATTOS, 1966, p. 129). Esta dinâmica, exigida urgentemente após João Goulart deixar o cargo compulsoriamente, coube para o “chefe da Revolução colocado no poder, e para os revolucionários” (MATTOS, 1966, p. 129), traduzir as aspirações e anseios do povo brasileiro, que, para o autor, era visivelmente um desejo de ver as Forças Armadas no Poder.

Carlos Mattos é bem enfático ao dizer que o presidente Castelo Branco foi o primeiro a dar inícios a uma estabilidade aos objetivos da Revolução, ou como disse: “principal formulador da doutrina revolucionária” (MATTOS, 1966, p. 132).

Por isto que *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário* (1966) é uma obra que teve como objetivo maior relembrar o sentido do movimento de 1964 bem como nos esclarecer de que existiu uma pressão muito forte sobre o projeto político de João Goulart. Os cinco editoriais expostos no livro revelam isto. Outro exemplo é o final do manifesto *As Gloriosas Forças Armadas do Brasil* que chega a ser como porta-voz de suscitar a consciência das classes e de todos os grupos a se levantar contra o instável mandato deste Presidente. Para tomar a frente dessa ação ficaria a cargo das Forças Armadas assumirem tal posição:

Cada militar se deve sentir pessoalmente chamado a esta cruzada de salvação nacional. Esta é a honra que honra verdadeiramente a farda de um soldado: lutar pela Pátria. [...] Os brasileiros de tôdas as idades e condições confiam que as Forças Armadas cumpram o seu dever, como através de tôda a nossa História, souberam cumprir. (LIMA JÚNIOR et al., 1966, 7).<sup>74</sup>

Em 20 de março de 1964, Humberto de Alencar Castelo Branco, ainda atuando como chefe do Estado-Maior do Exército, lançou uma circular, transcrita no livro *A Revolução de*

<sup>73</sup> Para o autor Aurélio de Lyra Tavares, no texto “A Contra-Revolução do Brasil”, contida na obra *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário* (1966), não há dúvidas que o movimento de 31 março de 1964 e todas as suas manifestações insurgentes anteriores foram apoiadas na ideia de que o Brasil vivia uma euforia de uma possível instalação comunista no Poder do Estado. Para os grupos conservadores da Direta e das Forças Armadas, seria uma revolução comuno-socialista que logo não tardaria de acontecer. Para frear esta ação político-ideológica foi necessário que tivesse acontecido uma contrarrevolução no Brasil e coube ao povo ir para as ruas, “em passeatas cívicas, em que se reuniram tôdas as classes sociais, de rosário nas mãos, a apelar para o soldado brasileiro, quando o perigo comunista era, a todos os olhos, iminente e grave” (TAVARES, 1966, p. 125. *Grifos meus*).

<sup>74</sup> Ainda no manifesto, assim como outros textos contidos na obra, não deixou de fazer críticas ao governo de João Goulart: “Nunca em nossa história, a Pátria brasileira se encontrou em tão graves circunstâncias e por isto mesmo tão necessitada da concretização deste ideal do soldado brasileiro. Com efeito: 1 – O Brasil está ameaçado de naufrágio econômico, agitado como vem sendo por esta terrível e ameaçadora onda da inflação, sem que ninguém tome providências” (LIMA JÚNIOR et al., 1966, p. 5).

*31 de março: 2º aniversário*, em que expressava às agitações e intranquilidades que envolviam o cargo de João Goulart e os motivos: “são evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal Poder do CGT<sup>75</sup>” (BRANCO, 1966, p. 17).

Alguns tópicos do livro *Discursos do seu tempo* (1964), de José Américo de Almeida, foram transcritos para a obra *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário* (1966). Em seu texto, o autor José Américo fez uma construção dos antecedentes históricos que geraram a Revolução Civil-Militar de 1964.

Na parte que fala “O papel dos Militares”, José Américo questiona: “será legítima essa interferência da força no campo político?” (ALMEIDA, 1966, p. 37). E logo em seguida responde: “tenho uma opinião firmada a este respeito [...]. Não só a admito como a preconizo, em situações desesperadas, como um remédio heróico” (ALMEIDA, 1966, p. 37).

Para muitos conservadores da direita, a chegada de Jânio Quadros à Presidência da República foi como “uma aura de confiança” (ALMEIDA, 1966, p. 43). Mas, logo essa brisa de esperança se transformou em uma ventania de medo e instabilidades de representação política. De forma irônica, o autor José Américo não se intimidava para “espetar” a política de Jânio Quadros ao dizer que muitos já aguardavam a renúncia deste presidente: “[...] essa figura estranha empolgava a Nação, com a mística de um reformador. Mexeu em tudo, desde o plano internacional, até a vida privada, envolvendo homens e bichos, como brigas de galo e corridas de Jôquei Clube” (ALMEIDA, 1966, p. 44).

No momento que questionava sobre o sucessor do Presidente Jânio Quadros, José Américo ressaltava a ideia de que as Forças Armadas fracassaram na tentativa de impedir que João Goulart chegasse a tomar posse do Poder presidencial. E mais do que barrá-lo, o autor, assim como tantos direitistas conservadores que se expressavam, explica que “bastaria um *golpe branco* de cima para baixo surpreendendo todos os lados, como era da história, para impedir o acesso. Mas nessa ocasião a cúpula militar, sempre fulminante fracassou” (ALMEIDA, 1966, p. 45. *Grifos meus*).

O *Golpe Branco* usado na expressão de José Américo mostra que, historicamente, todas as vezes que o país entra em uma crise aguda, a melhor saída que os grupos conservadores encontram é operar uma tomada de Poder do Estado vigente sem que seja

---

<sup>75</sup> Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, criado durante o IV Congresso Sindical Nacional em 1962. Não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho – MT.

preciso uma força bruta e violenta<sup>76</sup>. Apenas por meios de outras técnicas, como imprensa, reorganização política, agitações das classes, acordos entre partidos/instituições, são capazes de confrontar o Poder de quem está reagindo o Estado, desestabilizá-lo até que promova a queda: “não há povo mais inapto para conspirar do que o brasileiro” (ALMEIDA, 1966, p. 48).

Para os representantes da direita, somente uma intervenção militar, fosse ela através da luta ou do *Golpe Branco*, seria capaz de restaurar a ordem da nação: “foi quando se deu a intervenção salvadora” (ALMEIDA, 1966, p. 48). E completa: “o esquema militar funcionou sem perder um só elemento. Nenhuma peça desse dispositivo falhou ou se desajustou. E nenhuma das legiões organizadas se levantou a favor do ídolo tombado” (ALMEIDA, 1966, p. 48).

Gilberto Freyre, nos ensaios “Em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros” e “Ainda em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros”<sup>77</sup>, crê que a cultura brasileira quando se trata de reivindicar uma causa ou mesmo mudança radical no Estado é diferente de outros lugares, pois o sujeito brasileiro, aquele que Freyre designou de “brasileiro genuinamente brasileiro”, busca a ação revolucionária distante das “técnicas russas, chinesas, cubanas, caracterizadas pelos excessos teatrais de violência, [...] pelo uso de bombas em lugares públicos, com mortes até de inocentes” (FREYRE, 1969, p. 20).

Discorre em seu texto os momentos críticos da nação sem que precisasse haver atos revolucionários sangrentos ou violentos:

[...] O Brasil, como nação, desde o Movimento que lhe deu a independência política, um país notável pelas chamadas revoluções brancas. *Revoluções brancas* – e, portanto, entre aspas: expressões, isto sim, de *processo revolucionário de transformação social* – foram, entre nós, na substituição do trabalho escravo pelo livre e a que realizou a substituição do regime monárquico pelo republicano-presidencial, tendo este último envolvido também a separação da Igreja do Estado e a implantação, num país das dimensões do Brasil, do federalismo. Transformações, portanto, consideráveis e, sociologicamente consideradas, de franco caráter revolucionário. (FREYRE, 1969, p. 20). (*Grifos meus*).

<sup>76</sup> Além do *Golpe Branco*, outros termos neológicos também são usados no mesmo sentido, como: *Golpe Brando*, *Golpe Silencioso*, *Neogolpismo*, *Golpe Pós-Moderno*, *Golpe Frio*, dentre outros. O *Golpe Branco*, tudo indica que foi usado pela primeira vez pelo cientista político norte-americano Gene Sharp.

<sup>77</sup> Ambos compostos na coletânea do quinto aniversário do movimento de 31 de março de 1964 com o título da obra *O Processo Revolucionário Brasileiro* de 1969.

Pensando de uma forma diferente de Caio Prado Jr., que conceituou o movimento de 1964 como uma insurreição, o sociólogo de *Casa-Grande & Senzala* achou mais justo designar o momento histórico de *Revolução Branca*, pois não tinham como fórmulas derrubar João Goulart por meio das armas e guerras, mas reajustar a ordem política e social por outras vias, embora o próprio Presidente-Militar Humberto de Alencar Castelo Branco tenha assumido que “[...] se nós adotarmos esse regime, entraremos nele pela força, haveremos de mantê-lo pela força e sairemos dele pela força” (BRANCO apud SILVA, 1984, p. 5), o que muito me faz questionar que tipo de força seria esta que citou Castelo Branco.

Aliás, na tese freyreana, o Brasil é repleto de *revoluções brancas* ou, em outros momentos, Freyre chega a afirmar de *Violência Branca*<sup>78</sup>, porque “contrariando a imagem européia do trópico típico – frenético, turbulento, simplista, burlesco, histriônico” (1969, p. 19), o “brasileiro genuinamente brasileiro” repugna “os gestos dannunzianos”<sup>79</sup> (1969, p. 20), mesmo nos momentos mais agudos.

Tal tese – assim como sua defesa de que fazer acontecer uma ação revolucionária Branca é se arquitetar estrategicamente (munido de malícias) para mudar o cenário das estruturas do Estado, principalmente, o político, sem perder a postura da verdadeira essência de Revolução que é ato de transformar sem o uso da força física – fez com que Gilberto Freyre fosse bastante criticado e contestado pela academia esquerdista.

De todo modo, na obra não há dúvidas de que o final de 1963 estava caminhando para uma reviravolta na história política brasileira.

Duas perguntas ainda se fazem necessárias: a primeira é quem representava o anticomunismo? Em outras palavras de se fazer esta indagação: Quem apregoava de forma ávida os discursos de uma ameaça Vermelha no Brasil? A segunda é quais os discursos e intenções explicitados por estes anticomunistas?

Tais indagações nos levam a compreender que existia no movimento pré-1964 uma arquitetura pensada tanto no espaço da academia intelectual como através de outras instituições de Poder. Exemplo disso foram as instituições de ramo militar (colégios militares, Escola Superior de Guerra – ESG<sup>80</sup>, Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN),

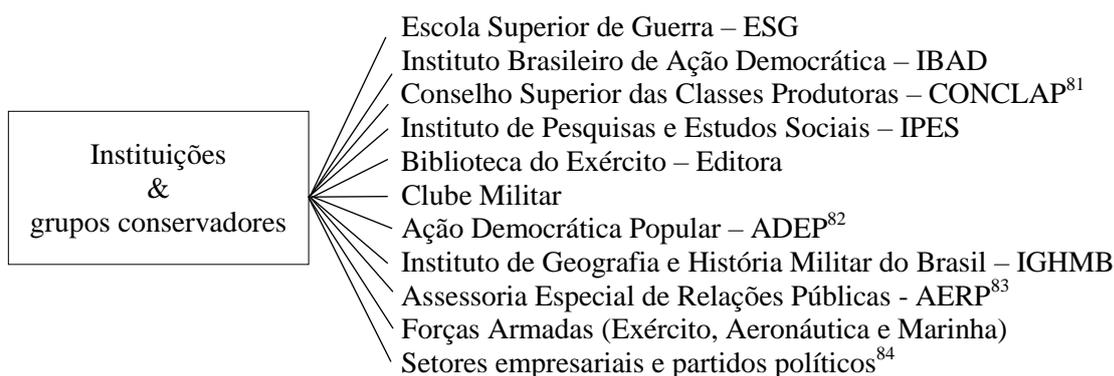
<sup>78</sup> Este termo é lido na referência que Mario O’Reilly faz em seu texto, “A Destinação Democrática das Forças Armadas Brasileiras”, quando cita Gilberto Freyre: “O Exército, fazendo, como fez, o 15 de novembro, antecipou-se pela violência branca àqueles elementos revolucionários na desejada solução republicana” (FREYRE apud O’REILLY, 1966, p. 57)

<sup>79</sup> Com certeza é uma referência ao grande escritor e dramaturgo italiano Gabriele D’Annunzio (1863- 1938), considerado um símbolo do decadentismo e herói de guerra.

<sup>80</sup> Escola Superior de Guerra – ESG foi criado em 20 agosto de 1949, com sede no Rio de Janeiro, na gestão de Eurico Gaspar Dutra. A ESG aparece como Instituto de Altos Estudos e Pesquisa voltada para a segurança, desenvolvimento e defesa do território brasileiro. Atualmente integrada ao Ministério da Defesa do Brasil, é tida

importantes para criar solidez ideológica contra as propostas políticas de João Goulart e vincular propagandas anticomunistas. Foram dentro destas instituições da direita que o processo do movimento seria construído de maneira mais segura e sem tantas rachaduras de posições partidárias, mas, sobretudo, “a unidade de pensamento democrático das Forças Armadas, ressalvadas” (COSTA, 1966, p. 74).

Abaixo há uma possível estrutura montada, estrategicamente, pelos grupos “antiQuadros”, “antiGoulart” e “antirreformas”:



**Quadro IV:** Principais instituições e grupos produtores do pensamento liberal-conservador e combatentes dos projetos das esquerdas e dos partidos PCB-PTB.

---

como um Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, ainda com os mesmos objetivos de sua origem. De natureza ainda hoje acadêmica, sua instalação foi pensada a partir da visita do general Salvador César Obino ao National War College, nos Estados Unidos em 1948. General César Obino trouxe o modelo desta escola para o Brasil, o que nos mostra que pós-Guerra Mundial o Estado brasileiro passava por um alinhamento ideológico de querer se aproximar ao Estado americano.

<sup>81</sup> A CONCLAP foi uma Associação Civil-empresarial criada por um grupo de pessoas que representavam as classes produtoras do Brasil (industriais, do ramo comerciário e banqueiros) em 16 de julho de 1959, e que tinha como intenção de defender os interesses econômicos e políticos de suas produções. Foram combatentes do governo de João Goulart e contra qualquer tipo de intervenção do Estado na economia e sobre as empresas e indústrias. Formaram grupos da CONCLAP em São Paulo e no Rio de Janeiro.

<sup>82</sup> Organização de empresários, inclusive participação de empresas estrangeiras norte-americanas, criada no período conturbado que João Goulart vinha sofrendo, em março de 1962, por incentivos de Ivan Hasslocher (uns dos responsáveis pela criação do IBAD). Tinha como objetivos centrais angariar recursos financeiros para as eleições estaduais e no legislativo de 1962, a fim de fortalecer os grupos de candidatos contrários a João Goulart. Foi por esses motivos que o ADEP seria dissolvido, juntamente com o IBAD, pela Comissão Parlamentar De Inquérito – CPI, em maio de 1963.

<sup>83</sup> AERP, criado em 15 de janeiro de 1968, no Governo de Arthur Costa e Silva, através do Decreto de nº 62.119, tinha como objetivo ser uma ponte de comunicação responsável entre Presidente da República e a sociedade brasileira. Mais do que um canal de comunicação, servia como órgão propagandista do Governo Civil-Militar e suas ações políticas positivas, como ressalta na contra-capá do livro *O Processo Revolucionário Brasileiro* (1969): uma instituição de “comunicação social capaz de, no campo interno, integrar governantes e governados e, no exterior, formar uma imagem positiva do Brasil”.

<sup>84</sup> Em relação ao setor empresarial, pode ser destacado o ramo de comunicação, chamada por Maria Helena Capelato de “Grande Imprensa” (2014. pp. 299-3015). Muitos jornais atuaram com discursos contra o Governo de João Goulart e incentivando à intervenção militar. Dentre os principais, foram: *Correio da Manhã*, *A Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*. Por causa do envolvimento destes periódicos e o impacto que deram para a gestação do Golpe – com títulos expressivos e editoriais inflamados – “alguns autores se referem a eles como “palavras balas” devido à capacidade delas de atingir profundamente o leitor” (CAPELATO, 2014, p. 305).

É válido ressaltar que algumas instituições da estrutura acima vinham sendo desenhadas antes mesmo da *Intentona Comunista* de 1935<sup>85</sup>, porém, outros fatores intensificaram estas organizações institucionais e ideológicas nas proximidades da década de 1960. Primeiro a forte pressão sobre Jânio Quadros ao ponto de concretizar sua renúncia em 25 de agosto de 1961 e, logo em seguida, as contradições internas dentro das Forças Armadas e dos grupos políticos sobre a possibilidade de João Goulart assumir a presidência. Tentativa esta frustrada para aqueles que não queriam ver sua posse.

Posteriormente, as decisões de João Goulart sobre os projetos de reformas estruturais cedo feririam os interesses dos agentes dominantes da setor político-empresarial. Ainda mais quando projetava alinhar-se a países socialistas, ou como disse o historiador Rodrigo Motta “aproximar-se de países não alinhados com o EUA” (2002, p. 216).

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, organizada pelos grupos conservadores antiesquerda e antiGoulart foi uma resposta visível ao “Comício da Central”, que ficou conhecido principalmente como “Comício das Reformas”, no dia 13 de março de 1964, “na praça da República, no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente João Goulart” (SILVA, 1975, p. 15).

As interrupções políticas, as manifestações organizadas nas ruas e a criação de instituições, tudo isto mostra que enquanto a esquerda se arquitetava aos seus *modus operandi*, cometendo, inclusive, erros estratégicos<sup>86</sup>, as classes conversadoras, por sua vez, se muniam de uma forma bem mais fortalecida, consistente e preparada. Não por coincidência, o IBAD<sup>87</sup> e IPES<sup>88</sup> se juntaram, tanto ideologicamente como financeiramente, para investir

---

<sup>85</sup> Também conhecida como *Revolta Vermelha de 35*, com origens desde março de 1935, a partir da criação da Aliança Nacional Libertadora – ANL, tendo como líder o comunista Luís Carlos Prestes. Realizado por militares que apoiavam a ANL e o PCB, os militantes tinha causa defender propostas de cunho nacionalistas, até mesmo reformas agrárias. Outro objetivo, e talvez o mais central, foi a tentativa de dar um Golpe de Estado em Getúlio Vargas. A ideia não se concretizou em 1937 e o grupo recebeu este nome de forma pejorativa. Por isto que Intentona significa plano insensato, ataque imprevisto. Vale ressaltar que o movimento foi generalizado e em distintas datas. Uma, por exemplo, aconteceu em Natal-RN, dia 23 de novembro de 1935. No dia seguinte em Recife-PE. No Rio de Janeiro-RJ no dia 27. Também aconteceu por diversas partes do Brasil, principalmente nas capitais, como em São Luís do Maranhão, Vitória- ES, Maceió-Alagoas, dentre outros lugares.

<sup>86</sup> Visão esta dos erros da esquerda ortodoxa é retirada segundo Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* de 1966.

<sup>87</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, instalado no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1959, final do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, tendo como líder o ex-agente de ligação entre CIA e Brasil entre outros países, bem como grupos de empresários conservadores anticomunistas e posteriormente antiGoulart. O livro *IBAD: Sigla da corrupção* de 1963, Eloy Dutra (na época Deputado Federal, pela coligação PTB-PSD, e vice-governador de Guanabara) tinha como intenção revelar documentalmente o que havia por trás desta instituição político-empresarial: “O GOVÊRNO em boa hora suspendeu as atividades do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da ADEP (Ação Democrática Popular), dois organismos políticos acusados de graves crimes eleitorais e às vésperas de outro. [...] Seus recursos bilionários e sua orientação política se encontra sob suspeita de ser estrangeiros – do indivíduo Ivan Hasslocher” (DUTRA, 1963, p. 12). E como na própria fala do autor: “êste livro contém muito mais do que uma denúncia” (DUTRA, 1963, p. 1), visto que

pesadamente nas campanhas, afim de não deixarem a política de Esquerda tomar conta das esferas institucionais do país (MOTTA, 2002, p. 240).

Em *O Poder Militar*, de 1984, o jornalista e escritor Hélio Silva, cujo pensamento será explanado com mais detalhes no próximo subcapítulo, não deixou de falar num tom crítico destas instituições: “O complexo IPES/IBAD exerceu nesse processo o papel de órgão dirigente e organizador do movimento Civil-Militar para depor o governo João Goulart. O IPES expressava a ideologia subjacente aos interesses financeiros-industriais multinacionais e associados [...]” (SILVA, 1984, p. 356).

Quem fazia parte destas instituições e onde elas se infiltravam para terem voz? Responde Hélio Silva:

O complexo *IPES/IBAD* atuava dentro das *Forças Armadas* no sentido de desativar o dispositivo popular de João Goulart e minimizar o apoio militar à política populista. O trabalho junto à jovem oficialidade, feito *através de manifestos e impressos* elaborados por grupos de ação do IPES visava à mobilização de uma opinião militar contra uma possível “tomada comunista”. [...] *Os membros do IPES ocupavam postos chaves* na formulação de uma política econômica, alguns eram ministros e burocratas do alto escalão, banqueiros, industriais e técnicos-empresários, inclusive intelectuais. [...] *O IPES atuava como órgão instrumentalizado pela elite orgânica* como objetivo de constituir, organizar e dirigir o movimento Civil-Militar pela conquista do Estado. [...] *Os intelectuais orgânicos das classes empresariais operavam através do IBAD estabelecendo vínculos com empresários, militares, altos funcionários e técnicos, e também na formação de uma opinião pública.* (1984, pp. 356; 358-59). (*Grifos meus*).

Isto mostra que o movimento não era apenas e unicamente dirigido pelo grupo militar. Por um intervalo de tempo, havia-se criado uma ideia de que a pressão em Jânio Quadros e

---

Dutra trouxe aos leitores sobre também foi uma escrita de luta contra os ibadianos, expostos nos capítulos “IBAD – Retrato do Neofascismo”, “Um golpe Milionário” e “A luta contra o IBAD”. Ver: Dutra, Eloy. *IBAD: Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1963.

<sup>88</sup> O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES foi criado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, mas com reuniões desde 1961, foi uma instituição formada por grupos de representantes de empresas do eixo São Paulo e Rio de Janeiro, e logo ganharia adeptos de outros estados. O IPES tinha como objetivos analisar os projetos econômicos traçados pelo Presidente João Goulart e sua comitiva ministerial, principalmente as desconfianças pelas Reformas de Base e proximidade destas com o comunismo e debater as intervenções do Estado nos setores industriais e instituições econômicas privadas. É considerado como uma instituição articuladora do movimento de 1964 através de forma propagandista antiGoulart. Explica Hélio Silva que “o IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – que iniciou suas atividades publicando folhetos e livretos, patrocinando palestras, financiando viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudando a sustentar associações democráticas estudantis e operárias. Quando João Goulart tomou posse, depois da renúncia de Jânio Quadros, o IPES acelerou seus esforços para influenciar a opinião pública” (SILVA, 1975, pp. 253-54). Assim como aconteceu com IBAD em 1963, o IPES também foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI), através da Câmara de Deputados, acusado de financiar verbas ilícitas a candidatos contrários à política de João Goulart nas eleições de 1962, porém, a acusação foi absorvida. O IPES se extinguiu em 1970 em São Paulo e logo mais tarde, em 1972, no Rio de Janeiro.

em João Goulart foi somente pelo viés da soma das três camadas das Forças Armadas. “Pelo contrário, o empresariado teve papel de destaque na formulação desse projeto e nos preparos da intervenção militar” (SILVA, 1984, p. 356). Esta classe burguesa-empresarial se fazia presente dentro destas instituições e imprensa e, através destas, era porta-voz de discursos contrários às políticas goulartistas e todos aqueles que levantavam a bandeira comuno-socialista.

Por fim e para finalizar esta parte das narrativas conservadoras, é possível conjecturar e sintetizar uma linha de construção que originou o movimento de 1964 sob o viés dos conservadores antiesquerda: a) os grupos conservadores que temiam as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais e fossem estas direcionadas para um projeto esquerdista; b) discurso anticomunista e impedimento de uma implantação comuno-socialista no país; e c) conjunto de decisões bem organizadas e arquitetadas pela direita para uma tomada de Poder de Estado desde 1961.

## **1.2 “Quem dará o golpe no Brasil?”<sup>89</sup>: A renúncia de Jânio Quadros e o fim da história política de João Goulart sob análise das narrativas das esquerdas**

Se a *Biblioteca do Exército-Editora*, entre outras obras publicadas por diferentes linhas editoriais da direita, fazia de tudo para reunir o maior número possível de textos de intelectuais que apoiavam o Governo Civil-Militar, existiram aqueles que não aderiram à ideia de uma Revolução Gloriosa e de um país democrático regido pelas Forças Armadas.

O discurso acadêmico, contrário às intenções dos militares na política, se construía antes mesmo do movimento de 1964. O ensaio acadêmico *Quem dará o golpe no Brasil?* (1962), escrito pelo cientista político Wanderley Guilherme do Santos, anunciava de forma profética a queda de Jango no Poder.

O cientista político faz a seguinte análise:

---

<sup>89</sup> O Subtítulo foi retirado do nome do livro escrito pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos do quinto volume da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* – Editora Civilização Brasileira, 1962. Fora este livro, a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* publicou através do editor Ênio Silveira e em colaboração com ISEB e Editora Civilização Brasileira, 28 volumes, entre anos de 1962 a 1964, com várias temáticas que estavam sendo debatidas neste recorte. Relembrando alguns, temos, por exemplo: *Quem é Povo Brasileiro*, Werneck Sodré, de 1962. *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, Bolívar Costa, de 1962. *Que é a Revolução Brasileira?*, Flanklin de Oliveira, de 1963. *Como Seria o Brasil Socialista?*, Nestor de Holanda, de 1963. *Como atua o Imperialismo Ianque?*, Sylvio Monteiro, de 1963. *A Igreja está com o Povo?*, Padre Aloísio Guerra, de 1963. *Qual a política externa conveniente ao Brasil?*, Vamireh Chacon, de 1963. *Como planejar nosso desenvolvimento?*, Helga Hoffmann, de 1963. *Desde quando somos nacionalistas?* de Barbosa Lima Sobrinho. Este foi publicado em 1963, mas foi recolhido em 1964, na gestão do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e, somente em 1965, saíria à segunda edição pela Editora Vozes.

Em agosto-setembro de 1961 houve a mais recente tentativa organizada para instalar no País uma ditadura de direita. De então para cá se sucederam os atentados, as bombas e as ameaças, numa demonstração evidente de que a trama golpista permanece armada. E permanece por quê? Fundamentalmente, porque permanecem sem solução os problemas sociais que deram origem a ela. Eis o que é necessário ter presente. [...] Este é o conteúdo do golpe que se está armando no Brasil. É necessário que ninguém se esqueça disto, em nenhum momento [...]. (SANTOS, 1962, p. 3-4; 7).

Para os intelectuais marxistas, os militares tomaram uma posição discursiva de grande relevância naquele contexto de instabilidades. Discursos estes que iriam além da fala de *status* militar. Havia, na crítica esquerdista, uma tomada de posição política e os enunciados giravam em torno de um espaço ideológico-político.

Para aqueles a favor do Golpe, a intenção da deposição de Goulart se restringe quase que exclusivamente a uma Revolução Gloriosa (Democrática) ou Contrarrevolução. Não há dúvidas para os direitistas conservadores que a tomada do Estado pelos chefes militares não foi um ato de golpismo, mas sim um Contragolpe. Já nas arguições dos pensadores de viés ideológico de Esquerda, abre-se um leque de possibilidades e inferências. Buscaram entender o dia 31 de março de 1964 não no resultado final, mas usaram outra fórmula de que “os meios justificam os fins” para a entrada dos militares no Poder do Estado<sup>90</sup>.

Entre tantos autores que eu poderia não só mencionar como me aprofundar neste estudo, três intelectuais me chamaram muito atenção: Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Hélio Silva. Vivenciando praticamente o mesmo tempo cronológico de vida, porém, com publicações em épocas diferentes<sup>91</sup>, estes autores muito têm a nos falar sobre o período anterior e pós-1964.

O primeiro que trago ao debate é Caio Prado Jr.<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> A ordem da frase conhecida é “os fins justificam os meios”, que, erroneamente, é atrelada a fala de Nicolau Maquiavel em *O Príncipe* de 1532. Nesta ordem, os resultados finais para ter chegado ao poder são justificados pelo seu processo (meios). Mas, na interpretação da esquerda, o desenvolvimento do processo pré-64 (meios) é que justifica o fim da renúncia de Jânio Quadros, da queda de João Goulart e da entrada de um novo governo. Neste caso em que os “meios podem sim justificar seu fim”, a tomada de Poder pelas mãos dos militares não seria a cartada final em si mesma, como é objetivo da primeira frase, que no caso é se utilizar de todos os mecanismos e ferramentas para chegar ao Poder, mas, os próprios meios utilizados, principalmente os discursos de ameaça de que haveria um Golpe comunista no Brasil, vão justificando os motivos do fim.

<sup>91</sup> A ordem destes três autores foi planejada de acordo com o ano das publicações discutida neste estudo. Antes de tudo, é importante deixar bem claro que a intenção aqui não é fazer uma biografia de vida do autor, embora se faça necessário em muitos momentos e tampouco também fazer uma análise aprofundada nas instituições envolvidas no movimento pré e pós-1964, como, por exemplo, ISEB, IPES, ESG, IBAD, dentre outras. Estas servirão como forma de entender como elas foram usadas como mecanismos de Poder dos grupos a favor e contra o governo de João Goulart.

<sup>92</sup> Nasceu em São Paulo (na própria capital) no ano de 1907. Veio de família nobre, com familiares cafeicultores e avô, Martinho Prado Júnior e tio-avô, Eduardo Prado, ambos políticos. De formação acadêmica se formou em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1928, aos 21 anos. Porém, sua vida intelectual percorreu caminhos na História, Geografia, Economia, Filosofia, Cientista Político. O início de sua carreira política foi no

Intelectual pluridisciplinar, como foi chamado por José Carlos Reis (1999, s.p)<sup>93</sup>, assim como quase todos os grandes intelectuais de seu tempo, lança aos leitores brasileiros uma variada produção acadêmica que se difere não somente de vários outros pensamentos das narrativas marxistas, como a própria *Teoria Revolucionária* da Esquerda empregada no Brasil nos meados do XX (desde as *Internacionais Comunistas*)<sup>94</sup>.

Em sua trajetória intelectual, há um esforço em toda a composição de sua obra em mostrar que até a década de 1960 existia uma interpretação dos fatos e projetos futuros para o país presa às *Internacionais Comunistas* de países coloniais e semicoloniais. Pensando na contramão desse entendimento, deveria existir uma interpretação a partir dos próprios fatos e

---

Partido Democrático de São Paulo, fundando em 1926, no qual reunia membros da burguesia cafeeira e da camada média descontente com o tipo de governo da República Velha. Embora Caio Prado Jr. nasceu num “berço de ouro”, dentro de um seio familiar político-aristocrático, durante sua carreira intelectual lutou contra uma dominação imperialista e por um fim do latifúndio no Brasil. Seu caminho profissional e acadêmico foi interrompido em 1990, quando morre aos 83 anos.

<sup>93</sup> Além de chamá-lo de intelectual pluridisciplinar, completa sobre a vida biográfica de Caio Prado Jr.: “Ele é de origem aristocrática; saiu de uma família cafeeira paulista, para se tornar o *intelectual orgânico* do movimento operário brasileiro! Sua vida é marcada pela “ruptura de classe”. Ao se tornar um intelectual ligado à revolução socialista brasileira, Caio Prado não fez uma pequena travessia como se ele fosse apenas um pequeno-burguês. Ele não é filho da classe média proletarizada. [...] Aristocrata, ele passou a lutar por igualdade e liberdade além dos limites do liberalismo, além do mundo burguês. *Ele é um dos intelectuais de origem burguesa que forçaram os limites da “consciência possível” e produziram “obras significativas” (Goldman) ou “orgânicas” (Gramsci), ao serem um contraponto ao intelectual tradicional.* Caio Prado saiu da alta tradição, do passado colonial, para a revolução socialista, para o futuro: eis a dimensão do seu salto, que até sugere a impressão de um “suicídio simbólico”, tamanha a altura ou distância da mudança de posição” (Reis, 1999, s.p. *Grifos meus*).

<sup>94</sup> As *Internacionais Comunistas* (I, II e III e IV) teve origem a partir da criação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) em 1864, na Sr. Martin’s de Londres, no qual, dentre alguns objetivos, tinha como principal, reunir os operários de diversos lugares da Europa para discutir os modos de produção capitalista e as precárias condições dos trabalhadores diante da classe burguesa. O mentor e líder dessa *Primeira Internacional* estava nas mãos de Karl Marx. Devido às divergências ideológicas ao longo de seu andamento, a Organização viu seu fim em 1876. A *II Internacional Comunista* aparece em 1889 em Paris, denominada de *II Internacional dos Trabalhadores*. Embora esta seguisse o pensamento marxista, o que se presenciou foi uma luta de classe operária sob vários vieses distintos. Somente com a Primeira Guerra Mundial a todo vapor, a *II Internacional Comunista* começa a ter uma bandeira mais definida dentro de seu interior, no qual seria a negação desta Guerra. Seu fim chegaria coincidentemente com o término da Primeira Guerra. Desta vez não demoraria para surgir a *III Internacional Comunista*, conhecida também *Komintern*. Em 1919, a Rússia ainda respirando sua vitoriosa Revolução de 1917, buscou como um dos objetivos principais criar uma *União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, que seria regida pelo *Partido Comunista da União Soviética* - PCUS. Vladimir Lênin e o próprio PCUS foram os responsáveis para dar prosseguimento desta Organização. Ainda que em 1943 Stalin extingue a *Komintern*, no intuito, segundo ele, dar tregua na Segunda Guerra Mundial e fazer uma espécie de conciliação entre as Forças Aliadas (Estados Unidos, Inglaterra), muitos países passaram a seguir as suas diretrizes, como foi o caso do PCB – Partido Comunista do Brasil. Por fim, a *IV Internacional Comunista* (QI), não tanto conhecida como suas antecessoras, principalmente a *III Internacional*, surgiu em 1938 na França por Leon Trótski e seus “discípulos”, movidos por um ressentimento por Stalin e seu grupo apoiador, pelo fato de ao divergirem das teorias stalinista foram expulsos do PCUS. Para maior compreensão ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>; <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>.

condições *status quo*, usando uma nova literatura marxista que fosse o mais perto e particular possível do cotidiano social brasileiro<sup>95</sup>.

Analisando o marxismo como método (abordagem) de interpretação e transformação da realidade, teve como intenção intelectual não apenas aplicar o método marxista sugerido a partir de fórmulas universais. A crítica à teoria marxista sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB) era justamente porque, segundo Prado Jr., os discursos teórico-metodológicos e, também ideológicos, estavam longe dos problemas reais do Brasil<sup>96</sup>.

Por isto que, com uma escrita historiográfica brasileira bem marxista heterodoxa, contrapôs-se à *Teoria Revolucionária* do PCB (partido este em que ele foi militante quase toda a sua vida profissional e acadêmica), pois, na concepção deste Partido, seria pelo caminho da Revolução democrático-burguesa<sup>97</sup>. Foi contra justamente porque, como explica Caio Prado Jr., por mais que alguns intelectuais da Esquerda conseguiram enxergar qual caminho esta *Teoria* do PCB queria seguir, havia na verdade certa indefinição ideológica dentro do Partido: “Referimo-nos em particular, e, sobretudo, à indagação acerca da “natureza”, ou “tipo de revolução” que se trata de realizar. Será “socialista”, ou democrático-burguesa, ou outra qualquer?” (PRADO Jr., 1977, p. 15)<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Em 1933 o jovem intelectual Caio Prado Jr. publica o seu primeiro livro: *Evolução Política do Brasil: Ensaio de interpretação dialética da história brasileira*. O livro foi considerado como o primeiro a utilizar o materialismo histórico ou dialético do marxismo, como método da interpretação da realidade social brasileira. Caio Prado Jr., com este livro de 1933, marca o rompimento do autor com a teoria democrático-burguesa e sela seu casamento com o paradigma marxista. Outras obras posteriores do autor, tem como base teórica a sua primeira, só que bem mais amadurecida. Mais do que um vasto trabalho intelectual, foi, na verdade, uma ação política de abrir novos caminhos de se entender os acontecimentos no Brasil até o limiar de 1930. De forma peremptória, não usa a ideia defendida na historiográfica anterior. Explicando de outra maneira, para Caio Prado Jr. não exista no Brasil resquícios feudais ou semifeudais. Seria um erro grotesco dos historiadores que identifica na formação social e econômica brasileira o modo de produção nas bases do feudalismo. Ele se utiliza do termo resquícios coloniais de ordem escravista.

<sup>96</sup> Até 1922 podemos constatar que os intelectuais brasileiros ainda não tinham compreendido por completo as ideias marxistas. Quando somente neste mesmo ano o PCB é fundado, dando um novo horizonte ao marxismo. Para se ter uma noção, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) de Karl Marx só foi editado no Brasil em 1926 pelo Jornal *Voz Cosmopolita*: “O texto do Manifesto permaneceu durante muito tempo desconhecido para os brasileiros que não lesse outras línguas. *Uma das primeiras traduções* foi a de Octavio Brandão a partir da versão francesa de Laura Lafargue, inicialmente publicada em partes entre julho e dezembro de 1923, no jornal carioca, *Voz Cosmopolita*” (BATALHA, 1998, p. 134. *Grifos meus*) ou fugindo desta incerteza de Claudio Batalha, “Uma das primeiras traduções”, dirá o historiador Marcelo Mattos: “Foi justamente em *A Voz Cosmopolita* que circulou pela primeira vez, em 1923, a primeira tradução brasileira do *Manifesto Comunista*. Seu autor foi Otávio Brandão, farmacêutico e propagandista comunista, que nos anos 20 viria a se tornar o intelectual mais influente no recém-fundado PCB” (MATTOS, 2000, p. 176. *Grifos do autor*).

<sup>97</sup> Longe de uma escrita oficial, buscou não dar mais tantas glórias aos que construíram a história da(pela) elite, muito menos contextualizar os partidos políticos, principalmente de cunho socialistas, com uma análise descritiva “vista de cima”. Para José Carlos Reis, quem caminhou numa narrativa histórica oficial foi Werneck Sodré quando discorre sobre o PCB (1999, s.p.).

<sup>98</sup> Utilizo a obra *A Revolução Brasileira* em sua 5ª edição de 1977 e não a primeira 1ª edição de 1966, pois, sua 5ª edição recebeu dois novos capítulos: “Adendo a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA” e “Perspectiva em 1977”.

Primeiro ele apontou os equívocos do Partido Comunista Brasileiro e depois fez conjecturas de como deveria ter sido a Revolução Brasileira. Na perspectiva do autor, não chegou a se concretizar um Estado comuno-socialista e muito menos ele seria possível, mas, só a suposição de que ele estaria sendo planejado foi o suficiente para a derrubada de Goulart.

Não seria possível porque desde o princípio do projeto a teoria estava mal formulada dentro do contexto brasileiro. E, não apenas isto, como mal gerenciada. A Esquerda ortodoxa (tradicional ou radical)<sup>99</sup>, que ele tanto criticou, supôs que a luta estava nas mãos dos trabalhadores rurais e proletariados urbanos. De certa maneira, eles faziam parte de toda esta conjuntura inflamada, mas suas reivindicações eram aquém de uma solução política:

As aspirações e reivindicações essenciais da grande e principal parte da massa trabalhadora rural do país não tem aquele sentido apontado. [...] Os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não “camponeses”, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. (PRADO Jr., 1977, p. 49).

Por mais que a exploração fosse sentida pelos trabalhadores urbanos, os quais Caio Prado Jr. caracterizou de força potencializadora para o processo revolucionário, “sobretudo a partir da última Grande Guerra” (PRADO Jr., 1977, p. 22), coube ao Partido Comunista do Brasil (PCB) assumir o ressentimento coletivo. Porém, este Partido, que tinha a missão de equipar uma sociedade despreparada, acabou se distanciando dos ideais revolucionários, até mesmo fazendo acordos com uma política instável (de Goulart) e alvo de constantes críticas. “Foi esse o espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1º de abril” (PRADO Jr., 1977, p. 22).

Sem uma compreensão justificável do marxismo no Brasil, criando uma má imagem do paradigma revolucionário da classe trabalhadora, deu início a uma construção de consciência conservadora no país. Por isto, a ambição do programa político de Caio Prado Jr. seria de ir além do programa do PCB. Era trazer para a discussão os reais desejos do trabalhador rural e da classe operariada urbana<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> Os termos esquerdas tradicionais e radicais podem ser encontradas, respectivamente em: *Jornal do Dia*, São Luís, (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 3; MORAES. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de março de 1964, p. x.

<sup>100</sup> Militante de uma luta armada intelectual contra a burguesia e os grupos políticos dominantes fundou, em 1943, a *Editora Brasiliense*, juntamente com seus amigos Arthur Neves, Monteiro Lobato e Maria José Dupré e posteriormente a *Revista Brasiliense* (1955-1960), justamente para expressar-se através de uma escrita histórico-filosófica e, não deixava de ter um viés político, reflexões sobre a atuação do PCB (tomando, inclusive, posições heterodoxas dentro de seu próprio Partido, que chegava a ferir o pensamento ideológico dos marxistas ortodoxos

A *Revolução Brasileira*, publicada em 1966 e complementada em 1977, é o livro simbólico marcante que mostra uma preocupação entre os intelectuais em entender o momento pré-64, os resultados desse movimento e reinterpretá-lo criticamente sem fugir das autocríticas de suas convicções partidárias. É um compêndio que reúne teor teórico, descrição histórica, lutas políticas e questões econômicas. No fundo não deixa de ser também uma escrita motivada por um ressentimento de tristeza ao ver a Esquerda perder a “guerra política” para os militares e liberal-conservadores<sup>101</sup>. Na obra pradiana, não somente o passado é questionado, mas as mudanças políticas são postas em dúvidas.

Por mais que no título da obra venha a palavra “Revolução”, para Caio Prado Jr. é necessário tomar certos cuidados quando se trata do acontecimento histórico de 1964. Logo bem no início do primeiro capítulo, “A Revolução Brasileira”, título que segue o mesmo nome do livro, o autor já faz uma crítica ao uso variado e muitas vezes incorreto do termo, ocasionando ambiguidades.

O significado de Revolução, segundo o pensamento pradiano, não se restringe à conquista do Poder. Concentra-se na transformação estrutural que uma insurreição pode realizar dentro de um recorte histórico e temporal, como defendeu: “o verdadeiro valor desta palavra não se restringe ao processo histórico que desencadeou as mudanças, mas, sim, se concentra na transformação” (PRADO Jr., 1977, p. 11). Com outras palavras, são as mudanças que o movimento pode trazer à sociedade – transformação das estruturas políticas e sociais, derivado de uma sucessão de insurreições – e não exatamente como se deu o processo do movimento.

De maneira ordinária, “Revolução” que foi usado no levante militar caberia mais ao sentido de “insurreição(ões)”. Mas, de forma corriqueira, usaram-se o termo de maneira restrita e até mesmo em alguns momentos equivocado, como “emprego de força e da violência para derrubada de Poder e tomada do Poder por um grupo, categorial social ou outra força qualquer na oposição” (PRADO Jr., 1977, p. 11).

---

e de todo paradigma marxista brasileiro consolidado entre as décadas de 1930 a 1960). A *Revista Brasiliense* é a prova viva de uma luta constante de como fazer uma revolução social que pudesse agregar os proletários e trabalhadores rurais. Por isso que muitos estudiosos da filosofia pradiana enxergam nele muito mais um marxista revolucionário do que propriamente um marxista acadêmico. Outras informações sobre vida intelectual serão acrescidas no decorrer do estudo.

<sup>101</sup> Vencido pelo Golpe de 1964, ele se dedica ainda mais, com sabor de derrota e ressentimento, a formular uma nova *Teoria da Revolução* brasileira. Com uma escrita historiográfica brasileira bem marxista heterodoxa, Prado Jr. faz uma síntese aprofundada da evolução social, econômica e política do país não mais resgatando os personagens heroicos da nação. Eles, de certa forma, são falados, comentados, mas não são os únicos e muito menos os protagonistas. Sua narrativa historiográfica caminhou na preocupação de entender o pensamento das classes ditas populares, e o comportamento destas diante de um Brasil em transformações e instabilidades políticas, sempre se contrapondo a *Teoria Revolucionária* do PCB, partido este que ele foi militante quase toda a sua vida profissional e acadêmica.

Na mesma contundência, o autor deixa bem explícito sua análise teórica sobre o significado de Revolução:

“Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categoriais sociais. [...] São esses momentos históricos de brusca transição de situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução”. (PRADO Jr., 1977, p. 11).

Tomando como base o sentido real e profundo do termo que foi usado no dia 31 de março de 1964, “Revolução”, segundo o intelectual marxista Prado Jr., está muito mais para ter sido uma “insurreição” ou “insurreições” que originou um golpismo do que propriamente o primeiro conceito que os militares tentaram empregar na sociedade, pois, na visão do autor, o resultado final do movimento insurgente não provocou mudanças nas estruturas sociais e nem reestabeleceu o equilíbrio entre os grupos políticos que vinham se digladiando. Distante destes objetivos, os vencedores reagiram a uma futura Revolução socialista, do que propriamente tinham interesses de acelerar a história<sup>102</sup>.

O movimento que encadeou uma tomada do Poder Executivo em 1964 não deixou de ser, de certa forma, uma Revolução. Entretanto, que não teve intuito de modificar o modelo econômico e de outras estruturas do país, e, sim, uma ruptura da história uniforme, – por mais que Prado Jr. chegou a afirmar que o “ritmo da História não é uniforme” (1977, p. 11) –, derrubar Goulart e seu projeto político-ideológico para evitar mudanças de cunho socialista, reatar a ordem e a moral da nação. Em suma, o movimento contra Jânio Quadros e Goulart não visava modificações futuras. Evitava uma alteração naquele momento presente: implantação de um sistema comuno-socialista.

Foi nesse posicionamento que Prado Jr. externou seu ressentimento.

Na defesa pradiana não houve total ruptura na história brasileira com a atuação Civil-Militar no Poder Central, tão proclamada pelos grupos conservadores da direita. O latifúndio,

---

<sup>102</sup> Como já foi dito em outro momento, Prado Jr., buscou apoio no materialismo histórico, ou dialético, desafiando os intelectuais de seu tempo para mostrar a estes que suas construções históricas estavam presas na superfície e que os acontecimentos sofridos no Brasil – insurreições, guerras, derrubada de Poder, mudanças de governo – foram traduzidas pela história oficial, pertencente à classe elitizada. Defendeu, sem recuos de seu ponto de vista, que os acontecimentos na nação não foram feitos sob rupturas profundas e não houve mudanças definitivas nas estruturas. A grande exploração sobre as camadas populares se manteve desde o período colonial. Até mesmo pós-1964.

a velha democracia-burguesa e os grupos políticos oligárquicos continuavam a existir nas décadas que os militares estavam no Poder. Somente com a quebra dos grilhões entre a República Velha com a ideologia de existência de uma nova sociedade brasileira em curso, bem como enfrentando os problemas na forma como eles são, seriam as formas viáveis de haver uma verdadeira Revolução brasileira.

O resultado de março de 1964 compreende três perspectivas, segundo o pensamento de Prado Jr.: a) foi uma insurreição e não Revolução no sentido de mudança de estruturas; b) motivada como pretexto de barrar uma implantação comunista e assegurar a sobrevivência da democracia; e c) o golpeamento Civil-Militar foi possível pelo fracasso da *Teoria da Revolução Comunista* mal formulada pela Esquerda.

Estas três perspectivas revelam os motivos das críticas árduas que Prado Jr. fazia ao desinteresse dos presidente-generais em desenvolver a economia brasileira a partir de um projeto nacional dentro do contexto social e, ao invés disto, criavam laços ainda mais fortes de dependência com o mercado internacional. A Revolução de 31 de março, na óptica deste intelectual marxista heterodoxo, não foi um avançar na história, mas, de forma falsificada, uma renovação nas estruturas, uma “remodelação das velhas estruturas e reconstrução delas sobre novas bases voltadas para a libertação do país” (1977, p. 240), isto é, em cima das camadas populares, que nada puderam fazer a não ser ver os estratos sociais ainda mais desiguais, como explicou o autor: “pela violência e terror não somente ação, mas ainda qualquer vez divergente, em particular aquelas capazes de representar as forças de renovação, isto é, as populares” (1977, p. 240).

A inquietude de Prado Jr. foi entender o tipo de Revolução brasileira que estava sendo divulgado. Depois de uma profunda análise, desde os seus primeiros estudos com a *Evolução Política do Brasil* de 1933, percebeu que seria necessário apresentar outro programa para o sentido da Revolução social do Brasil. Contra-ataca até mesmo a velha Esquerda. A *Revolução Brasileira* foi uma dedicação exaustiva para quebrar as teses da *Teoria Revolucionária* do PCB e mostrar que a falha do programa foi a causa de os militares assumirem o posto central<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> PCB buscou alianças com a chamada democracia-burguesa, entre burgueses do campo e urbano. Embora Prado Jr. enxergasse que seria preciso fazer uma revolução social com os próprios trabalhadores rurais e proletariados, estes não sabiam gerenciar um movimento insurgente e de rupturas. O que a *Teoria Revolucionária* do PCB fez, além de ter sido ortodoxa nos seus preceitos teórico-metodológicos, foi se aproximar do populismo, abrindo, assim, caminho para sua própria queda. Para Prado Jr. este partido marxista teria visto no governo de João Goulart o avanço revolucionário de uma democracia popular, enquanto, na verdade, teria sido o período mais adequado que os militares acharam para articular uma possível tomada de Poder.

Dois pontos principais em *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr. podem ser destacados como motivos da sociedade não avançar em sua formação socioeconômica e política: a) o predomínio do capital internacional sobre a econômica brasileira; b) a segregação da classe proletária urbana e rural. Esta dupla estrutura fazia com que a economia ficasse cada vez mais estagnada, nas mãos da elite agrária e industrial<sup>104</sup>. Refém de uma economia exterior.

Prado Jr., então, mostra em sua obra como deveria ter acontecido a correta *Teoria da Revolução* e, ao mesmo tempo, acaba desenhando como deveria ficar o quadro estrutural do Brasil pós-1964:



**Quadro V:** Os caminhos corretos para se alcançar a verdadeira Revolução Brasileira segundo Caio Prado Jr.

O que Prado Jr. talvez estivesse querendo dizer era que somente a Revolução democrática – sem segregar as classes – poderia levar a uma Revolução nacional. Ou seja, a integração conjunta e coletiva entre os indivíduos do campo rural, da classe baixa urbana e burguesia-empresarial em prol de um único objetivo: desenvolvimento material do país. A ação revolucionária nacional, neste caso, cortaria as raízes da velha república.

Existiu, além de Prado Jr., outro intelectual que caminhou no meio de seus pares, na trincheira entre a vivificação de suas obras (por parte da Esquerda) e o pavor sobre o teor das intenções do conteúdo de seus escritos (por parte dos liberal-conservadores e Forças Armadas).

<sup>104</sup> Existiram estratégias de revolução defendidas pelo PCB em pré-64. Isto é perceptível quando na década de 1960 houve algumas tentativas de solucionar as lutas de trabalhadores rurais pela conquista do campo, como foram, por exemplo, as Reformas de Base, tomadas como bandeira de proposta política no governo de João Goulart, e logo para enfrentar a resistência por parte dos conservadores e os “antigoulistas”, criaria em 1962 o Conselho Nacional de Reforma Agrária, embora o projeto das Reformas de Base visava mais muito do que apenas o campo agrário, como, por exemplo, as reformas educacionais, econômicas e urbanas. Pegando este gancho sobre reformas, vale ressaltar que para Prado Jr., o problema agrário não estava apenas na ausência de terra e, sim, os desempregos alarmantes na vida dessa camada social. O problema da questão agrária era também uma questão do problema operariado urbano, pois, em ambos, a real luta se concentrava no alto desemprego.

Este grande intelectual foi Nelson Werneck Sodré<sup>105</sup>.

Autor de um compêndio de livros, em torno de 56, com vários artigos produzidos nos jornais<sup>106</sup>, sua caminhada intelectual se permeou em entender a formação das classes, dando foco no que ele classificou de povo brasileiro<sup>107</sup> ou, como afirmou Paulo Ribeiro da Cunha, prefaciador da edição de 2010: “autor clássico do pensamento social brasileiro” (2010, p. 8).

O fato de desde muito jovem fazer parte da escola militar e, posteriormente, entrar para o PCB, onde se firmou como marxista dentro das Forças Armadas, fez com Werneck Sodré fosse aquele tipo de personagem intelectual que descontentou os dois grupos ideológicos – os militantes da Esquerda e os direitistas conservadores, principalmente os líderes militares<sup>108</sup>. Viveu, nesse sentido, sob o efeito de várias polêmicas por tentar construir um projeto não somente social, mas também político para a nação, buscando resgatar o que

---

<sup>105</sup> Nasceu no Rio de Janeiro (na capital), em 1911. Sua educação escolar vem de escolas públicas de ensino regular e principalmente de educação militar, pois, ingressaria no Colégio Militar situado no Rio de Janeiro, em 1924, aos 13 anos e mais tarde, em 1930, na Escola Militar do Realengo, com seus 19 anos. Ainda jovem, mais precisamente em 1931, recebeu o convite para escrever textos na *Revista da Escola Militar*. Aqui foi seu primeiro contato, de forma ainda bem simplória, com o mundo das letras da imprensa. Seu conto *Satânia*, na Revista *O Cruzeiro*, em 1929, seria seu primeiro trabalho num grande jornal de circulação. Sua carreira profissional se iniciou como Aspirante a Oficial (um dos postos de hierarquia mais baixa do Exército) e sem demora seria promovido para fazer parte do Regimento de Artilharia de Itu, onde casa com Yolanda Frugoli, tendo uma filha, Olga Sodré. O convite para lecionar a disciplina de História na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, de 1950, foi graças aos seus livros publicados e artigos, num recorte de 1938 a 1945, com temáticas historiográficas. Ao fazer parte do Clube Militar, em 1951, assumindo discursos de esquerda, inclusive de linha próxima do PCB, foi desligado da ECEME. Chegou até ser preso por umas semanas por ser contra aos militares que queriam impedir a posse de João Goulart no cargo de Presidente de República em 1961. Werneck Sodré viveu entre a arte de escrever e servir profissionalmente as Forças Armadas, mesmo sendo contra a ideologia defendida por estes. Morreu lúcido, em 1999, aos 88 anos, devido a falência múltiplas dos órgãos. Outras informações sobre sua trajetória intelectual e profissional, como, por exemplo, sua atuação no ISEB, a partir de 1954, será descrita na parte que fala deste intelectual.

<sup>106</sup> Werneck Sodré teve grande participação na imprensa, publicando diversos artigos em vários jornais. No livro *Memórias de um Escritor* (1970), Sodré ressalta: “foi em 1938 que comecei a escrever para a Revista *Vamos ler*; Lembro-me que o primeiro trabalho foi sobre Júlio Verne. [...] Continuava também colaborando, embora de forma não sistemática, em *Diretrizes* [...]. Comecei a publicar em *O Jornal*” (1970, p. 171). Neste período de 1938, com seus 27 anos, suas ideias marxistas ainda não tinham chegado a sua classe militar, pois o mesmo afirma: “o departamento de Imprensa e Propaganda, o DPI, em sua fase inicial, distribuía aos jornais de todo o país meus artigos sobre as atividades do Exército” (1970, p. 171). Ainda colaborou em muitos outros jornais, publicando “cerca de três mil artigos, publicados em diferentes jornais e revistas, como o *Correio Paulistano*, *Cultura Política* e *O Estado de S. Paulo*. Ele também foi revisor do *Jornal do Commercio*, diretor da *Revista da Escola Militar* e colaborador da *Folha da Manhã*, do *Diário de Notícias* e da *Última Hora*” (RIBEIRO, 2015, p. 281).

<sup>107</sup> Mais a frente retomarei o pensamento de Werneck Sodré caracterizando o povo brasileiro.

<sup>108</sup> Werneck Sodré faz parte daqueles tipos de intelectuais que por mais que seja possível enxergar um posicionamento ideológico, contudo algumas ideias defendidas acabam trazendo questionamentos sobre de qual lado realmente o pensador está. É o caso, por exemplo, quando ressalta que no processo revolucionário brasileiro, desde o fim da Primeira República, as Forças Armadas fizeram parte não somente da luta armada contra o Poder dominante latifundiário, mas estiveram do lado da bandeira nacionalista e, para instigar ainda mais o olhar do leitor sobre ele mesmo, defende que a estrutura da classe militar foi construída sob o viés da democratização. Outras dúvidas seguem quando, na visão do Sodré, o Exército se manteve ao lado do povo e com ideais de liberdade democrática, como descreve na parte I do livro “Fase Nacional”. Por outro lado, não se esquivou de afirmar as Forças Armadas em momentos de conservadorismo e reacionária, como ocorreu na Campanha de Canudos, Intentona Comunista de 1935, e no movimento de março de 1964.

havia de bom nos dois campos ideológicos. Nas palavras de Paulo Ribeiro da Cunha: “Nelson Sodré elaborou sua obra na condição de suas vocações paralelas, confluentes e mediadas pela política. Uma delas, como intelectual, foi desenvolvida em grande medida [...]” (CUNHA, 2010, p. 8).

Não apenas para entender Werneck Sodré, mas o próprio período pré-64 e posterior, vale dividir sua carreira intelectual e profissional em dois momentos: primeiro, quando atuava nas Forças Armadas e antes da crise no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) em 1958<sup>109</sup>; segundo, quando entrava para o PCB e o ISEB passava por uma crise institucional e de representatividade e, conseqüentemente, mudanças ideológicas. Aqui, o ISEB já entra na nova regência com os nacionalistas marxistas. Neste período, Werneck Sodré já estava reformado no Exército. Foi nesta segunda fase de sua vida que mais do que nunca se tornaria um grande ideólogo nacionalista marxista.

Para falar do entendimento que Werneck Sodré produziu sobre os períodos agitados deste final da década de 1950 é viável tomar como foco de análise a vida profissional do autor e o ISEB. Aliás, esta instituição é mais do que necessária neste capítulo porque dela há certa compreensão de como os grupos intelectuais divergentes agiram sobre o cerco que se fechava contra a política de João Goulart. Ainda para facilitar, é possível entender esta divisão separada de sua produção intelectual entre a primeira fase com obras publicadas de 1938 a 1945 e a segunda de 1958 a 1964.

Desde Getúlio Vargas, principalmente no seu último mandato político (1951-1954), a Juscelino Kubitschek (1956-1960)<sup>110</sup>, o Brasil respirava uma realidade de modelo desenvolvimentista, decorrente do alto grau de industrialização. Porém, o país não pagou o preço para uma substituição de uma sociedade predominante agrária (com políticas atrasadas) por uma industrialização moderna, o que de certo modo provocou uma complexa dualidade social e econômica. O projeto socioeconômico da nação estava diretamente articulado ao projeto ideológico “nacional-desenvolvimentista”, consolidado no capital industrial da burguesia.

O ISEB surge dentro desse contexto.

---

<sup>109</sup> Até o momento da crise a instituição era regida pelos intelectuais desenvolvimentistas. Passado o período da crise em 1958, o ISEB entra numa nova regência, mas agora com os nacionalistas marxistas na frente da direção da instituição.

<sup>110</sup> Nos anos de governo do Juscelino Kubitschek duas propostas dos intelectuais estavam sendo discutidas a todo o momento: de um lado, o grupo que defendia a maior participação do capital estrangeiro como ponto positivo para o desenvolvimento da economia brasileira, do outro, o grupo que defendia a economia nacionalista e independente da presença exterior, no qual esta poderia até fazer parte do processo de crescimento, mas sob o domínio estatal.

Projeto intelectual impulsionado pela euforia do desenvolvimento industrial, teve início informalmente nos anos de 1953 com o *Grupo Itatiaia*, formado pelo corpo administrativo do Rio de Janeiro e São Paulo, no qual tinha como foco dos debates as questões econômicas e problemas sócio-políticos. Somente em 14 de julho de 1955, pelo decreto nº 37.608 (na gestão do Café Filho), o ISEB tornou-se um órgão legal subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Teve múltiplas correntes de pensamento, com os responsáveis intelectuais de viés marxistas, comunista, liberais e até católicos progressistas. Sodré fazia parte desde projeto ideológico nacional-desenvolvimentista do ISEB desde 1954.

Os isebianos tinham como planejamento teórico-metodológico inicial uma industrialização nacional e negação do latifúndio agroexportador. Era nesta lógica que, por mais divergente que o partido ideológico dos isebianos fosse, o caminho seguia uma síntese única: transição da sociedade brasileira agrária para uma sociedade industrial<sup>111</sup>.

Porém, entre os anos de 1958/1959, o ISEB passou por uma grande crise institucional. Momentos acirrados com brigas de pensamento entre o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier (ambos com ideologias nacionalistas ortodoxas) contra Hélio Jaguaribe (defensor da privatização de alguns setores, principalmente a Petroquímica, do capital e investimento estrangeiro na economia brasileira)<sup>112</sup>.

Com o resultado da crise de 1959, sua estrutura muda completamente, perdendo, principalmente suas múltiplas vertentes ideológicas. Foi neste momento, nos últimos anos de vida do ISEB, que Sodré e seu amigo Álvaro Vieira Pinto tomaram conta da direção do Instituto.

Ambos defensores de um viés político nacional e das Reformas<sup>113</sup>. Entraria no ISEB, mais especificamente no limiar da década de 1960, um arcabouço teórico de linha marxista, se é que não posso afirmar que estava ligada à política do PCB, tal transformação seria para o seu próprio fim no dia 13 de abril de 1964, visto que o Estado Civil-Militar enxergou nestes novos dirigentes isebianos uma ameaça ao seu Governo<sup>114</sup>.

---

<sup>111</sup> Sodré afirmara que o ISEB se articulava politicamente dentro do contexto ideológico do governo: “quando a crise que culminaria no suicídio do Presidente se agravou, trataram de aproximar-se dos elementos militares nacionalistas” (1978, pp. 9-10), no qual após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, esta relação de aproximação foi suficiente para manter a existência da instituição viva.

<sup>112</sup> Para uma maior compreensão, ver: *ISEB: Fábricas de Ideologias* publicado (1977) de Caio Navarro de Toledo.

<sup>113</sup> Sodré, alinhado ao projeto nacionalista, apoiou o Governo de João Goulart. Por isto e por causa de suas publicações esquerdistas foi contestado durante sua carreira intelectual devido ter sua formação de ensino e profissional ter sido de dentro das Forças Armadas.

<sup>114</sup> O ISEB por muito tempo serviu os burocráticos político-militares. Mas, em 13 de abril de 1964 o ISEB é fechado. Alguns jornais, como, por exemplo, *O Jornal O Globo*, impulsionaram várias críticas sobre o instituto que motivou ainda mais a sociedade intelectual e direitistas a perseguirem o ISEB, até mesmo deprecando-o. Na

A crise no ISEB fez bem para Sodré. Seriam lançadas obras como *As classes sociais no Brasil* (1957), *Introdução a revolução brasileira* (1958)<sup>115</sup>, e uma antologia de acontecimentos militares escrita com as próprias narrativas dos militares, *Narrativas Militares* (1959)<sup>116</sup>. Livro este a pedido da Biblioteca do Exército, com esta publicação entra certa contradição do posicionamento ideológico de Werneck Sodré. Em 1961, já reformado das Forças Armadas, se dedica exclusivamente à vida acadêmica, publicando outros livros como *A Ideologia do Colonialismo* (1961) e no ano seguinte *Formação da História do Brasil*.

Seu polêmico livro *História Militar do Brasil*<sup>117</sup>, publicado em 1965, pela editora *Civilização Brasileira*, um ano após a queda de João Goulart, foi sem sombra de dúvidas o momento mais crítico de perseguição que o autor vivenciou. Ele, por exemplo, viu suas obras sendo retiradas das livrarias e proibida a venda ou confecção nas editoras. Em 1969, seu livro *História Militar do Brasil* é vetado à circulação de reedição feita em 1968, incluindo um IPM (Inquérito Policial Militar) contra Sodré.

Por mais que o livro *História Militar do Brasil* tratasse de uma análise da formação militar desde a Colônia, a escrita tem um punhado de teses elaboradas sobre o caráter das Forças Armadas desde a sua gênese<sup>118</sup>. Capítulos como: “A marcha para a ditadura”, “A ditadura pretoriana”, dentre os outros na sequência, como, por exemplo, “A ditadura

---

obra, *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*, duas passagens são encontradas no qual comenta que a nova política brasileira, pós-64, não via o ISEB como uma instituição benéfica para a sociedade. A primeira crítica foi sobre os gastos públicos da política pré-64 na tentativa de fomentar a imagem, de forma positiva, os projetos político-educacionais do Presidente da República João Goulart: “Haja vista o folheto divulgado pelo ISEB sob o alto patrocínio do Sr. Darci Ribeiro, Ministro da Educação” (LIMA JÚNIOR, *et. al.*, 1966, pp. 5-6). E no texto de Ferdinando de Carvalho, quando expõe que o ensino brasileiro está inserido dentro de uma ideologia comunista devido à influência que o ISEB vinha exercendo sobre a educação: “No setor do ensino, é surpreendente a ação exercida pelos comunistas. No Ministério da Educação funcionavam verdadeiros centros de comunização, inspirados na doutrina formulada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEBE)” (1966, pp. 96-97).

<sup>115</sup> Livro publicado pela primeira vez em 1958, no início da crise no ISEB, pela *Editora Olympio*. Depois a segunda edição sai em 1965, já no Regime Militar, e somente em 1978 que vem ao público a sua quarta edição com um novo capítulo “PERSPECTIVAS”. Utilizo-me neste estudo desta quarta edição.

<sup>116</sup> Este livro foi produzido a pedido da Biblioteca do Exército, dirigida naquele momento por Umberto Peregrino.

<sup>117</sup> Sodré dividiu este livro em três momentos. No primeiro tratou em explicar o que chamou de “Fase Colonial”, que vai desde a conquista ultramarina até a independência do Brasil-Colônia (colocar uma pequena citação). Já do período que vai de 1822 ao fim da República Velha (conhecida também como Primeira República), denominou o autor de “Fase Autônoma”. Por fim, o terceiro momento chamado “Fase Nacional”, compreendida da Revolução de 1930 até 1965, data da publicação desta obra.

<sup>118</sup> Na “Fase Autônoma”, a questão militar está sob a ameaça do latifúndio e dos grupos oligárquicos. O exército era incompatível com a ditadura do latifúndio e “para instaurá-la, torna-se necessário destruí-lo” (SODRÉ, 1965, p. 182). Nesse caso, as Forças Armadas saem desse campo de meros instrumentos das oligarquias e latifundiários para servirem como instrumentos da burguesia que surgia no final do Brasil oitocentista, principalmente, a partir da Revolução de 1930. Além disso, nesta fase as Forças Armadas tinham uma importante missão e esta não seria fácil: “manter a base física herdada da Fase Colonial, e assegurar o exercício de autoridade do Poder Central em toda a extensão daquela extensa base física. [...] Manter unidas as antigas capitânias, agora províncias, reduzindo as resistências locais, sufocando os movimentos de rebeldia [...]” (SODRÉ, 1965, pp. 229-30).

frustrada” e “A ditadura vitoriosa”, foram “pratos cheios” para que os militares o vissem como uma figura intelectual subversiva ao sistema.

Assim como aconteceu no livro *A Revolução Brasileira* (1966), de Prado Jr., escrito sob o ressentimento de “guerra” perdida para os militares, também aconteceu anteriormente com Werneck Sodré na parte “Fase Nacional”, principalmente o capítulo dentro desta fase, “Ditadura Vitoriosa”, composto no livro *História Militar do Brasil* (1965). Ambos estavam abraçados na mesma tristeza de presenciarem de perto João Goulart cair, juntamente com a “velha” Esquerda e, conseqüentemente, a sociedade brasileira sendo guiada majoritariamente pela classe militar no Poder, embora dialogaram diferente em alguns aspectos como deveria ter acontecido o projeto revolucionário brasileiro.

*História Militar do Brasil* é fruto de um recorte temporal em que os grupos sociais e setores institucionais (direita e esquerda) tentavam construir o ideal de nação e qual o tipo de política e economia traria progressos ao Estado. O escopo da obra não é dar voz política e ideológica aos militares. Diferente de outros olhares sobre a historiografia militar, Sodré lançava uma nova leitura de narrativa – estrutura das Forças Armadas no processo histórico brasileiro –, afirmando que a construção desta força militar não está dissociada da formação política: “os militares estão inseridos na sociedade e dela recebem influências da mesma forma que a influenciam” (CUNHA, 2010, p. 9)<sup>119</sup>.

A década de 1950 e início da seguinte foram para Werneck Sodré momentos de suma importância porque neste interstício se afluou ainda mais o que as classes e setores passaram a chamar mais contundentemente de Revolução brasileira. Porém, para este intelectual não bastaria apenas entender que tipo de pensamento revolucionário estava em curso, que já vinha desde algumas décadas, mas quais as forças sociais (agentes) que tomaram para si tal obrigação de realizar esta operação na história da nação.

Se Prado Jr. não tinha uma certeza firme sobre que natureza de Revolução se processava, como ressaltou que “às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim de um ideal expresso na “natureza” da revolução para a qual se presumiria *a priori* que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira – revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer” (PRADO Jr., 1977, p. 19), para Werneck Sodré a que estava em curso era uma do tipo democrático-burguesa: “trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições

---

<sup>119</sup> Se na “Fase Colonial”, a classe militar teve o papel de manter a ordem da conquista lusa no Brasil-Colônia e na “Fase Autônoma” garantir uma unidade nacional em meio a todo um contexto de fragilidades políticas e econômicas, na “Fase Nacional”, a missão era “assegurar ao país as condições para realizar-se como nação” (p. 487).

para monopolizar os proventos da revolução” (1978, p. 210), escreve em a *Introdução à Revolução Brasileira* de 1958, embora posteriormente, em *História Militar do Brasil*, já com uma nova visão sobre a situação, revela: “é preciso distinguir o caráter e o processo da revolução burguesa, de tipo diferente, e a que o título parece já inadequado” (1965, p. 405).

O projeto revolucionário se estreitava num só espaço de interesse: desenraizar o Brasil do feudalismo e, conseqüentemente, do sistema latifundiário, impedindo o avanço do imperialismo. Nos estudos de Werneck Sodr e tudo levava a crer que este projeto vinha sendo desenhado desde a Revolu o de 1930 e também por meio da nova burguesia que surgia, entretanto, ambas não foram suficientes para mudar por completo os caminhos econômicos e políticos a ponto de dizer que existia um pensamento revolucionário brasileiro concreto e realizado. Isto porque a fozza democrático-burguesa e a política de Esquerda foram incapazes de estagnar as a ozes da aplica o de capitais externos e os meios de produ o latifundiária.   por este viés que Sodr e defende a ideia de que até o entardecer de março de 1964 houve uma Revolu o incompleta no país.

Dentro daquele quadro dos intelectuais nacionalistas, Werneck Sodr e estava do lado daqueles que apoiaram as Reformas de Base e, mais ainda, via nelas a ponte para o projeto ideal capaz de avançar o sentido verdadeiro da Revolu o. Mas, como tais Reformas estavam em grande contesta o, pelo temor dessas reformas estarem ligadas   política comunista, seguia a pergunta que tanto Sodr e buscou definir: quem deveria conduzir a Revolu o brasileira?

A resposta para o intelectual Werneck Sodr e não restava dúvidas: o povo<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> O que cabe abrir uma compreensão do que poderia ser a concep o de povo naquele momento efervescente da história brasileira e, veremos que tal conceito não estava preso   única categoria conceitual. A própria concep o do que poderia ser o povo brasileiro, num período de profundas agita ozes políticas, mudava de acordo com interesses envolvidos. Ainda mais na década de 1960, quando o ISEB estava sendo marcado pelos discursos anti-imperialismo e vanguardista da na o. Não por meras coincidências, mas as categorias “povo” e “na o” foram tomadas como pautas principais. No livro de Werneck Sodr e, *Introdu o   Revolu o Brasileira* de 1958 (utilizo a edi o de 1978 pelo fato de vir com uma nova parte “PERSPECTIVAS”), existem três capítulos muito ricos em conteúdos, dentro da parte EVOLU O POPULAR: Quem   o povo no Brasil?: “Conceito de Povo”, “Conceito de Povo no Brasil” e “Poder e Povo”. Segundo Werneck Sodr e a palavra povo ganhou um sentido muito genérico e seu significado ficou livre para cada um imaginar ou conceituar com bem da melhor maneira que achar. Mas, “na linguagem – e   no plano político que o seu uso tem importância” (SODR E, 1978, p. 188), que a ideia do que venha ser o povo, principalmente no Brasil, foi designado estritamente para aqueles que são considerados como produtores de bens materiais. Uma pergunta interessante faz Werneck Sodr e: “os empregados não produzem bem materiais, nem os funcionários, nem os intelectuais. Seria justo exclui-los do conceito de *povo*? (1978, p. 189. *Grifos do autor*). E mais do que isto,   justo, ressalta o autor, compreender tal conceito pegando a questão temporal e espacial: “*Povo*, hoje, no Brasil, não   o que era há um século; não   a mesma coisa que nos Estados Unidos; nem na China” (1978, p. 189. *Grifos do autor*). De uma forma geral, desde o surgimento de classes sociais e, conseqüentemente, a divisão social do trabalho, o conceito ganhou novos espaços: “Daí por diante, até nossos dias, *povo* será um conjunto de classes (ou camadas, ou grupos), ficando outras classes, (ou camadas, ou grupos) excluídas do conceito” (1978, p. 190. *Grifos do autor*). Mas Werneck Sodr e foi ainda mais enfático do que esta geral conceitua o. S    possível definir quem poderá ser o

Mas o povo brasileiro, apto a fazer o levante de uma revolução sociopolítica e estrutural, não seria apenas a massa – nem a camada proletária urbana e nem a rurícola. Responsável por esta tarefa seriam todas as classes – do proletariado à burguesia em suas distintas camadas – desde que estivessem a favor do combate ao capital estrangeiro, como explica em sua valiosa obra *Formação Histórica do Brasil*: “o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional. O imperialismo tem seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e média burguesia” (SODRÉ, 1962, p. 401).

Em outras palavras, o pensamento de Werneck Sodré sobre o ideal de Revolução brasileira no Brasil se realizaria somente a partir das alianças entre as distintas classes, bem como uma negação imperialista (combater os antinacionalistas), a valorização da camada popular, e, por fim, entendendo de uma vez que “a emancipação do Brasil não é uma tarefa conspirativa, mas a empresa de todo o povo” (SODRÉ, 1962, p. 403). Apenas com a concretização desses elementos é que haveria a verdadeira Revolução no Brasil<sup>121</sup>.

---

povo brasileiro dentro das fases históricas. O autor aposta jogar o sentido de povo em três fases: a) *Independência*; b) *República* (mais especificamente crise do Império e afirmação de sistema de governo republicano) e c) o período chamado de *Revolução Brasileira*. Primeira e Segunda Fase Werneck Sodré considera como povo aqueles que fazem parte dos progressistas do desenvolvimento. A última Fase, seria os progressistas e revolucionários. Nas condições de resolver os problemas da Independência (Primeira Fase), o povo, seriam todos aqueles que estavam preocupados em desligar o Brasil dos domínios de Portugal, dividido, assim, em duas categorias. A classe dominante – donos de terra, escravos e servos – e o grupo que o autor preferiu definir de camada intermediária – “pessoas livres, não vivendo da exploração do trabalho alheio” (1978, p. 198). Dentro deste contexto histórico ficariam excluídos da consideração de povo brasileiro os indivíduos que não possuíam a consciência política de luta de autonomia administrativa e muitos menos estavam interessados nesta briga de monopólio de mercado, entre estes os servos, os escravos e os pequenos trabalhadores livres. Na Segunda Fase, em que a disputa girava em torno da crise do Império, Werneck Sodré pergunta: “Quem constituía o povo, então?” (1978, p. 202. *Grifos do autor*) e na sequência responde: “Os que estavam interessados na tarefa progressista historicamente necessária, de criar a República. A classe latifundiária não fazia parte do povo. Seu último serviço fôra a Independência” (1978, p. 198. *Grifos do autor*). O povo, então, seria todos aqueles que estavam dentro das inconformidades com o Antigo Regime imperial e manifestaram-se em busca de um novo regime – “a burguesia nascente, a que se somava a pequena burguesia, o proletariado, o semiproletariado e os servos” (1978, p. 202). A Terceira Fase se insurgiu não mais apenas pelos progressistas, mas também por aqueles que se achavam dignos de fazer uma Revolução social e política, pois, “a Independência e a República, com efeito, foram tarefas progressistas, mas não foram tarefas revolucionárias” (1978, p. 204). A luta será por interromper o grupo dominante minoritário – latifundiários imperialistas – que se apoderou do poder desde a consolidação da República. Os grupos “latifundiários, a alta burguesia e a média comprometidos com o imperialismo” (1978, p. 209) que, ao se afastar das outras classes e grupos sociais (se autoconstituindo como povo brasileiro), “e isolou-se no poder, afim de desfrutá-lo sozinha” (1978, p. 203) deveria ser substituída pelo verdadeiro povo, “e este é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado; a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia nacional e lutam por este” (1978, p. 208). Para Werneck Sodré, o povo seria agora uma espécie de vanguarda dos interesses da nação e que fosse capaz de organizar inclusive as massas que não tem consciência política e nem de seus interesses, e dirigi-las no intuito de defender a democracia e o imperialismo com força de transformação do grupo dominante que estava assentado no poder da economia e do Estado.

<sup>121</sup> O pensamento de Werneck Sodré, neste ponto, se distancia de Caio Prado Jr., principalmente sobre cada um analisa de como deveria ter acontecido a *Teoria da Revolução Brasileira*.

Esta briga que existia em pré-64, na tentativa de estabelecer uma adequada estrutura do projeto revolucionário, revela a existência de dois grupos que se digladiavam. Ou seja, dois tipos de Revolução estavam em jogo. De um lado os que se autoproclamavam como defensores do nacionalismo. Seria aquela parte da burguesia definida de acordo com os interesses da Esquerda ortodoxa (dirigida pelo PCB) – cujos integrantes eram chamados “guardadores da nação” –, e na outra ponta os setores que davam norte num sentido revolucionário diferente – chamado “grupo dos anti”<sup>122</sup>. O que de forma sumária posso afirmar que foi a fração do setor burguês antipecebista, da ala direita conservadora e considerada apoiadora do capital externo que tomou fôlego do processo revolucionário e gerenciou o projeto estrategicamente para a queda da Esquerda em 1964.

Tese controversa para o autor que se articula dentro do espaço marxista, embora seu lugar social fosse de dentro da caserna militar, o que chama atenção nesta parte. Pois, Werneck Sodré escrevia tanto tomando uma posição teórica como prática. Talvez seja por este fator que o intelectual, como ele foi, se posiciona dentro de dois campos bem distintos: um em que ele reescrevia a história militar positivando-a e no outro criticando algumas atuações que as forças militares propuseram em variados acontecimentos no Brasil.

Enquanto Werneck Sodré compartilhava do pensamento de que, para o bem do desenvolvimento econômico e social do país, as Reformas de Base seriam o melhor caminho naquele momento de crise institucional e política nas décadas de 1950 e 1960<sup>123</sup>, e Caio Prado Jr., diferentemente, foi um marxista crítico ao plano político de João Goulart e do PCB – não enxergando com bons olhos o método de aplicação das Reformas e que a má teoria do processo revolucionário contribuiu para a queda da Esquerda –, surgia, naquele momento, outro intelectual que buscou refinar ainda mais o sentido do movimento de 1964.

Este foi o grande jornalista e escritor Hélio Ribeiro da Silva<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Anti-imperialismo, anti-latifundiários, anticomunismo e antiGoulart.

<sup>123</sup> Outro intelectual que convergia para o pensamento de Werneck Sodré foi Celso Furtado em *A Pré-revolução brasileira* de 1962. Furtado enxergava nas Reformas de Base uma solução para o problema das classes menos privilegiada do país. Já Sodré via nas Reformas de Base uma etapa do processo revolucionário, mas não se limitando nelas. Ambos, de certa forma, compactuavam com as políticas de Jango.

<sup>124</sup> Hélio Ribeiro da Silva, é de origem do subúrbio carioca, mais especificamente em Riachuelo, Rio de Janeiro, nascido praticamente na entrada do século XX, em 1904. Apesar de sua primeira formação ser de Medicina (Faculdade de Medicina da Praia Vermelha), foi trabalhando, em 1920, como médico na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e como jornalista político nos jornais *O Brasil*, *O Imparcial*, *A Tribuna*, *A Rua*, *O País*, *Jornal do Brasil*, que aos poucos foi brotando uma paixão pela profissão do jornalismo em Hélio Silva. Sua dedicação ao ato da escrita na imprensa se dá principalmente a partir da década de 1930, assumindo em São Paulo o estabelecimento editorial de *O País* e o *Correio Paulistano*, embora seja importante ressaltar que quando este intelectual passava a entregar sua vida somente a escrever e noticiar os acontecimentos, e neste mesmo interstício, uma tentativa a carreira política como deputado – indicado por seu amigo Júlio Prestes de Albuquerque – ambas trajetórias foram frustradas com a Revolução de 1930, pois as sucursais são incendiadas pelos seguidores da Revolução e sua entrada na política é interrompida por causa dos desafetos partidários. Após

No livro *1964: Golpe ou Contragolpe* de 1975, uma vasta obra que deixou como legado documental, o historiador (ofício este dado por consagração aos seus escritos) Hélio Silva questionou o momento decisivo que a política brasileira vivenciava. No momento que alguns autores discutiam os motivos da renúncia de Jânio Quadros e de João Goulart, para este intelectual – considerado por muitos como defensor da esquerda – não há dúvidas: “o movimento de março não restringiu a um levante militar. Este se motivou na agitação das massas em torno de um programa de reformas socializantes que infundiu o terror da comunização” (1975, p. 18).

Os problemas econômicos deflagrados no mandato de João Goulart suscitaram um levante de programas considerados de caráter socialista; e em decorrência disto os veículos de comunicação induziram as diversas classes e grupos (militares, profissionais liberais, empresariais, políticos, igrejas...) a ficarem em alerta para uma possível instalação política comunista. Mas, para Hélio Silva, embora tenha criticado a forma como se dava o direcionamento das Reformas de Base, não poupando palavras de pessimismo sobre alguns projetos das Reformas: “O Plano Trienal, que foi o primeiro plano profissional elaborado no Brasil, não produziu nem a gratificação política, nem os resultados econômicos e sociais a que se propunha” (SILVA, 1984 p. 322), ressalta que naquele momento “as reformas eram a solução para a crise” (SILVA, 1975, p. 18). O que claramente mostra que Hélio Silva se aproxima do pensamento de Caio Prado Jr. e Werneck Sodré, ao entender que as reformas seriam uma solução de acalmar as instabilidades, porém, “a maneira de as conduzir e o sentido que teriam provocou a reação” (SILVA, 1975, p. 18).

Explicando um pouco sobre o Plano Trienal, formulado pelo Ministro do Planejamento da Economia, Celso Furtado, surge dentro de uma situação desestruturada no país como ato desesperador do Presidente João Goulart, na “tentativa de cumprir o

---

alguns anos vagueando por outros empregos fora de seu habitat, retorna em 1949, a convite de Carlos Lacerda, para ser redator-chefe do jornal *Tribuna da Imprensa*. Nos finais da década de 1950, começou a se dedicar não mais apenas a escrita em jornais, mas também a escrever obras de valor histórico. Foi em 1959, ainda no ofício da *Tribuna da Imprensa*, iniciou seus estudos históricos sobre os acontecimentos importantes no Brasil contemporâneo. Saíra, assim, os 16 volumes da vida e política de Getúlio Vargas. Depois começou a se dedicar de outros temas e de recortes temporais distintos, como: *1889: A República não esperou o amanhecer*, *República brasileira (1895-1910)*, *1922: Sangue na areia de Copacabana*, *1926: A grande marcha, Ameaça Vermelha: O Plano Cohen*, *1964: Golpe ou Contragolpe?*, *O Poder Militar*. Num total de cerca de 60 livros, em que alguns foram escritos em colaboração de sua amiga Maria Cecília Ribas Carneiro. Por isto que Hélio Silva é considerado não somente um jornalista, mas também um intelectual que produziu, de forma brilhante, um acervo documental que o campo historiográfico se serviu deste legado. Ressalta a Editora Civilização Brasileira, na contracapa do livro, *1964: Golpe ou Contragolpe?*, a seguinte afirmação: “Hélio Silva demonstrou, nessas obras, que entende o exercício das atividades do historiador como muito próximas das que um cientista desenvolve: a) descrever um fenômeno sem se deixar envolver por ele; b) analisar sem paixão os seus agentes; c) estudar as condições que o geraram, e, d) estudar suas consequências. [...] Seu grande mérito é o jamais ter permitido que elas influenciassem o equilíbrio, a serenidade e a exatidão que aplica ao trato dos apaixonantes (ou angustiantes) problemas da história brasileira” (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1975. s.p.).

compromisso com as diversas correntes que disputavam o Poder” (SILVA, 1984, p. 315). Certamente João Goulart tinha a segurança neste Plano como “a peça central para a manutenção do sistema” (SILVA, 1984, p. 319) e, por isto, seria a fórmula que iria “salvar” seu governo e segurá-lo até o final do mandato.

Pretendeu uma série de providências, nas esferas administrativas e política, para as quais o país não estava preparado, nem o governo tinha condições de realizar. *Imaginava uma luta anti-inflacionária com reivindicações salariais permanentes e incompreensões e desconfianças empresariais incontornáveis*. Pretendia acionar, em três anos, dispositivos reformistas radicais, visando à estruturação da sociedade em bases mais racionais. Era demasiado ambicioso para tão limitado prazo para um governo com suas forças progressivamente diminuídas pelo tumulto de uma série de problemas, e tornou-se irrealizável. (SILVA, 1984, p. 315). (*Grifos meus*).

Para Hélio Silva, a culpa que caíra em cima de Jango foi injustamente, incluindo a idealização do Plano Trienal com objetivos finais não concretizados. Concordo com esta afirmativa, ainda mais quando o autor, com a mesma sapiência que produziu suas obras, explicou os motivos de João Goulart não ter conseguido encontrar soluções que fossem capazes de mudar os rumos da crise: “herdara duas heranças difíceis, recebendo o espólio administrativo de Juscelino Kubitschek, agravado por Jânio Quadros” (SILVA, 1984, p. 315).

Estas heranças “problemáticas” a que se refere Hélio Silva seriam o *econômico-financeiro*, ligado à *problemática social*. O problema *econômico-financeiro* mais sentido de todos foi o desajuste inflacionário e, com certeza, é numa inflação aguda, como foi no governo de Jango, que todos os setores sofrem, principalmente, a classe operária urbana (*problemática social*), que num ritmo acelerado daquela instabilidade inflacionária, o setor empresarial e industrial viu os balanços de entrada e saída dos produtos numa situação crítica, fazendo com que os trabalhadores sentissem na prática o desemprego se agravar cada vez mais.

Fugindo à regra da escrita de alguns intelectuais de seu tempo, que desenhavam os motivos do movimento de 1964 pelo viés da ameaça do “partido vermelho”, em meio a Guerra Fria, a partir da imagem construída sobre Jango ligado ao projeto político-ideológico comunista, Hélio Silva vai além desse modo de pensar. Ao invés disto, achou mais viável construir outra análise, por sinal, bastante polêmica, do que realmente estava acontecendo muito antes do recorte temporal à queda de Jango.

Na explicação de Hélio Silva (a qual posso dizer que é a primeira tese de sua obra) o movimento de 1964 não foi uma Revolução, mas uma Contrarrevolução e o seu objetivo seria

dar um Contragolpe no projeto político de Goulart, antes que este desse um Golpe de Estado implantando no Brasil um Governo Comuno-sindicalista.

Na primeira edição, de 1975, a pergunta que segue o título da obra, *1964: Golpe ou Contragolpe?*, não parece bem resolvida ao público-leitor. Já na segunda edição, de 1978<sup>125</sup>, em que Hélio Silva parece se encontrar mais confiante e maduro em suas posições, ele ousa afirmar abertamente, na parte introdutória, que o movimento tinha como finalidade ser um Contragolpe. Não sei se para o autor chegar a esta conclusão ele tomou como base as intenções das Reformas ou analisou os discursos das classes contrárias a João Goulart.

[...] O título escolhido causou escândalo, no primeiro momento, quando ninguém ousava classificar o movimento de março e abril de 64 de um *Contragolpe*, desfechado sob a motivação de que o Presidente João Goulart pretendia dar um Golpe, implantando uma república sindicalista, perpetuando-se no poder. Depois da publicação de nosso livro, vulgarizou-se a denominação adequada. Estudiosos e homens de governo; revolucionários e contra-revolucionários admitem, se não proclamam, que o movimento de 64 é uma contra-revolução. (SILVA, 1978, p. 1). (*Grifo do autor*).

Por isto que para Hélio Silva a entrada forçadamente de um novo governo em 1964 caracterizava-se muito mais para a concepção de movimento com processo contrarrevolucionário e movido pelo pensamento da direita, divulgando que a atuação dos militares não foi um Golpe armado contra João Goulart, mas tinha como objetivo ser um Contragolpe a um projeto de Ditadura Socialista Brasileira. Estas afirmações de Contrarrevolução e Contragolpe foram as que prevaleceram e se tornaram verdades tanto nos momentos recentes pós-1985 (término da Ditadura Civil-Militar) como até nos dias atuais é possível nos depararmos com tais afirmações.

A segunda análise do autor Hélio Silva (que considero ser sua segunda tese na obra) consiste na explicação da origem que fez com que as classes liberal-conversadoras e militares aclamassem por uma ação revolucionária até o momento que esta força desembocou no ato de 31 de março de 1964 com a posição assumida no Poder das Forças Armadas de reger a vida política. A origem está delineada a três fatores que antecederam a saída de Jango: a) Modificações na estrutura social; b) Crise institucional; c) Crise de representatividade política.

A primeira, chamada de *modificações na estrutura social brasileira*, modifica-se com a industrialização e urbanização, principalmente a partir do Estado Novo de Vargas (1937-

---

<sup>125</sup> SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* 2ª ed. Colaboração: Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 1.

1945). Antes da industrialização do país, a economia e política estavam ligadas ao sistema tradicional da agricultura e das velhas oligarquias dominantes. O processo industrial, advindo com o Estado Novo, transformou os centros urbanos em espaços mais desenvolvidos e, não somente isto, insurgiu um predomínio maior de eleitores. Para Hélio Silva, esta reestruturação “criava importância, no plano nacional, na escolha do Presidente e Vice-Presidente da República” (1975, p. 20).

Seria, de certa forma, a primeira quebra na estrutura construída pelo Poder majoritário, em que uma nova sociedade, ou melhor, grupos dirigentes, não demoraria para abrir caminhos a um novo projeto nacional, o populismo, no qual viria a se contrapor com as ideologias tradicionais: “estabelecia uma das razões de atrito entre o Poder Executivo, representando essa nova influência, e o Poder Legislativo, onde as velhas oligarquias dominavam o congresso” (SILVA, 1975 p. 20).

O segundo fato que motivou um movimento de 1964, na visão crítica de Hélio Silva, foi o que ele chamou de *crise institucional*, que, conseqüentemente, também coincide desde a vigência da constituinte de 1946, pois criou traços marcantes entre nação e representação política. A prova disto foram as ondas de crises institucionais que se sucederam de forma bem pragmática.

Primeiro, em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto do Poder. Em 1955, após a morte de Vargas, Café Filho, seu vice, assume a Presidência da República. Debaixo de grande pressão política, Café Filho acaba tendo problemas cardiovasculares e se afasta do cargo presidencial. Carlos Luz, que era Presidente da Câmara dos Deputados, deveria assumir por lei constituinte. Apenas com 4 dias no cargo foi impedido de continuar devido o “Movimento de 11 de novembro”, articulado pelo marechal Henrique Lott.

Segundo, Jânio Quadros mal esquentava o seu lugar na presidência, renunciou ao cargo em 1961 devido a pressões dos setores político e empresariais. Posteriormente, João Goulart entrava no jogo dos adversários para conseguir sua posse: “ao aceitar o parlamentarismo para ser o Presidente, aceitara presidir sem governar” (SILVA, 1984, p. 311). O parlamentarismo, adotado em primeiro de julho de 1961, foi naquele momento a melhor medida para esfriar os ânimos políticos.

O parlamentarismo não seguraria por muito tempo o descontentamento das oposições.

Jango, quase impedido de assumir o lugar de Jânio, logo foi também derrubado de suas funções presidenciais, chegando, assim, o ápice de uma crise institucional generalizada nacionalmente. Ratifica o autor: “nesse espaço de tempo, apenas dois presidentes concluíram

seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira” (SILVA, 1975, p. 21).

Terceiro, foi a *falta de representatividade* que escapava das mãos da nação. Certamente, se havia uma crise institucional instalada e desenfreada, as massas não se sentiam mais seguras apoiadas nos grupos políticos. Essa situação fez as esferas federal e estadual entrarem em conflitos: “a máquina político-administrativa mostravam-se incapaz de governar com eficiência, desgastando quaisquer dirigentes” (1975, p. 21).

Hélio Silva pôde presenciar em vida sua ascensão acadêmica. Produziu um relevo documental impressionante. Cerca de 60 livros sobre a história do Brasil em diferentes períodos com detalhes e historicidades que serviram como referências para muitas pesquisas. Mas foi também no auge da carreira profissional e acadêmica que viu de perto quase a sua queda. O livro *Nilo Peçanha: A Revolução Brasileira (1909-1910)*, publicado em 1983, foi acusado de conter plágios por ter algumas partes semelhantes de *A Vida de Nilo Peçanha* de 1962, do autor Brígido Tinoco<sup>126</sup>. As duras críticas e acusações, quando, por exemplo, Alberto Venancio Filho exclamou na homenagem póstuma na Casa de Machado de Assis, em março de 1995: “Vamos saudar os que partiram, mas este plágio a morte não absolve” (apud JORGE, 1999. p. 486), não foram capazes de apagar todo o legado sobre o Brasil político que vivenciou.

Em sua luta de jornalista político e “fabricador” dos importantes acontecimentos históricos – exercendo o ofício de historiador, como se assim o fosse – buscou entender os motivos que encadeou um movimento civil-político e militar de uma forma bastante diferente de seus intelectuais que descreviam também agitações de 1964, mostrando que para se entender bem este processo seria preciso envolver dentro desta disputa de poder até os setores empresariais e as chamadas *crises institucionais e falta de representatividade*.

Hélio Silva não escondeu seu ponto de vista quando defendeu que o objetivo do movimento foi ter sido um Contragolpe no Estado Executivo em prol de uma defesa anticomunista, embora tenha revelado sua verdadeira posição apenas na segunda edição de 1978. Também afirmou que teria sido uma contrarrevolução por ter interrompido uma revolução que estava sendo planejada por João Goulart, entre outras afirmações como, por exemplo, quando disse que “são os militares que assumem de fato a função de papel moderador [...]” (SILVA, 1975), e que uma intervenção militar no *processo revolucionário*

---

<sup>126</sup> Defendendo das acusações, Hélio Silva explicou que o motivo das aproximações de trechos entre as duas publicações se deu por motivos de erros de um dos seus revisores. Porém, mesmo explicando-se e pedindo desculpas pelas falhas, sofreria duras críticas, o que, inclusive, foram determinantes para que desistisse do desejo de concorrer uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (JORGE, 1999).

seria inevitável, pois, cedo ou tarde isto iria acontecer de alguma forma na história do país. Os intelectuais marxistas lendo todas estas inferências passaram a acreditar que Hélio Silva, mesmo tendo a profissão de jornalista – *lugar social (de fala)* muito perseguido pela Ditadura Civil-Militar –, tinha discursos de tendências de apoio aos militares. Hélio Silva pagaria por suas teses.

Finalizo este primeiro capítulo trazendo o que chamo de “síntese do processo revolucionário brasileiro” de acordo com alguns intelectuais debatidos até este momento. Esta síntese é na verdade os pontos de defesas mais importantes sobre as intenções do movimento pré e pós-1964 de alguns intelectuais que ainda hoje se tornam referências para aqueles que desejam compreender os processos de transformações históricas no Brasil.

<b>Síntese do contexto antes e pós-Golpe na análise de Caio Prado Jr., Werneck Sodr�e e H�elio Silva</b>		
<b>Caio Prado Jr.</b>	<b>Pr�-1964</b>	<i>Teoria Revolucionária</i> da Esquerda mal formulada. O Marxismo ortodoxo do PCB desencadeou uma a�o civil, empresarial, política e principalmente militar. Havia uma democracia-burguesa voltada para a elite e excludente das classes populares. Prado Jr. ainda tem a concep�o de que os trabalhadores rurais, a classe campista, seriam os personagens que deveriam fazer parte principal do processo revolucionário. Mas estes não tinham certas ferramentas – econ�micas, políticas e intelectuais – suficientes para assumir esta posi�o. Precisariam da classe operariada urbana, que já usufruía alguns destes recursos, para dar auxílio (muito mais dirigir do que somente auxiliar) a massa rural.
	<b>P�s-1964</b>	Como a <i>Teoria Revolucionária</i> fracassou, no momento que não enxergou alianças entre as distintas classes como parte do processo da Revolu�o Social, para Prado Jr., seria agora necessária uma reformula�o na Teoria da Revolu�o. A realidade, com os militares no Poder, teria que ser tomada diferente. A primeira coisa era fazer uma adequa�o econômica da estrutura agropecuária no cenário pós-64, mostrando como deveria ser o seu papel no processo de uma nova Revolu�o. A massa rural deveria ter consciência de sua fun�o. Entretanto, tinha que estar equipada materialmente, culturalmente e socialmente. Esta massa mobilizada, com <i>status</i> econômico e intelectual, ampliaria o desenvolvimento que o país necessitava. Nem o governo de João Goulart e muito menos o Regime Civil-Militar foi capaz de mudar as reais estruturas. O homem do campo não tinha forças e recursos para lutar por uma condi�o social melhor, ainda mais sair de uma produ�o de subsistência ou mesmo

		participar da vida política. O homem proletariado urbano, por sua vez, estava refém da velha burguesia que continuava após a entrada de um novo sistema de governo.
<b>Werneck Sodré</b>	<b>Pré-1964</b>	Revolução incompleta. Não se tinha uma ação democrático-burguesa capaz de “frear” os resquícios feudais/semifeudais ainda presente nas décadas de 1930-1950. Diferente de Prado Jr., Sodré acreditava nos resquícios do sistema feudal presente na sociedade brasileira. As Reformas de Base avançariam esta Revolução e o nacionalismo do povo quebraria o latifúndio e o imperialismo. O povo, nesse caso, seria responsável pela condução da Revolução social brasileira.
	<b>Pós-1964</b>	O Governo Civil-Militar não foi capaz de interromper o pensamento revolucionário pré-64 da Esquerda. Formou-se uma nova frente revolucionária com ideais de lutas de redemocratização. Estes novos militantes deveriam ser mais críticos ao “esquerdismo” ortodoxo, principalmente à tese do PCB.
<b>Hélio Silva</b>	<b>Pré-1964</b>	João Goulart vivenciou no seu Governo o momento mais crítico de sua carreira, tomado por profundas crises: <i>crise institucional e falta de representatividade</i> . As Reformas de Base foi uma forma de Revolução que tinha como intuito mudar as estruturas sociais do país. Os liberal-conservadores faziam discursos de que era preciso parar o processo revolucionário da Esquerda liderada pelo PCB e as instabilidades políticas. Os militares foram vistos como agentes capazes de assumir este papel moderador.
	<b>Pós-1964</b>	Propaganda positiva da ação dos militares como seguradores da democracia e da política. Discurso de Contragolpe como justifica que serviu para interromper um Golpe comunista no país. Os militares após derrubar João Goulart, ao invés de serem apenas mediadores da crise (papel moderador), assumem a política e passam a guiar o Estado.

**Quadro VI:** Principais pontos de defesas mais importantes sobre as intenções do movimento pré e pós-1964.

A síntese do processo revolucionário brasileiro, construída acima, se trata de alguns dos principais intelectuais da linha de pensamento marxista que buscaram apontar as questões geradoras do Golpe de 31 de março de 1964, o que também não deixa de ser uma sintetização das narrativas da Esquerda. O mesmo não foi possível fazer com as narrativas da direita. O fato é os pensadores se manifestavam através das instituições (IBAD, IPES, ESG, IGHMB, ADEP) e por obras de autorias variadas, principalmente através da Biblioteca do Exército –

Editora, que diziam ser arquivos de memórias que preservariam o movimento e, assim, “para ficar mais presente ao espírito do Povo” (A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO, 1966, s.p.), e com isto dificultaria muito resumir as referências conservadoras.

De todo modo, o Golpe ou Contragolpe, a Revolução ou Contrarrevolução que derrubou João Goulart da Presidência da República foi como uma linha divisória de tempo histórico que possibilitou e ainda continua a possibilitar uma reflexão do processo antes e depois de 1964 – construída e debatida entre os intelectuais, imprensa e instituições que respiraram este período de euforia política – e toda essa discussão ainda está longe de terminar.

## CAPÍTULO II

### “A VITORIOSA REVOLUÇÃO” OU “IMPOPULAR”?<sup>127</sup>

#### Debates sobre a atuação do Regime Civil-Militar na imprensa ludovicense

*Passado meio século de tantos enganos, releituras e novas narrativas, chegou a hora da exumação dos restos mortais da imprensa de 1964. [...] Trata-se de mais um trabalho de “descobrimento”, de desconstrução narrativa, de revelação da ambiguidade de certos discursos e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob a poeira das frases do passado.*

(Juremir Silva, 2017)

O jornalista e escritor Juremir Machado da Silva<sup>128</sup> tem profundas razões para tal afirmação na epígrafe: ainda existem muitas narrativas produzidas nos jornais que precisam ser analisadas (e outras reanalisadas), extraíndo todos os discursos (as intenções do narrador nas entrelinhas do enunciado), com objetivos de mostrar outras conjecturas e até mesmo esclarecer com mais precisão algumas leituras sobre o passado que chegam até o momento presente com certas ambiguidades e incertezas.

Os restos mortais da imprensa desde 1964 à crise da Ditadura Civil-Militar e seu declínio por completo nos primeiros meses de 1985 continuam numa fase de descobrimentos a cada nova investida dos agentes pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais. Sempre que novos objetos de estudos voltam seus olhares para tentar entender este período através da imprensa, muitas revelações surgem, possibilitando, de certa forma, uma desconstrução ou mesmo afirmação de narrativas anteriores.

No Maranhão, mais especificamente em São Luís, os intelectuais, fossem eles a favor ou contra a política dos Presidente-militares, estavam muito mais se expressando na *grande*

<sup>127</sup> “A Vitoriosa Revolução” faz parte do *Jornal Pequeno* de 31 de março de 1971, p. 8. “Porque a Revolução é Impopular” foi transcrita do *Jornal do Maranhão* de 29 de maio de 1966, p. 3.

<sup>128</sup> Além destes dois ofícios, com graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, também é considerado tradutor (já traduziu várias obras), historiador formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e se enveredou no campo da Sociologia, no qual obteve o grau de mestre através da Université Paris Descartes (1992) e doutor pela Université Paris V René Descartes (1995).

*imprensa*<sup>129</sup> do que propriamente publicando livros. Aliás, depois de uma pesquisa que fiz na tentativa de encontrar autores maranhenses de dentro da Academia Maranhense de Letras (AML) que viveram dentro deste recorte temporal, não encontrei uma obra específica ou algum tipo de texto literário que representasse este momento conturbado. Os escritores maranhenses publicavam romances, contos e poesias sobre o cotidiano, mas sem caráter de análise ao Regime Civil-Militar.

É óbvio que não podemos produzir uma escrita fechada, como ironizou Gilberto Freyre ao falar do livro *A Sociologia numa era de Revolução Social* de Florestan Fernandes: ““empirismo sociológico” a serviço de uma ideologia fechada” (FREYRE, 1969, p. 21). Talvez por pouca divulgação ou pelo pouco número de autores, existiam, sim, aqueles que tocaram no assunto sobre o Governo dos presidente-generais.

Numa busca de informações, consegui encontrar duas importantes figuras do campo literário, jornalístico e político.

Um foi o escritor Ferreira Gullar<sup>130</sup>, que, já em seu exílio na Argentina, publicou *Poemas sujos*<sup>131</sup> e *Dentro da Noite Veloz*, ambos escritos em seu exílio num recorte de 1962-1975, com teor de reverberações negativas ao governo da época. Em *Maió 1964*, um dos poemas que constituem *Dentro da Noite Veloz*, o poeta maranhense lamenta:

#### Maio 1964

Na leiteria a tarde se reparte  
em iogurtes, coalhadas, copos de leite  
e no espelho meu rosto.  
São quatro horas da tarde, em maio.  
Tenho 33 anos e uma gastrite.  
Amo a vida  
que é cheia de crianças, de flores  
e mulheres, a vida,  
esse direito de estar no mundo,  
ter dois pés e mãos, uma cara  
e a fome de tudo, a esperança.  
Esse direito de todos  
que nenhum ato institucional ou constitucional  
pode cassar ou legar.  
Mas quantos amigos presos!  
quantos em cárceres escuros

<sup>129</sup> Termo utilizado por Maria Helena Capelato em: História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do tempo presente*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 299-3015.

<sup>130</sup> José Ribamar Ferreira. Nasceu em São Luís, em 1930, e morreu no Rio de Janeiro, aos 86 anos, em 2016. Dentre vários poemas, romances, contos que escreveu, ao longo de sua trajetória intelectual, foi com *Poemas Sujos*, de 1975, que ele recebeu o *Magnum Opus* pela obra. Em 2014, entrava para Academia Brasileira de Letras.

<sup>131</sup> O título do poema segue o mesmo nome do livro.

onde a tarde fede a urina e terror.  
 Há muitas famílias sem rumo esta tarde  
 nos subúrbios de ferro e gás  
 onde brinca irremida a infância da classe operária.  
 Estou aqui.  
 O espelho não guardará a marca desse rosto,  
 se simplesmente saio do lugar  
 ou se morro  
 se me matam.  
 Estou aqui e não estarei, um dia, em parte alguma.  
 Que importa, pois?  
 A luta comum me acende o sangue e me bate no peito  
 como o coice de uma lembrança.  
 (GULLAR, 1975, pp. 46-47)

Na página seguinte de *Dentro da Noite Veloz* aparece outro poema que também faz jus ao seu exílio e críticas ao Governo Civil-Militar no Brasil, chamado “Agosto 1964”:

Agosto 1964  
 Entre lojas de flores e de sapatos, bares, mercados, butiques,  
 viajo  
 num ônibus Estrada de Ferro-Lebron.  
 Volto do trabalho, a noite em meio,  
 fatigado de mentiras.  
 O ônibus sacoleja. Adeus, Rimbaud,  
 relógio de lilases, concretismo,  
 neoconcretismo, ficções da juventude, adeus,  
 que a vida  
 eu a compro à vista aos donos do mundo.  
 Ao peso dos impostos, o verso sufoca,  
 a poesia agora responde a inquérito policial-militar.  
 Digo adeus à ilusão  
 mas não ao mundo. Mas não à vida,  
 meu reduto e meu reino.  
 Do salário injusto,  
 da punição injusta,  
 da humilhação, da tortura, do terror,  
 retiramos algo e com ele construímos um artefato  
 um poema  
 uma bandeira.  
 (GULLAR, 1975, p. 48)

Os poemas acima retirados da obra *Dentro da Noite Veloz*, “Maio 1964” e “Agosto 1964”, mostram a resistência multifacetada que existia, a qual seria como pedregulhos no caminho dos políticos-militares. A verdade é que a contraordem e rejeições por uma política mediada pelo setor militarista existiam antes mesmo da queda de João Goulart. Já conhecedores disto, a vigilância e perseguição em todos os setores institucionais foram

bastante intensas, a fim de evitar propagandas antigoverno que fossem capazes de cristalizar discurso-verdades nas diferentes camadas sociais.

Para se ter uma ideia deste medo que cercava o novo Governo, mal Castelo Branco assumiria o Poder Central, a primeira edição de seu ensaio, *Cultura Posta em Questão*, assim como outros escritos, ficaram em cinzas quando atearam fogo na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, no dia 1º de abril de 1964, por volta das 10h<sup>132</sup>. Outro episódio interessante, e até cômico, na vida de Ferreira Gullar, foi no ano de 1968, durante o mandato do Presidente-Militar Costa e Silva, quando a polícia achou na sua estante o livro *Do Cubismo à Arte Concreta*. Levaram-no imediatamente para ser interrogado. Horas depois, entenderam que “Cubismo” não se tratava de Cuba.

Ferreira Gullar não se contentaria em ver sua valiosa produção, *Cultura Posta em Questão*, ser esquecida por motivos do movimento antiesquerda. Em 1965, lançaria novamente uma nova edição pela Editora Civilização Brasileira. Neste livro, composto por uma introdução e oito ensaios, o poeta de sangue maranhense sai por um momento do espaço da poesia para mostrar que todos os intelectuais, sejam poetas, romancistas, artistas, jornalistas, universitários, devem tomar uma posição mais agressiva em relação ao Governo Civil-Militar. É não deixar de lado as produções literárias que falam do cotidiano da sociedade, do amor, da cultura, mas engajar-se a debater a situação política em que o país passava.

Para Ferreira Gullar, o intelectual assume, através da arte e da cultura popular, uma responsabilidade social dos problemas e assim é capaz de denunciar os conceitos culturais que não estavam a serviço do povo (1965, p. 1). O produtor da cultura ou da escrita deveria fugir das armadilhas de não cair no que ele chamou de intelectual descompromissado: “para a jovem intelectualidade brasileira o homem de cultura está também mergulhado nos problemas políticos e sociais, sofre ou lucra em função deles, contribui ou não para a preservação do *statu quo* [...]. Ninguém está fora da briga” (GULLAR, 1965, p. 2).

Observando os poemas e o pensamento de Ferreira Gullar, expostos em suas produções literárias, é possível dizer que existe uma preocupação com o contexto político bastante evidente no modo como ele raciocinava sobre as relações de poder e sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960, principalmente em *Cultura posta em Questão* de 1964 e *Vanguarda e subdesenvolvimento: Ensaio sobre Arte* de 1969.

---

<sup>132</sup> Ver: CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Instituto Moreira Salles. Nº 6, setembro, 1968. pp. 12-13. Disponível em: [https://issuu.com/ims\\_instituto\\_moreira\\_salles/docs/clb\\_-\\_ferreira\\_gullar](https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/clb_-_ferreira_gullar). Acesso em: 10/09/2019.

Este intelectual maranhense toma uma postura de escritor crítico e engajado para falar sobre o poder da nova política direitista e militar e sua influência na cultura, na arte, nas obras literárias/acadêmicas, no momento que se desloca do Rio de Janeiro para Brasília na incumbência de assumir a direção da Fundação Cultural, em 1961, no Governo de Jânio Quadros. Seria a partir de sua entrada nesta instituição cultural que Ferreira Gullar passaria a ter uma envergadura literária mais próxima das questões e problemas de nacionalidade.

Por isto que o escopo de sua obra em todo momento foi debater sobre a função do intelectual na sociedade e defender a cultura popular – muito rejeitada e criticada principalmente pré-64 e no Governo dos presidente-militares – em que deveria ser usada como instrumento de transformação e, “portanto, antes de mais nada, consciência revolucionária” (GULLAR, 1965, p. 4).

Foi percebendo que a cultura popular tinha esse caráter revolucionário que o Regime Civil-militar resolveria verificar de perto o que se estavam propagando nas instituições acadêmicas, midiáticas e até mesmo religiosa. Como na década de 1960 havia toda uma disputa entre nacionalidade e imperialismo, nas defesas de Ferreira Gullar, a cultura popular, quando compromissada com a classe operária, estudantil, a camponesa, teria a capacidade de mostrar a verdadeira realidade brasileira e, de certa forma, desenvolver uma ruptura com as tendências impostas pelos antinacionalistas<sup>133</sup>.

No momento em que faz uma explicação conceitual e prática do que seria cultura popular e a função dos artistas e literatos, aproveita para criticar o projeto político-ideológico dos militares no Poder Executivo sem temer uma repressão. Explica que somente através da cultura ligada diretamente ao povo, longe da cultura oficial e da classe dominante burguesa, os dados reais da situação brasileira poderiam aparecer, mesmo tendo que disputar espaço com os apoiadores do *processo revolucionário* Civil-Militar.

Cultura popular é compreender que o problema do analfabetismo, como o da deficiência de vagas nas Universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país. [...] É compreender que as dificuldades por que passa a indústria do livro, como a estreiteza do campo aberto às atividades intelectuais, são frutos

<sup>133</sup> A cultura popular, ressalta Ferreira Gullar, que não é expressada apenas na arte e literatura. Ela vai além das classes sociais, atingindo as “massas totalmente marginalizadas da vida cultural, analfabetas” (GULLAR, 1965, p. 5). Trabalhando diretamente com o povo, a cultura popular tem o dever de ensinar e transmitir o conhecimento, nem que seja o básico a fim de situar o indivíduo dentro do contexto real de sua situação e do país. Estes ensinamentos seriam, então, através de entidades filantrópicas, governamentais ou não, grupos voluntários ou religiosos, até mesmo entidades políticas compromissadas com a verdade. Porém, explica Ferreira Gullar, que pode medo ou para tentar esconder do proletariado e do homem simples o que havia por trás dados oficiais do Governo, “o golpe militar de 1º de abril de 1964 fechou todas essas entidades e prendeu ou perseguiu seus integrantes” (Ibidem, p. 5)

da deficiência do ensino e da cultura, mantidos como privilégios de uma reduzida faixa da população. [...] É compreender que não se pode realizar cinema no Brasil, com conteúdo que o momento histórico exige, sem travar uma luta política contra os grupos que dominam o mercado cinematográfico brasileiro. (GULLAR, 1965, pp. 3-4).

Ferreira Gullar não estaria sozinho – como representante literário maranhense – nesta luta política.

O outro intelectual foi Bandeira Tribuzi<sup>134</sup>.

Este, diferente de Ferreira Gullar, viveu por mais tempo entre os ludovicenses, sentindo de perto nos períodos agitados o que a sociedade maranhense ansiava e desejava. Jornalista e redator-chefe de importantes jornais, comprou, juntamente com seu amigo José Sarney, o *Jornal do Dia*, que passou a se chamar *Jornal do Estado do Maranhão*. Fundou também com outros amigos o *Jornal do Bolso*. Redator do *Jornal Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e do *Jornal Correio do Nordeste*, que pertencia ao seu grande amigo Zuzu Nahuz.

No espaço de escritor literário, publicou: *Rosa de Esperança* (1950), *Safra* (1960), *Soneto* (1962). Todavia, foi no livro *Pele e Osso*, de 1970, com o poema “LUTOLUTA” que aparece sua crítica visível ao Regime Civil-Militar:

[...]  
 HÁ UMA BALA VOANDO  
 sobre a canção e a poesia,  
 sobre a casa enluarada,  
 a negra voz em profecia,  
 sobre quem pensa promessas,  
 quem delas faz alegria,  
 sobre Lutero e Roberto,  
 sobre João (e Maria,  
 amanhã Manuel, Antonio,  
 Ernesto ou João da Silva)  
 sobre quem constrói o mundo  
 manhã para o sol de um dia.  
 HÁ UMA BALA VOANDO  
 com seu poderio absurdo,  
 com suas asas de morte,  
 sua trama no escuro,  
 seu disfarce apunhalante,  
 seu punhal acutilante  
 para devorar o mundo!  
 HÁ UMA BALA VOANDO  
 contra cada um de nós,

---

<sup>134</sup> José Tribuzi Pinheiro Gomes nasceu em 1927, na capital São Luís, e morreu em 1977. Alguns detalhes sobre Bandeira Tribuzzi na imprensa de São Luís serão discutidos no Capítulo III.

nosso coração e voz,  
 o amanhecer que há em nós, o futuro que há em nós,  
 o humano ser que há em nós;  
 há uma bala voando  
 que é necessário conter,  
 de aço em pedra converter e em areia desfazer  
 para a poder afogar  
 no mar de amar mar amar.  
 HÁ UMA BALA VOANDO  
 Até quando? Até quando? Até quando?  
 (TRIBUZI, 2002, pp. 210-213)<sup>135</sup>

Ferreira Gullar e Bandeira Tribuzi não só representaram os intelectuais maranhenses de sua época de produção intelectual, durante o período de Ditadura Civil-Militar, como mostraram ser possível – através de produções literárias –, mesmo que de cunho poético, tornar-se inimigos do Estado.

As críticas e apoio aos presidentes-generais ficaram por conta dos impressos, rádios e outras ferramentas de poder, como as músicas<sup>136</sup>. O que mostra que o poder político e de imprensa estiveram tão próximas – tanto numa simbiose de acordos como em desacordos. Posso até adiantar que através dos meios midiáticos o ambiente religioso (protestante e católico), o ramo empresarial (principalmente o editorial), colunistas e outros intelectuais, todos estes tomavam corpo e voz em seus posicionamentos com seus cunhos ideológico-partidários nas folhas dos jornais impressos.

A minha principal defesa neste *segundo capítulo* é que em São Luís, dentro do período Civil-Militar, a imprensa e outros veículos de comunicação – principalmente os grandes jornais impressos e mais tarde, em 1969, a TV Educacional ou TVE – foram as ferramentas mais usadas para propagar debates políticos e de cunho sociocultural e acontecimentos variados em nível local ao nacional. Em outras colocações, os leitores da Ilha ludovicense

<sup>135</sup> A poesia “LutoLuta” foi transcrita da publicação: TRIBUZI, Bandeira. *Obra Poética / Bandeira Tribuzi*. – São Paulo: Siciliano, 2002.

<sup>136</sup> Algumas músicas maranhenses mostram que existia um sentimento de repreensão cultural sentida no estado. É o caso das canções: “Donzela de Vidro”, de Cesar Teixeira, no qual criticava a classe dominante burguesa que estava imune das perseguições militares. No final do Governo Civil-Militar, mais especificamente em 1983, chegou a compor “Oração Latina”, como forma de agradecer o fim dos Regimes ditatoriais e a crise do Sistema militar que parecia já chegar ao seu estágio final. Outras músicas de Cesar Teixeira entram no conjunto destes tipos de composições antigoverno dos generais, tais entre elas, a “Bandeira de Aço”, “Roda Gigante”, “Razão do Povo”. Outro cantor que marcou com sua música, “Carcará”, estreada em 1964, em que esta critica as mazelas sociais que o Nordeste enfrentava, não somente devido à seca, mas por problemas políticos, foi João do Vale. Esta canção teve ajuda na composição do cantor José Candido. Tivemos também Chico Maranhão com “Dança da Rosa”, “Meu samba choro”, dentre outras. Ver: ARAUJO NETO, Wilson Pinheiro. *Música e ditadura no Maranhão: canções como elementos de contestação a partir do AI-5*; AQUILES, Fábio. *Onde Há Fogo, Há Música: a repressão militar nas décadas de 1960 e 1970 cantada e contada por cantores maranhenses*. Departamento do Curso de História da UEMA. São Luís, 2006.

formavam suas posições partidárias e ideológicas não pelas produções de autores (do campo universitário ou Academia Maranhense de Letras), mas através das folhas amareladas que saíam dos prelos.

Ainda sobre o *segundo capítulo*, o objetivo é demonstrar como algumas figuras ilustres de São Luís se situaram nas questões do contexto político nacional e firmaram suas concepções partidárias-ideológicas. Consequentemente, discutir o posicionamento de alguns dos principais jornais, sempre enfatizando os enunciados contraditórios. Este caminho não deixa também de trazer uma compreensão sobre alguns pontos importantes: a ideia de revolução, se houve ou não golpe e o que os redatores escreveram sobre a atuação dos presidente-militares.

## **2.1 Imprensa na Ilha São Luís: Porta-voz entre consonâncias e dissonâncias sobre o Golpe e ações dos presidente-generais**

Dos intelectuais maranhenses que estavam produzindo obras durante o Regime Militar, sejam aqueles que pertenceram à *Academia Maranhense de Letras* ou não, é raro encontrar publicações de apoio ou combate ao sistema político. Os membros da Academia Maranhense de Letras que presenciaram de perto as agitações sociais e políticas entre 1964 ao fim do Regime, tiveram como interesses escrever poemas, contos e romances voltados para experiências do cotidiano, amor, cultura local. Foram herdeiros da geração de literatos que trouxeram à capital do Maranhão a homenagem de *Atenas Brasileira*, no século XIX.

A imprensa e os programas radiofônicos foram os veículos de comunicação que tomaram fôlego para discutir sobre este período efervescente. Sentiram a necessidade de fazer aquilo que os homens das letras não sentiram ou talvez porque tiveram medo de se exporem.

De Neiva Moreira, com seu *Jornal do Povo*, extinto em 1964 por não resistir a pressão dos militares, passando pelos jornais *do Dia*, *Pequeno*, *do Maranhão*, *O Imparcial*, *O Combate*, *Correio do Nordeste*, *Jornal do Bolso*, *Jornal Zumbi*, dentre outros, todos estes expressaram-se de alguma forma em relação ao movimento de 31 de março, bem como sobre as medidas tomadas pelos presidente-generais, colocando, inclusive, em risco as empresas editoriais, principalmente a partir de 1968. Momentos estes mais árduos devido a promulgação do Ato Institucional de nº 5 (AI-5).

Como foi dito anteriormente, as ondas radiofônicas, em épocas do Regime Civil-Militar, faziam parte, assim como a imprensa, do hábito familiar brasileiro. Enquanto os grupos de apoio dos chefes das Forças Armadas se utilizavam deste veículo para propagar

notícias positivas das atuações dos presidentes da República, na outra margem estavam os programas de resistência contra um projeto político que silenciosamente se revelaria numa implantação de ditadura no país. Foram os rádios simples que funcionavam a pilha, relíquias nos dias atuais, nos quais a sociedade, principalmente a camada pobre, sabiam das notícias e conflitos políticos.

Foi, por exemplo, através de Rubens Paiva, deputado pelo PTB, que a população escutou pela *Rádio Nacional*<sup>137</sup>, do Rio de Janeiro, na madrugada fria de 1º de abril de 1964, a deposição de João Goulart, quando este discursou minuciosamente com olhar negativo a ação do Golpe<sup>138</sup>.

A *Rádio Nacional* teve a seguinte abertura:

Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, de plantão pelo Brasil. Comandando uma grande rede de emissoras. Integradas na Guanabara pela Rádio do Ministério da Educação e Cultura. Em São Paulo pela Rádio Nacional de São Paulo. E em Brasília pela Rádio Nacional do Distrito Federal, além de muitas outras emissoras no interior. [...] Nesta madrugada de 1º de abril vamos trazer o Deputado Rubens Paiva, representante do estado de São Paulo no Congresso Nacional.<sup>139</sup>

E se pronunciou Rubens Paiva durante cinco minutos na Rádio Nacional:

Meus patrícios, me dirijo especialmente a todos os trabalhadores, todos os estudantes, e a todo o povo de São Paulo tão infelicitado por este governo fascista e golpista que neste momento vem traindo seu mandato e se pondo ao lado das forças da reação. [...] Estejam atentos às palavras de ordem que emanarem aqui da Rádio Nacional e de todas as outras rádios que estejam integradas nesta cadeia da legalidade. Julgamos indispensável que todo o povo se mobilize tranquila e ordeiramente em defesa da legalidade prestigiando a ação reformista do presidente João Goulart que neste momento está com o seu governo empenhado em atender todas as legítimas reivindicações de nosso povo. [...] Está lançada inteiramente para todo o país o desafio: de um lado, a maioria do povo brasileiro, desejando as reformas e desejando que a riqueza se distribua ao lado da legalidade do Presidente João Goulart. Os outros são os golpistas que devem ser repelidos e, desta vez,

<sup>137</sup> *Rádio Nacional*, do Rio de Janeiro, criada em 1936, inicialmente no regime privado, mas logo foi estatizada, em 1940, por Getúlio Vargas no Estado. A sua estatização teve como intuito transformá-la como rádio de transmissão oficial do projeto-ideológico da Política Central varguista. Atualmente funciona na sintonia AM e está ligada a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

<sup>138</sup> O arquivo que se encontrava perdido foi anos depois encontrada por Leandro Melito e disponibilizada no Portal EBC.

<sup>139</sup> Abertura na *Rádio Nacional* a meia noite do dia 1º de abril de 1964. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/rubens-paiva-defendeu-legalidade-do-governo-jango-pela-radio-nacional-no-dia-1o-de>. Acesso em: 06/10/2019.

definitivamente. Para que o nosso país veja realmente o momento da sua libertação raiar. Muito obrigado.<sup>140</sup>

É evidente que o momento exato do discurso de Rubens Paiva naquela madrugada não teve um alcance por todo o Brasil devido os limites de alcance de transmissão da Rádio Nacional. Porém, em cada estado, outras emissoras radiofônicas divulgavam as notícias com diferentes visões, movidas de acordo com o pensamento ideológico e partidário do dirigente ou fundador da rádio.

As rádios maranhenses não fizeram por menos.

Na capital do Maranhão, final dos anos 60, já existiam seis emissoras radiofônicas registradas, sem contar as clandestinas.

Segundo Paulo Pellegrini (2015), muitos afirmam que as primeiras emissoras de rádio no Maranhão iniciaram-se na década de 1940, com a *Rádio Timbira* (AM). Porém foi em 1924 que chegou a *Rádio Sociedade Maranhense*, através de Joaquim Moreira Alves dos Santos (Nhozinho Santos) e seu amigo Francisco Aguiar. Esta Rádio de 1924 fazia parte da “profusão de rádios-clubes no início da década de 1920. [...] Antes do Maranhão, apenas Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará possuíam suas emissoras” (PELLEGRINI, 2015, p. 85).

Somente depois que veio A *Rádio Clube do Maranhão*, instalada em 1940, por J. Travassos que, não resistindo à clandestinidade, fechou no mesmo ano. No período seguinte aparece a *Rádio Timbira* (AM), instalada ainda no governo de Getúlio Vargas na data de 14 de agosto de 1941<sup>141</sup>.

Para os pesquisadores sobre imprensa, a *Rádio Timbira* (AM) é considerada como a pioneira não somente em São Luís, mas também no Maranhão e desde os tempos do Estado Novo foi a consagrada Rádio Oficial do Governo. Newton Belo, inclusive, se aproveitou para tentar firmar sua imagem política no estado e José Sarney, em 1966, também não faria diferente de seu antecessor.

Depois veio a *Rádio Ribamar* (AM), fundada em 13 de junho de 1947, pelos irmãos Gerson Tavares e Ribamar Pinheiro. Já na década de 50, a *Rádio Difusora* começa suas atividades no dia 29 de outubro de 1955, empreendidas pelo grande empresário e o audacioso

<sup>140</sup> Pronunciamento de Rubens Paiva na *Rádio Nacional* a meia noite do dia 1º de abril de 1964. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/rubens-paiva-defendeu-legalidade-do-governo-jango-pela-radio-nacional-no-dia-1o-de>. Acesso em: 06/10/2019.

<sup>141</sup> A ideia de instalar a primeira Rádio no Maranhão, *Rádio Timbira* (AM), inicialmente chamada de *Rádio Difusora*, veio do interventor federal (cargo de governador do estado), Paulo Martins de Sousa Ramos, conhecido como Paulo Ramos. O primeiro diretor foi Ribamar Pinheiro, que logo mais tarde criaria a *Rádio Ribamar* (AM) em 1947.

político Raimundo Emerson Machado Bacelar (Raimundo Bacelar), o qual foi nada mais do que voz oposicionista da *Rádio Timbira* (AM).

Nas pesquisas de Pellegrini, foi “[...] a Rádio Gurupi – quinta emissora a ser fundada em São Luís, em 1962” (2015, p. 86). Por fim, ainda na década de 60, surgiu a ferrenha *Rádio Educadora* (AM), criada em 12 de junho de 1966, nos cuidados do arcebispo Dom João José da Mota e Albuquerque.

A *Rádio Educadora* (AM) fazia parte da Arquidiocese de São Luís e, conseqüentemente, ligada ao *Jornal do Maranhão*. Suas lutas diárias contra o Governo dos militares foram intensas que, em outubro de 1967, um ano antes do AI-5, por um ultimato do DOPS, seria fechada por uma semana. Acusaram-na de transmitir notícias subversivas.

O *Jornal do Maranhão*, além de ressaltar sua indignação contra o fechamento, transcrevendo até mesmo em suas páginas o discurso proferido na *Rádio Educadora*, explicou que o motivo da perseguição militar foi devido a um pronunciamento, no dia 6 de setembro, no programa *Entre o dia e a noite*, sobre os possíveis aumentos dos produtos alimentícios. A programação afirmava uma subnutrição de forma alarmante no país; tal informação foi uma afronta direta aos ouvidos do governo militar.

O discurso na *Rádio Educadora*, transcrito pelo *Jornal do Maranhão*, foi:

[...] O preço do feijão subiu 5 mil por cento. O da carne, 3 mil e cem por cento; o de leite 2 mil 733 por cento. [...] No entanto, não houve setor, no campo dos salários que acompanhasse êstes aumentos. Isto explica a fome e a miséria no Brasil; a miséria e a indigência dos Brasileiros.<sup>142</sup>

Quem observar o enunciado sobre o preço dos produtos nas páginas do *Jornal do Maranhão* e não folhear com cuidado outras edições, em anos variados, achará por certo que o periódico foi totalmente contra o sistema do Regime Civil-Militar. De fato não há como descartar os debates bastante enfáticos contra o projeto-político dos presidente-generais, mas, ele não escapou de ser um daqueles que situavam seus discursos de acordo com a linha ideológica de quem estava à frente do corpo editorial ou da redação.

Dirigido pelos clérigos da Arquidiocese de São Luís e criado para falar dos assuntos da fé e da moral<sup>143</sup>, o *Jornal do Maranhão* não se conteve com a efervescência política e por

<sup>142</sup> O QUE DISSERAM. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 8 outubro de 1967, pp. 1;10.

<sup>143</sup> Criado inicialmente com o nome *Jornal Correspondente*, em julho de 1935, e tinha como subtítulo “União de Moços Catholicos”. O Padre e Diretor dos exemplares, José Vicente de Jesus, no qual sua periodicidade era semanal, sugeriu como epígrafe a frase: “Deus e Pátria”. No ano seguinte, em 1936, mudaria de nome, passando a se chamar *Jornal O Maranhão* e o subtítulo seria também modificado: “Semanário da União dos Moços Catholicos”. Alguns anos depois, em 1954, sob uma nova direção, Pe. Antônio Bezerra Bonfim, o jornal católico

conta disto “mostrou-se amplamente favorável em determinado momento, crítico em outro – indo de moderado a ácido – e “alheio” em um terceiro” (FREITAS, 2009, p. 56) sobre o Regime Civil-Militar.

Dom Fragoso, um dos redatores do *Jornal do Maranhão*, ressaltou numa entrevista a Dom Felipe Benito Condurú Pachêco, que o periódico teria sido criado no intuito de divulgar os assuntos da fé cristã, da moral e da ética que os indivíduos deveriam ter, mas, “[...] dois redatores de “Jornal do Maranhão” [...] tornam-no agente da política do Sr. Carlos Lacerda, o que é verdade, e servem mais ao “capitalismo”, do que à democracia. [...] Parece certamente órgão de propaganda norte-americana. [...] Um sacerdote e um leigo estão fazendo do jornal político partidário e aristocrata” (PACHÊCO, 1968, p. 828).

Foi inserido diretamente dentro do contexto de instabilidades de representatividades políticas e espelhado nas diretrizes econômicas dos Estados Unidos da América, o qual influenciou o sistema político brasileiro na década de 1960 e posteriormente, que o veículo de comunicação deixou de ser apenas um órgão impresso de cunho religioso – que servia a sociedade cristã católica, ensinando os bons costumes –, para se envolver nas questões da Política Central e estadual.

Nas turbulências de 1964, ficava fácil deduzir de qual lado alguns clérigos redatores do *Jornal do Maranhão* estavam: contra o projeto de João Goulart. É o que mostra em sua 1ª edição, com o título “JG & LB”, quando afirmou que João Goulart tinha a intenção de ficar no governo numa forma ditatorial e comunista:

[...] Não será mais objeto de dúvida: na hora exata, reunido o Congresso em qualquer ponto do País, os parlamentares votarão imediatamente o impedimento do sr. João Goulart. Todo o País sabe que o sr. Goulart é tolerado no Poder por uma questão de respeito à Constituição. [...].<sup>144</sup>

Devido ao *Jornal do Maranhão* apoiar inicialmente a saída de João Goulart e defender uma revolução social, política e econômica no país, os dirigentes responsáveis pelas redações no periódico passam a se preocupar com os clérigos intelectuais de pensamento subversivo referente ao movimento de março de 1964. É o caso da suspensão do Padre Alípio Cristiano de Freitas, por “falar aberta e subversivamente contra os princípios democráticos, pelos quais se rege o Brasil, em ataques sistemáticos e facciosos, mormente às eleições livres, pregando,

---

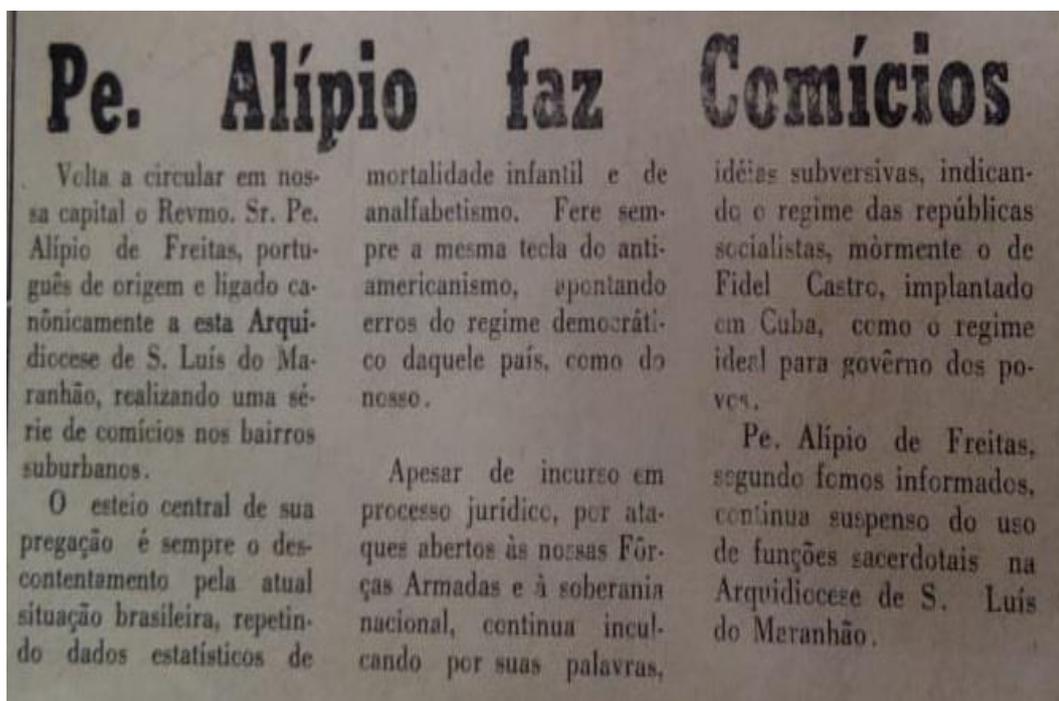
mais uma vez sofreria novas e últimas alterações, passando a se chamar *Jornal do Maranhão* com subtítulo: “Semanário de Orientação Cristã”. Estas informações foram colhidas no livro: Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. – São Luís: Edições SECMA, 2007. pp. 147; 151; 174.

<sup>144</sup> JG & LB. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 6 de janeiro de 1964, p. 8.

outrossim, revolução”, explicou o Cônego e na época chanceler da Cúria diocesana de São Luís, Constantino Vieira<sup>145</sup>.

Sobre o caso do Pe. Alípio de Freitas, o *Jornal do Maranhão* fez a seguinte nota:

**Imagem I:** Texto que anuncia as pregações subversivas do Pe. Alípio de Freitas e sua suspensão das funções sacerdotais.



**Fonte:** *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 12 de janeiro de 1964, p. 10.

Para quem desconhece a história de Alípio de Freitas, ele foi mais do que um simples clérigo que serviu a sua vida toda a Igreja Católica. Nascido em Bragança (Portugal), no ano de 1929, em plena crise norte-americana que afetaria vários países, incluindo Brasil e Portugal, foi um daqueles revolucionários dos movimentos camponeses (incentivou a criação das Ligas Camponesas) e das causas operárias urbanas. Já no ofício de Padre, desde 1952, saiu de sua terra natal para servir, a convite, na diocese Católica de São Luís<sup>146</sup>.

<sup>145</sup> CÚRIA Metropolitana. Nota. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 12 de janeiro de 1964, p. 1. Esta nota no *Jornal do Maranhão*, escrita pelo Cônego Constantino Vieira, foi publicada um mês antes de morrer de leucemia no dia 10 de fevereiro de 1964. A publicação do anúncio de suspensão do Pe. Alípio de Freitas com título “Cúria Metropolitana” é composta da “NOTA”, como mostra na imagem, e do “ATO” que diz: “De acôrdo com o que estabeleceu o Art. III do Código de Direito Canônico em o Can. 2287 § 2.º resolvemos suspender, como pelo presente Ato suspendemos o Padre. Em 21 anos de Bispo é este a primeira de Cristiano de Freitas, vez que utilizamos êste poder e o nosso único desejo é amanhã anular tal ato, cuja razão de ser é medicino-espiritual. Dado em a Nossa Cúria Metropolitana, aos 21 de junho de 1962. – ass. Dom José, Arcebispo Metropolitano. São Luís, 7 de janeiro de 1964. Cônego Constantino Vieira. Chanceler da Cúria” (Ibidem, p. 1).

<sup>146</sup> Ainda sobre a parte biográfica de Alípio de Freitas, nasceu em 17 de fevereiro de 1929. Boa parte de sua vida foi viver em prol da luta dos trabalhadores rurais e da classe operariada urbana. Na década de 1960, passou bom tempo morando em São Luís, deixando como legado uma escola, um estabelecimento de atendimento de saúde e

Alípio de Freitas andando nas ruas estreitas na Cidade dos Azulejos<sup>147</sup> e entre os operariados e desempregados, nos idos de 1964 – período efervescente não somente por causa das pressões sobre o Governo de João Goulart, mas porque já se cogitava a corrida para as eleições estaduais que aconteceriam em 1965 –, passou a combater mais ainda os grupos conservadores e aos militares. Em um de seus sermões, disse certa vez que a pobreza já havia conhecido em Portugal, mas a miséria passou a entender no Maranhão.

A crítica a situação social e econômica no Maranhão afetava não apenas o Poder Central, mas, principalmente, Newton Bello, Governador do Maranhão pelo PSD (1961-1965), e que fazia parte do grupo oligárquico vitorinista, embora na reta final houve aquela dissensão dentro do PSD, em que uns ficaram do lado de Newton Bello e outros se posicionaram a favor do candidato indicado por Vitorino Freire. Para aumentar ainda mais os embates entre Poder Executivo e a Política no Maranhão, o Senador Vitorino Freire, que

---

uma paróquia. Seu momento mais crítico foi entre os anos de 1964 a 1981, devido suas fortes posições contra a política Civil-Militar. Neste interim, foi afastado do cargo de professor que exercia na Faculdade de Filosofia de São Luís. Seus textos no *Jornal do Povo* e, principalmente, no *Jornal do Maranhão* passaram a ser analisados com mais cuidado e até interditados. Neste período também a própria diocese de São Luís suspendeu suas funções sacerdotais. Em 1964, depois de várias críticas a Revolução Militar que derrubou João Goulart do Poder Central, e sendo perseguido, pediu exílio para morar no México e em Cuba, voltando ao Brasil apenas em 1966, mas de forma clandestina. Na década de 1970 chegou a ser um dos líderes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Preso e sentindo na pele a repressão militar publicou em 1981 o livro: *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil no Brasil*. É certo que Pe. Alípio de Freitas não ganharia apenas reconhecimento social por suas lutas heroicas e ações revolucionárias a favor dos excluídos do poder. Um agente da ideologia esquerdista seria investigado em minúcias sua vida e intenções políticas.. Foi, nesse sentido, acusado de articular, quando estava preso, a criação do crime organizado “Primeiro Comando da Capital” – PCC. Essa versão anti-herói do clérigo Alípio de Freitas pode ser encontra no livro *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado* (1993) e *PCC: a irmandade do crime* (2003). Denúncias afirmam que em 1966, planejou um atentado contra a vida de Arthur Costa e Silva, que mais tarde assumiria a Presidência da República, é o que consta no livro *A Ditadura Envergonhada* de Elio Gaspari: “Na manhã de 25 de julho de 1966 algumas dezenas de pessoas esperavam-no no aeroporto dos Guararapes, no Recife. [...] Um cidadão entrou na banca de jornais do saguão com uma maleta e saiu sem ela. [...] O guarda apanhou-a e tinha dado uns poucos passos quando ela explodiu. Costa e Silva deveria ter chegado às 8h30. A maleta detonou às 8h50. Guardava uma bomba feita com um pedaço de cano e que fora acionada pelo mecanismo de um relógio. Morreram no aeroporto um almirante da reserva e um jornalista. O guarda teve a perna amputada, e o secretário de Segurança de Pernambuco perdeu quatro dedos da mão esquerda. Treze pessoas ficaram feridas, inclusive uma criança de seis anos” (GASPARI, 2002, p. 240). Explica ainda Elio Gaspari que o artefato explosivo foi colocado por Raimundo Gonçalves Figueiredo e que este era militante da Ação Popular – AP (um grupo estudantil de esquerda do Rio de Janeiro). Mas, Raimundinho, como era conhecido, não arquitetou tudo isto sozinho. Segundo denúncia, havia um grupo de Havana (Cuba) em conexão os guerrilheiros do Brasil. Dentre estes, estava “o expadre português Alípio de Freitas, veterano agitador do radicalismo esquerdista, pós-graduado em Cuba, militava clandestinamente na AP e montara um núcleo de treinamento em explosivos na Bahia. Ele teria recrutado os jovens do Recife. Passados quase trinta anos, nove dos quais ele viveu na cadeia, discutiui o assunto numa entrevista. Recusou-se a confirmar ou desmentir sua participação no episódio” (GASPARI, 2002, p. 243). Alguns anos depois, numa entrevista em 1995 a Duda Guenes, o Pe. Alípio de Freitas volta a falar deste atentado. Ele não assume sua participação, porém, deixa exposta a visão que tinha sobre a “guerra política” entre os Militares e a esquerda: “Morreu gente, nós lamentamos. Mas era uma guerra, tinha que haver vítimas” (BOMBA dos guararapes foi ato de guerra. *Jornal do Comercio*, 26 de julho de 1995 apud GASPARI, 2002, p. 244). Pe. Alípio de Freitas morreu, na idade de 88 anos, em seu país de origem, Lisboa – Portugal, em 13 de junho de 2017.

<sup>147</sup> São Luís possui muitos títulos, dentre os mais conhecidos: Atenas Brasileira, Ilha ludovicente, Cidade dos Azulejos, Jamaica Brasileira e França Equinocial.

corria em suas veias o sangue dos coronelistas e do populismo, não tinha suas ligações de apoio à Revolução dirigida pela classe Militar no país. O Presidente Castelo Branco enxergava no jovem José Sarney a melhor pessoa para sucessor no Governo do estado<sup>148</sup>.

Devido ao ocorrido de o Pe. Alípio de Freitas criticar a má política e a miséria instalada entre os subalternos maranhenses, através “de uma série de comícios nos bairros suburbanos”, para muitos o que este clérigo tentava inculcar em seus discursos era na realidade “ideias subversivas, indicando o regime das repúblicas socialistas, mormente o de Fidel Castro, implantado em Cuba”<sup>149</sup>.

Mas, alguns dias depois, em 16 de janeiro de 1964, outra nota saía no *Jornal do Maranhão*, tentando aquietar os ânimos dos fiéis da Igreja e daqueles que eram assíduos nas notícias do Jornal:

**Imagem II:** Análise da suspensão do Pe. Alípio de Freitas no Superior Tribunal Militar.



**Fonte:** *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 19 de janeiro de 1964, p. 1.

Seria evidente que a suspensão do Padre Alípio de Freitas, tão conhecido pela Igreja Católica por suas ações revolucionárias de Esquerda, não iria ficar apenas nas páginas do jornal, muito menos o futuro de suas funções sacerdotais seria decidido apenas na cúria diocesana da capital do Maranhão. A acusação contra Alípio de Freitas foi parar nas mãos de

<sup>148</sup> Esta disputa política será mostrada com mais precisão no capítulo III.

<sup>149</sup> Pe. ALÍPIO faz comícios. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 12 de janeiro de 1964, p. 10.

Álvaro Hecksher, o qual atuava como Tenente-brigadeiro-do-ar (General de quatro estrelas da Força Aérea Brasileira) e Presidente do Superior Tribunal Militar – Rio de Janeiro<sup>150</sup>.

O próprio Presidente do Superior Tribunal Militar, mesmo com todas as divergências ideológicas contra Alípio de Freitas, não enxergou com bons olhos o afastamento do clérigo. Para Álvaro Hecksher, primeiro deveria se ter certos cuidados com os depoimentos do Inquérito Polícia-Militar (IPM) ou mais conhecido como Inquéritos Policiais Militares (IPM's), pois a própria corporação poderia estar aliciando (seduzindo) grupos e classes a fim de angariar certos benefícios e poder.

Esta exposição de Alípio de Freitas na página do *Jornal do Maranhão* revela que, desde o início de 1964, antes mesmo da renúncia compulsória de João Goulart, havia uma contradição no interior da Igreja Católica entre aqueles que queriam e acreditavam no projeto-político dos militares e aqueles que viam um perigo eminente desse futuro Regime no país.

Mas, a divisão entre os sacerdotes da Igreja Católica não acaba em 1964. Ela vai se permear durante as edições do *Jornal do Maranhão* em toda a duração do Regime Civil-Militar. Por exemplo, dois discursos envolvendo a mesma figura política, o Presidente Castello Branco, aparecem de forma bastante contraditória. Um em 1966, na política estadual de José Sarney – “Maranhão Novo” –, e outro em 1967.

Enquanto no primeiro o Padre Leonel Carvalho, “Suíte mascarada”, faz críticas ao Ato Institucional (AI-3), criticando as medidas do presidente Castello Branco: “[...] não custa nada dizer, na trilha iniciada, que a seriedade da democracia transformou-se em assunto também impúblicável. [...] Uma Revolução a cada dia menos virtuosa e mais dissoluta [...]”<sup>151</sup>, no segundo momento, em julho de 1967, quando Castello Branco morreu num acidente aéreo, o *Jornal do Maranhão* divulga suas condolências ao ex-presidente e com o título “Respeito e Verdade”, e aproveita para tecer um apoio ao tipo de política administrada por ele nos anos de Presidência:

A morte do ex-presidente Castello Branco em circunstâncias trágicas veio apressar o julgamento e sua pessoa e de seu Governo.

[...]

O que de ser dito, com serenidade e intenção de depor para a crônica do futuro, é que o marechal Castello Branco quis e soube fazer o Governo que pretendeu: sua personalidade restituiu autenticidade, compostura e categoria ao cargo que ocupou em avulsão revolucionária. Os erros que cometeu no exercício de um poder discricionária, foram, em grande parte, orientados dentro da intenção maior de bem servir ao país – nuca dêle ser servidor.

<sup>150</sup> Entre os anos de 1916 até início de 1973, o Superior Tribunal Militar (STM) tinha sua sede no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1973 sua sede se deslocou para Brasília, permanecendo até os dias atuais.

<sup>151</sup> SUÍTE mascarada. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 13 de fevereiro de 1966, p. 2.

Como seu julgamento não pode ser feito fora do contexto histórico e das circunstâncias de exceção que cercaram sua trajetória pelo poder, cabe então cogitar se outro presidente, nessas mesmas condições teria tido o mesmo equilíbrio e igual boa vontade para acertar nisso que foi a marca de seu Governo.<sup>152</sup>

Este artigo sem autoria do redator nos confirma duas coisas bastante recorrentes na imprensa de São Luís. A primeira confirmação é que os jornais, além de serem ferramentas discursivas de poder, também são de memórias. A segunda confirmação é aquilo que eu já vinha enfatizando: há contradições de pensamentos ideológicos no interior dos jornais. No caso do *Jornal do Maranhão*, as divergências ideológicas se encontram no corpo editorial de um periódico ligado diretamente à Igreja Católica.

A questão de a Igreja Católica em determinadas situações se posicionar a favor do Golpe e elogiar a administração dos presidente-militares e em outros momentos ser contra o movimento de março de 1964 e o Regime Civil-Militar foi algo discutido não apenas nos jornais, mas também por grandes intelectuais em obras acadêmicas. Antes mesmo da vitória das Forças Armadas e dos conservadores sobre o Governo de João Goulart já havia um debate sobre uma dúvida que pairava na indefinição do *ecclesia corpus*<sup>153</sup>.

Os desdobramentos e brigas ideológicas dentro da Igreja Católica se tornaram mais ainda evidentes após vários acontecimentos importantes, como, por exemplo, a revolução cubana, provocando três reações: inspirou um grupo a intensificar mudanças radicais; procurou defesas intransigentes; e promoveu o reformismo. Posteriormente, a Igreja sentiria os impactos políticos de 1961, os problemas econômicos, os discursos das Reformas de Base e os discursos de revolução por parte dos militares, classe média e dominante, explica Scott Mainwaring (2004, p. 64).

Essas fragmentações dentro do corpo religioso existiram, como ainda persistem em existir, porque a Igreja, sendo uma instituição que respira os ventos dos processos históricos “é influenciada pelas mudanças na sociedade. Mais especificamente, [...] a luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias” (MAINWARING, 2004, p. 25).

Não somente é afetada pelos conflitos sociais e políticos, mas da mesma forma que ela sofre as ações passa a entrar no jogo e influenciar na sociedade. “A Igreja não é somente objeto de mudança. [...] Ela afeta a formação da consciência das várias classes sociais, mobiliza algumas forças políticas ou as critica” (MAINWARING, 2004, pp. 25-26). O *Jornal*

---

<sup>152</sup> RESPEITO e verdade. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 23 de julho de 1967, p. 6.

<sup>153</sup> Palavra em Latim que significa “Corpo da Igreja”.

do Maranhão, vínculo direto da Igreja Católica, é uma excelente referência da força de poder que a instituição religiosa possui, podendo influir nos acontecimentos. Os clérigos, por si só, não conseguem se manifestar somente por meio de sermões a ponto de colidir veemente com o Estado. O jornal impresso, naquele momento, foi uma das melhores maneiras que os clérigos encontraram para divulgar suas notas de exposições ideológicas.

O Pe. Alípio de Freitas, assim como vários espalhados pelo Brasil, fazia parte da chamada Igreja Popular<sup>154</sup>. E como “a questão não é se a Igreja está ou não envolvida na política, mas como ela está envolvida” (MAINWARING, 2004, p. 11. *Grifos do autor*), esta Igreja Popular fazia parte de um modelo fora dos padrões político-ideológico do processo revolucionário liderado pelos Chefes das Forças Armadas e grupos liberal-conservadores.

Sempre há a preocupação de se entender a relação próxima – mas também distanciada –, entre Igreja e Estado, e esquecemos de analisar os vínculos entre Igreja e classes sociais distintas. Em 1963, Padre Aloísio Guerra lançava ao público o volume 15, da coleção *Caderno do Povo Brasileiro*, com o título *A Igreja está com o Povo?*. Seu objetivo foi justamente suscitar uma discussão entre os interesses do corpo clerical e da sociedade brasileira da camada simples.

Na explicação de Aloísio Guerra, o Povo brasileiro é aquela classe humilde, que embora ressalte: “nosso povo evoluiu. É hoje quase adulto” (GUERRA, 1963, p. 17), ainda assim encontrava-se fora do projeto político burguês, e, conseqüentemente, o Povo representava os camponeses que lutam pela reforma agrária, os estudantes por reforma universitária, os operários pela exploração capitalista (GUERRA, 1963, p. 20).

Como explicou Scott Mainwaring, que “a Igreja possui uma hierarquia de objetivos que abrange desde o seu objetivo máximo (salvar as pessoas e ensinar sua mensagem religiosa) até as preocupações instrumentais [...], tais como expansão institucional, posição financeira sólida, influência sobre o Estado ou a elite” (2004, p. 18), tal hierarquia é mediada, organizada e pensada por interesses de forças maiores. Para Aloísio Guerra, a Igreja Católica por defender projetos de proximidades com a classe elitizada tornou-se instrumento de

---

<sup>154</sup> A Igreja Popular Católica, no Brasil, surge no momento em que o país sofria de vários impactos políticos e de crise econômica. Nas palavras de Mainwaring, a sua afirmação acontecia “na medida em que a Igreja se abria cada vez mais ao social, e na medida que a sociedade se tornava mais polarizada” (2004, p. 26). A Igreja Católica, em sua organização institucional e clerical, foi afetada diretamente por estas mudanças e, foi aí dentro deste contexto, mais especificamente em 1964, que a Igreja Popular Católica toma uma forma mais sólida. Os objetivos (interesses) desde movimento no interior do catolicismo, explica Mainwaring: “A Igreja Popular [...] preocupa-se menos com a expansão do protestantismo e tem mais interesses no ecumenismo. Não se preocupa em desfrutar de influência entre as classes dominantes, pelo contrário, procura ser “Igreja pobre, dos pobres”. [...] E ela se preocupa mais em lutar contra o autoritarismo do que em lutar contra o comunismo” (2004, pp. 33-34).

dominação: “a Hierarquia da Igreja uniu-se ao antipovo e tornou-se por isso mesmo uma força de opressão, um instrumento de dominação” (1963, p. 20).

Tanto o Padre Alípio de Freitas como Aloísio Guerra sofreram perseguição dos grupos que não aceitavam essa nova “política” de caráter mais social e assistencial advinda da Igreja Popular, com suspensão de suas atividades clericais, porque estes quebraram o modelo ideológico dos interesses da Igreja Tradicional.

Em *A Igreja está com o Povo?* (1963), o Pe. Aloísio Guerra faz questão de colocar a Carta do Pe. Alípio, indignado por sua suspensão quando atuava na Arquidiocese do Rio de Janeiro:

#### CARTA DO PADRE AO CARDEAL

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1962.

Eminência:

Li hoje, sem muita surpresa, a nota da Cúria Arquiepiscopal, em que a título da minha participação em algumas atividades estudantis e operárias, de caráter reivindicativo, me é retirado o uso das sagradas ordem e impedido o consequente exercício do sacerdócio na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

[...]

Por que, e supostamente me é retirado o uso das sagradas ordens na Arquidiocese do Rio de Janeiro? Simplesmente, e nisto a Cúria maldosamente se omitiu de afirmá-lo, porque integrando-me na luta do povo brasileiro fui à praça pública lutar pelas reformas de base necessárias à emancipação sócio-política do Brasil.

[...] *No Rio de Janeiro, como no Maranhão, a luta é a mesma e por isso não posso dela estar ausente*, e jamais o estarei, aconteça o que acontecer.

[...]

Foi V. Eminência bispo no Norte e no Nordeste do Brasil. Viu de perto a mais terrível miséria, a mais torpe exploração, o mais trágico panorama sócio-político que alguém pode presenciar.

[...]

as.) PADRE ALÍPIO DE FREITAS.

(FREITAS apud GUERRA, 1963, pp. 19-23). (*Grifos meus*).

Na construção historiográfica, para que haja análises críticas com coerências e a certidão sobre os acontecimentos se faz necessário o cruzamento entre a fonte documental (hemerografias, arquivos públicos e privados), o contexto da época que se produziu a informação (o *lugar social*) e, algumas vezes, o auxílio de outras fontes (bibliografias e testemunhas). A Carta de Alípio de Freitas, exposta pelo Pe. Aloísio Guerra, é muito importante porque justamente assegura que não apenas havia perseguição aos clérigos que eram marcados como subversivos ao Estado como também mostra uma disputa de narrativas entre os sacerdotes católicos no seio da Igreja Católica.

Sobre a *segunda dedução*, em que os jornais são ferramentas de poder e memórias, os redatores, jornalistas ou até mesmo os editores (chefes ou donos dos jornais) são intelectuais que narram acontecimentos e dentro de suas narrativas veem suas colocações partidárias/políticas imbuídas de finalidades ideológicas. Nada na imprensa é escrito por coincidência ou sem ser previamente planejado.

Na mesma edição do artigo do Pe. Leonel Carvalho, “Suíte Mascarada”, outro texto é encontrado, o qual não poderia deixar passar despercebido neste estudo. Desta vez escrito não por um clérigo e nem por um intelectual maranhense, mas pelo jornalista e político, Carlos Lacerda, cujo título é “‘Tática’ Que Lembra Ditadura”:

Nacionalismo foi uma palavra deturpada pelos comunistas.  
 Mas, existe. Tal como no passado se procurou dizer que era comunista todo aquele que não fosse fascista, e hoje ainda se procura dar como fascista todo aquele que, de modo coerente e consistente, se opõe ao comunismo, surgem-nos os textos oficiais da ditadura, para ensinar-nos que só é nacionalista quem é comunista.  
 É falso.  
 [...]
   
 Tática é uma palavra que sofreu graves deformações. Quando se quer justificar uma sem-vergonhice não se muda o ato que a define como tal. Muda-se a palavra. A traição passa a se chamar tática. Logicamente, quem acredita na palavra empenhada e é traído passa a ser um todo ou pelo menos um impertinente, senão um insolente, sempre um importuno. Para tal deformação semântica, Fouchê passa a ser um modelo de lealdade, e a traição sinônimo de inteligência.  
 Revolução deixou de ser um motivo para ser mero pretexto.  
 A melhor prova é a facilidade com que os donos da “revolução” se desvencilham dos que a fizeram e se aliam aos que tudo tentaram para evitá-la. Estes se aliam aos traidores exatamente porque já não temem que ela seja para valer.  
 Por isto é que, de nôvo, ninguém acredita mais em ninguém.  
 [...].<sup>155</sup>

Para entender o artigo “Tática Que Lembra Ditadura” de Carlos Lacerda (somente o fato de este anticomunista estar nas páginas da imprensa de São Luís, bem distante do Rio de Janeiro, já é por si só motivo suficiente para adentrar em alguns questionamentos) será preciso saber em qual trincheira política ele estava em 1966 e, a partir disto, ficará mais ampla a compreensão da posição partidária de alguns clérigos que redigiam os debates no *Jornal do Maranhão*.

Carlos Lacerda, com uma trajetória de vida coberta de polêmica e controvérsias ideológicas, foi inicialmente seduzido pela militância da Esquerda do Partido Comunista do

---

<sup>155</sup> LACERDA, Carlos. “Tática” que lembra ditadura. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 13 de fevereiro de 1966, p. 1.

Brasil (PCB) e da fracassada Intentona Comunista em 1935. Pouco tempo depois desfez sua relação amigável com o comunismo, em 1939, para ser grande defensor do conservadorismo, como disse: “[...] tal doutrina levaria a uma ditadura, pior do que as outras, porque é muito mais organizada, e, portanto, muito mais difícil de derrubar” (apud FERREIRA, 2013, p. 83)<sup>156</sup>.

Em 1961, não dispensou críticas fortes ao seu antigo amigo político Jânio Quadros. Já convencido pelos ideais da direita, participou ativamente da campanha do movimento de 31 de março de 1964 e da queda de João Goulart. Todavia, em 1966 mudaria novamente seu pensamento ideológico e, o que antes via na Revolução Civil-Militar um “projeto de progresso e democracia”, passou a questionar como “projeto de um futuro ditatorial no país”.

““Tática” Que Lembra Ditadura”, no *Jornal do Maranhão*, encontra-se justamente dentro deste contexto.

Um Lacerda, assim como tantos outros políticos e intelectuais, não tinha como boa perspectiva ver Castello Branco prorrogando o prazo na sua cadeira presidencial em 1966. Por isto que, neste mesmo ano, juntou grupos políticos, empresariais, incluindo até alguns da Esquerda – tempos atrás se encontravam em trincheiras opostas –, e o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, para formar a chamada Frente Ampla<sup>157</sup>.

Em algum momento os clérigos redatores do *Jornal do Maranhão* tornaram-se com viés mais combatente aos militares? Caso isto seja possível confirmar, sem sombra de dúvidas foi nos mandatos de Arthur Costa e Silva (1967-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Em torno destes dois generais-políticos criaram-se duas construções de narrativas além das páginas dos jornais: de um lado, os discursos dos pró-militares e conservadores divulgavam a retomada da economia e o milagre brasileiro, e, do outro, nas narrativas marxistas criticavam a falta de democracia com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, e desconstruíam o discurso do “milagre econômico”.

Dentro do *locus* político-ideológico dos jornais, uma coisa parece se tornar singular neste intervalo entre o Presidente Costa e Silva e o Presidente Garrastazu Médici. Tanto no *Jornal do Maranhão*, como no *Jornal Pequeno*, *Jornal Imparcial*, *Jornal do Dia*: até 1967 se

---

<sup>156</sup> Ainda sobre Carlos Lacerda: Fez parte daqueles que ficaram contra a Revolução de 1930 e por toda sua caminhada política foi um dos grandes opositores do governo de Getúlio Vargas. Membro e representante da UDN, reuniu o partido para tentar impedir a posse à presidência de Juscelino Kubitschek, em 1955. Tentativa esta frustrada. Muitos tinham Carlos Lacerda como aquele tipo de *persona non grata* (pessoa não agradável). Ver: FERREIRA, Sidney. *Beholder*. 1ª Edição. – Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2013. / BERLANZA, Lucas. *LACERDA: A Virtude da Polêmica*. 1 ed. – São Paulo: LVM EDITORA, 2019.

<sup>157</sup> Dois anos depois, em 1968, já no período do AI-5, a Frente Ampla é decretada ilegal e, conseqüentemente, fechada. Carlos Lacerda perderia seus direitos políticos, sendo preso por acusação de subversão ao Regime Civil-Militar.

poderia destacar fortes contradições internas de posições ideológicas até mesmo numa mesma edição. A partir de 1968, principalmente 1969, os elogios se tornaram muito mais esparsos, dando lugar a palavras de combates ao projeto político-militar, a questionamentos e árduas críticas.

Só para exemplificar esses debates negativos sobre o Regime Civil-Militar, no período mais crítico de cerceamento ao pensamento e expressão política e cultural, e como eles estavam sendo enunciados para sociedade leitora dos jornais, destaco o artigo do bispo auxiliar, Dom Edmilson, com o título “Sermão”, publicado em 1968:

Já que estamos diante das Fôrças Armadas, gostaria de perguntar se existe liberdade neste país. Se existe, por que são proibidas as passeatas pacíficas? Por que as autoridades não permitem que elas se realizem? Volto a perguntar: existe liberdade neste País? Convido os senhores a responder agora mesmo.<sup>158</sup>

Devido os ataques nos períodos mais críticos na política brasileira se tornarem tão intensos, os exemplares do *Jornal do Maranhão* começaram a ser censurados de forma constantes. Consequentemente, o prelo logo sentiria os prejuízos nas produções e nas vendas, afetando todo o setor financeiro do editorial católico. No primeiro mês de 1971, por conta da insustentabilidade de produzir novas edições, Dom João José da Mota resolve suspender sua circulação<sup>159</sup>.

Uma coisa é certa para aqueles que se aprofundam nos discursos envolvidos nos jornais: há uma contrariedade de posicionamentos em muitos jornais de São Luís. Embora seja fato que alguns (para não dizer quase todos) estavam muito mais propensos para uma linha editorial direcionada à oposição do Regime ditatorial Civil-Militar do que propriamente apoiando-o.

Os mesmos que faziam parte dos combatentes com intenções de revelar o “pano de fundo” do projeto político-ideológico e a “poeira por baixo do tapete” deste sistema regido pelos presidentes das Forças Armadas, em alguns momentos chegavam a enaltecer uma “Revolução Gloriosa” ou “Vitoriosa Revolução” que houve no país.

É o caso do *Jornal Pequeno*, também controverso em seus discursos de modo a deixar uma dubiedade de sua posição; assim como foi visto no *Jornal do Maranhão*, que em muitos

---

<sup>158</sup> D. EDMILSON. Sermão de Dom Edmilson repercute em todo o país. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 19 de maio de 1968, pp. 1;4.

<sup>159</sup> Somente quase quatro décadas depois, em 2009, que o Arcebispo Dom José Belisário da Silva, reestrutura um novo editorial do *Jornal do Maranhão*, fazendo circular novamente na Capital São Luís.

momentos se revelou combativo à política Civil-Militar e em outros elogiando os andamentos políticos.

Segundo o fundador do *Jornal Pequeno* (criado em 29 de maio de 1951, em São Luís, por José Ribamar Bogéa, grande e influente jornalista no Maranhão), esse seria um periódico diferente dos que já existiam porque tinha como primeira intenção ser independente das relações de poder – políticos e empresários. Entretanto, não foi o que aconteceu na prática. Por mais que o *Jornal Pequeno* fosse de um proprietário não ligado diretamente à política, nas décadas de 1950 e 1960 se revelou com seus discursos de oposição à oligarquia do Senador Vitorino Freire e não se conteve em ficar calado nas agitações do movimento de 1964.

O *Jornal Pequeno* entra em contradições em vários momentos de seu tempo de circulação.

É possível perceber, analisando as mudanças de conteúdo durante a circulação do periódico, que houve momentos mais intensos de sua posição política. Pré-1964 e nos primeiros meses após queda de João Goulart, os discursos proferidos é de que teria sido Golpe e que a Revolução Democrática pregada pela direita e Forças Armadas deveriam ser tomada com mais cuidado. Talvez estes discursos não estavam sendo ditos nem por questões partidárias, mas, assim como todos naquele momento, por uma fala de medo e receio dos acontecimentos que ainda se encontravam bastante novos e sem algo sólido do que poderia acontecer no futuro.

Primeiro ele apoia a permanência de João Goulart, afirmando dias depois do golpe: “direita abre caminho ao golpe: Agoniza o regime da liberdade no Brasil”<sup>160</sup> e dias depois ressaltou na mesma edição, como mostra a imagem abaixo:

---

<sup>160</sup> *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 1 de abril de 1964, p. 1.

**Imagem III:** Artigo do Jornalista Cunha Santos analisando a saída de João Goulart e a proclamada “Revolução de 1964”.



**Fonte:** SANTOS, Cunha. Não creio nessa revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 4 de abril de 1964, p. 4.

Qual Revolução o *Jornal Pequeno* diz não crer? Embora as letras estejam muito ruins de serem lidas, por conta do tempo de sua publicação, é possível entender que o redator do texto tratava da que foi realizada pelos militares, como explica o autor: “Não creio nessa Revolução. [...] A Revolução atual é uma revolução das elites capitalistas, escudadas por atos do presidente João Goulart em favor dos humildes”<sup>161</sup>.

Durante a campanha política de José Sarney para Governador do Maranhão até a posse, em 1966, inclusive apoiou a candidatura de José Sarney – Ribamar Bogéa não gostava de elogiar o mandonismo do Senador Vitorino Freire no Maranhão –, o *Jornal Pequeno* tem uma postura de não mais negar a imagem do Governo Central.

O projeto de Lei de Imprensa<sup>162</sup> de 1967, posteriormente aprovada em 9 de fevereiro do respectivo ano, fez com que aqueles jornais que de alguma forma não estavam criticando a

<sup>161</sup> SANTOS, Cunha. Não creio nessa revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 4 de abril de 1964, p. 4.

<sup>162</sup> Lei de Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, no qual tinha o poder de regular a liberdade do indivíduo (ou intelectual) de se manifestar na imprensa ou outros veículos de comunicação no que tange ao pensamento e a informação. No artigo 1º desta Lei, diz assim nos respectivos parágrafos: “§ 1º - Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe. § 2º - O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida”. Como 1967 (no final do Governo de Castelo Branco, já que Arthur da Costa e Silva só assumiria a presidência em 15 de março deste ano), os meios de divulgação já respiravam a vigilância e inspeções dos militares nos tipos de informações que eram transmitidas a sociedade, a mando do Estado, a Lei de Imprensa não iria deixar de passar a oportunidade de trazer um artigo que pudesse regular melhor os periódicos: Art. 7º “No exercício da liberdade de manifestação do

Política Central fizessem várias manifestações contra os atos de censura ou regulação que a Lei de Imprensa trazia em seu escopo. Ou seja, foi só ferir a liberdade de expressão do pensamento que no mesmo instante o *Jornal Pequeno* mudaria sua postura nos enunciados e voltaria a criticar o projeto dos presidente-militares, igual fez no primeiro ano.

Um mês antes de ser aprovada a Lei de Imprensa, o *Jornal Pequeno* já se pronunciava contra as intenções que ela trazia em seus artigos, criticando e chamando-a, no sentido figurado, de “Lei rolha”, porque fechava o direito de pronunciar com textos de caráter pessimista sobre os planos políticos dos presidente-militares:

Nenhum jornalista brasileiro pode silenciar, nesta hora em que se procura impôr ao país a lei rôlha, que amordaça a imprensa independente, destruindo esta tradição de liberdade [...]. A lei rôlha sufoca o direito de crítica, cerceando o livre pensamento, sem o que não pode desenvolver-se a cultura [...] A imprensa forma a consciência nacional, combate as ditaduras da direita e da esquerda, os regimes discricionários, os abusos de poder, a corrupção, a desordem social, as violências [...] os demagogos, os que se intitulam de salvadores da República.

Está definida a minha posição ao lado de tôda a imprensa brasileira, que se lança à luta pela liberdade de opinião [...].<sup>163</sup>

Segundo informações do *Jornal Pequeno*, foi por criticar o Regime Civil-Militar e a Lei de Imprensa (as fortes publicações escoavam nas folhas desde periódico, como foi lido acima no texto “Liberdade”) que, em 12 de março de 1967, houve um possível atentado contra o dono e diretor do periódico, Ribamar Bogéa e seu filho Luís Eduardo<sup>164</sup>.

---

pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radio-repórteres ou comentaristas. § 1º *Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe*, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10. § 2º Ficarà sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão. § 3º *Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor” (Grifos meus)*. Para maior compreensão desta Lei de Imprensa ver em: BRASIL. Lei de imprensa (1967). *Lei de imprensa: dispositivos constitucionais pertinentes*: Lei nº 5.250, 9 de fevereiro de 1967 (Lei de imprensa): normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70324/660693.pdf?sequence=2>. Acesso em: 11/08/2019.

<sup>163</sup> LIBERDADE. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 5 de janeiro de 1967, p. 4.

<sup>164</sup> Sobre informações detalhadas do acidente o *Jornal Pequeno* expôs da seguinte forma: “O atentado à vida do diretor do *Jornal Pequeno*, levado a cabo por um motorista de Prefeitura Municipal de S. Luís, foi frio e muito bem arquitetado. Depois que Ribamar Bogéa fez a curva, no retorno perto do Gremio dos Sargentos, encostou seu veículo junto ao canteiro, permitindo a descida do seu filho Lourival que iria ao Cinema Rex. Em consequência da parada da nossa camionete, o perverso indivíduo que conduzia a caçamba da Prefeitura cheio terra, tomou a frente e naturalmente ao passar junto ao veículo do *Jornal Pequeno*, reconheceu o nosso diretor, pensando então em preparar num ponto de menor movimento, a armadilha da morte, capaz de liquidar ou deixar

**Imagem IV:** No lado esquerdo da imagem duas testemunhas que presenciaram o acidente: Sra. Onezinda Gomes Vieira e Sra. Raimunda Célia Gomes. No centro das testemunhas o perito Carlos Pindobucú. Na direita o dono e diretor do *Jornal Pequeno*, Ribamar Bogéa, dando entrevista sobre o possível atentado a sua vida.



**Fonte:** *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 22 de março de 1967, p. 1.

Nem o *Jornal* e nem o diretor Ribamar Bogéa abririam mão em dizer que o ocorrido não poderia ter sido um acidente normal no trânsito que já se fazia agitado nas décadas de 1960 em São Luís. Para o dono do periódico, foi, sim, uma perseguição político-ideológica devido aos seus posicionamentos contrários às intenções dos chefes militares regendo a Política Executiva. Quando o pesquisador chega nos limites do enunciado, cabe apenas conjecturar os fatos sem fazer algum tipo de juízo de valor. E por mais que o contexto

---

bastante ferido o proprietário do *Jornal Pequeno*” (ATENTADO frio e desumano. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 15 de março de 1967, p. 1). Algo que chama atenção nesta publicação não são somente os detalhes do acidente (lugar que aconteceu e como aconteceu), mas também como o *Jornal* escreveu com todas as minúcias como o “inimigo” do dono dos meios de comunicação projetou em agir e o que ele estava pensando no momento em que diria a caçamba: “Chofer profissional, como é, fez logo seus cálculos: Estou numa caçamba, pesadíssima, cheia de terra. Ele, o dono do *Jornal Pequeno*, está desenvolvendo uma velocidade de 50 a 60 quilômetros, o que é normal nas pistas da Kennedy. Quando o carro dele estiver bem perto, eu entro de marcha Ré, que é a marcha mais forte de todos os veículos. A carroceria da caçamba é mais alta do que o chassi da camionete Ford. O dono do *Jornal* que vive criticando meu chefe Cafeteira é amador e não terá agilidade para fazer uma curva e evitar o engavetamento. Automaticamente ele entra debaixo da caçamba e vai se fura direitinho. Na gora da ação da Inspetoria eu digo que fiz sinal; ia fazer a curva e que ele não atendeu ao meu sinal e meteu o carro na traseira da caçamba. A prefeitura conta com bons advogados. Não vou sofrer coisa alguma e ainda fico com cortesia com o prefeito por ter dado uma “lição” neste cabra. [...]” (Ibidem, p. 1).

histórico dê indícios para a veracidade da narrativa, não cabe ao analista dar voz onde o documento-fonte se cala.

Mas, se realmente foi uma tentativa de crime contra a vida de Ribamar Bogéa, como uma forma de inibir a imprensa (assim confirmava veemente o corpo editorial), o jornalista Eyder Paes, sem temer também um ataque, escreveu o seguinte artigo:

Os poderosos tem tentado silenciar a imprensa livre, porque a crítica construtiva e honesta, sadia e energética causam-lhes medo. Um jornal corajoso, como êste, que não está ligado a nenhum grupo economico ou politico, que não se calou nem se deixou subornar, [...] é respeitado e temido pelos homens de govêrno. Nunca recuamos nem recuaremos na defesa dos direitos do povo e de nossa liberdade de opinar e pensar. Há sido essa a luta de Ribamar Bógea [...]. Os que nos odeiam, porque temos a coragem de dizer a verdade e criticar os demagogos e os que vivem a ludibriar a consciência popular [...] cumprindo o dever de defender a democracia e o povo.<sup>165</sup>

Enquanto nos idos de 1964 a linha editorial do *Jornal Pequeno* não via com bons olhos a ação das Forças Armadas em derrubar João Goulart do Poder, inclusive ressaltando uma ideia de Golpe de Estado, e em 1967 criticava o Estado por tentar intimidar os debates políticos na imprensa, principalmente em se tratando de atacar o Regime Civil-Militar, nas décadas de 1970 e 1980 as posições dos discursos oscilavam muito, embora chame muito atenção que sempre no dia 31 de março o periódico se pronunciava comemorando positivamente a data da Revolução de 1964.

Por exemplo, no dia 31 de março de 1970, quando a deposição de João Goulart completava seis anos, o *Jornal Pequeno* resolve fazer uma comemoração ao acontecimento. Ato comemorativo em que o discurso muda de lado – elogiando os líderes das Forças Armadas –, sendo que em períodos anteriores os redatores tinham se posicionado, de maneira bem explícita, que o Poder Executivo sofreu um Golpe de Estado:

---

<sup>165</sup> REPÚDIO ao atentado. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 16 de março de 1967, p. 6.

**Imagem V:** Artigo editorial comemorando o aniversário do movimento de 31 de março de 1964.



**Fonte:** ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1970, p. 1.

Abaixo da imagem do Presidente-General Garrastazu Médici, segue com os seguintes pronunciamentos:

*Hoje é o aniversário da Revolução, que implantou no Brasil uma nova ordem política e administrativa. A agitação de rua, fomentada pelos agentes da subversão, intranquilizava o país, ameaçando a sobrevivência das instituições cívicas. A segurança do regime, a tranquilidade da nação corria grave risco. Tornava-se necessário defender a pátria do perigo comunista que deseja a derrocada da democracia. [...] As Forças Armadas decidiram, num rasgo de patriotismo, acabar com a desordem, imprimindo ao Brasil novos métodos de govêrno. A Revolução realizou uma obra moralizadora, dando combate à corrupção que tinha raízes em todos os setores da administração brasileira. Ai está o trabalho da Revolução nestes seis anos de esforços e de luta pela recuperação da vida política e administrativa brasileira, abrindo ao país os grandes caminhos do progresso.<sup>166</sup>*

As palavras-chave discorridas no texto “Aniversário da Revolução” de 1970, dentre elas: “implantou uma nova ordem”; “imprimiu novos métodos de governo” e “abriu caminhos para o progresso” podem ser analisadas na perspectiva de que forma o *Jornal Pequeno*

<sup>166</sup> ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1970, p. 1. (*Grifos meus*).

entendia, após alguns anos, a ideia de Revolução Democrática. Ou seja, para o periódico não foi simplesmente uma restauração da política, mas através desta trouxe novas transformações nas estruturas econômicas e sociais dos brasileiros.

No ano seguinte, outro discurso é lançado nas folhas do *Jornal Pequeno*, na mesma data que se comemorava o aniversário da Revolução:

**Imagem VI:** Texto do jornalista Eyder Paes enaltecendo a Revolução de 31 de março de 1964.



**Fonte:** EYDER, Paes. A Vitoriosa Revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1971, p 8.

“A Revolução Vitoriosa” ou “A Vitoriosa Revolução”, em ambas as formas a palavra “vitoriosa” continua na sua classe de adjetivo. A inversão da ordem, neste caso, não muda a classe gramatical. Porém, é sabido que “Revolução”, enquanto substantivo, altera seu sentido de acordo com seu adjetivo. Caso o Jornal apresentasse como título a primeira ordem, “A Revolução Vitoriosa”, teria como intuito dizer que foi uma “Revolução” que venceu. Na segunda ordem, “A Vitoriosa Revolução”, o título é bem mais ideológico, traz uma intencionalidade, dar ênfase positiva, gloriosa ao movimento de 1964. “A Vitoriosa Revolução” significa que foi uma ação que teve e continuava tendo seus méritos, como

escreveu Eyder Paes: “O Presidente Médici, fiel intérprete dos ideais da Revolução, empreende a grande caminhada do futuro, construindo o nôvo Brasil”<sup>167</sup>.

Nos jornais de São Luís que apoiavam o Regime Civil-Militar, ou pelo menos no início aceitaram a ação conjunta entre civis, principalmente da classe média e alta, empresários, militares e liberal-conservadores, de fazer uma revolução sócio-política para restaurar a nação, no que diziam estar trazendo de volta a moral e os valores para a família brasileira, e, assim, livrar o país de uma implantação comuno-socialista, foi percebido uma relutância, principalmente até finais de 1967, quando em seguida estouraria o AI-5, em quebrar a ideia implantada no seio da sociedade de que se iniciava uma Ditadura Militar com a queda de João Goulart.

Até recentemente muito ainda se tem discutido quando se iniciou o período ditatorial no Brasil. Se já foi desde a saída de João Goulart ou somente a partir de 1968. Enquanto que para Ronaldo Couto,

[...] muitos militares não aprovam o uso do termo “ditadura” para designar o regime vigente no período 1964-1985. Argumentam que o Congresso funcionou a maior parte do tempo, que o Judiciário não foi paralisado, que houve eleições, inclusive para presidente da República, apesar de indiretas. [...] Mas o fato é que, acima de aparências ou correções efetuadas, houve mesmo ditadura. Todo o tempo. Mais ou menos rígida ou repressora ou autoritária. (1998, p. 33).

Anos posteriores, especificamente em 2014, o historiador Marco Antonio Villa, publicava uma pesquisa *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*, que logo se tornaria um apanhado de críticas, principalmente da Esquerda. Isto porque para Marco Villa, “o regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos” (2014, p. 11). Só este trecho já seria o suficiente para caracterizar uma “guerra” daqueles que vivenciaram na pele o estado-nação nas mãos dos presidente-militares. E se não bastasse ter coragem pronunciar esta frase em meio a uma historiografia clássica e contemporânea que a política ditatorial não teve seus inícios em abril de 64, conclui afirmando: “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos aos anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982” (VILLA, 2014, p. 11).

---

<sup>167</sup> EYDER, Paes. A Vitoriosa Revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1971, p. 8.

Mas saindo desse campo de briga acadêmica entre os historiadores e outros intelectuais que tentavam e ainda hoje tentam definir com exatidão como se deu as formas de ditadura no Brasil, apoiados no conceito originário e histórico, havia de forma bem visível e palpável os posicionamentos comemorando o aniversário da Revolução, com intuito de enaltecer os caminhos percorridos pelos militares-políticos, que até o momento tinham realizado uma força-tarefa de combater as corrupções e as desordens cívicas e morais e não há como esconder os discursos que distorciam a imagem dos objetivos da Revolução (exceto se quisermos interpretar apenas um lado da história).

Em 1979, ainda considerado como auge da repressão e o período mais exato de definição de uma Ditadura Militar no Brasil, o *Jornal Pequeno* lançava vários artigos questionando o sistema político e mais uma vez falando sobre a Revolução.

João Malato, integrante da redação do *Jornal Pequeno*, não acreditava mais no cunho ideológico do projeto revolucionário outorgado pelas Forças Armadas e impulsionado pelos liberal-conservadores. Segundo este jornalista, no artigo “MORDOMIAS – FRUTO PODRE DA REVOLUÇÃO DE MARÇO”:

Já disse que a Revolução de março fracassou por que não teve a necessária grandeza moral de acabar com a corrupção. [...] Mordomias, é o que se pode classificar como o requinte da corrupção. A primeira vez que ela foi identificada, embora já existisse há alguns anos, foi ainda no governo Geisel, quando vários, senão todos os ministros, foram acusados de despender enormes somas dos dinheiros públicos com gastos nas suas respectivas cozinhas.<sup>168</sup>

As corruptibilidades e ações consideradas antidemocráticas nos projetos dos presidente-militares, tanto anteriores a Ernesto Geisel como posterior a este, foram debatidas e veiculadas nos principais jornais das capitais do Brasil e até mesmo em obras acadêmicas que estavam sendo produzidas.

Aliás, há toda uma contradição de defesas e ataques contra a gestão dos generais na Política Executiva. Enquanto que para muitos pesquisadores o período de 64 a 85 carregou em todos os estágios presidenciais formações ilícitas e de repressão, para outros é necessário sair do estado de emoções e de feridas abertas, como se ainda vivesse dentro do contexto Civil-Militar, e julgar com objetividade os modelos econômicos e políticos.

---

<sup>168</sup> MALATO, João. Mordomias – fruto podre da revolução de março. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 14 de agosto de 1979, p. 6.

A corrupção na política dos generais descrita pelo *Jornal Pequeno*, em 14 de março de 1979, foi debatida poucos anos depois nas obras consideradas de cunho jornalístico investigativo, do grande economista e escritor, José Carlos de Assis, em seus três famosos livros: *A Chave do Tesouro, anatomia dos escândalos financeiros no Brasil: 1974/83* (1983); *Os mandarins da República* e *A dupla face da corrupção*, ambos de 1984.

Segundo José Carlos de Assis, o Regime Civil-Militar não esteve isento de vastos casos de corrupção – muitos encobertos ou que tentaram encobrir de alguma forma. Em seus livros, o autor comenta os atos ilícitos envolvendo várias empresas e empreiteiras como o Grupo Delfim, Coroa-Brastel, Luftalla, entre outras. Esta última no período Ernesto Geisel, em 1977, quando foi denunciado desvio de dinheiro público para fomentar a construtora Luftalla (pertencente na época ao sogro de Paulo Maluf) e, assim, tirá-la do estado de falência.

Sobre a construtora Luftalla, o redator Sylvio Ayres de Souza publica no *Jornal Pequeno*, na edição de 1982, o seguinte artigo:

**Imagem VII:** Os resultados do *processo revolucionário* na análise de Sylvio Ayres de Souza.



**Fonte:** SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2.

A narrativa de Sylvio Ayres tem como teor uma severa crítica à *Operação Limpeza* defendida pela classe político-militares e empresarial. Nas palavras do narrador, nada mudou depois do Golpe de 31 de março, apenas trouxe para o país uma perseguição subversiva aos que se colocavam contra a Ditadura dos presidente-generais. O que era para ser um dinamismo de combate para acabar com as parcerias ilícitas entre políticos e o

instituições privadas, passou se formar outro tipo de estrutura de corrupção dentro do Estado. Ou seja, além da coalizão destes dois, teriam ajuda dos chefes das Forças Armadas para arquitetar projetos públicos com finalidades de desvio de dinheiro.

Assim afirmou Sylvio Ayres:

A Revolução de 64 – “a Redentora” – poderia haver “passado a limpo” este País. Poderia extinguir ou pelo menos reduzir ao mínimo aceitável a corrupção, um dos mais perniciosos dos muitos males [...]. Falou-se muito na ocasião, em corrupção e subversão. Ilustres chefes militares afirmavam com ênfase que a subversão era oriunda da corrupção. O grau, porém, de corrupção que se instala neste País, de 64 pra cá, não encontra paralelo em qualquer outra época da nossa história. O escândalo Lufta, a compra da Companhia Light, os “negócios especiais” do Grupo Quatro Rodas, do IBC, do Banco Econômico, da CEE, só para citar os maiores ou mais escandalosos, deixam-nos convictos de que muitos outros de igual ou menor vulto haviam ocorrido e estejam sob sigilo de tal modo rigoroso, que jamais virão à tona.<sup>169</sup>

Os casos Delfin e Coroa-Brastel foram os desvios financeiros envolvendo os ministros Delfin Neto e Ernane Galvêas, Mário Andrezza, e outros. Nas palavras do economista e escritor José Carlos de Assis, os político-generais penetraram “no sistema financeiro e nele engordou seus conglomerados fraudulentos, para explodir posteriormente em escândalos” (1984, p. 33). O General-Presidente Ernesto Geisel – que teria sido escolhido para dar continuidade aos chefes militares no comando do Poder Executivo –, chegou a dizer para seu amigo de confiança o almirante Floriano Faria Lima (ex-governador do Rio de Janeiro), quando este lhe perguntou: “o senhor acha que é a hora para fazer a abertura? Ele me respondeu: É. Porque a corrupção nas Forças Armadas está tão grande que a única solução para o Brasil é fazer a abertura” (COUTO, 1998, p. 150)<sup>170</sup>, não escondendo a não concretude do *processo revolucionário*, no que pregava que tinha como objetivo maior fazer uma limpeza na sujeira que permeava nas instituições.

É evidente que estes discursos indo de encontro com a ordem Política Central – ou como os militares diziam: “jornais subversivos ao progresso” –, a classe político-militar não iria deixar circular livremente na sociedade sem fazer nada. Mal as notícias caíam nas mãos do público-leitor de São Luís que o DOPS se fazia presente na porta da sede do *Jornal Pequeno*, como foi registrado:

<sup>169</sup> SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2.

<sup>170</sup> Este diálogo do ex-Presidente Ernesto Geisel foi lembrada pelo almirante Floriano Faria Lima no depoimento concedido a Ronaldo Couto em 2 de fevereiro de 1995.

Às 4h da madrugada, diariamente um Jeep da Polícia Federal pára à nossa porta para apanhar 4 exemplares de *Jornal Pequeno*, os quais, bem cedo, chegam ao Palácio do Planalto, para o exame por parte das autoridades da República.

Isso equivale a dizer que, logo mais, o Presidente João Baptista Figueiredo vai saber como é que os arenistas do Maranhão agem com relação ao apelo que fez a toda a nação pedindo economia no consumo de combustível [...].<sup>171</sup>

Para o periódico *Pequeno*, a Ditadura Civil-Militar seria responsável não apenas pelos atos ilícitos na gestão pública, mas também pela onda de pessoas desaparecidas, principalmente intelectuais e políticos. É o que relata, em 26 de agosto de 1979, no título “Concentração Política na Igreja São João”: “O Comitê Brasileiro pela Anistia – seção do Maranhão e o secretário arquiocesano – promovem hoje às 18h um ato litúrgico na Igreja de São João em memória dos brasileiros mortos e desaparecidos a partir de 1964”<sup>172</sup>. Ainda sobre esta causa o *Jornal Pequeno* chega a dizer que foram vítimas de atos terroristas, como descreve:

Nós viúvas, órfãs, parentes e amigos das vítimas do Terrorismo, após vermos tanta campanha insidiosa para anistiar marginais e assassinos que deixaram ao desabrigo centenas de famílias, nos sentimos na obrigação de lembrar ao povo e às autoridades que também existimo.

Como se sentiria você, cidadão, se o seu marido, pai, filho ou irmão, fossem covardemente executados e os assassinos apresentados, como estão sendo, com heróis e patriotas?

O fato de alegarem que o crime cometido foi por “motivos políticos” não devolve a vida dos nossos entes queridos, porque não é motivo sim crime em si, que mata.<sup>173</sup>

Se no velho coronelismo – na então República Velha – usavam-se os recursos de apadrinhamentos, mandonismo-clientelista e práticas de trocas de favores para positivar a imagem política do Presente da República, como exemplo, os acordos entre política estadual e política central (como ganho desta relação, o Presidente da nação assegurava a permanência do grupo/família oligárquica no seu estado), nas décadas do Regime Civil-Militar tais mecanismos já não faziam mais tantos efeitos, embora não significa dizer que tais recursos foram totalmente extintos. A relação próxima entre governadores e Presidente da República, claro, quando comungavam do mesmo projeto político, continuavam bem firmes.

<sup>171</sup> INTRANSIGÊNCIA continua. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 25 abril de 1979, p. 1.

<sup>172</sup> *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 8.

<sup>173</sup> MANIFESTO do comitê das vítimas dos terroristas. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 6.

Os Presidente-generais para angariar uma boa imagem de sua atuação perante a sociedade ou fazer com que os líderes políticos municipais, os deputados, senadores representantes de cada estado e os próprios governadores estaduais se aliassem ao projeto da Política Central exigiam novas envergaduras dos donos do poder. Os canais de rádios, emissoras televisivas e jornais impressos foram usados como verdadeiras máquinas bem eficientes de combate por espaços na política, e, diga-se de passagem, os verbos “ler”, “ouvir” e “assistir” (para a classe elitizada que detinha recursos financeiros para adquirir um aparelho televisivo considerado luxo no lar brasileiro) caíram como luvas neste sistema político.

Foram, em momentos decisivos, as melhores maneiras que políticos e empresários acharam como meio de propagar ideias, produzir discursos ideológicos de politização e até mesmo mandar recados inflamados aos adversários. É o que veremos no próximo capítulo o *Jornal do Dia* que circulou no intuito de ser veículo político e de difusão de ideias ideológicas.

### CAPÍTULO III

**“NO REDEMOINHO DAS REAÇÕES”<sup>174</sup>:  
*Jornal do Dia e suas narrativas político-ideológicas em 1964***

#### A Imprensa

*Locomotiva audaz transpondo o espaço,  
 Derrubando barreiras na passagem  
 Assim do negro tempo na voragem  
 Ela deixa de luz eterno traço!  
 Quem é que pode lhe impedir o passo?  
 Quem é que da heroína vendo a imagem  
 Não vai prestar-lhe um culto, uma homenagem  
 E flores espalhar em seu regaço?  
 Triunfadora esplêndida, sublime  
 Em nome da razão – vencendo o crime,  
 És Imprensa, o Evangelho da verdade.  
 És a doutrina, o salmo sempre novo,  
 Que faz brotar no coração do povo  
 A semente da paz, da liberdade!*

(J. Vilanova. A Imprensa, 2007)

A imprensa é uma locomotiva que transporta notícias, debates, afirmação/negação dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Será que realmente a imprensa é “o evangelho da verdade”? Não concordo em chamar a imprensa de evangelho da verdade. Afirmar isto é o mesmo em dizer que os enunciados nunca distorcem os fatos e sempre trazem narrativas fora do plano real. Os veículos de comunicação são, na verdade, um evangelho de discurso-verdades que narram os acontecimentos no espaço da realidade e ajustados mediante interesses político-ideológicos do redator ou proprietário do jornal.

O jornal “brota no coração do povo a semente da paz, da liberdade” como diz no poema ou, ao invés disto, faz nascer agitações sociais? Observando exemplos no passado recente, sugiro dizer que através das narrativas – que buscam interpretar o acontecimento ou problematizá-lo – a imprensa, em muitos momentos da história, brotou levantes sociais, embora muitos dos discursos tinham como objetivo-fim trazer uma liberdade de consciência do indivíduo ou de uma força de Estado.

---

<sup>174</sup> Título da coluna de: MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 26 de abril de 1964, p. 3.

O jornal impresso é composto intrinsecamente por textos narrativos (ou enunciados) e discursos. Ambos estão interligados. Para entender melhor como se dá esta estrutura, retomo a alguns pontos já debatidos na introdução deste estudo, porém fazendo algumas novas observações cruciais: o primeiro ponto é que o jornal traz narrativas que envolvem, nos entremeios, discursos partidários, político-ideológicos e culturais. O que já de imediato nos leva ao segundo ponto: narrativa é diferente de discurso.

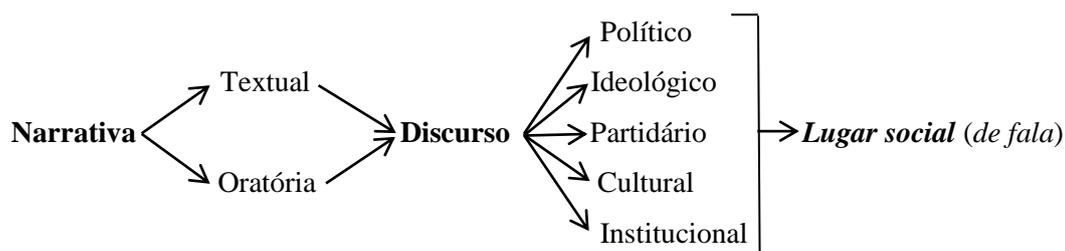
À medida que narrativas (orais ou escritas) são formas de registrar o passado, enunciar algo de importante que já aconteceu ou sobre o momento presente – as sociedades e instituições sobrevivem e se mantêm vivas através das narrativas –, os discursos, por sua vez, são as intenções do narrador/locutor que há por trás (nas entrelinhas, na parte do *não-dito*) das suas narrativas. Quase sempre os enunciados têm intenções de influenciar aquele que ouve ou lê, como diz Luiz Fiorin: “o discurso não é um amontoado de frases, mas é regido por leis de estruturação, para que ganhe sentido” (1988, p. 7). Os discursos, desta forma, existem porque cada enunciatador narra defendendo o seu *lugar social (de fala)*.

Dominique Maingueneau detalha muito bem como entende o conceito e a postura de discurso: é uma *organização além da frase*. Neste caso, “são submetidos a regras da organização” (2015, p. 25); é uma *forma de ação* que seria a “ação sobre o outro, e não apenas representação do mundo” (2015, p. 25); é *contextualizado*. E aqui cabe dizer que os discursos fazem parte de um contexto: “fora de contexto, não se pode atribuir um sentido ao enunciado” (2015, p. 26); É *assumido por um sujeito*. Ou seja, existe um EU que se posiciona no discurso e “que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências pessoais*, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA)<sup>175</sup>” (2015, p. 27). E se o discurso tem uma organização estrutural ele não deixa de ser também *regido por normas*. Existe, assim, o que o autor chama de *leis do discurso*, “que regem todas as trocas verbais: ser compreensível, não se repetir, dar informações apropriadas à situação etc.” (2015, p. 27).

Abaixo amplio a fórmula “Discurso = Texto + Contexto” do linguista francês Dominique Maingueneau (2015, p. 36), mostrando como se dá a estruturação entre narrativa e discurso:

---

<sup>175</sup> O linguista Émile Benveniste desenvolveu os *dêiticos* na enunciação: *Ego, Hic e Nunc* (Eu, Aqui e Agora). Ou seja, a pessoa que fala, o lugar de que está se posicionando e a temporalidade do enunciado. Já para o filósofo francês Michel Pêcheux, criador da Análise de Discurso (AD), a formação discursiva ocupa também três posições de fala: sujeito, língua e história. O discurso obedece à ordem, nesse sentido, de um sujeito individual que se exprime, que se posiciona. Enquanto que a língua os códigos coletivos e sociais, e, por fim, a história, que seria os fatores e circunstâncias externas ao sujeito – formação ideológica.



**Quadro VII:** demonstração da formação estrutural da narrativa e do discurso.

Em resumo, os discursos são o próprio *lugar social de fala*, mas nem sempre autodeclarados pelos que narram. Inclusive Luiz Fiorin substitui o termo *fala* pelo vocábulo discurso. O que para este linguista não é apenas uma simples troca vocabular, mas as substituições revelam uma postura do discurso diante da linguagem. Como para Fiorin “a noção de discurso pressupõe a de sujeito” (1988, p. 6), é fato que o ato discursivo é compreendido dentro das relações socioculturais (ou formações sociais e culturais) em que o sujeito está inserido. Até porque a linguagem é a formação caracteristicamente do homem em seu habitat social.

O redator de um jornal impresso transforma o acontecimento numa narrativa textual dando um grau de importância e relevância social. O jornalista Paulo Nascimento Moraes<sup>176</sup>, a exemplo, é um intelectual e não apenas redator do *Jornal do Dia*, pois ele narra o que aconteceu, discursa seu ponto de análise e busca dar suporte de esclarecimento da situação partidária no país aos leitores. Não deixa também de direcioná-los a tomarem um caminho político-ideológico a partir de suas explicações em cada coluna.

### 3.1 De *Jornal do Dia* a *O Estado do Maranhão*: um itinerário de muitas fases

Tudo iniciou no dia 8 de março de 1953 quando o senhor José de Arimathéa Athayde Lima, professor, jornalista e escritor, resolve fazer circular em São Luís um jornal que, embora “surgiu inicialmente com colunas variadas, como: Boletim esportivos, Cinemas e teatros, Mercados e cotações, dentre outras” (2007, p. 172)<sup>177</sup>, desde sua formação teve um caráter explicitamente político. Não somente por causa dos tipos de conteúdos, mas também pelo corpo editorial – formado por figuras políticas – que seguiu com esta identidade particular em todas as fases do jornal. Nesta *primeira fase* o corpo editorial estava composto

<sup>176</sup> O seu último sobrenome aparece no *Jornal do Dia* escrito de duas formas: “Moraes” e “Morais”. Usarei neste estudo a primeira escrita.

<sup>177</sup> Informação retirada do livro: Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. – São Luís: Edições SECMA, 2007.

pelo proprietário, Arimathéa Athayde, no qual também tinha a função de diretor-responsável. Renato Carvalho fica na função de gerente da empresa tipográfica e a secretaria do prelo nas mãos de José Bento Neivas.

Em 12 de agosto de 1953 Arimathéa Athayde se afasta do *Jornal do Dia* e entrega a direção para seu amigo Renato Carvalho. Este mal ocuparia o lugar, venderia o prelo tipográfico no mês seguinte para o Deputado Estadual Raimundo Emerson Machado Bacelar (que já atuava como diretor da Rádio Timbira). Raimundo Bacelar ficaria dois anos cuidando do *Jornal do Dia*, especificamente até julho de 1955. Aqui se encerraria a *primeira fase* do Jornal.

A partir da data de 1955, sob uma nova gestão, começava a surgir a *segunda fase*.

José Benito Neiva adquire a empresa e o Deputado Eurico Bartolomeu Ribeiro assume como diretor responsável pelas redações. O subtítulo é mudado para *Jornal do Dia: Alma e pensamento da cidade*. Logo mais, o Deputado Eurico Bartolomeu cede o seu lugar para o Deputado Cid Carvalho, ficando responsável pelo andamento das edições entre setembro de 1955 a início de 1958. Este, buscando dar mais atenção a sua reeleição para o cargo de Deputado Federal, repassa a propriedade ao caxiense e político Alexandre Alves Costa, que residia em São Luís. A *segunda fase* terminaria em setembro deste mesmo ano, quando o empresário e político Alberto Wady Chames Aboud<sup>178</sup> “negociou com Alexandre Costa, rompido com o vitorinismo e integrante dos quadros das Oposições Coligadas, a compra do *Jornal do Dia*”<sup>179</sup>.

Em meu ofício de explorador deste documento-fonte, na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), suscitei algumas informações entre o hiato de 1958 a 1960, as quais me ajudaram a comparar os trabalhos acadêmicos – que buscaram descrever o percurso do *Jornal do Dia* – com as próprias edições achadas no acervo da BPBL, dentre elas, o Caderno Especial de 1º de maio de 1999, a edição de 1º de maio de 2004 e a edição de 1º de maio de 2009. Em todas estas tiveram como objetivos centrais comemorar a história do periódico. É o que mostro no quadro abaixo:

---

<sup>178</sup> Alberto Aboud nasceu dentro de uma família libanesa que se instalara na capital São Luís nos idos do século XX. Foi um grupo familiar de empresários e empreendedores de vários ramos como, por exemplo, companhia fluvial nos estreitos de São Luís, indústrias de extração de óleo e outros produtos como arroz e algodão.

<sup>179</sup> BUZAR, Benedito. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 5.

<i>Jornal do Dia</i>	
Ano	Edições
1958	Só foram encontradas na BPBL exemplares de janeiro a setembro.
1959	Entre outubro de 1958 a dezembro de 1959 não foram encontradas publicações na BPBL neste período.
1960	Não há exemplares na BPBL no primeiro trimestre (de Janeiro a março). Somente a partir do segundo ao quarto trimestre (abril a dezembro).

**Quadro VIII:** Informações recolhidas no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite – BPBL.

Com a inauguração da Empresa Jaguar Ltda, em São Luís, no dia 1 de outubro de 1959, “[...] de acordo com o contrato assinado entre Alberto Wady Chames Aboud, Benedito Rebelo dos Reis, Raimundo Vieira da Silva, José Ribamar Teixeira de Araújo, Alexandre Franciss e Celeste Haickel [...]”<sup>180</sup>, a volta da circulação do *Jornal do Dia* entraria em questão como um dos objetivos da associação: “[...] a empresa surgiu com o objetivo de explorar o ramo do comércio de serviços gráficos e correlatos, assim como a manutenção do órgão da imprensa sob a denominação de *Jornal do Dia*”<sup>181</sup>. Apesar disso, o recomeço do impresso não aconteceu de forma imediata ao andamento inicial da Empresa Jaguar Ltda.

Ainda que na BPBL não conste edições entre janeiro a março de 1960, o que dá para afirmar, tomando como base as informações no próprio *Jornal do Dia*, é que Alberto Aboud (dentre os proprietários era o que detinha maior ação e controle), resolve colocar em prática a circulação “no dia 6 de janeiro de 1960, com uma nova orientação editorial. Do velho casarão de número 199 da rua Santana saía a primeira manchete do Jornal enfocando as desavenças do PTB com o então governador Matos Carvalho”<sup>182</sup>, sendo, assim, diretor-responsável da terceira fase do *Jornal do Dia*.

Nesta nova fase, em 1960, o Caderno Especial do *Jornal O Estado do Maranhão* esclarece como estava organizada a administração:

<sup>180</sup> *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 3.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 3.

No expediente a primeira edição do *Jornal do Dia* estava os nomes de Alberto Aboud, como diretor responsável, José Ribamar Teixeira Araújo, como diretor-adjunto, e Walter Pinheiro, como secretário. O editorial, assinado por Walter Pinheiro e com o sugestivo título de “*Nossa Posição*”, anunciava as alvíssaras para os maranhenses: “*Volta o Jornal do Dia a circular e inaugura, também, uma nova fase na vida da imprensa...*”<sup>183</sup>

Abro um parêntese importante para chamar atenção sobre a data de aniversário da fundação do *Jornal do Dia*. Isto porque a comemoração não é considerada nem em 1953, quando circulou seu primeiro exemplar, e tampouco em 1960 com o seu retorno – depois de quase dois anos sem distribuição de exemplares –, mas, a data que ficou consagrada foi a de 1959, coincidindo com o mesmo ano de inauguração da Empresa Jaguar Ltda: “A origem de O Estado vem do dia 1º de outubro de 1959, data em que foi constituída, em São Luís, a empresa Jaguar Ltda”<sup>184</sup>.

Vejamos o recorte temporal do processo histórico do *Jornal do Dia* a *O Estado do Maranhão* no Caderno Especial de 1999:

**Imagem VIII:** Algumas datas importantes que marcaram a história do *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*.

O Estado do Maranhão através dos tempos	
<b>Em 1959</b>	é constituída a Empresa Jaguar, de Alberto Aboud, que deu origem ao Jornal do Dia
<b>Em 1960</b>	circula a primeira edição do Jornal do Dia, com editorial assinado por Walbert Pinheiro
<b>Em 1968</b>	o então governador José Sarney adquire parte das ações do Jornal do Dia e convida Tribuzzi para dirigir a Redação
<b>Em 1973</b>	circula o primeiro número do jornal O Estado do Maranhão, com sede no bairro do São Francisco
<b>Em 1977</b>	morre o jornalista e poeta Bandeira Tribuzzi, um dos fundadores do jornal O Estado do Maranhão
<b>Em 1980</b>	morre o empresário e político Alberto Aboud, responsável pela criação da Empresa Jaguar e Jornal do Dia
<b>Em 1990</b>	o jornal experimenta algumas transformações gráficas e editoriais e se consolida como o preferido dos leitores
<b>Em 1993</b>	o jornal passa a usar a policromia diária e a circular inclusive nas segundas-feiras
<b>Em 1994</b>	é consolidado o processo de informatização do jornal, cujos primeiros passos foram dados no ano anterior

<sup>183</sup> Ibidem, p. 3. (*Grifo do Jornal*).

<sup>184</sup> Ibidem, p. 3.

**Fonte:** *O Estado do Maranhão*, São Luís, 1º de maio 1999, p. 3.

Mais uma vez, em 2009, publica um texto comemorando a fundação do periódico, no qual reconhece o ano de criação em 1959:

Nas últimas cinco décadas, a história do Maranhão foi registrada pelo jornal *O Estado do Maranhão*, veículo de comunicação que se tornou divisor de águas na história da imprensa local. Desde o início, a proposta do jornal foi a de ser "um órgão a serviço da verdade", como afirma texto publicado em sua primeira edição. *Fundado em 1º de maio de 1959, pelo empresário e político Alberto Aboud, O Estado é herdeiro do Jornal do Dia.*<sup>185</sup>

Esta data de 1959 ficaria marcada historicamente, inclusive como aniversário de fundação do *Jornal do Dia*. Não somente por causa da criação da Empresa Jaguar Ltda, mas justamente porque o prelo jornalístico, sob a administração de Alberto Aboud, estava condicionado a produzir redações bem mais intencionais sobre a política estadual e nacional. O que de fato, bem no início da *terceira fase* já mostraria sua identidade: nos primeiros anos de 1960 – antes mesmo do Golpe Civil-Militar – o *Jornal do Dia* trazia assuntos sobre o desentendimento entre o PTB e o Governador do Maranhão José de Matos Carvalho (1957-1961) do PSD, aproveitando a ocasião para enunciar críticas sobre a sua gestão.

*O Estado do Maranhão* aproveitou a ocasião para relembrar as pressões exercidas sobre o Poder Executivo em 1960. Não apenas enunciar a situação, mas ressaltar como estariam as posições partidárias e ideológicas:

O país vivia àquela época num período de turbulência política. De um lado estavam às tentativas de insurreição contra o governo de Juscelino Kubitschek, entre elas o levante militar de Aragarças. Do outro, Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), negociava sua candidatura à presidência da República com a União Democrática Nacional (UDN). No Maranhão, as lideranças políticas e empresariais não estavam às margens dos acontecimentos. Havia o poder de Vitorino Freire e a influência das Oposições Coligadas.<sup>186</sup>

Seguia, em sua *terceira fase*, as concordâncias ideológicas de Alberto Aboud porque este, além do poder que tinha em suas mãos por ser um dos proprietários majoritário do material de comunicação, também exercia a função de diretor-responsável pelas redações. Embora vale ressaltar que devido ao exercício na política e sempre fazendo viagens de

---

<sup>185</sup> Ibidem, p. 1. (*Grifos meus*).

<sup>186</sup> Ibidem, p. 3.

assuntos empresariais acabava deixando a redação nas mãos de seu amigo José Ribamar Teixeira Araújo (diretor-adjunto) e de Walter Pinheiro na responsabilidade de secretário.

Um dos redacionistas do *Jornal do Dia*, jornalista Ubiratan Teixeira, não escondeu essa problemática dos temas abordados com o título “O gozo de ser jornalista”: “Alberto Aboud não podia controlar o que a rapaziada escrevia, afinal era uma equipe jovem, quase todos oriundos do “Jornal do Povo””<sup>187</sup>. Um dos motivos das contradições internas de defesas e ataques político-ideológicas é justamente por causa dessas ausências de Alberto Aboud.

Outra deficiência observada na editoração do *Jornal do Dia* está relacionada ao atraso tecnológico. O prelo nos domínios de Alberto Aboud sofria para receber as informações dos acontecimentos ocorridos nos estados e exterior: “não havia telex na redação [...]. Não havia também serviço de radiofoto ou telefoto [...]. As matérias sobre os fatos ocorridos em outros Estados e no exterior eram feitas via escuta de programas de rádio ou por meio de cabogramas”<sup>188</sup>.

Este problema na qualidade das produções dos exemplares tinha como um dos fatores a falta de interesse dos proprietários em investir em novos equipamentos: “O patrimônio da Empresa Jaguar, em 1960, era formado por dois prelos Trchaff, três linotipos 32 e Cometa, sete carteiras, um cofre Vulcano, uma máquina de escrever Smith, um porta-jornal, um armário, duas mesas grandes e um balcão com gradil”<sup>189</sup>. Somente com o aumento de leitores que “Alberto Aboud adquiriu novos prelos, linotipos, clichérias e outros equipamentos”<sup>190</sup>.

Se o *Jornal do Dia* sofria para manter um editorial e redações de abordagens políticas de única direção de pensamento e carecia de um melhoramento de prelos com maiores qualidades na fabricação do jornal, por outro lado, foi o período em que nomes importantes do campo político e jornalístico apareceram para compor a redação: Edson Vidigal, Carlos Cunha, Ribamar Fonseca, o colunista Paulo Nascimento Moraes e José Chagas (na página três era certo ter uma coluna política).

---

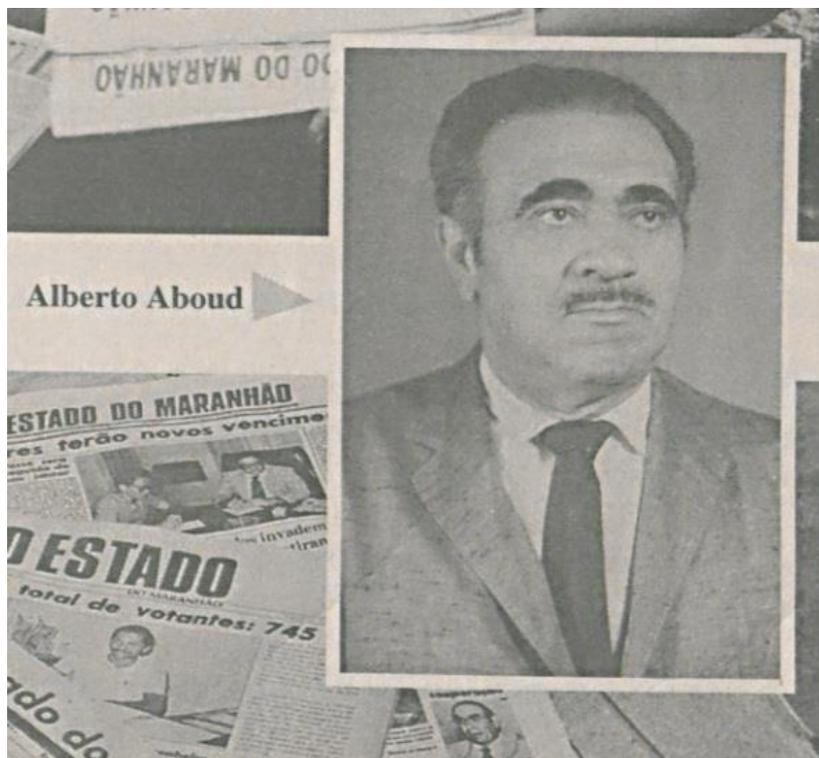
<sup>187</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 3.

**Imagem IX:** Alberto Aboud homenageado pelo *Jornal O Estado do Maranhão* no Caderno Especial de 1999.



**Fonte:** *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

Até 1966 Alberto Aboud era ainda tanto proprietário como diretor-responsável do *Jornal do Dia*. Nas pesquisas realizadas no acervo da BPBL, a última vez que Alberto Aboud assina como diretor-responsável foi na edição de número 1.439 de 28 de agosto de 1966. Quem ficou na responsabilidade de diretor-responsável, na edição de número 1.440 em 4 de setembro deste mesmo ano<sup>191</sup>, foi Clodomir Millet.

Num recorte temporal entre 1966 a 1968, o *Jornal do Dia* tinha como proprietários José Ribamar Marão, Nunes Freire, Clodomir Millet e ainda Alberto Aboud que tentava a todo custo se segurar como um dos acionistas<sup>192</sup>. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney), que fazia parte do quadro de redatores desde a propaganda midiática do “Maranhão

<sup>191</sup> Entre os dias 29 de agosto a 3 de setembro de 1966 não há exemplares na Biblioteca Pública Benedito Leite.

<sup>192</sup> Em 1968 Alberto Aboud presidia o cargo de Deputado Federal pelo Maranhão que conseguiu pelas normas de ter sido o primeiro suplente pela ARENA (entra no lugar de Afonso da Silva Matos entre junho de 1967 a maio de 1968. Como o titular da vaga renuncia de vez o cargo, acaba assumindo o cargo em março de 1969). Aboud não querendo mais seguir a carreira legislativa, concorre, então, para o cargo de Prefeito em São José de Ribamar. Ao ganhar a disputa eleitoral, resolve vender sua participação na empresa tipográfica, deixando de vez qualquer tipo de comunicação e interferência nas redações ou editoriais.

66” – quando assumiu o cargo de Governador do estado –, sempre desejava fazer parte do impresso como um dos proprietários de maior ação na Empresa Jaguar Ltda.

Não perdeu a oportunidade.

Em novembro de 1968, José Sarney – o Governador do Maranhão “Novo” –, compra parte das ações do *Jornal do Dia* e na oportunidade convida o seu amigo Bandeira Tribuzzi para ser o responsável por aquilo que iria ser publicado na redação do matutino. “Dali em diante começava uma nova história da imprensa do Maranhão”<sup>193</sup>. Seria a *quarta fase* do impresso.

**Imagem X:** José Sarney (udenista apoiador do Regime Civil-Militar) e Bandeira Tribuzzi (jornalista perseguido pela *Operação Limpeza*) apertando as mãos no ato simbólico de parceria intelectual-empresarial.



**Fonte:** *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

Nas recordações de José Sarney: “metade das ações do jornal pertencia a José Ribamar Maranhão. A outra parte pertencia a um grupo político formado por Millet, Nunes Freire e outros. Para entrar na sociedade, troquei minha casa na rua Rio Branco, número 228, pelas ações do

<sup>193</sup> *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 3.

Marão”<sup>194</sup>. No ano seguinte, em 1969, o Deputado Arthur Carvalho assumiria a direção da tipografia até abril 1973. Encerraria mais uma *fase* do *Jornal do Dia* para a entrada de outra.

Em 1973, José Sarney já na incumbência de Senador pelo Maranhão (ARENA) resolve, juntamente com seu amigo Bandeira Tribuzzi, mudar o nome do impresso de *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão* com a informação escrita abaixo: *Fundador José Sarney*. Com isso, começava a ser desenhada a *quinta fase*. Reestruturação editorial e, conseqüentemente político-ideológica, com emprego de tecnologias mais avançadas seriam os objetivos centrais desta nova jornada. Transformação tão acentuada e profunda que “a empresa transformou-se em Gráfica Escolar”<sup>195</sup>.

Sobre a mudança do nome do Jornal em 1º de maio de 1973:

Do modesto prédio da rua de Santana para a sede da avenida Ana Jansen, o Estado do Maranhão, nome dado por Bandeira Tribuzzi, teve o seu capital ampliado e ilustres nomes da política e do jornalismo tornaram-se seus acionistas, como Magalhães Pinto, Roberto Abreu Sodré, Carlos Castelo Branco e outros.<sup>196</sup>

José Sarney, nesta *quinta fase*, não seria apenas um acionista. Ficaria no comando da Empresa tipográfica reconhecido como chefe editorial. Tudo que se produzia passava primeiro por ele ou por seu amigo de confiança Bandeira Tribuzzi, ainda que Sarney chegou a se eximir deste *status* de líder do prelo na edição de 1º de maio de 1973 quando disse: “o jornal não é meu. Sou acionista de uma empresa que conta com inúmeros outros, muitos de outros Estados, que resolveram ajudar a indústria maranhense”<sup>197</sup>. E não apenas tenta se colocar como simples participante intelectual das redações. Declarou aos leitores maranhenses que a partir daquele ano estaria se ausentando de toda sua participação como acionista: “[...] As ações que possuo nesta empresa estou doando, em sua totalidade, a uma Fundação em organização, com objetivo de criar uma Universidade Tecnológica em São Luís”<sup>198</sup>.

A promessa seria cumprida e os estudantes de São Luís poderiam fazer parte da Universidade Tecnológica do Maranhão. Entretanto, a afirmação de total ausência de influenciar no editorial e até mesmo nas escolhas de quem seriam os redatores não existiu na prática. Contraditoriamente a sua declaração na edição de maio de 1973, o *Jornal O Estado do Maranhão*, na verdade, serviu por muito tempo a sua política. Foi crucial na construção

---

<sup>194</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>196</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>197</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 2.

imagética do sarneysmo dentro do estado ao Poder Central. Levando em consideração que para Sarney não bastava apenas ter derrubado o sistema vitorinista. Era preciso criar raízes profundas. Ir mais longe do que um cargo de Senador. A posse como Presidente da República em 1985 foi a concretização desta ambição.

O próprio José Sarney, em entrevista, declara isto quando explica o motivo de querer guiar a empresa de comunicação a ponto de dar novas características para o Jornal em 1973: “[...] Eu tinha que ter um instrumento político [...]. O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político” (D’ELBOUX, 2002, p. 37)<sup>199</sup>.

A morte de Bandeira Tribuzzi, que aconteceu na data que a capital completava 365 anos de fundação, no dia 8 de setembro de 1977, marca o fim da *quinta fase* e recomeço de mais outra jornada no veículo de comunicação. Não tanto político-ideológica, já que os acionistas e os antigos diretores das redações continuavam no grupo editorial. A mudança se deu nas novas figuras intelectuais, políticas e jornalistas que integrariam o grupo do *Estado do Maranhão*.

É no início dessa *sexta fase* que mais uma vez Sarney sai do campo do “discurso da ausência” para ser o protagonista da formação do jornal, assim expõe a edição especial de 1999: “para assumir o comando da Redação, Sarney convidou Bernardo Almeida e Luís Carlos Bello Parga”<sup>200</sup>. O próprio Senador e ex-Governador do Maranhão não escondeu suas fortes influências diretas na formação dos redatores e editores do impresso e como ainda era muito respeitado no prelo jornalístico: “Fomos buscar os nomes mais expressivos para o nosso quadro editorial”<sup>201</sup>.

Entender as narrativas político-ideológicas do *Jornal do Dia* não é tarefa simples. Por trás das narrativas (textos editoriais e colunas) existem os discursos (intenções) que, por sua vez, foram construídos mediante relações partidárias e de interesses específicos. Não dá para afirmar de imediato em qual lado ideológico este jornal se encontrava sem primeiro analisar em minúcias o seu andamento dentro do contexto histórico.

Já até existe um acervo acadêmico desenvolvido sobre o periódico. Temos os estudos de Manoel Afonso Ferreira Cunha em *imprensa e história: os jornais maranhenses em foco*

<sup>199</sup> Não por coincidência, se observa nas folhas do periódico propagandas positiva da atuação de José Sarney, como está expresso numa edição especial de 31 de janeiro de 1969, uma comemoração dos três anos de sua regência política no Maranhão: “Saudamos-vos Governador José Sarney – o construtor do Maranhão Novo” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 31 de Janeiro de 1969, p. 1).

<sup>200</sup> *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 4.

(2017)<sup>202</sup>; *As origens do jornal O Estado do Maranhão* de Ramon Bezerra Costa e Francisco Gonçalves da Conceição (2008). Outro texto bastante enriquecedor é a pesquisa de Teresa Cristina Freitas Oliveira em “*Revolução e Evolução*”: *O Milagre Maranhense e o consenso do progresso no Jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973-74)*. Tais pesquisas chegaram à conclusão, numa mesma linha de pensamento, que o *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão* sempre estiveram do lado da classe empresarial-militar, independentemente das mudanças dos diretores proprietários responsáveis.

Uma passagem no texto da autora Teresa Cristina Freitas Oliveira nos mostra claramente como é pensada a posição deste periódico e as temporalidades editoriais, que segundo ela, a linha político-ideológica no editorial continuaria a mesma na passagem entre a fase de Alberto Aboud a José Sarney:

Portanto, não é de se surpreender que este jornal tendo tido uma perspectiva de apoio a Ditadura Empresarial-Militar desde o momento do Golpe, como é possível observar em suas publicações nos primeiros anos do regime. Esta postura foi mantida pelo impresso nos anos seguintes, até porque, seu futuro dono, José Sarney, ascende ao poder justamente com a ajuda dos golpistas de 1964, e se tornaria presidente da Arena no Maranhão em fins da década de 70. Portanto, o impresso muda de dono, porém, não direcionamento ideológico. (OLIVEIRA, 2015, p. 204).

As minhas análises observadas sobre as posições político-ideológicas nas narrativas do *Jornal do Dia* foi justamente caminhar na trajetória diferente da corrente histórica existente no pares acadêmico em relação ao periódico. A explicação que defendo – em que há alterações de comportamento existentes no *Jornal do Dia* – é interpretada a partir do afastamento das *fases* desenvolvidas no processo histórico do periódico, embora elas sejam de suma importância para enxergar as mudanças ocorridas na parte da direção e proprietários (acionistas) do prelo. Acontece que quando me adentro para uma leitura nos entremeios dos enunciados compreendo um veículo de comunicação composto por *etapas* e que não necessariamente vão se alterando de acordo com a mudança de diretor-responsável e proprietário. As modificações estão atreladas ao contexto político.

---

<sup>202</sup> Outro estudo deste mesmo autor é: “Entre o *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*: uma análise do processo de transição jornalística nos anos de chumbo”.

I	II	III	IV	V
Primeiro trimestre de 1964 (Janeiro a março)	Momento de transição (31 de março à 14 de abril de 1964)	De Castello Branco à promulgação do AI-5	De 1969 à 1974	De 1974 à 1985

**Quadro IX:** Etapas de posição político-ideológica do *Jornal do Dia* e *O Estado Maranhão*.

Na *primeira etapa* teremos um João Goulart que a todo custo tenta implantar uma reforma estrutural no país. De um lado é visto como uma esperança. Do outro, um mau presságio para o futuro: a criação de uma República Brasileira Sindicalista ou em outros termos um Brasil Comunista. A política no Maranhão, que vivia presa nas rédeas do sistema vitorinista pessedista, se encontrava no grupo antigoulart.

Na *segunda etapa*, momento em que ao cair Jango de seu cargo presidencial, o Brasil passou por uma etapa de transição e dúvidas. Os militares fizeram o Golpe. E agora? Deveriam repassar o Poder Central para as mãos da UDN, como tanto ambicionou a vida toda? Para a decepção dos udenistas não foi o que aconteceu. O *Jornal do Dia* que muito defendeu as Reformas de Base e as intenções do Presidente Jango, e agora sem nenhum presidente no poder vanguardista deste projeto, iria tomar qual posição ideológico-partidária?

Na *terceira etapa* é descrito como um impresso que busca se ajustar diante das mudanças políticas. Teremos um jornal antivitorinista mais ainda declarado do que antes da saída de João Goulart e a qualquer candidato apoiado pelo PSD de Victorino Freire. Fará uma construção positiva sobre a campanha de José Sarney para o cargo de Governador do estado e um apoio ao Governo de Castello Branco.

Em dezembro de 68 o quinto decreto institucional foi lançado. Teremos, diante disso, uma leitura sobre a imprensa brasileira vivenciando o contexto mais repressor da Ditadura Civil-Militar. Nesta *quarta etapa*, com o AI-5 e Garrastazu Médici comandando o Poder Central, criticar o Estado ou a *Revolução Democrática* pregada pelas forças armadas não seria uma boa ideia para quem quisesse manter sua empresa tipográfica de comunicação aberta e ver seus impressos circulando entre os leitores.

O *Jornal do Dia* caminhava dentro desta *quarta etapa* no período do silenciamento e do medo. As críticas foram suprimidas por mais elogios ao Estado e as vezes com teor de combate ao Regime dos Presidente-Generais. Na verdade, este apoio do *Jornal do Dia* diante de uma perseguição às instituições não se dá somente pelo recurso do pavor ou que foi uma

aproximação de forma compulsória, mas, sobretudo, de um alinhamento com o Regime Civil-Militar que vinha desde a entrada de Castello Branco com base em interesses e jogo político.

Já na *quinta etapa* o *Jornal do Dia* volta a tratar assuntos de política. Ele adentra nas narrativas de defesas e a reabertura democrática (do fim do Governo ditatorial Civil-Militar). Começa a questionar mais ainda os propósitos da revolução dos liberais-conservadores e as palavras “democracia”, “liberdade” e “ditadura” tomariam vozes nas folhas do impresso.

Neste capítulo, não farei uma cobertura das cinco *etapas*. Fiz um estudo que analiso todo o percurso de 1964 (etapas I e II).

### 3.2 Da esperança janguista ao Golpe: *Jornal do Dia* e “O Processo Revolucionário”<sup>203</sup>

O período que antecedeu o Golpe Civil-Militar e empresarial de 1964 foi muito turbulento na política nacional e a imprensa maranhense não deixou de acompanhar tudo o que se passava por trás desta disputa de poder. O *Jornal do Dia*, assim como outros que circulavam em São Luís, seguia as características de um veículo de notícias com teor político e a serviço da política. Explica Maria Galvão que os jornais maranhenses são marcados “por três características básicas: a disputa política dos jornais [...]; a participação efetiva de vários deles nos acontecimentos políticos; e sua contribuição para a história da política e da cultura do Maranhão [...]”<sup>204</sup>.

Os três primeiros meses de 1964 nos dão uma visão privilegiada sobre o editorial e os debates expostos pelos colunistas do *Jornal do Dia* e, conseqüentemente, são determinantes para fazermos uma reconstrução de entendimento sobre o seu posicionamento no período pré-Golpe e durante o Regime Civil-Militar. Na capa da edição do dia 1 de janeiro de 1964, o editorial (tendo como direção-responsável o Deputado Alberto Aboud), ao tentar dar um ânimo aos leitores sobre o futuro da política nacional, acabou também mostrando de qual lado ficaria nessas crises de representatividade política:

<sup>203</sup> O título foi retirado de: MORAES, Paulo Nascimento. O Processo Revolucionário. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 3.

<sup>204</sup> GALVÃO, Maria de Fátima da Silva. Visão dos jornais maranhenses sobre o golpe de 64: Uma análise das relações históricas entre Imprensa e Poder. Disponível: <https://www.outrostempos.uema.br/curso/anaisampuh/anaismaria.htm>. Acesso em: 02/12/2019.

**Imagem XI:** Editorial que traz como abordagem um apoio ao Presidente João Goulart para o ano que se iniciava.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 1.

O título acima faz parte da mensagem que João Goulart dirigiu ao povo na noite de 31 de dezembro de 1963, quando o mesmo afirmou: “Preciso do apôio de todos os brasileiros [...]. Desejo-vos um amanhecer portador de novas e justificadas esperanças, em razão das quais possamos manter a nossa fé nos gloriosos destinos do Brasil. Que Deus guarde meus patrícios”<sup>205</sup>.

Quem desconhece a biografia dos responsáveis pela direção do *Jornal do Dia* aceita sem questionar a redação editorial em anunciar apoio ao Presidente João Goulart. Porém, é só entender o partido político de Alberto Aboud que logo os primeiros questionamentos começam a surgir. Isto porque João Goulart fazia parte desde sempre do PTB e Alberto Aboud, embora iniciasse sua carreira também neste partido, entre 1958 a 1962, há toda uma afirmação por parte de alguns documentos de que teria mudado para o PSD (partido de oposição a Jango) nos mandatos seguintes.

Como aceitar que nos idos de 1964 o *Jornal do Dia*, com a direção de um político do PSD, tecia narrativas a favor do projeto-político de João Goulart?

Se buscarmos uma resposta a partir da aceitação de que havia uma boa convivência partidária teremos a primeira contradição. De um lado o editorial comandado pelo político e

<sup>205</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 1.

empresário Alberto Aboud, que segundo informações do CPDOC/FGV: “Transferindo-se para o Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1962, conquistou uma cadeira de deputado federal”<sup>206</sup>, e assinado pelo Diretor-adjunto, Dr. José Ribamar T. de Araújo<sup>207</sup>, e do outro lado o PTB sob a liderança de João Goulart. Ambos tinham projeto-políticos divergentes.

Se afirmarmos que a resposta se encontra porque nem todos os pessedistas, udenistas, defendiam a mesma bandeira ideológica antiGoulart, existindo, assim, um embate no interior dos partidos – o que nos levaria a crer que Alberto Aboud fazia parte desse grupo do PSD que não aderiu fazer “guerra” contra o governo de João Goulart, ou seja, uma ala pessedista antivitorinista –, cairemos aqui na segunda armadilha de contradição e com certeza a mais difícil de chegarmos a uma conclusão.

De fato, havia sim uma fragmentação dentro dos partidos quando o assunto era relacionado ao projeto-político de João Goulart e seu futuro na presidência. Um conflito que se seguia entre os representantes da UDN, PSD e até mesmo no próprio PTB: “Estão as esquerdas principalmente as “radicais” em choque com o Presidente Jango Goulart”<sup>208</sup> ou como mostra Paulo Nascimento Moraes em outra coluna, “Um Brasil Melhor Para Todos”, a confirmação do desentendimento em relação aos decretos da Reforma de Base que foram assinados por João Goulart: “[...] De nada prevaleceu a GRITA dos latifundiários do PSD, da UDN e mesmo do PTB”<sup>209</sup>.

A princípio, poderia conjecturar que Alberto Aboud fazia parte daqueles do PSD que não temiam em ser desmembrados do partido por defender as intenções políticas de João Goulart. Mas, quando aproximo a fonte-documento (*Jornal do Dia* e a *Ata do Congresso Nacional*) com as outras fontes (CPDOC/FGV e Registro da Câmara dos Deputados), para chegar num consenso sobre sua carreira política, as informações encontradas nestes dois tipos de fontes acabam que entrando em desacordo. CPDOC/FGV e os registros guardados na Câmara dos Deputados<sup>210</sup>, Alberto Aboud no intervalo de 1958 a 1962 fez parte do PTB e entre os anos de 1962 a 1965 do PSD<sup>211</sup>.

<sup>206</sup> Ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud>.

<sup>207</sup> Fiz várias pesquisas, em distintos lugares, para saber sobre o perfil biográfico de José Ribamar Teixeira de Araújo, porém não possível encontrar.

<sup>208</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de fevereiro de 1964, p. 3. Nesta narrativa, Paulo Nascimento Moraes falava do embate entre a esquerda de Brizola e a esquerda de João Goulart.

<sup>209</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de fevereiro de 1964, p. 3.

<sup>210</sup> <https://www.camara.leg.br/deputados/3123/biografia>.

<sup>211</sup> Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud-n>.

Na *Ata do Congresso Nacional*, quando olhamos a lista dos nomes dos deputados que se fizeram presentes na eleição indireta para o novo Presidente da República no dia 11 de abril de 1964, Alberto Aboud aparece no documento filiado ao PTB<sup>212</sup>. Além desta *Ata*, este empresário e político, na entrevista ao *Jornal do Dia*, com o título “Estou certo de ter cumprido meu dever no ano que findou”, informa que tinha retornado ao seu antigo partido, no caso, ao PTB:

Quando às minhas atividades parlamentares, tudo tenho feito para que o Maranhão lucre, sem cor partidária, sem politiquice e sem interesses subalternos. Quando for publicado o Orçamento da República muitos poderão ver como agi. Reafirmo que, nesse partido, vejo apenas o Maranhão. *Quanto à política, apenas voltei ao primeiro partido, o Partido trabalhista Brasileiro, onde estão os meus amigos e onde iniciei minha carreira política.* Lá é que se encontram os meus ideais consubstanciados no seu programa. *Voltei para o PTB com mais seis companheiros e fizemos, agora, dêsse partido o partido majoritário na Câmara Federal, e dentro de pouco tempo, o faremos o maior partido do Maranhão [...].*<sup>213</sup>

O próprio editorial do *Jornal do Dia*, meses depois, esclarece ao leitor qual lado político estava o proprietário e diretor-responsável das redações, confirmando, desta maneira, as palavras que tinha dado na entrevista: “chegou ontem a esta capital o deputado Alberto Aboud, diretor do *Jornal do Dia*, membro da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro na Câmara Federal”<sup>214</sup>.

Independentemente da fonte que podemos ou devemos nos orientar (embora eu leve em consideração as informações contidas no *Jornal do Dia* e na *Ata do Congresso Nacional*), o certo é que tanto Alberto Aboud como a linha editorial do *Jornal do Dia*, no primeiro trimestre de 1964, estava apoiando o projeto-político de João Goulart. E isto fica bem transparente nas narrativas deixadas pelos redatores do periódico. A começar pelo corpo editorial que estampava sempre na primeira página alguma informação sobre a situação da política no país e com os títulos que de forma explícita traziam um discurso de defesa do Presidente Jango. O próprio direto-responsável, Alberto Aboud, por exemplo, afirma na entrevista que sua consciência estava tranquila por ter lutado ao lado do povo em 1963 e que o povo estava a favor das Reformas de Base:

<sup>212</sup> A lista nominal dos deputados, incluindo do Deputado Alberto Aboud, encontra-se exposta no próximo subcapítulo: “Discurso em metamorfose: transição e incertezas entre a derrocada de João Goulart à posse de Castello Branco nas folhas *do Dia*”.

<sup>213</sup> ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 7. (*Grifos meus*).

<sup>214</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de abril de 1964, p. 1.

Mensagem Ao Povo Maranhense – Reintegração De Nossa Terra Está Próxima – Jango Age De Acôrdo com Os Anseios Populares.

O que assistimos, agora, no Maranhão é uma situação que, por todos os motivos, não pode perdurar [...]. O estopim já começou a arder e o gôverno da República, com a bandeira das reivindicações populares, tudo tem feito para que a bomba não estoure, o que, infelizmente, ainda não foi compreendido pelos setores mais conservadores do Brasil. De qualquer maneira, porém, acho que o presidente João Goulart está agindo de acôrdo com os anseios coletivos e êsses anseios nada mais são do que uma participação melhor do povo nas riquezas do país, que continuam repartidos entre poucos que não querem abrir mão dêsse privilégio.<sup>215</sup>

Além desse apoio ao Presidente Jango, o *Jornal do Dia* traz em suas narrativas o contexto social e econômico que o país se encontrava e, conseqüentemente, centralizava para o público-leitor qual o maior problema que o Presidente da República enfrentava. Segundo dados colhidos no *Anuário Estatístico Brasileiro*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía uma população geral estimada de “79.837 milhões”<sup>216</sup> e destes 33 milhões pertenciam ao setor rural. Mais de 41% se encontravam no meio agrário. Com isso, o periódico enunciava a questão do campo como problema nacional que girava em torno da política goulartista. Dilema este que deve ser levado em consideração que vinha sendo debatido muito antes do mandato de Jango – desde o final da cadeira presidencial de Juscelino Kubitschek em 1958 e no período de Jânio Quadros no Poder Central.

Apesar de a posse da terra e os conflitos no campo rural já vinham sendo pauta de discussão nos governos anteriores de João Goulart, foi na regência deste, a partir de 1961, que as discussões tomaram corpo e força. O que no passado era debate tornou-se uma estrutura de projeto-político bem consistente. Tanto que o problema agrário e as desigualdades sociais foram reunidas numa só proposta política: nas reformas estruturais. Entretanto, esta luta de ruptura nas estruturas do país iria dividir por completo as classes sociais, os grupos políticos e até instituições religiosas. Se o lema da bandeira suscitava a expressão do equilíbrio social e superação do latifúndio, por trás havia os questionamentos sobre as reais intenções de Jango por tanto insistir neste tipo de projeto.

Não somente os grupos antiGoulart passaram a questionar o seu projeto político como também a persegui-lo. Combatê-lo incansavelmente. Uma briga briga que não foi registrada apenas nos palanques, nas reuniões políticas e nas fragmentações partidárias, mas até mesmo

<sup>215</sup> ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 1.

<sup>216</sup> Os dados no *Anuário Estatístico Brasileiro* de 1964 se baseavam numa estimativa que o país iria se encontrar no último trimestre do ano. Mas a realidade foi bem maior do que o esperado. Atingiu cerca de 81,06 milhões de habitantes. Ver: *Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 29.

em ameaça de morte a João Goulart, anunciada, inclusive, pelo *Jornal do Dia* com o título: Exército Está Apurando Novo Atentado Contra o Presidente: “Enquanto os acontecimentos se desenrolam, o Presidente João Goulart se mostra calmo e até mais eufórico. [...]”<sup>217</sup>.

Como será mostrado com mais detalhes a seguir, o *Jornal do Dia* se posicionava como defensor da permanência de Goulart no Poder Executivo, pois segundo a análise do periódico ele em meio a toda a crise e tensões políticas não se esquivava, nem tampouco recuava seus planos. Buscava, a todo preço, soluções viáveis para solucionar os problemas agrários e nos setores urbanos.

Apoiando-me por este viés, é sensato dizer que defesa e ataque no veículo de comunicação devem ser compreendidos não apenas no sentido do ato de informar o que aconteceu ou o que está acontecendo na sociedade e no seio da política, mas da(na) forma como narram. É aquele tipo de narrativa que enuncia e, ao mesmo tempo, direciona o leitor para uma tomada de posição político-ideológica.

Assim acontecia com o *Jornal do Dia*.

Os seus enunciados trazem uns enredos que reverberavam de forma bem visível que a sua linha editorial, sob a direção de Alberto Aboud, juntamente com a equipe redacionista – principalmente as colunas de Paulo Nascimento Moraes – era porta-voz de apoio ao projeto de mudanças estruturais no país, bem como não deixava de construir uma boa imagem de Presidente do (para o) povo. É o que nos mostra no texto do antropólogo Darcy Ribeiro, com o título: “Darcy: UDN Sempre Foi Golpista”:

Ocupando uma rêde de rádio e televisão, o Professor Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, defendeu o governo João Goulart das acusações que lhe estão movendo as forças reacionárias [...]. Referindo-se ao “Golpe de Estado”, [...] segundo disse, “sempre foram os bacharéis udenistas que tramaram golpes neste país e tentaram impedir as posses de Getúlio e Juscelino”. Fazendo ainda severas críticas à UDN, o Chefe da Casa Civil acusou-a de “possuída de ódio feroz contra a democracia, a ordem constituída, as instituições e o povo”. Acentuou que o Presidente João Goulart e o seu governo estão, em verdade, conspirando, mas com o povo, pelo povo e para o povo, pela democracia, pelas liberdades, pelo monopólio completo da importação de óleo combustível, [...] o sangue e o suor do povo brasileiro espoliado por emprêsas que aqui se instalaram para nos explorar [...]. Conspira, a favor do nordeste, a favor do Brasil, dando à SUDENE as condições para que ela dê ao nordeste confiança em si mesmo. Conspira, quando as forças armadas se dispõem apoiar a desapropriação dos latifundiários improdutivos. [...] Este governo conspira, enfim, alfabetizando o povo! [...].<sup>218</sup>

<sup>217</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de janeiro de 1964, p. 3.

<sup>218</sup> DARCY, Ribeiro. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de fevereiro de 1964, p. 5.

Darcy Ribeiro chama atenção para o discurso de um presidente conspirador – construído pelos grupos antigoullartistas. Mas, a verdade é que se supostamente João Goulart queria dar um Golpe de Estado (implantando uma Ditadura Comunista ou República Brasileira Sindicalista), a certeza é que as conspirações pairavam sobre o Governo de Jango desde a tentativa de impedi-lo de assumir o cargo presidencial em 1961. Goulart não via outra saída senão fazer alianças, reorganizar seu ministério. Foi o que tentou fazer como mostra o título na capa do *Jornal do Dia*:

**Imagem XII:** Capa do *Jornal do Dia* que mostra o Presidente João Goulart buscando apoio das alas de Esquerda para realizar a Reforma de Base.<sup>219</sup>



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de janeiro de 1964, p. 1.

Na edição seguinte o mesmo assunto iria ser tomado como pauta de discussão na coluna de Paulo Nascimento Moraes, “Caminhando Para as Reformas”, no qual enuncia que o Presidente da República tinha a pretensão de “reforçar as bases de sustentação do seu govêrno, antes de promover a reforma ministerial”<sup>220</sup>. Esta estruturação política que o Presidente das Reformas estaria disposto a fazer seria juntamente com “efetiva participação da esquerda no seu novo ministério”<sup>221</sup>.

<sup>219</sup> Outro texto que trata do mesmo assunto vai aparecer em: *Jornal do Dia*, São Luís, (Maranhão), 21 de janeiro de 1964, p. 3.

<sup>220</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de janeiro de 1964, p. 3.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 3.

Se o próprio discurso de reformas no país já se caracterizava para muitos uma nação socialista, imagine, então, se adjuntar com os partidos e grupos de bandeira esquerdista. Paulo Nascimento Moraes, analisando esta situação e até mesmo vivenciando o momento, não critica a atitude de João Goulart em buscar sustentação para os alicerces de seu governo. Do contrário, faz um elogio, pois, o escritor e jornalista compreendia que para o Presidente da República colocar em prática as reformas de base precisaria se aliar àqueles que acreditavam no seu projeto e, assim, teria forças suficientes para lutar contra o que o redator chamou de “grupos partidários conservadores e reacionários”, “políticos retrógrados” e “conservadores tupiniquins”<sup>222</sup>. E continua:

[...] Está o Presidente Jango Goulart resolvido a lutar em favor das reformas e a pôr em prática, em execução o seu programa administrativo dentro da “linha revolucionista” que está a exigir de todo um máximo de cooperação dos políticos “reformistas” do PSD bem como atrair para o seu Governo a ajuda doutros políticos que, independentes, defendem a realização das reformas de base [...].<sup>223</sup>

Os dois últimos meses do primeiro trimestre de 1964 seriam mais que decisivos para o futuro de João Goulart no cargo do Poder Executivo. “Jango Empenhado na batalha Para Reduzir Custo de Vida”<sup>224</sup> iria atrair novos adversários, remexer velhos ressentimentos de grupos antinacionalismo-estatismo e uma avalanche de pressões dos mais variados setores institucionais, principalmente quando anuncia antecipadamente que faria um comício a favor das reformas no dia 13 de março e nele seriam assinados decretos que dariam outorga à prática do projeto.

Seriam atores políticos como Carlos Lacerda, que por todos os caminhos tentava impedir o pronunciamento, o senhor Bilac Pinto, Leonel Brizola – este, ainda que do mesmo

---

<sup>222</sup> Ver em: MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 25 de março de 1964, p. 7. Uma observação importante é sobre a palavra “tupiniquin” usada pelo redator Paulo Nascimento Moraes. Há dois caminhos que podemos levar em consideração. Um é que talvez o colunista queria fazer uma analogia de “conservadores selvagens”, no sentido de extremos capitalistas e irracionais quanto a situação econômica do país e as desigualdades sociais. Conservadores (liberais) que não recuam em suas posições ideológicas e partidárias para compreender as reais necessidades dos grupos minoritários. O que tal comparação seria um erro na perspectiva antropológica. Ao usar “tupiniquin” no sentido de “selvagem” – que são índios localizados, desde o século XVI, na faixa de Camamu, Bahia, até o norte do Espírito Santo – diria Everardo P. Guimarães Rocha, é ter uma concepção etnocêntrica e partida do “eu” “representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência” (1988, p. 5) para o “outro” que é “o espaço da natureza [...]. É o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal” (1988, p. 6). O outro caminho seria não antropológico, mas figurativo em que queria dizer que estes conservadores tinham uma proposta política e econômica para o país atrelada ao modelo de fora, principalmente dos norte-americanos. O selvagem, então, daria o sentido daquilo que é ou que vem de fora do Brasil.

<sup>223</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de janeiro de 1964, p. 3.

<sup>224</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de fevereiro de 1964, p. 5

partido de João Goulart e cunhado, teve lá seus momentos também de embates<sup>225</sup> –, e as instituições, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que faziam guerra intelectual contra João Goulart e seu projeto político de reformas. Além destes, havia aqueles grupos reunidos muito bem por Daniel Aarão Reis que foram as elites tradicionais – *reacionárias*; os grupos empresariais *modernizantes* e uma grande camada “das classes médias e até mesmo setores populares: pequenos proprietários, profissionais liberais, homens de *terno e gravata*, empregados de *colarinho branco*, oficiais das Forças Armadas, professores e estudantes, jornalistas, trabalhadores autônomos” (2014, p. 37. *Grifos do autor*).

O desejo de dar o Golpe no Poder Executivo vinha de vários ângulos – grupos e partidos –, inclusive dentro das entranhas do PTB. A UDN, por exemplo, foi “uma pedra no sapato”<sup>226</sup> de João Goulart. Incitava, a todo instante, falácias contra a governabilidade do Presidente e usava os veículos de comunicação antiGoulart para afirmar que um Golpe de Estado comuno-socialista ou uma República-sindicalista<sup>227</sup> estava sendo tramada. O *Jornal do Dia* coloca em suas páginas a notícia vinda da Sucursal do Rio de Janeiro com o título “República Sindicalista Está alarmando A U.D.N” e que trazia uma narrativa de tentar acalmar leitores pró-Goulart: “desde a semana passada que os udenistas insistem em que o governo federal está armando os sindicatos para uma tentativa de um golpe popular e inauguração de um governo sindicalista”<sup>228</sup>.

Os que ficaram no mesmo barco de Jango defendiam que a tentativa de reformar a constituição ou criar emendas constitucionais tinha como objetivo maior quebrar as barreiras das desigualdades sociais e econômicas e acabar com o sistema latifundiário em todo o Brasil. Porém, respaldou o *Jornal do Dia* que os partidos “UDN, OPL, PDC e uma ala do PSD se

<sup>225</sup> Tomando o *Jornal do Dia* como um dos documentos-fontes que possa servir como referência ao que aconteceu dentro desse contexto, Paulo Nascimento Moraes, na coluna cujo título deu o nome de “Esquerdas Contra Esquerdas”, fez o seguinte comentário: “Estão as esquerdas, principalmente as “radicais” em choque com o Presidente João Goulart. E o deputado Leonel Brizola não se afastou de sua “linha de combate” e no programa radiofônico ou coisa parecida, atacou, veementemente, a instrução 263 da SUMOC. O cunhado do Presidente Jango Goulart declarou-se, totalmente, contra a tal “política financeira e deixou bem claro a sua posição de luta, desaprovando os processos utilizados pelo sr. San Tiago Dantas para a formação da Frente Única pró-reformas” (MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 28 de fevereiro de 1964, p. 3). E além do cunhado do Presidente da República, o colunista ainda dar mais informações sobre os líderes de esquerda que contestava algumas medidas de Jango: “Junto do deputado Brizola, com o mesmo pensamento, com a mesma disposição de “hostilidade” encontram-se os deputados Neiva Moreira, Max da Costa Santos e Fernando Santana e, no mesmo plano de ação, os seguidores, isto é, o grupo componente do chamado bloco “ultra-radical das esquerdas” (Ibidem, p. 3).

<sup>226</sup> Provérbio popular.

<sup>227</sup> Na perspectiva da ala conservadora, Jango arquitetava por trás dos discursos das Reformas de Base, juntamente com os líderes sindicatos e intelectuais pró-Goulart, uma tentativa no fim do seu mandato um Golpe Popular e inauguração de uma República Brasileira Sindicalista.

<sup>228</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de janeiro de 1964, p. 3.

colocarão contra tal reforma, receoso de que o Presidente Goulart queira reforçar a reforma da constituição para, por fim, reformar também a parte das inelegibilidades”<sup>229</sup>.

Quanto mais se aproximava a data do comício no dia 13 de março, mais os líderes políticos dos partidos urdiam estratégias propagandistas contra o Governo Central. Esperavam apenas um erro de João Goulart para derrubá-lo de vez. E o Governo do PTB sabia de tudo que se passava por trás da cortina, como bem deixa exposto o *Jornal do Dia* com o título na capa<sup>230</sup>:

**Imagem XIII:** Presidente João Goulart acusa os udenistas pró-Golpe de estarem se organizando para uma derrubada de seu Governo.



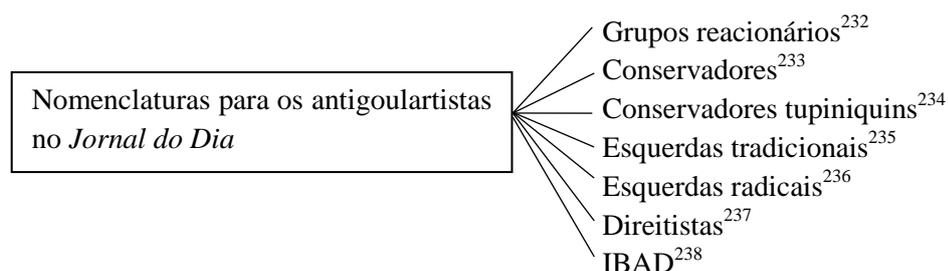
**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de fevereiro de 1964, p. 1.<sup>231</sup>

Fazendo um apanhado nos textos editoriais e colunais do *Jornal do Dia*, foi possível sintetizar as nomenclaturas encontradas no periódico em 1964. Ou seja, como o *Jornal do Dia* caracterizou os termos ideológicos neste período:

<sup>229</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 20 de fevereiro de 1964, p. 6.

<sup>230</sup> Em outro texto do *Jornal do Dia* fala que Carlos Lacerda estava tramando em impedir o Comício na Central com o título bem na primeira página: “Lacerda Não quer Permitir Comício de Trabalhista na GB” (27 de fevereiro de 1964, p. 1).

<sup>231</sup> O texto completo se encontra na página 3 desta edição.



**Quadro X:** Síntese dos termos em referência aos grupos a favor de João Goulart e dos antiGoulart encontrados no *Jornal do Dia*.

Quem seriam estas classes conservadoras descritas no *Jornal do Dia*? O texto que noticiava a visita de João de Medeiros Calmom à capital de São Luís nos mostra através de alguns detalhes a resposta para esta indagação. Empresário no ramo jornalístico e radiodifusão, diretor geral dos *Diários Associados* de Chateaubriand e político, estava ele “no banquete que lhe ofereceram as classes conservadoras e na oportunidade expandiu seus pontos de vista sobre a situação de política nacional, sua candidatura a vice-presidência, na chapa de Aldemar Barros, nas eleições de 1965” (*Jornal do Dia*, 24 de março de 1964, p. 3).

João Calmom, mesmo sendo opositor endormito de Jango (naquele período era Deputado Federal pelo PSD - Espírito Santo) não deixou de dizer naquele “banquete”, como descreve o periódico, que reconhecia a demagogia que existia dentro das classes conservadoras, que ele denominou de *homens de empresas* ou *homens de lucros excessivos*<sup>239</sup> – reconhecimento de quem fazia parte diretamente desse habitat empresarial-jornalístico.

Esta narrativa buscou não só explicar quem representava as classes conservadoras, mas, acima de tudo, mostrar que existia dentro do setor antiGoulart aqueles que criticavam as intenções por traz das barricadas dos grupos reacionários, como, a exemplo, o empresário e político João Calmom que enxergou uma verdade no projeto de João Goulart: “verdade, aliás, que está sendo sentida até mesmo pelos que lhe movem essa guerra terrível”<sup>240</sup>, afirma o redator da publicação.

<sup>232</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 3.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>234</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 25 de março de 1964, p. 7.

<sup>235</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 3.

<sup>236</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de março de 1964.

<sup>237</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 5.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>239</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de março de 1964, p. 3.

<sup>240</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de março de 1964, p. 3. É evidente que o *Jornal do Dia* tinha afetividade com a figura João Calmom: “homenageados, não o candidato, não o político, o homem de empresa, o jornalista inteligente e capaz” (24 de março de 1964, p. 3), embora Calmom pertencesse aos *Diários Associados*, e é sabido que este pertencia a Assis Chateaubriand (amigo de Victorino Freire), duas figuras a quem Alberto

Contudo, João Goulart também não estava sozinho na trincheira do Poder Central.

Enquanto havia bombardeios de salivas (por parte dos líderes político dos partidos contrários a Jango), dos meios de comunicação (imprensa de modo geral), dos empresários e liberais-conservadores, e ataques de alguns de dentro de seu campo de defesa (do PTB), o que fazia pairar ainda mais o ar de desesperança e desconfiança que o Presidente das reformas não continuaria firme até o fim do seu mandato, como dissera Miguel Arraes a um amigo quando estava a caminho do aeroporto no Rio de Janeiro para retornar a Recife: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei” (apud GASPARI, 2002, p. 51). João Goulart encontrou dentro deste balaio de contradições internas/externas e de distintas correntes de pensamento político-ideológico, líderes políticos e de outras segmentações – militares e empresários – que acreditavam no seu projeto para a nação.

Abelardo Jurema, Ministro da Justiça (1963-1964) e Deputado Federal pela Paraíba (PSD), saiu em defesa de Jango, “afirma que João Goulart trabalha contra o Golpe a bem do país” e ainda diz o seguinte na mesma reportagem: “[...] o Presidente da República defende e defenderá intransigentemente a Constituição e que está respondendo com *atos*<sup>241</sup> e com firmeza ao golpismo sem freios e a conspiração que se tramam contra seu Governo”<sup>242</sup>.

Outro que podemos tomar como exemplo foi o político Miguel Arraes (PST). Considerado como um dos últimos da velha Esquerda dos tempos pré-Golpe. Apoiador convicto das ações políticas de Jango buscou mediar – quando atuava como Governador do estado de Pernambuco (1963-64) –, os conflitos entre os grandes proprietários urbanos e rurais, com os trabalhadores, principalmente os usineiros ligados aos partidos da UDN e PSD.

O *Jornal do Dia* anunciava aos seus leitores que embora o partido de João Goulart fosse bem esquivo aos grupos e partidos antirreformas, havia uma boa relação entre seu governo e algumas alas das Forças Armadas, acreditando, inclusive, nas Reformas de Base. É

Aboud, diretor-responsável e um dos proprietários do impresso não se simpatiza. Mas, em relação à crítica de Calmom a sua própria classe pode ser levado em consideração dois fatos: ou realmente acreditava nas intenções de João Goulart em buscar reformar as estruturas no país ou tudo não passava de um ressentimento político devido a sua candidatura a vice-presidência nas eleições de 1965 foi desde o início um ponto de interrogação, sendo, inclusive, rejeitada por Pedro Aleixo, um dos líderes do movimento que originou o Golpe em Jango.

<sup>241</sup> Abelardo Jurema explica sobre que *atos* são estes que João Goulart estava respondendo aos golpistas e conspiradores, enumerando-os da seguinte forma: “a) O Presidente desloca-se para o interior e assenta com o Presidente do Paraguai bases de entendimento para uma grande revolução construtiva qual seja a Siderúrgica de Iguaçu [...]; b) Fomenta no Ministério das Minas e Energia a execução imediata de um grande plano para atender a carência de energia elétrica no extremo Norte. A barragem da Bôa Esperança produzirá a energia necessária ao processo do Piauí e Maranhão; c) No Ministério da Viação o Plano Rodoviário os dez mil quilômetros existentes no Brasil; d) No setor petrolífero e de minério o rendimento do Governo desafia a crítica apaixonada dos adversários; e) No plano social, educacional, sanitário, o Governo tem antenas abertas às reivindicações mais legítimas. (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 28 de janeiro de 1964, p. 1).

<sup>242</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de janeiro de 1964, p. 1. (*Grifo meu*).

o que mostra nos textos “Jango Assegura Apoio Militar à Tese das Reformas”<sup>243</sup> e “Oficiais da Casa Militar Oferecem um Churrasco Íntimo ao Presidente no dia 7 de março de 1964”<sup>244</sup>.

Entrava o mês de março e o tempo não estava a favor do Presidente Jango. Aliás, como diz Daniel Aarão Reis: “a hora chegou, para todos, em março de 1964” (2014, p. 39) e muitos queriam saber onde o Brasil iria chegar com as intenções por trás das políticas de reformas, ou seja, se João Goulart tinha planos de um projeto nacional-estatismo e, neste caso, diante desta investida do governo petebista, a dúvida ia ganhando mais e mais forças: “o nacional-estatismo brasileiro levaria, também, como em Cuba, à *comunização* do Brasil?” (REIS, 2014, p. 39. *Grifo do autor*).

O Chefe de Estado, João Goulart, estava a armadilhado em impasses.

Suas medidas precisavam sair da oratória e ganhar corpo na prática para revelar as reais intenções do projeto das reformas estruturais e até mesmo manter os laços com aqueles que confiavam em seu projeto político-ideológico. Quanto mais os meses se passavam, mais o descrédito e as desconfianças aumentavam, inclusive daqueles que estavam do seu lado desde a sua posse.

O *Jornal do Dia* foi um daqueles veículos de imprensa no Maranhão que até início de março propagava informações sempre se posicionando a favor dos planos do Governo Central e já bem próximo ao dia do pronunciamento no estado da Guanabara, no dia 13 do respectivo mês, sairia a primeira crítica negativa. Seria uma possível contradição na redação do periódico, porém, não a interpreto por este caminho.

A crítica foi feita pelo colunista do *Jornal do Dia*, Paulo Nascimento Moraes, com o título “O que devemos evitar” e, se analisada com atenção redobrada, é propício entender que não se trata exatamente de expor uma narrativa contra a política das reformas estruturais para o Brasil, mas às posturas do Presidente Jango diante das pressões:

É pensando na promessa feita ao povo quando da realização daquele comício militarizado, na Cinelândia, em agosto de 1963, comício sob domínio dos tanques, sob a vigilância de um contingente militar, o Presidente João Goulart, voltou a insistir na possibilidade da realização de mais um plebiscito agora para consultar o povo sobre a realização das reformas de base. Quer o Presidente da República saber se o povo está mesmo querendo as reformas para este ano de 1964. [...]. Procura o Presidente atrair para a sua área para a sua área de ação os políticos evoluídos, reformistas e os elementos de esquerdas que estejam dentro da orientação do Governador de Pernambuco, isto é, dentro das coordenadas que norteia a chamada esquerda moderada. Mas para alguns observadores tal possibilidade não parece ser

<sup>243</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de janeiro de 1964, p. 3.

<sup>244</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de março de 1964, p. 1.

fácil visto que há, dentro dos partidos e, principalmente no PSD e PTB, a insistência das restrições com relação ao esquema San Thiago Dantas e com relação a participação das esquerdas. Mas sabe-se que a chamada ala “agressiva” do partido do Sr. Amaral Peixoto estaria ou está propenso a dar todo apôio a tal FRENTE POPULAR e aceitar a contribuição das esquerdas radicais ou não [...]. Não haverá, mesmo com tais aspectos, com mais propósitos nenhuma possibilidade para Goulart, formando a referida frente de luta, conseguir o êxito desejado. Não. O que está predominando é a tendência de que se façam as reformas estruturais dentro da ordem democrática e cristã sem que influa as pressões dos elementos esquerdistas. Não haverá, afirma-se, ambiente para a composição do tal grupo. E na insistência de tal formação poderá, isto sim, surgir novas crises políticas e sociais. [...].<sup>245</sup>

Retirando as parte-chaves das palavras escritas publicadas pelo jornalista Moraes, entenderemos, ainda que exposto de forma simplificada no texto-coluna, os fatos/causas dessa gestação na política goulartista que deu origem ao Golpe em 64: a) João Goulart em busca de apoio de Esquerda moderada; b) PCB divulgando outra forma para as reformas estruturais; c) discursos e propagandas de comunização por trás do projeto político-ideológico do Presidente; fragmentações dentro do PTB; d) esquerdas em choque; inconsistência de pensamento homogêneo na formação estrutural para as reformas; e, por fim, e) crise gradativa de representatividade política do Chefe do Executivo e crises econômico-sociais por todo o país.

Por isso, é que é importante desfazermos a ideia de que o Comício na Central do Brasil e a revide com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março, em São Paulo, foram as únicas causas principais que levaram Jango a ser derrubado do cargo presidencial. É claro que o pronunciamento foi o momento crucial, um divisor de águas na política e sociedade em geral, para tomadas de novas decisões sobre o futuro de João Goulart na cadeira presidencial, como ressaltou Paulo Nascimento Moraes: “[...] o comício do dia 13 cavara profundas brechas e concorreu para a derrubada da sua política trabalhista, popular”<sup>246</sup>. Tanto que as manifestações nas capitais, chamadas também de marchas, são representações de uma crise que se tornou generalizadas e quase incontornável para Jango mediar.

A verdade é que o Golpe Civil-Militar e também empresarial já estava há algum tempo no período gestacional. E como explica o jornalista e escritor Carlos Chagas (que vivenciou todo este contexto de perto, cobrindo os acontecimentos como redator do Jornal *O Globo*) a queda do Presidente foi, em suma, uma consequência de acontecimentos – jamais isolados entre si – e não causa única (2014).

<sup>245</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 4 de março de 1964, p. 3.

<sup>246</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 3.

Ainda sobre a coluna, “O que devemos evitar”, de Paulo Nascimento Moraes:

[...] O Goulart como os políticos progressistas, quanto os comunistas, não souberam, de início da campanha reformista, preparar o povo psicologicamente para a aceitação das reformas de base. Não houve o esclarecimento sério, honesto. Houve a articulação capciosa das esquerdas e, da parte do Presidente da República, a falta de uma posição definida, firme e democraticamente enérgica. Daí a balbúrdia. Daí a infiltração espoliativa dos “vermelhos” de Moscou e da China. Daí entre as esquerdas, as correntes de tendência que surgiram. Daí todo êste agitar de determinações isoladas, de pronunciamentos desencontrados e, mais ainda, a ausência lamentável de um líder, de um comandante de homens. Daí o fracasso, daí a desordem, daí todo êste mar encapelado de opiniões, cada grupo querendo uma coisa, cada grupo lutando por um esquema [...]. E quanto isto permanece o Presidente envolvendo-se num cipoal de compromissos e mais compromissos que vão ficando apenas na apresentação fantásticas dos seus decretos, das suas resoluções que, depois de proclamadas, caem na soverdora de todas as desesperanças. [...] E mais: vai o país se afundando na inflação, no empobrecimento, no esvaziamento das realizações que, postas em práticas, articuladas, poderiam arrancá-lo dêste estado de estagnação em que ainda permanece e que continuará, assim parece, por muito tempo. E dos ideais democráticos e cristãos e que todos compreendessem a necessidade de que o Presidente Goulart realiza as reformas e conduza o COLOSSO para os antiplanos das grandes realizações econômicas e sociais e deixassem para trás, para depois, as desavenças ideológicas.<sup>247</sup>

A concepção que tenho é que o *Jornal do Dia* – e aqui me refiro aos enunciados do editorial, especificamente a Paulo Nascimento Moraes – acreditava no projeto político-ideológico de João Goulart porque ainda que o Presidente buscasse apoio na ala da Esquerda moderada, como ressalta o colunista Moraes, não significaria que ele tinha aproximações com o Comunismo e países de política comunista. É interessante percebermos que o periódico fazia distinções entre Esquerda e Comunismo ou receber apoio dos comunistas. E isto, afirmo aqui, não por uma mera suposição daquilo que acredito que possa ser, mas por interpretação com provas a partir da própria fonte impressa.

Basta vermos que quando João Goulart tenta se aproximar dos grupos e partidos de Esquerda para ter firmeza em seguir com seu plano de reformas, o *Jornal do Dia* se posiciona a favor de sua atitude. Se as folhas *do Dia* não criticavam o Presidente da República por ser de um partido com características de pensamento de Esquerda, do PTB, por outro lado, em vários momentos são percebidos um olhar de negação ao Comunismo, como, por exemplo, no texto “Fidel Quer Negociar Com o Brasil Mas Paga só em Cana”<sup>248</sup> e na exposição da fala de Roger Hilsman, que na época ocupava o cargo de Secretário de Estado Assistente para

<sup>247</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 4 de março de 1964, p. 3.

<sup>248</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de fevereiro de 1964, p. 2.

Assuntos do Extremo Oriente, com o título da entrevista “A Posição do EUA em Relação à China Comunista”:

[...] Um novo govêrno do Viet-nam do Sul empenha-se no combate ao terrorismo comunista [...]. A maré das paixões nacionalistas está percebendo na maior parte da Ásia, e do entrechoque dessas paixões, agravado pela ameaça comunista [...]. Para os norte-americanos, a China apresenta um problema especial da História.<sup>249</sup>

Paulo Nascimento Moraes não deixaria passar a oportunidade de expor que havia uma certa tolerância com o esquerdismo, porém jamais com o Comunismo. Na coluna “Duas Linhas de Frente” ao explicar sobre o Golpe de Estado ocorrido no arquipélago de Zanzibar<sup>250</sup> – Revolução de Zanzibar –, em 12 de janeiro de 1964, expõe que havia uma disputa sobre como seria a posição político-ideológica do novo regime sob o comando do Primeiro Ministro Karume<sup>251</sup>. É o que o redator colunista intitulou justamente de “duas frentes de poder” que estavam em jogo devido à emancipação política. Um grupo queria um governo neutro, com relações diplomáticas sem posições ideológicas. Já outros diziam que não aceitavam a neutralidade, muito menos cair nas mãos dos “colonialistas comunistas”<sup>252</sup>.

No final da coluna, Paulo Nascimento Moraes faz uma comparação entre os anseios de lutas travadas em Zanzibar com o momento que o Brasil passava quase nas vésperas do Golpe Civil-Militar. Narra aos leitores do *Jornal do Dia* que da mesma forma que na África Oriental havia uma disputa por libertação e independência, no caso da política brasileira há também uma “guerra” entre uma tentativa de instalação de República Comuno-socialista e aqueles que rejeitavam qualquer ação comunista no país. E, além disso, informa qual campo ideológico

<sup>249</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de fevereiro de 1964, p. 2.

<sup>250</sup> Zanzibar, ou Ilha de Zanzibar (formação de duas ilhas), atualmente compreendida na República da Tanzânia, África Oriental, ficou reconhecida após a deposição do Regime de Sultão de Zanzibar (1856-1964). Segundo informações de Paulo Nascimento Moraes, a queda do grupo dominante dos imperialistas árabes e asiáticos contou com a participação dos “lutadores da liberdade”, que seriam os próprios africanos colonizados, e com o grupo que o jornalista chamou de “elementos rebeldes supostamente treinados em Cuba” (*Jornal do Dia*, 29 de fevereiro de 1964, p. 3).

<sup>251</sup> Paulo Nascimento Moraes ressalta na coluna que a nova república africana não sofreria pressões dos EUA e dos seis países da comunidade Britânica porque estes “reconhecem o novo Govêrno esquerdista de Zanzibar, que os dirigentes norte-americanos acreditam muito mais inclinada à neutralidade que o ao ingresso na órbita comunista” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 29 de fevereiro de 1964, p. 3).

<sup>252</sup> Na oportunidade, o redator expõe o comentário do Major-General e Presidente vietnamita, Nguyen Khanh, que noticia a situação em Hanói, capital do Vietnã do Norte e que prometia “lutar “até última gota de sangue” para ganhar a guerra contra os rebeldes comunista” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 29 de fevereiro de 1964, p. 3). E sobre qual posição político-ideológica deve ser tomada em Hanói, declara: “não queremos Comunismo nem neutralismo. [...]. O fato de vocês estarem no sul conosco demonstra que têm vontade de lutar contra o comunismo. Estamos decididos a não permitir que os comunistas nos transformem em escravos” (*Ibidem*, p. 3).

seria o correto estar: “No Brasil estamos lutando por estes mesmos ideais de libertação, mas dentro da ordem democrática e cristã. Estamos sim”<sup>253</sup>.

Outra crítica ao Comunismo ainda pode ser constatada nesta mesma edição do texto “Cuba e a Aliança Para o Progresso” de Juan Gonzalez do IPS, quando informa que: “O regime cubano, tal é em outros regimes comunistas, não publica estatística sobre o produto nacional bruto nem sobre o nível de vida de seu povo, que são pautas comuns de progresso nos países livres [...]”<sup>254</sup>.

O próprio Alberto Aboud ficaria irritado, dias após o Golpe, quando soube que o chamaram de comunista por ter defendido o governo de João Goulart e lançou a seguinte nota com o título “Esclarecimento oportuno” assinando seu nome ao término de seu texto:

Noticiou-se, ontem, na cidade, com o propósito de escândalo, que eu havia sido prêso por fôrças federais, como comunista. Julgo ser desnecessário maiores esclarecimento sobre minha conduta política, de vez que sou bastante conhecido em minha terra e minhas atitudes são sempre muito claras [...]. Todos sabem em minha terra que eu não sou comunista e meus atos, públicos e particulares, têm comprovado isso. Não tenho condições para ser comunista e nem qualquer interesse em patrocinar a causa comunista. Nenhuma suspeita poderá pairar sobre mim, o que não aconteceu com muita gente.<sup>255</sup>

Quem tem a oportunidade de folhear o *Jornal do Dia* e se deparar com tais afirmações e, no mesmo momento, não se aprofundar em várias edições, traduzirá de forma equivocada a posição ideológica do editorial, bem como construirá uma imagem fragmentada ou distorcida sobre o periódico – de que foi sempre uma imprensa conivente estritamente com os grupos direitista-conservadores e militares. Contudo, através das suas próprias narrativas, a constatação é que o diretor-responsável, Alberto Aboud, e seu grupo de redatores tinham tomado um caminho político-ideológico para apoiar: o de João Goulart e suas reformas estruturais.

No mês de março de 1964 a notícia principal nas capas dos jornais era sobre o grande dia do Comício de João Goulart e de seus aliados apoiadores das reformas. Aproximava-se o dia da aglomeração na Central do Brasil, chamado também de Comício-Monstro<sup>256</sup>, Comício na Guanabara (ou Comício na GB), e muitos estavam apreensivos porque sabiam que neste encontro das multidões muita coisa poderia mudar.

<sup>253</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de fevereiro de 1964, p. 3.

<sup>254</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de fevereiro de 1964, p. 3.

<sup>255</sup> ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de abril de 1964, p. 1.

<sup>256</sup> Nome dado pelo editorial do periódico em: O COMÍCIO-MONSTRO de hoje prende as atenções no país. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 13 de março de 1964, p. 1.

Na edição de 12 de março, a primeira página do *Jornal do Dia* estampava: “Intensa expectativa cerca o comício de amanhã no Rio”. No raiar da manhã seguinte não foi diferente. Transitava nas ruas da capital São Luís o impresso com a seguinte exposição na capa:

**Imagem XIV:** Edição do *Jornal do Dia* anunciando de forma entusiástica o Comício das Reformas em Frente a Central do Brasil.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 13 de março de 1965, p. 1.

A *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro convocava todos os grupos e classes sociais e ainda fazia um apelo do porque os brasileiros deveriam apoiar as Reformas de Base:

Trabalhadores, compareçam ao Comício das Reformas com Jango. 13, sexta-feira, às dezessete horas e trinta minutos, em frente a Central do Brasil. Avante com as reformas para um Brasil Melhor.

Brasileiros, vamos progredir com ordem, paz e bem estar social.

Compareçam ao monumental comício das reformas com Jango.

Brasileiros, a reforma agrária ao invés de tirar terras vai aumentar o número de proprietários, redistribuindo com justiça os latifúndios improdutivos.

Bancários, todos ao comício das reformas com Jango quando o Presidente da República assinará a desapropriação das terras junto às rodovias, ferrovias e açudes federais pela SUPRA.<sup>257</sup>

A reforma agrária libertará a nação.<sup>258</sup>

<sup>257</sup> Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criado no Governo de João Goulart, 11 de outubro de 1962, vinha como proposta unificar várias instituições, dentre elas: Serviço Social Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Conselho Nacional de Reforma Agrária e, por fim, o Estabelecimento Rural de Tapajós. Os objetivos principais da criação da SUPRA seria a reformulação da política agrária por todo o país, promover as desapropriações de terras e dar assistência técnica aos trabalhadores do campo rural.

Por que o Comício-Monstro, no dia 13 de março de 1964, foi de certa forma um divisor de águas para o tempo de vida de João Goulart na Presidência da República?

O que aconteceu foi que neste grande Comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, os grupos reacionários e antigoulartistas passaram a encontrar elementos determinantes para que tivessem uma nova interpretação da situação política.

Primeiro porque Jango insistiu no projeto das reformas sem o apoio do Congresso. Este rejeitava o maior número possível dos planos do Presidente. Aquela multidão reunida e em que muitos estavam representando instituições da Esquerda, como ressalta Daniel Aarão Reis “reuniram-se todas as esquerdas, cerca de 350 mil pessoas” (2014, p. 40)<sup>259</sup>, revelou que o povo se colocava ansioso para saber se João Goulart estaria disposto realmente a fazer o que tanto tinha prometido e a promessa do Presidente, assinando os decretos, inflamou os adversários que viram em Goulart forças suficientes para fechar ou diminuir o poder das velhas instituições.

Outro elemento presente foi a inconsistência nos discursos de cada um que falou naquela noite. Demonstrava que o objetivo maior de pregar sobre as reformas de Base fora suplantado por outras intenções: “José Serra, então presidente da União Nacional dos Estudantes, pregava um Brasil socialista. Miguel Arraes anunciava a rebelião no campo. Leonel Brizola ameaçava marchar sobre o Congresso” (CHAGAS, 2014, p. 39). Sobre essas distorções de objetivos naquele encontro na Praça da República – um palanque que comportava uma esquerda fragmentada internamente dirigida pelo PTB e PCB –, já tinha sido alertado na crítica feita pelo Paulo Nascimento Moraes na coluna “O Fortalecimento da Luta”:

[...] E se temos tais políticos entavando a libertação, doutro lado vamos encontrar as tais esquerdas sem o fortalecimento duma unidade de pensamento, sem a grandiosidade dos movimentos decisivos, mas oferecendo um aspecto confuso, não identificáveis com seus objetivos. Temos desde lado da luta os movimentos populares, mas todos eles desordenados, sem a grandiosidade das resoluções firmes e inabaláveis. E isto, então, diante de todos, o tumulto, a incompreensão, os choques de

<sup>258</sup> Transcrito do áudio da convocação para o comício transmitida pela Rádio Nacional. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em: 05/04/2020.

<sup>259</sup> O número de pessoas reunidas no Comício das Reformas tem variantes de acordo com a fonte. Enquanto Daniel Aarão Reis (2014) afirma que foram cerca de 350 mil pessoas, o CPDOC informa que estiveram naquele dia 150 mil. O editorial do *Jornal do Dia* ressalta o número de 100 mil e na coluna de Paulo Nascimento Moraes já informa um número bem abaixo das outras fontes: “E diante dele, calculadamente mais de 20 mil pessoas” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 25 de março de 1964, p. 3). No documentário produzido pelo canal da UNIVESP, 1964: *Reportagem Especial/O governo João Goulart*, ressalta que foram cerca de 200 mil pessoas naquele dia.

opinião, as indecisões. Diante de todos os esvaziamentos duma idéia luminosa dum trabalho edificante. [...].<sup>260</sup>

A presença das Forças Armadas naquele final de tarde seria outro elemento determinante observado pela imprensa e grupos antiGoulart. E não apenas por causa da presença, mas também por causa de uma situação que aconteceria logo a seguir: dos “quinze oradores que falaram na manifestação”<sup>261</sup> e que receberam saudações do público, dentre eles o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o Deputado Federal pelo estado da Guanabara e cunhado de Jango, Leonel Brizola, o fundador e dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Eloy Dutra, o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Hércules Corrêa, o comandante e um dos líderes do CGT, Paulo Mello Bastos, e mais tantos outros que eram políticos da ala dos partidos trabalhistas e figuras importantes que atuavam nos órgãos sindicais, jornalistas, intelectuais, os aplausos que mais chamaram atenção foram quando os ministros de formação militar subiram ao palanque e “todos os ministros foram entusiasticamente ovacionados”<sup>262</sup>.

Foi a cena perfeita que os adversários queriam assistir.

Se as esquerdas estavam em sintonia naquele final de tarde de sexta-feira, com união e sem desavenças ideológicas, os aplausos duradouros aos ministros militares criou o clima de uma dúvida entre os grupos conservadores. Seguia a dúvida: ou o povo apoiava as reformas, mas não com João Goulart no poder, ou o que seria pior para os adversários, o Presidente já teria conseguido persuadir até as Forças Armadas para que o apoiassem em seus planos de reformas e a possível instalação de um Brasil Sindical-Socialista. Enquanto continuava este ponto de interrogação entre os adversários, o *Jornal do Dia* circula a notícia pós-comício: “E com Goulart estão as fôrças armadas. Com Goulart está o povo. Com Goulart as fôrças nacionais dando uma cobertura e um sólido apôio”<sup>263</sup>. São por estes elementos determinantes que o *Jornal do Dia*, nesta mesma edição, trazia o título: “Depois do Dia 13 é Que Lacerda Ficou Preocupado com o Comício”<sup>264</sup>.

O pronunciamento do Presidente da República João Goulart, sem sombra de dúvidas o momento mais esperado naquele início de noite na Estação Central do Brasil, foi outro fator bem determinante. O *Jornal do Dia*, embora tenha dado muita visibilidade em suas edições, antes e depois do Comício na Central do Brasil, por algum motivo não publicou a oratória de

<sup>260</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de março de 1964, p. 3.

<sup>261</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 5.

<sup>262</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>263</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de março de 1964, p. 3.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 5.

Jango. Como o aparelho televisivo ainda era uma novidade no ambiente familiar – pequena parcela da sociedade tinha condições suficientes para adquirir – o jeito seria aguardar as folhas dos jornais impressos circulando no dia seguinte as principais informações sobre o que ocorreu no dia anterior. Assim fizeram os leitores do *Jornal do Dia*. A capa trazia a imagem da multidão na concentração como forma de motivar os cidadãos da capital São Luís a lutar também pelas Reformas:

**Imagem XV:** Capa dando visibilidade a imagem de Goulart e da multidão na concentração realizada na Estação Central do Brasil (e na Praça da República).



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 1.

Graças a *Rádio Nacional* do Rio de Janeiro, a qual fez questão de gravar e deixar registrado em seus arquivos este dia histórico, é possível hoje saber na íntegra o que o Presidente das reformas transmitiu aos que estavam naquele dia. Exponho algumas partes da fala de João Goulart no Comício na Central do Brasil e realço os principais pontos – que chamei anteriormente de “elementos determinantes” – que possibilitam um entendimento do discurso do Presidente e os motivos do ápice do estopim.

Na parte dos agradecimentos, início de sua oratória, Jango esclarece quem foi o grupo principal que promoveu o Comício-Monstro e já rebate os adversários que tentaram impedir que aquele encontro fosse realizado:

Devo agradecer em primeiro lugar às organizações promotoras deste comício, ao povo em geral e ao bravo povo carioca em particular, a realização, em praça pública, de tão entusiasta e calorosa manifestação. *Agradeço aos sindicatos que mobilizaram os seus associados*, dirigindo minha saudação a todos os brasileiros que, neste instante, mobilizados nos mais longínquos recantos deste país, me ouvem pela televisão e pelo rádio.

[...]

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, *na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país.*<sup>265</sup>

O Presidente das Reformas era um admirador de Getúlio Vargas, principalmente do seu último governo. Este getulismo que carregava trazia consigo o desejo de implantar no Brasil os mesmos programas políticos e ideológicos em torno de uma estrutura de nação-estadista com desenvolvimento econômico autônomo, livre do “sufocamento” de mercado – comércio de importação e exportação – empunhado pelos países de ‘Primeiro Mundo’, sobretudo, pelos Estados Unidos. Entretanto, este desejo entraria diretamente em confronto com o grupo direita-liberalista que jamais aceitaria um Estado intervencionista e regulador. Assim expõe no Comício:

Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.

A democracia que eles desejam impingir-nos é a *democracia antipovo*, do *anti-sindicato*, da *anti-reforma*, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam.

A democracia que eles querem é a *democracia para liquidar com a Petrobrás*; é a *democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais*, é a *democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício.*<sup>266</sup>

A Praça da República, juntamente com o espaço da Estação Central do Brasil (estação de trens), nunca antes presenciara milhares de pessoas reunidas. E todos os grupos, figuras públicas e políticos de distintos partidos – de apoiadores a bodes expiatórios – se faziam presentes de corpo e alma não apenas para escutar o Presidente ferir o ego dos liberal-

<sup>265</sup> Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 12 de maio de 2020. (*Grifos meus*).

<sup>266</sup> Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 12 de maio de 2020. (*Grifos meus*).

conservadores antirreformistas, mas para sentir de perto um Goulart decidido em assinar os decretos de lei que tanto vinha cogitando.

E a promessa foi cumprida.

João Goulart assinou dois decretos durante sua fala e outro no dia posterior, como informa o *Jornal do Dia*: “o primeiro foi assinado às dezoito horas e dez minutos e o segundo às dezenove horas e vinte precisamente, quando discursava o Governador Miguel Arrais”<sup>267</sup>. Os seguintes decretos foram: I) Encampação das refinarias particulares com o Decreto de nº 53.701, em 13 de março de 1964; II) Decreto da SUPRA, nº 53.700, de 13 de março de 1964, em que dava a esta instituição poderes para autorizar à desapropriação das áreas improdutivas as margens das ferrovias, rodovias, zonas de irrigação e dos açudes federais e III) Tabelamento de aluguéis e imóveis, nº 53.702, de 14 de março de 1964.

Em 1964 o Estado brasileiro seguia as normas da Constituição de 1946, intitulada na Presidência do ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Ainda que esta constituinte reinseriu alguns direitos fundamentais excluídos no Estado Novo, é válido dizer que Gaspar Dutra seguiu uma cultura política evidenciada na relação estreita com os Estados Unidos – o que criaria dependência ainda mais com o capital internacional – e, além disto, os grupos dos chefes militares, latifundiários e liberais-conservadores (principalmente o setor empresarial) continuavam a se sobressair sobre os grupos dos pequenos operários, dos camponeses, que em sua maioria dependiam de uma relação sem escolha com o dono da terra ou do poder coronelista para que pudessem produzir no campo rural.

É por estas razões que para Jango, ante a Reforma de Base, primeiro deveria haver uma reforma constitucional. Mesmo assinando os três decretos, seria preciso reestruturar todo um pensamento construído por uma narrativa oficial – da base social de cima – que defendia a todo custo seus interesses. Assim discursou naquela noite:

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei a proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação.

*Essa Constituição é antiquada*, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja

<sup>267</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 5.

assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.<sup>268</sup>

A ideia de uma reforma na Constituição não foi uma surpresa naquele dia do Comício na GB. A imprensa de São Luís já informava aos cidadãos o que estava se passando no Governo Central muito antes do dia 13 de março de 1964. O *Jornal do Dia* saía em defesa dizendo: “Jango Pedirá Ao Congresso Outra Reforma À Constituição”<sup>269</sup>.

Diante da exigência da criação de uma nova lei-maior no país, muitos desejariam saber quais as intenções de reparar a Constituição de 1946 em plena agitação política, sendo que o projeto mais desejado seria a realização das mudanças estruturais por todo Brasil. Porém, o que muitos não sabiam, ou de alguma forma distorcia as explicações do líder executivo petebista, era que na visão de João Goulart uma nova carta constituinte possibilitaria uma força maior para as mudanças exigidas nos setores urbanos e agrários, como defenderia Paulo Nascimento Moraes em “A Luta Está Nas Ruas”: “Se Democracia é o regime do povo, para o povo e pelo povo, não vemos porque não atender o povo em nome de uma Constituição que já não corresponde mais aos interesses do povo e não foi feita de acordo com os anseios do povo”<sup>270</sup>.

Por mais que as atenções estivessem voltadas para a Reforma Agrária (proposta do PCB nos de 1958), uma das medidas de mudanças estruturais mais polêmicas que o Presidente tentou colocar em prática, como afirma José Segatto (1995, p. 209), estava em jogo também um projeto extenso que cobria grandes partes dos problemas sociais e econômicos no Brasil. Daniel Aarão Reis reuniu bem o programa das reformas: a reforma agrária, a urbana, a bancária, a reforma eleitoral<sup>271</sup>, a reforma do estatuto do capital estrangeiro e até a reforma universitária (2014, p. 33). Dentre este conjunto, o Decreto da SUPRA e a exposição de uma nova Constituição foram as duas centralidades no Comício das Multidões.

Todos os somatórios destes elementos mostrados acima – da heterogeneidade no projeto das Reformas percebido no dia do Comício na Central do Brasil, com o apelo para o fechamento do Congresso, os líderes das Esquerdas reunidos de mãos dadas (ainda que com discursos distintos), e a defesa de uma nova Constituição pregada por Jango –, não daria outro

<sup>268</sup> Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 12 de maio de 2020. (*Grifos meus*).

<sup>269</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de fevereiro de 1964, p. 1.

<sup>270</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de março de 1964, p. 3.

<sup>271</sup> Na Constituição do Governo de Gaspar Dutra o direito de voto não abrangia o grupo dos analfabetos, fazendo com que grande parcela da população urbana e rural ficasse excluída no dia das eleições. Aliás, “os observadores políticos acentuam que para o Sr. João Goulart a reforma das reformas é a do sistema eleitoral” (*Jornal do Dia*, São Luís, 5 de janeiro de 1964, p. 3).

rumo senão a uma futura República Brasileira Sindicalista, afirmava com estas palavras os adversários de Jango Goulart<sup>272</sup>. E não só com palavras, mas usaram a imprensa e outros meios para incitarem o povo irem às ruas, por meio de marchas, e combaterem a política das reformas com as bandeiras erguidas com as frases que envolviam os nomes: sacramento, democracia, valores morais, golpe comunista ou futuro Brasil Socialista-Sindicalista, revolução, dentre outros lemas bem uníssonos.

Após o Comício das Multidões na GB, as palavras mais discutidas e, por sinal, temidas foram as ideias de Golpe e Revolução. O que não posso deixar de dizer que ambos os discursos foram usados veementemente pelos dois lados da política. No trato do uso do termo golpismo, Jango e seus aliados defendiam que os grupos liberais-conservadores criavam uma imagem distorcida do Projeto das Reformas, o que segundo os petebistas e pecebistas desejavam, na realidade, era fazer uma Revolução nas estruturas de base e que o discurso da distorção tinha como pano de fundo uma estratégia de tomar o Poder Central e deixar nas mãos das Forças Armadas.

Na contramão do petebismo janguista, os liberais-conservadores seguiam contratacando, afirmando que os objetivos por trás dos decretos assinados pelo Presidente da República, bem como o desejo de mudar a Carta Constituinte seria nada mais do que elaborar solapadamente uma política da ilegalidade, do continuísmo e da vitalidade no Cargo Executivo e que a Reforma de Base tinha como pretexto dar um Golpe no Estado e fazer uma revolução – não estrutural –, mas de construção de uma nação-estadista e, conseqüentemente, “Ditadura Brasileira Sindicalista”.

Diante desta disputa semântica, que ia cada vez mais se afunilando no final de março de 64, o *Jornal do Dia* se posiciona totalmente a favor de João Goulart; e diante de qualquer tentativa de frear o projeto-político petebista o editorial usa a palavra golpe armado pelos conservadores. Paulo Nascimento Moraes, na coluna “A Revolução que se quer”, cujo texto dar vida ao título deste estudo, esboça sobre como o Projeto das Reformas estava naquele momento sendo interpretado pelos grupos que o colunista chamou de *blocos de resistências*:

Está o Presidente João Goulart, como já dissemos, socorrendo-se de todos os meios para realizar as reformas de base. E tudo indica que não haverá nenhuma modificação neste plano de trabalho: decretos. Cada um dá um sentido de novas concepções dentro da rigidez desta política administrativa que persiste ainda e que encontram nos políticos retrógrados os blocos de resistências contra as modificações que foram pedidas. Esta é a posição

---

<sup>272</sup> Nome usado nesta escrita pelo colunista Paulo Nascimento Moraes. Ver: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de janeiro de 1964, p. 3.

exata de Goulart. *Entretanto, esta atitude do Presidente da República, ao que parece, está sendo mal interpretada. Pensam os políticos reacionários, políticos carcomidos, que há com o líder do trabalhismo brasileiro o pensamento do GOLPE. Do continuísmo. Acreditam que os decretos indicam que Goulart, desrespeitando a Constituição, tomando parte em comício, permitindo a colaboração ostensiva das esquerdas, estaria nada mais fazendo que “preparando” a execução de um plano diabólico, visando a sua permanência do Poder, empurrando o país para uma ditadura, para assim instalar no Brasil, a seu modo a sua “sonhada república sindicalista”. Crêem nisto. E contra isto arregimentam-se também na pregação duma campanha de esclarecimento, alertando o povo, e articulando, abertamente, sem mais sigilo, o afastamento de Goulart do Poder Executivo. [...].*<sup>273</sup>

A narrativa que tece o colunista Moraes mostra a corrida ideológica entre os goulartistas e *blocos de resistências* e quem levaria a melhor na disputa semântica. Além disso, faz uma crítica aos blocos antigouart por tentarem se utilizar do termo revolução com outro viés, distante do que estava sendo defendido pelas esquerdas a favor da política do Presidente. Foi através através dos veículos de comunicação e por outros meios que encontraram o caminho para pregar as mais distintas classes brasileiras sobre as intenções do PTB em modificar toda uma estrutura social e administrativa no país.

Isto prova que o poder da mídia naquele contexto – “grande imprensa”<sup>274</sup> – foi determinante para que os adversários de João Goulart ludibriassem a sociedade para acreditar que por trás de uma revolução havia todo um esquema de Golpe de(no) Estado. Foi o caso do *Jornal Correio da Manhã* que no dia 31 de março de 1964 publicou dois editoriais contra o Presidente. Um com o título “Basta!”: “Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo? [...]. O Brasil já sofreu demais com o governo atual. Agora, basta”<sup>275</sup> e outro com o título “Fora!”: “A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!”<sup>276</sup>.

Nas análises do historiador Marcos Napolitano:

<sup>273</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de março de 1964, p. 3. (*Grifos meus*).

<sup>274</sup> Termo utilizado por Maria Helena Capelato em: História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do tempo presente*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 299-315.

<sup>275</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>276</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 1 de abril de 1964, p. 1.

O *Jornal do Brasil* deu a senha para a formação de um bloco da imprensa contra o governo. Aliás, salvo um ou outro jornal, a imprensa apoiara a sua posse e colocara-se em uma espécie de *stand by* para avaliar até onde iria o reformista jango. [...]. Os grandes jornais, até então divididos em relação à figura do presidente João Goulart, começaram a se articular na chamada “Rede da Democracia”, nome pomposo para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz. [...]. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. (2019, p. 46).

Sumariamente, os jornais como *A Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã* dentre outros, fizeram parte de divulgar apoio à intervenção militar. Todo esse envolvimento da imprensa e o impacto que deram para a gestação do Golpe, com títulos expressivos e editoriais inflamados, “alguns autores se referem a eles como “palavras balas” devido à capacidade delas de atingir profundamente o leitor” (CAPELATO, 2014, p. 305), foi suficiente para formar a “opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”” (NAPOLITANO, 2019, p. 47) e preparar um clima hostil à figura de Jango não mais apenas entre os golpistas, mas até nos grandes empresários multinacionais.

Na oportunidade, o colunista Moraes aproveita para explicar o que seria e como seguiria a revolução desejada por João Goulart (usada pela primeira vez no *Jornal do Dia* em 1964). E, em suas palavras, perceberemos que ele toma partido nesta briga semântica para nortear o público leitor a ter uma concepção diferente do que estava sendo imposto pelos *blocos de resistências* antiGoulart. Ou seja, somente as reformas estruturais dariam o sentido verdadeiro de uma revolução social e política no Brasil:

[...] Enquanto acham que o decreto da SUPRA foi um ato, uma resolução violenta e anti-constitucional [...], vai o “discípulo de Vargas”, reagindo contra as imposições e pondo em prática as reformas estruturais do seu govêrno. [...]. O povo, mais esclarecido, já compreendeu a necessidade que há de que sejam feitas as reformas, que se modifique esta nossa estrutura política, que haja alteração na Constituição [...]. Que sejam alteradas ‘esta velha política nacional’ [...]. Não poderá haver mais estagnação, o aprisionamento. Não poderá haver pressão dos interesses externos, dos grupos reacionários, da canalha que já se acostumou em se beneficiar da miséria do povo, da fome do Nordeste, da sêca do Ceará, dos dramas das enchentes! [...] Não é mais permitido a espoliação. [...] O país não poderá mais parar. Tem que ir para frente, tem que garantir, de já, o seu engrandecimento futuro. E isto só se obterá através das reformas estruturais [...]. E fora disto teremos sempre agitações, as crises políticas, militares ou, talvez, a rebentação duma revolução violenta. Mas *o esquema preferido é fazer a revolução no campo das idéias, do patriotismo: a revolução das reformas*. Não é outro, acreditamos, o pensamento do Presidente da

República. E não é outro o pensamento do povo, das forças nacionais. Não é outro. (*Grifos meus*).<sup>277</sup>

Enquanto havia muitos do setor político, empresarial e midiático que já diziam enxergar no horizonte o fim do exercício de João Goulart na Presidência, estava o *Jornal do Dia*, na capital São Luís, conjecturando uma possível reviravolta diante da turbulência em seu governo. De certa forma o periódico não acreditava que poderia ser deposto por uma ação golpista, como consta duas redações editoriais em que uma dizia que Jango chegaria até as eleições de 3 de outubro de 1965: “Talvez pela primeira vez, tenhamos em 1965, eleições que se caracterizarão por princípios ideológicos”<sup>278</sup> e a outra anunciava a presença do Presidente João Goulart numa concentração na cidade de São Paulo com o título “Jango Estará Presente Concentração Popular Em São Paulo No Dia 1º De Maio” e dizia o enunciado: “foi confirmado a realização no vale do Anhangabú uma grande concentração popular em favor das reformas no dia do trabalho, primeiro de maio. O presidente João Goulart estará presente na concentração”<sup>279</sup>.

O final de março de 64 se aproximava e o *Jornal do Dia* caminhava apoiando o governo de João Goulart, ainda que em alguns momentos o editorial parecesse entrar em contradições partidárias a ponto de muitos o considerarem como um veículo de comunicação apoiador dos militares e dos grupos conservadores.

Através dos textos editoriais e das colunas de Paulo Nascimento Moraes, neste primeiro trimestre de 64, o *Jornal do Dia* acreditava que o Presidente das Reformas seria o amanhecer da esperança ao país. Mas do que o homem que carregava a esperança da mudança, um líder. Enquanto alguns intelectuais e membros do próprio PTB e PCB enxergaram o Presidente dando um “tiro no pé”<sup>280</sup> naquele comício das multidões na GB, para outros foi a partir de seu discurso inflamado que “apareceu o líder”<sup>281</sup> que o Brasil necessitava.

Só que o líder das reformas estava com os dias contados.

Segundo Leonel Brizola, muitos líderes do PTB se mantiveram com braços cruzados ante a reação dos grupos liberais-conservadores e, ao mesmo tempo, havia uma desintegração

<sup>277</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de março de 1964, p. 3.

<sup>278</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de março de 1964, p. 3.

<sup>279</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 26 de março de 1964, p. 1. E não apenas se fazer presente nesta concentração como planejava uma maratona de compromissos de ir em várias outras concentrações no mês de abril e maio: “O Presidente João Goulart acertou com os líderes sindicais seu comparecimento e nada menos de sete atos públicos em diferentes cidades brasileiras” (*Jornal do Dia*, São Luís, 26 de março de 1964, p. 1).

<sup>280</sup> Provérbio popular.

<sup>281</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de março de 1964, p. 3.

de forças no interior do partido, fortalecendo ainda mais os antigoulartistas: “os reacionários – adiantou – estão se movimentando como formigas de asas, estão se armando, estão envenenando através dos órgãos de divulgação, tanto opinião pública como até nas Forças Armadas”<sup>282</sup>. A esta altura do jogo, Brizola, que por algum tempo foi contra algumas ações de João Goulart, se uniu de vez ao Presidente da República para não ver a derrocada do governo perante uma militância direitista, conservadora e militar, porém, sua mão estendida já não iria mais fazer tanto efeito. João Goulart, antes mesmo de implantar as Reformas estruturais, seria deposto do cargo.

Com o Golpe veio todo um clima de incertezas e instabilidades em diversos setores da sociedade. Com a deposição, o *Jornal do Dia* se encontrava num novo contexto e precisaria se adaptar. Escolher um lado ou permanecer dentro dos mesmos discursos a favor de Jango e suas Reformas de Base. Entretanto, como veremos a seguir, o lado político-ideológico do editorial e dos redatores parece que não fluiu muito bem com estas mudanças, fazendo com que assumisse um discurso de dubiedades ou uma virada de posição ideológica gradualmente a ponto de se caracterizar no que chamo de *discurso em metamorfose*.

### **3.3 *Discurso em metamorfose*: transição e incertezas entre a derrocada de João Goulart à posse de Castello Branco nas folhas do *Dia***

*Você agiu certo? Tem elementos seguros? [...] O Sr. Está articulado com alguém? – Repondi-lhe: com a minha consciência quem quiser que me siga.*<sup>283</sup>  
*Em matéria de política, não entendo nada. Sou uma vaca fardada.*<sup>284</sup>

(General Olympio Mourão Filho, 1964).

Março de 1964. O Congresso Nacional, os políticos espalhados pelo Brasil, as Forças Armadas e o setor empresarial (incluindo a *Grande Imprensa*) chegavam no limite máximo de aceitação de Jango no Cargo Executivo. As instabilidades faziam surgir uma onda de que haveria por certo a tomada de poder: do lado das esquerdas temiam que a direita e as Forças

<sup>282</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de março de 64, p. 5.

<sup>283</sup> O trecho se refere quando foi perguntado, por volta das seis e quarenta da manhã do dia 31 de março de 64, pelo Desembargador do TJ do estado do RJ Antônio Neder (amigo que se hospedava na casa de Mourão Filho naquele dia), se realmente queria continuar com o plano da marcha e se estaria apoiado pelos chefes das Forças Armadas. Concluiu ainda com as seguintes palavras: “Dei ao Neder a seguinte resposta: Vocês são paisanos, não entendem disto. Estou agindo certo, pode crer” (MOURÃO in SILVA, 1978, p. 373).

<sup>284</sup> Resposta dada pelo Olympio Mourão Filho quando os jornalistas do *Correio da Manhã* perguntaram “se ele estava de acordo com a cassação de J.K.” (MOURÃO in SILVA, 1978, p. 382). Ver: GEN. MOURÃO FILHO afinal definiu-se. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), quarta-feira, nº 21.294, ano LXIII, 6 de maio de 1964, p. 1.

Armadas dessem um Golpe no Estado. Estas insuflavam discursos de que o Presidente João Goulart estava tramando um autogolpe. General Olympio Mourão Filho, diante desses impasses, não quis esperar nem mais um dia. Iria, segundo ele, por um fim à crise política.

Porém, a decisão partiria muito mais do General Mourão do que de todos os líderes da caserna. Tanto que “no final da tarde de 31 de março, o general Castello Branco fala ao telefone com o general Mourão. Tenta convencê-lo a voltar com as tropas. Não consegue” (COUTO, 1998, p. 46). Era tarde demais parar a tropa da “revolução”, chamada de “Operação Popeye”<sup>285</sup>: “Com o apoio do governador de Minas, José de Magalhães Pinto, Mourão coloca na rua as tropas do Exército sediadas em Juiz de Fora. Marcharam rumo ao Rio de Janeiro, antecipando-se ao comando da conspiração” (Ibidem, p. 46). Num Raio de 150 quilômetros, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, “o golpe de robe-de-chambre”<sup>286</sup> tomaria de assalto a sede do Ministério da Guerra e o Congresso.

As pressas para arrancar um ato revolucionário foram tão imensas, sem medo da prisão ou da morte – “ninguém me prenderá. Morrei lutando. Nosso sangue impedirá a escravização do Brasil” –, como está registrado no seu diário de memórias (MOURÃO in SILVA, 1978, p. 370) que Mourão Filho ficaria reconhecido como “revolucionário do pijama vermelho”<sup>287</sup>. Manteve-se acordado no frio da madrugada, em sua residência em Juiz de Fora, organizando os últimos ajustes para a partida, conversando com os secretários José Maria Alkimim e Monteiro de Castro. Redigindo o seu próprio manifesto (indo à contra ordem do Governador Magalhães Pinto que havia dito para esperar mais um pouco), fazendo e recebendo vários telefonemas de líderes civis e militares. Uns incentivando a marcha. Outros, como Castello Branco, buscando freá-la.

Assim relatou em seu diário como foram os últimos momentos naquela noite:

[...] São 3h15min da manhã histórica de 31 de março, terça-feira de 1964.

[...].

Vou partir para a luta às cinco horas da manhã, dentro de uma hora e cinquenta minutos, em más condições, portanto, porque serei obrigado a parar no meio do caminho e o Exército inteiro vem contra mim, como aconteceu em São Paulo em 1932.

[...].

Finalmente, nada mais tinha a fazer. Eram cerca de seis e quarenta. Levei bem uns cinquenta ou cinquenta e cinco minutos dando as ordens. [...].

<sup>285</sup> O nome foi dado devido o líder do Golpe de Estado em 31 de março, General Mourão Filho, andar inseparavelmente com seu cachimbo.

<sup>286</sup> Expressão usada pela jornalista e biógrafa Regina Echeverria em: ECHEVERRIA, Regina. *Sarney: biografia / Regina Echeverria*. – São Paulo: Leya, 2011, p. 150.

<sup>287</sup> Para aprofundamento: MOURÃO, Laurita. *Mourão: o general do pijama vermelho*. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

Eu estava de pijama e roupão vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem no mundo (pelo menos, no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama. (MOURÃO in SILVA, 1978, pp. 370-72).

Para muitos veículos de comunicação da *Grande Imprensa* que se encontravam na gangorra discursivo-ideológica entre continuar com Jango no Poder Central ou derrubá-lo, não restaram mais dúvidas: intervenção militar já! Não havia mais sentido em esperar e ficaram do lado da marcha de Olympio Mourão Filho.

O jornal carioca *Correio da Manhã*, foi um daqueles veículos de notícias articuladores de propagandas a favor do uso das Forças Armadas na política. O *Jornal do Dia* transcreveu um de seus editoriais com o título “Estamos Prontos para Defender a Constituição” nas seguintes palavras:

Estamos em nossos postos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do govêrno do sr. João Goulart *não justifica* de modo algum um regime de exceção. *Não justifica* violência nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita.<sup>288</sup>

O que justificaria, nos argumentos do *Correio da Manhã*, a pressão sobre João Goulart para que ele renunciasse à Presidência? Responde o editorial:

A queda do sr. João Goulart se explica por ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura. Ditadura Nunca mais! Seja de direita, esquerda ou centro. Queremos o respeito a Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes.<sup>289</sup>

O *Jornal do Dia* não só transcreve o pensamento do *Correio da Manhã* como declara suas primeiras impressões sobre qual lado das duas “revoluções” ficaria: O CORREIO DA MANHÃ defraudou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.<sup>290</sup>

O Brasil diante de uma crise política e uma disputa ideológica estava sem o Chefe Executivo. Ranieri Mazzilli – Presidente da Câmara dos Deputados e de sangue italiano – é quem conduzia sorrateiramente a política e o povo brasileiro. Os golpistas analisavam com

<sup>288</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 5. (*Grifos meus*).

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 7.

cuidados precisos quem iria assumir o lugar de Jango e o Exército em sentinela para não deixar nenhuma outra política manobrar o futuro da presidência, incluindo até os udenistas que achavam até o momento que seria o partido capaz de tomar posse na cadeira da República: “as Forças Armadas Agirão com Maior Energia Se o Congresso Não Se Conduzir à Altura”<sup>291</sup>, ameaçava desta forma os militares.

O Golpe civil-militar espalhou a imagem de ter vencido a batalha, porém ainda não a guerra: “salvou a democracia, a família, a moral cívica e a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma *civilização ocidental e cristã*” (REIS, 2014, p. 48. *Grifo do autor*), contudo, com a remoção de João Goulart ficariam os políticos aliados formando ainda um janguismo sólido. O que fazer com este? Quem melhor poderia comandar a nação brasileira e dirigir o “processo revolucionário”? Algo deveria ser feito e as dissidências foram muitas.

Para as lideranças civis que fizeram parte da gestação do Golpe, dentre os mais destacados estavam à frente os senhores políticos Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Pedro Aleixo, Bilac Pinto, entre outros, que faziam parte da “chamada banda de música da UDN, formada por grandes tenores com voz as tribunas do Congresso Nacional [...], e a mídia impressa de maior influência, como o *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*” (REIS, 2014, pp. 48-49), que tinham como objetivo ajudar as Forças Armadas a derrubar o Presidente Jango e todos os que estivessem do lado dele. Depois da limpeza comunista, estes liberais-conservadores assumiriam a política do país implantando o “processo revolucionário”, conseqüentemente, as Forças Armadas voltariam para os seus postos de trabalho e os líderes militares retornariam ao estado dos padrões de suas funções institucionais<sup>292</sup>.

Até os chefes militares ficaram divididos, como já acontecia antes do Golpe.

Havia os que queriam uma *intervenção cirúrgica*<sup>293</sup>, mas não um intervencionismo no Estado. Outros queriam, além das intervenções, que limpassem, varressem do mapa brasileiro os comunistas e qualquer tipo de documentos subversivos, que as Forças Armadas conduzissem a Política Central e estadual (por meio de interventores), por tempo indefinido, “até que fosse possível erradicar o comunismo e o varguismo – aquele gato de sete vidas que

<sup>291</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 3.

<sup>292</sup> O autor Daniel Aarão Reis ressalta que além dos liberais-conservadores existi ainda outro setor de identidade específica denominados de conservadores-arcaicos, composto por figuras de vocação agrária e coronelistas, bem presentes no Nordeste, “apegados a valores morais de uma outra época, não raro partidários de um clericalismo ultramontano, posavam de defensores da família e da Igreja católica (REIS, 2014, p. 49).

<sup>293</sup> Termo usado por Daniel Aarão Reis em: *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à constituição de 1988* (2014).

superava a deposição de 1945, o suicídio de 1954, as tentativas golpistas de 1955 e a de 1961 e haveria agora de ser enterrado” (REIS, 2014, p. 50).

Algumas alas da direita também se posicionaram. Foram elas: a) o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES ou Ipês), em que agrupava diversas lideranças políticas, intelectuais e militares, desempenhando uma das organizações mais importantes no pré e pós-Golpe; b) a Escola Superior de Guerra (ESG), de natureza ainda hoje acadêmica; c) a Biblioteca do Exército - Editora, publicando diversos livros que exaltavam a ação das Forças Armadas e explicando desde cedo os termos adequados para se entender o porquê da saída de Goulart e o que seria o *processo revolucionário*; d) o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) em São Paulo e Rio de Janeiro, que se formariam para defender seus interesses econômicos e combater a política estatal. A CONCLAP mostra claramente que os grupos empresariais fizeram parte diretamente da articulação do Golpe, da escolha para o novo presidente e fomentação para as bases dos presidentes-generais que viriam a ocupar o cargo Executivo.

Essas instituições, dentre outras de mesmas ramificações, arquitetaram um projeto em que os militares permaneceriam no poder por prazo indeterminado, porém com uma diferença daqueles que defendiam uma *intervenção cirúrgica* e controle das Forças Armadas na Política Central e estadual: no lugar de um Estado regulador de tudo, ainda que fosse de base militar, seria destruído qualquer concepção de uma nação-estadista (nação-estatista) e no lugar deste um Estado *liberal-internacionalista modernizado*, com “abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, numa sólida aliança com os Estados Unidos no quadro da Guerra Fria” (REIS, 2014, p. 50). Seria o encaixe perfeito com o Imperialismo Ianque.

Os grupos que deram vida ao Golpe de 31 de março justificavam afirmando que o movimento não seria uma implantação do Regime Ditatorial com viés de direita-militar, como se pronunciou o Capitão Tavares da Silva numa “cadeia de rádio e TV formadas por tôdas as emissoras locais”<sup>294</sup>. Defende seus amigos insurgentes ao dizer que “a atitude das Fôrças Armadas visou não a implantação de uma ditadura civil ou militar, mas assegurar a continuação do regime democrático”<sup>295</sup>. O que fazia com que muitos empresários, donos da Grande e Pequena Imprensa, acreditassem no discurso dos chefes militares.

Mas, de forma contrária a estas arguições, a primeira coisa que a Junta Militar buscou realizar – se autodenominaria de *Comando Supremo da Revolução* ou mais conhecido como

<sup>294</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 7.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 7.

*Conselho Revolucionário* – se ergueria à frente da situação e reuniria os melhores homens de confiança do Exército para fazer a chamada *Operação Limpeza* por todo o país, chamada também de *batidas* pela imprensa.

Nascia um momento de tensão entre os políticos pró-PTB e na mídia pró-Goulart. Nos meios impressos, aconteceriam muitas varreduras de documentos com caráter considerados subversivos. Editoras vistoriadas. Qualquer prelo que divulgava uma informação antiForças Armadas virava alvo do *Comando Revolucionário* e o arquivo já se tornava uma trama comunista. Período que o *Comando Revolucionário* se dedicou a lançar diversos Inquéritos Policial-Militares (IPM's).

Nessa *Operação Limpeza* faziam parte não somente os políticos petebistas. A perseguição arroteava também os “Deputados nacionalistas”<sup>296</sup> – qualquer partido que fosse. Bastava apenas aderir a uma posição contra os golpistas que logo seria investigado pelo *Comando Revolucionário*, como mostra no *Diário do Congresso Nacional*:

---

<sup>296</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 3.

Imagem XVI: Lista dos políticos brasileiros cassados de acordo com o Ato Institucional de nº 1.

**ATO DO COMANDO DA REVOLUÇÃO, REPRESENTADO PELOS  
COMANDANTES EM CHEFE DO EXÉRCITO DA MARINHA E DA  
AERONÁUTICA**

**CASSA MANDATOS LEGISLATIVOS**

O Comando Supremo da Revolução, resolve, nos termos do Art. 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, cassar os mandatos dos seguintes membros do Congresso Nacional:

1) Amâncio Silva .....	PTB	Paraná
2) Antônio Alencar .....	PTB	Amazonas
3) Helva Moreira .....	PSP	Maranhão
4) Pedro Costa .....	UDN	Paraná
5) Silvío Braga .....	PSP	Pará
6) Adolpho Barreto .....	PTB	Ceará
7) Abelardo Jorema .....	PSD	Paraíba
8) Arthur Lima Cavalcanti .....	PTB	Pernambuco
9) Ezequiel Jullão .....	PSB	Pernambuco
10) Lúcia Távora .....	PTB	Pernambuco
11) Murilo Costa Rêgo .....	PTB	Pernambuco
12) Waldemar Alve .....	PST	Pernambuco
13) Políptas Silveira (Sapiente) .....		Pernambuco
14) Barros Barreto .....		Pernambuco
15) Henrique Oeste .....	PSP	Alagoas
16) Fernando Santana .....	PSD	Bahia
17) João Dória .....	PDC	Bahia
18) Málio Lima .....	PSB	Bahia
19) Ramon Oliveira Neto .....	PTB	Espírito Santo
20) Bocayúva Cunha .....	PTB	Rio de Janeiro
21) Demétrio de Mattos .....	PST	Rio de Janeiro
22) Paulo Muniz .....	PTB	Rio de Janeiro
23) Pereira Nunes .....	PSP	Rio de Janeiro
24) Benedito Cerqueira .....	PTB	Guanabara
25) Elói Dutra .....	PTB	Guanabara
26) Antônio Garcia Filho .....	PTB	Guanabara
27) Marco Antônio .....	PST	Guanabara
28) Max da Costa Santos .....	PSB	Guanabara
29) Roland Corblier .....	PTB	Guanabara
30) Sérgio Magalhães .....	PTB	Guanabara
31) Leonel de Moura Brizola .....	PTB	Guanabara
32) José Aparecido Oliveira .....	UDN	Minas Gerais
33) Plínio Arruda Sampaio .....	PDC	São Paulo
34) Rogê Ferreira .....	PTB	São Paulo
35) Paulo de Tarso .....	PDC	São Paulo
36) Moysés Lupion .....	PSD	Paraná
37) Paulo Mineiro .....	PTB	Rio Grande do Sul
38) Temperant Pereira .....	PTB	Rio Grande do Sul
39) Salvador Lossado .....		São Paulo
40) Gilberto Mesquita .....	PTB	Roraima

Rio de Janeiro, CB 10 de abril de 1964. — Arthur da Costa e Silva, General-de-Exército — Paulo de Assis Correia de Mello, Tenente-Brigadeiro — Augusto Hermann Rademaker Grunewald, Vice-Almirante.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 4, 11 de abril de 1964, p. 18.

Nesta lista, Neiva Moreira do PSP aparece como um dos políticos representantes do Maranhão que foi alvo direto dessa “faxina político-ideológica e moral” (COUTO, 1998, p. 61). Em outros lugares a expurgação não parava. Relata o *Jornal do Dia*: “A Câmara dos Vereadores por unanimidade, decretou o impedimento do Prefeito Djalma Maranhão e do Vice-Prefeito Luiz Gonzaga”<sup>297</sup>, da capital Natal (Rio Grande do Norte), por serem da ala esquerda. Também na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a informação que se chegava era de que: “foi considerado deposto o Prefeito José Barbosa Forte, tido como comunista”<sup>298</sup>. Os 26 vereadores da Câmara Municipal de Santos se reuniram para cassar o mandato do vereador Luís Rodrigues Corvo da legenda do PR, “que foi acusado de haver contribuído com palavras e atos para a difusão do comunismo no Brasil”<sup>299</sup>.

Quase quinhentos quilômetros da Capital São Luís, o *Jornal do Dia* alertava os leitores: “Comando Revolucionário Estão Agindo em Terezina”<sup>300</sup>. E até a pequena cidade de Caxias também ficou na mira dessa *Operação Limpeza*, como relatou o *Jornal Fôlha de Caxias*<sup>301</sup>, a qual era uma fonte impressa de apoio explícito a implantação do Regime Militar:

#### 4 FERROVIÁRIOS FORAM PRESOS PARA A CAPITAL. DOIS OUTROS SUSPEITOS COMUNISTAS OBTIVERAM LIBERDADE

A cata de elementos comunistas, ou sujeitos, residentes em Caxias, estiveram nesta cidade, domingo último, um tenente e dois sargentos da PM de S. Luís.

[...].

Conforme constatou a nossa reportagem, foram efetuadas 5 prisões e uma detenção.

Foram presos apenas trabalhadores ferroviários, aliás, bastante conhecidos: Antonio Lima (Gordo), Francisco Marques (Dindinho), João Evangelista de Sousa (Bode), Luiz Gonzaga Almeida e José Eurides Ferreira (José Bodega).

[...].

Na manhã de ontem, em companhia do sargento Silas, que comandou a operação em nosso meio, seguiram de trem para a capital, sendo ali naturalmente ouvidos e julgados.<sup>302</sup>

<sup>297</sup> Ibidem, p. 7..

<sup>298</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>299</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.

<sup>300</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 4.

<sup>301</sup> O *Jornal Fôlha de Caxias* foi fundado pelo maior empresário que Caxias já teve, Alderico Jéferson da Silva, chamado de Alderico Silva ou entre seus amigos íntimos de “Seu Dá”. O seu filho, Deputado Aldenir Silva,<sup>301</sup> ficou responsável pela direção principal da administração da tipografia. Foi em 18 de fevereiro de 1963, com administração e oficina situadas na Rua Cisco, nº 681, centro de Caxias. “Como o fundador desse periódico, Alderico Silva, estava ligado a grupos políticos do lado do regime militar, o Jornal não poderia ir para outro rumo senão apoiar a atuação desse novo governo. O que nos mostra claramente que não somente os jornais das grandes capitais estavam discursando redações de caráter pró-governo civil-militar (ou mesmo negando-o), mas nas pequenas cidades também havia impressas locais que tentavam repassar à sociedade mensagens sobre a política nacional” (ALMEIDA, 2020, pp. 72-73).

<sup>302</sup> *Fôlha de Caxias*, Caxias (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.

A salvação da democracia e liberdade a partir da ação do Golpe se tornaria nada mais do que os primórdios das cassações de agitadores e qualquer tipo de propaganda contra a deposição de Jango e, isto, antes mesmo do AI-1 ter sido decretado.

O editorial *do Dia* trazia as informações da campanha contra os subversores por várias capitais, incluindo em São Luís. O Capitão Murilo Neves Tavares da Silva que outrora tinha explicado num encontro de cadeia de rádio e TV em São Luís, as intenções do novo projeto político à nação – “assegurar a continuação do regime democrático” – de maneira contraditória ao objetivo dito, esclarece as incursões das tropas do Exército na Ilha: “foram assim vasculhadas a agência do Jornal “Novos Rumos”, o Sindicato dos Comerciários, onde funciona o Pacto da Unidade dos Trabalhadores do Maranhão e Comando Geral dos Trabalhadores, o Sindicato dos Bancários e a UMES”<sup>303</sup>.

O Jipe do Exército parava na porta do *Jornal Novos Rumos*. Uns soldados ficaram na porta para assegurar a ordem enquanto outros entraram para escarafunchar as edições que estavam sendo produzidas.

**Imagem XVII:** Jipe do Exército fazendo Operação limpeza no *Jornal Novos Rumos*.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 1.

<sup>303</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 7.

Segundo o Capitão Tavares da Silva “na agência do Jornal “Novos Rumos” – informou – foi apreendida impressionante quantidade de propagandas subversiva, compreendida em milhares de livros e panfletos”<sup>304</sup>, que seria utilizado pela Junta Militar para provar que na Capital São Luís havia grupos subversores da nova ordem política. A *Operação Limpeza* levou tudo que poderia servir como prova do que considerava como fonte comunista e, conseqüentemente, os diretores responsáveis do *Jornal Novos Rumos* foram obrigados a fechar o prelo.

**Imagem XVIII:** documentos recolhidos no *Jornal Novos Rumos*.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 1.

Quando lemos o editorial do *Correio da Manhã*, transcrito pelo *Jornal do Dia*, a primeira ideia que temos é de um impresso que mudaria seu rumo da linha ideológica a partir da queda do Presidente Goulart. Porém, e de uma forma que parece contraditória, o texto “Novos Rumos Para a Democracia” da coluna de Paulo Nascimento Moraes nos abre outro leque de interpretações, sobretudo nos faz entender do porquê de muitos apoiarem a ação das Forças Armadas.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 7.

E diz assim a coluna:

Com a chamada “Revolução Democrática” está o país submetido a uma fase de modificações e de restauração, *assim se diz*, do Regime democrático. Mas Krueel, o Comandante do II Exército, disse que “a revolução só visou a neutralização, a infiltração comunista”. E temos que realizada a “Operação Limpeza” ficará com os políticos, isto é, com os Partidos e com o Congresso e com o novo Presidente da República, o processo democrático de reconduzir o país para a linha justa do desenvolvimento do progresso [...]. A “revolução” não surgiu para manter o continuísmo de uma política defeituosa [...]. A “revolução” não surgiu para garantir os planos políticos de Adhemar de Barros, de Magalhães Pinto e Carlos de Lacerda não. Está aí em desenvolvimento para, *assim parece*, dar ao país um sentido mais amplo da luta democrática do povo [...]. As Fôrças Armadas estão acompanhando a “caminhada cívica” dos políticos que comandaram a chamada Revolução Democrática. Terminada a “operação militar” ficará com os civis o funcionamento da máquina administrativa do país. [...].<sup>305</sup>

O grupo empresarial da imprensa e outros grupos liberais-conversadores confiavam nos militares (e a história presente nos mostra que este apego não mudou) como a classe capaz de resgatar uma unidade social e política – os salvadores da pátria – quando o país encontra-se numa demasiada crise.

Pois bem, as Fôrças Armadas, sentindo o tumulto que cada vez mais criava dificuldades, que cada vez mais conduzia o Presidente para uma situação perigosa, já o Congresso e os Partidos se divorciaram do programa reformista do Gôverno e sentindo que já se acentuava dentro dos quartéis e associações militares a indisciplina, as Fôrças Armadas resolveram entrar na “revolução” e garantir a vitória da reação dos Estados rebelados e, com isto, jogar para fora da área democrática a influência predominante das esquerdas. Mas em fazendo isto, *acreditamos que estava e está* com as Fôrças Armadas, também, o propósito de exigir dos Partidos, dos políticos uma melhor conduta, uma melhor posição de luta em favor das reivindicações populares. [...].<sup>306</sup>

Paulo Nascimento Moraes, nesse sentido, justifica seu ponto de análise explicando que a ação das Forças Armadas em tomar as dores dessa briga partidário-ideológica seria para contornar a situação que enfrentava Jango e que segundo os antigoulartistas o Presidente iria de qualquer maneira perder a guerra porque seus adversários não eram apenas os grupos empresariais e militares, mas toda uma resistência do Congresso, as classes liberais-conservadoras, as bancadas representativas da direita no Parlamento e sem contar que na outra banda estava uma Esquerda tumultuada, em que uns tinham a unidade combativa, com

<sup>305</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 3. (*Grifos meus*).

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 3. (*Grifos meus*).

fórmulas nacionalistas e outros destroçados, criando distintas organizações trabalhistas dominadas cada uma por uma base ideológica de interesses específicos: “tudo isto envolvido, [...], atritando, acordando, discordando, [...] fermentando crises, agitações, o diabo”<sup>307</sup>.

No momento exato em que os comandos militares sentirem que todo esforço empreendido não deu certo tais resultados, que os políticos continuam no aproveitamento dos interesses personalistas, [...], as Fôrças Armadas saberão voltar às ruas, desta vez, não para combater os comunistas e sim para dizer aos maus brasileiros, aos elementos ambiciosos que basta [...]. Então, haverá uma trégua, a intervenção séria, dura, para limpar, para corrigir, para punir e para, depois do saneamento, restabelecer o funcionamento duma Democracia justa, humana e digna. [...]. *Parece ser* esta posição das Fôrças Armadas, agora, neste momento em que sôbre ela recai, diretamente, a grande responsabilidade pela vitória da chamada “revolução democrática”. *Deverá ser isto.*<sup>308</sup>

Os verbos lidos em destaques na coluna – *assim se diz; assim parece; acreditamos que estava e está; Parece ser; Deverá ser isto* – deixa bem enfático de que temos uma imprensa que aos poucos, metamorfosicamente, vai alterando o discurso de João Goulart como verdadeiro líder da nação para um presidente perdido no governo e que o Golpe foi dado no momento certo e, ao mesmo tempo, prefere deixar bem claro que apoio se dá não no campo da certeza, mas na possibilidade daquilo que pudesse vir a ser o que eles imaginavam que iria acontecer com as mudanças na política.

O *Jornal do Dia* continuava pós-Golpe com os mesmos responsáveis pelo editorial e os grupo de redatores. Alberto Aboud estava ainda no partido de outrora. Enfim, alterava-se o discurso, mas não o campo ideológico. Em outras palavras, o grupo *do Dia* defendia ainda as reformas de Base, que elas deveriam acontecer, mas agora acreditava que as Forças Armadas poderiam mediar a escolha da melhor pessoa que iria comandar as mudanças estruturais necessárias no país ou mesmo, caso não havendo uma transformação na política como assim desejavam, iriam intervir diretamente no Estado, não mais apenas retirando, combatendo, e, sim, também, colocando a própria classe dos chefes militares no cargo do Poder Executivo.

Acontece que os chefes militares ou não quiseram esperar os resultados de como os políticos iriam lidar com a saída de Goulart ou já desde o princípio do movimento golpista planejavam tomar o Estado assim que conseguissem depor o Presidente petebista. Enquanto a imprensa, na primeira semana da queda de Jango, discursava uma justificativa benevolente para ação dos militares e a mesma conjecturava que tudo iria ficar nas mãos do Congresso

<sup>307</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de abril de 1964, p. 3.

<sup>308</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 3. (*Griões meus*).

para resolver a situação política e as Forças Armadas agiriam da mesma forma como fizeram no passado (atuando apenas como poder moderador entre as instituições e o povo), desta vez a ação foi totalmente diferente.

Entre todas as propostas distintas com a derrocada de Jango, uma coisa era certa para os chefes militares e líderes políticos e seria seguido a todo custo: o Golpe em prol da salvação democrática e dos valores cristãos precisaria ser legitimado. E apenas uma revolução poderia legitimar os poderes, os chefes militares, a Constituição de 1946 que ainda vigorava, os programas políticos da direita e dos grupos liberais-conservadores, e toda uma radical mudança no projeto de um país que seria totalmente estatizado – idealização varguista e refletidos no Governo de Jânio Quadros e João Goulart – no qual os golpistas ambicionavam excluir de vez esta herança.

Todavia, uma revolução não se alicerça apenas no ato do discurso, da verbalização, da guerra salivar ou mesmo colocando um presidente. Chegaram à conclusão que o convencimento pela oratória e veículos de comunicação num dado momento não teria mais tanto efeito. Seria necessário o uso da lei, de uma medida radical.

Foi a partir deste momento que a Junta Militar, autodenominada de *Comando Supremo da Revolução*, teve a ideia de criar o primeiro Ato Institucional (AI), numa quinta-feira do dia 9 de abril de 1964.

O documento AI-1 seria o pontapé inicial que legitimaria o Golpe e daria base a prosseguir na idealização da “revolução”.

O objetivo deste primeiro Ato Institucional seria conduzir para o melhor caminho aqueles que estavam incertos e inseguros quanto à ação do Golpe em João Goulart e a projeção de um “processo revolucionário”. O AI-1 foi o documento perfeito para os militares porque dele daria o rumo certo na simbiose entre política e Forças Armadas, suspenderiam as garantias políticas e individuais e os direitos dos magistrados. Impediria qualquer grupo oposicionista de se manifestar e planejar com mais cautela a instalação da República dos Generais.

O AI-1, no artigo 2º, dava por certo que haveria uma eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República, “dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal”<sup>309</sup>, ou seja, em 48 horas, no dia 11 de abril, o Congresso Nacional ficaria responsável em eleger um novo Presidente da República que fosse capaz de dar arrancada ao

---

<sup>309</sup> Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

*processo revolucionário aos modus operandi dos setores militares, empresarial e liberais-conservadores, “cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966”*<sup>310</sup>.

Escolhida a data das eleições indiretas, faltava escolher o nome predileto para o sucessor de Jango e o vice. Só que os líderes militares iriam ter que disputar espaço com os congressistas e a própria divisão interna na classe militar. Quem melhor seria o líder do novo projeto político-ideológico dos grupos conservadores e militares? As Forças Armadas, que tomaram o poder político para si, queriam sangue novo na cadeira presidencial. E para que este desejo se realizasse foram montadas operações de encontros. Momento crucial em que os líderes políticos da ala direitista se mobilizaram a fim de manter a agregação e de não deixar o movimento de 31 de março se dissipar em vários nortes.

O historiador e jornalista Ronaldo Couto relata que alguns governadores apoiadores do Golpe<sup>311</sup> se reuniram no Ministério da Guerra, umas 22h da noite no dia 4 de abril, para tratar juntamente com o Ministro da Guerra, Costa e Silva e outros líderes das Forças Armadas sobre quem seria o sucessor presidencial. Na reunião apareceram vários nomes: “Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, general Cordeiro de Farias, marechal Eurico Gaspar Dutra e até o professor Carvalho Pinto, este fulminado pela ironia de Carlos Lacerda: “Tem todas as qualidades, até a de ser ministro de Joao Goulart”” (COUTO, 1998, p. 59). Henrique Teixeira Lott e Amaury Krueel com o lema da campanha “Krueel-64” também fizeram parte dos possíveis candidatos à Presidência. Costa e Silva, que havia cogitado interesse em entrar nesta disputa, na reunião do dia seguinte recua o objetivo e se afasta desta responsabilidade.

O *Jornal do Dia* relatou os acordos políticos entre os políticos e militares no Palácio da Guanabara: “[...] Reuniram-se no Palácio da Guanabara os governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Ney Braga, Mauro Gomes, Fernando Correia da Costa e Ildo Menegheti. Esses governadores se fixaram no nome do general Humberto Castelo Branco [...]”<sup>312</sup>. Ainda na mesma edição:

Falando por um rêde de emissoras de São Paulo, Ademar de Barros forneceu detalhes da reunião que se prolongou até as quatro horas da madrugada e que terminou com a escolha do nome do General Castello Branco para candidatura à Presidência da República. Inicialmente êle, Ademar, propôs o nome do senador Moura Andrade. Entretanto, *prevalecendo a tese de que o candidato deveria ser um militar indicou*, e mais uma vez derrotado, o nome do General Krueel. Sugeriu então o nome de Arthur Costa e Silva, que não

---

<sup>310</sup> Ibidem.

<sup>311</sup> Os governadores que se encontraram nesta reunião foram: “Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Mauro Borges, Ney Braga e outros que apoiavam o movimento militar” (COUTO, 1998, p. 59).

<sup>312</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.

aceitou. Partiria então para o nome de Humberto Castello Branco, que foi aceito. (*Grifos meus*).<sup>313</sup>

**Imagem XIX:** Encontro de governadores no Palácio da Guanabara para decidir o candidato que melhor iria dar início ao *processo revolucionário*. Da esquerda para a direita está Adhemar de Barros, dando entrevista a um jornalista, Carlos Lacerda, Ildo Menegheti e Fernando Correia da Costa.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.

O cargo de vice-presidência era também disputadíssimo: o PSP maranhense empurrava o Deputado Henrique La Roque de Almeida. E aí iam surgindo os nomes como Mazzilli Rainieri, Gustavo Capanema, José Maria Alkimin, Amaral Peixoto. Porém, nem todos que desejavam conseguiram concorrer.

De todos os nomes cogitados nas reuniões nenhum satisfazia os líderes civis e militares para sentar na cadeira presidencial, exceto um: o cearense Humberto de Alencar Castello Branco, que ocupava o posto de General e Chefe do Estado-Maior do Exército.

A formação dos candidatos que poderiam pleitear os cargos à presidência e vice confirma não apenas as várias reuniões que a Junta Militar – juntamente com os líderes civis encabeçados no movimento que originou o Golpe – tiveram que fazer para endereçar o Poder Central nas mãos das Forças Armadas, muito antes da decretação do AI-1, como também revela o jogo de cintura que fizeram para colocar o candidato escolhido por eles.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 5.

É por isso que manter o Congresso Nacional em funcionamento foi substancial, porque com a *operação limpeza* “expurgando” todos os legislados vinculados a Jango, ficaria muito mais fácil para os congressistas da ala de apoio pró-golpe votarem no nome de Castello Branco como a figura militar mais viável para ocupar a cadeira do cargo Executivo e dar início ao que chamavam de *processo revolucionário*.

Além dos militares e lideranças políticas influenciarem direta e indiretamente as escolhas dos candidatos, a *Grande Imprensa*, como forte grupo empresarial, também fez parte desta articulação. Os veículos de comunicação divulgavam de maneira demasiada um General cearense que tinha credibilidade e boa reputação social, com intenções de fazer com que aqueles que estivessem indecisos tomassem uma decisão de apoiá-lo e, ao mesmo tempo, criar nos leitores que Castello Branco daria o rumo certo nesse *processo revolucionário*.

O *Jornal do Dia* foi uma dessas empresas do ramo da comunicação que se propôs em fazer essa propaganda imagética de Castello Branco como futuro Presidente do Brasil: “O Comandante do 3.º Exército, o General Popp, regressou hoje, ao meio dia ao Rio. Em declarações à imprensa, apelou para todo o povo brasileiro unirem-se em torno do nome do General Humberto Castello Branco, a fim de assegurar a Paz e a grandeza da nação”<sup>314</sup>. No dia que o AI-1 foi decretado à nação, saía na edição o título: “Governadores e PSD Querem Castello Branco Presidente”<sup>315</sup>. Na edição seguinte a equipe redacional trabalhou em fazer outros textos informativos com caráter de campanha a favor do General Castello Branco:

**Imagem XX:** Editorial informando aos leitores sobre os governadores estaduais que tinham confirmado apoio a candidatura de Castello Branco.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 10 de abril de 1964, p. 1.

<sup>314</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 5. *Grifos meus*.

<sup>315</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 5.

Paulo Nascimento Moraes, jornalista respeitado na capital São Luís, se arriscou em apostar suas cartas em Castelo Branco para ocupar o lugar de João Goulart. Descreveu na coluna “O Povo e o Novo Presidente”:

[...] Agora o que se quer, dizem os comandos militares, é que para a substituição de Goulart seja indicado um homem fora dos corredores das siglas partidárias. Tudo então diz que será mesmo o General cearense, Castelo Branco. Não será uma indicação pessedista. Não. Será, isto sim, uma indicação de todos os partidos. Todos aceitando, querendo. E talvez quando êste artigo estiver sendo lido pelos nossos leitores já esteja na Presidência da República, o General Humberto Castelo Branco.<sup>316</sup>

Através de toda essa construção de sua imagem, Castello Branco foi o único que entrou na disputa sem estar preso a nenhum partido. E nem precisaria. Tinha como “partido” principal de apoio os chefes militares: “esperam as Forças Armadas que o Congresso Nacional eleja um homem de grande autoridade moral e sem vinculações político-partidário”<sup>317</sup>. Sua vitória já era certa, pois tudo girava em torno de consolidar sua candidatura como o novo líder para a nação.

11 de abril, dia da eleição indireta no Congresso, havia chegado. Os candidatos já haviam sido escolhidos e anunciados pela imprensa. Todos reunidos na “casa política” do Brasil aguardando a tumultuada votação. O procedimento eleitoral ficou dividido em três urnas. Numa relação ficaram os candidatos à Presidência da República, enquanto na outra parte os que concorriam à vice-presidência separada em duas apurações.

No escrutínio dos candidatos que concorriam para Presidência da República apareceram os nomes do General Juarez Távora, Eurico Gaspar Dutra e Humberto de Alencar Castello Branco.

General Juarez Távora, outro cearense, do município de Jaguaribe, era além de político, da carreira militar, inclusive foi integrante da Coluna Preste, aliado por muito tempo de Getúlio Vargas (PSD), ocupando até ministério no Governo varguista, rompendo esta amizade após o Golpe de Estado em 1937, aliando-se a UDN. “Ganhou o apelido de Vice-Rei do Norte” (ECHEVERRIA, 2011, p. 87). Tentou chegar ao cargo executivo mais de uma vez, sendo que já havia perdido para Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) na campanha de 1955.

<sup>316</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 10 de abril de 1964, p. 3.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 3.

Na década de 60, Juarez Távora sai do meio dos udenistas e, a partir disso, filia-se definitivamente no PDC. Por este partido seria eleito como o quinto Deputado Federal mais bem votado no estado da Guanabara. Sua imagem corria na boca do povo – fazia parte do grupo liberal-conservador que defendia o nacionalismo – mas, contraditoriamente, discursava a ampliação da relação do Brasil direta com o capital estrangeiro.

Embora tivesse construído uma carreira sólida na política, além do campo militar, não foi suficiente para frear a candidatura de Castello Branco. Nas eleições indiretas de 1964 tinha colocado seu nome como forte concorrente (muitos políticos udenistas o apoiaram), tanto que sua posição foi em segundo lugar, porém, a diferença de votos entre os dois se deu de forma devastadora.

Eurico Gaspar Dutra já tinha experimentado o cargo de Presidente da República (1946-1951) e o anseio de retornar ao posto juntou com o desejo de alguns pessedistas de quererem alguém para representá-los. Tentaria a sorte de ganhar, no entanto não obteve êxito. Ficou em último lugar.

Com supremacia nos votos, sabemos bem quem venceu as eleições indiretas. “Às 18:47 o Congresso anunciava o novo Presidente”<sup>318</sup>: o General Castello Branco.

**Imagem XXI:** Relação dos candidatos à Presidência da República com os respectivos números de votos.

ELEIÇÃO DE 11 DE ABRIL DE 1964 (PELO CONGRESSO NACIONAL)	
PARA PRESIDENTE	
Humberto de Alencar Castello Branco	361
Deputado Juarez Távora	3
General Eurico Gaspar Dutra	2
Abstenções	72

**Fonte:** PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*, 1995.

<sup>318</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.

Já para a vice-presidência concorreram cinco candidatos.

José Maria Alkmin, político do PSD e no movimento do Golpe estava ali por trás ajudando o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, para derrubar João Goulart. O que neste caso favoreceu muito positivamente sua imagem diante da escolha dos líderes das Forças Armadas.

No entanto, Auro Soares de Moura Andrade do PSD não deixaria passar a oportunidade de vivenciar esta experiência e lançou seu nome, fazendo com que os militares se dividissem na escolha entre ele e José Maria Alkmin. Presidente do Senado, entendia muito bem o jogo político por trás das cortinas daquela instituição. Participou ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi Moura Andrade, como era mais conhecido, que caminhou lentamente, em meio a uma multidão de parlamentares engravatados e eufóricos durante a sessão no Congresso, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, e falaria bem alto:

O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. O Sr. Presidente da República abandonou o governo. [...] A acefalia continua. Há necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tome atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição, para o fim de restaurar, na pátria conturbada, a autoridade do governo, a existência de governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado. [...] Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República e, nos termos do art. 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. A sessão se encerra<sup>319</sup>.

Milton Campos, udenista convicto, Ranieri Mazzilli, que estava como Presidente da República provisoriamente e queria ficar por muito mais tempo na cadeia, e Juarez Távora (pleiteava tanto para Presidência como para ser vice) eram os menos preteridos entre congressistas e militares. Se Milton Campos e Ranieri Mazzilli exerciam apenas as funções políticas<sup>320</sup>, o que já desagradava os chefes militares que buscavam alguém que vinha de carreira militar, o candidato Juarez Távora, por sua vez, seria bem mais notado na urna para a Presidência. E para facilitar a vida de José Maria Alkmin, o candidato Auro Soares, seu concorrente de maior peso, renunciara a candidatura.

<sup>319</sup> Para escutar o áudio completo ver no próprio Portal EBC em: “Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República”. Áudio disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/audios/2014/03/auro-de-moura-andrade-declara-vaga-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 20/07/2020.

<sup>320</sup> Milton Campos além das funções políticas tinha o ofício de jornalista e docente.

Na cadeira de Vice-Presidente da República ocuparia o político pessedistas José Maria Alkimin. Ganhou a disputa de forma esmagadora.

**Imagem XXII:** Relação dos candidatos à Vice-Presidência da República com os respectivos números de votos.

PARA VICE-PRESIDENTE	
<i>Em 1º Escrutínio:</i>	
José Maria Alkmim	203
Auro Moura Andrade	150
Ranieri Mazzilli	2
Milton Campos	2
Antônio Sanchez Galdeano	1
Abstenções	63
<i>Em 2º Escrutínio:</i>	
José Maria Alkmim	256
Auro Moura Andrade	9
Milton Campos	2
Juarez Távora	1

**Fonte:** PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*, 1995.

Na manhã seguinte do dia 11 de abril de 1964, quando muitos brasileiros já acordavam sabendo quem seriam os novos empossados para dirigir a nação, o *Diário do Congresso Nacional* divulga a relação completa dos senadores e deputados que estiveram naquela eleição:

Imagem XXIII: Relação dos senadores e deputados que participaram da eleição indireta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XIX - Nº 3

CAPITAL FEDERAL

DOMINGO, 12 DE ABRIL DE 1964

### CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 11 DE ABRIL DE 1964.

PRESENCIA DOS SRS. MOUBA ANDRADE, NOGUEIRA DA GAMA E ADALBERTO SENA.

As 16 horas, encontram-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena,  
José Guimarães,  
Oscar Passos,  
Vivaldo Lima,  
Edmundo Levy,  
Arthur Virgílio,  
Zacarias de Assunção,  
Moura Paiva,  
Senasão Archer,  
Victorino Freire,  
Joaquim Parente,  
José Cândido,  
Siegfredo Fueneco,  
Menezes Pimentel,  
Antonio Juca,  
Wilson Gonçalves,  
Dix-huit Rosado,  
Dinarte Mariz,  
Waltero Gurgel,  
Ruy Carneiro,  
Argemiro de Figueiredo,  
João Agripino,  
Barros Carvalho,  
Ermirio de Moraes,  
Rui Palmeira,  
Herbano Vieira,  
Julio Leite,  
Leite Neto,  
Aloysio de Carvalho,  
Antonio Barbino,  
Josaphat Mariano,  
Jefferson de Aguiar,  
Eurico Azevedo,  
Raul Chaves,  
Miguel Couto,  
Aarão Steinhilber,  
Vasconcelos Torres,  
Afonso Arias,  
Aurelio Viana,  
Gilberto Marinho,  
Milton Campos,  
Benedicto Valladares,  
Nogueira da Gama,  
Padre Calazans,  
Lino de Mattos,  
Moua Andrade,  
Juscilina Knuttschek,  
José Feliciano,  
Pedro Ludovico,  
Lopes da Costa,  
Filinto Müller,  
Bezerra Neto.

Nelson Maculan,  
Adolpho Franco,  
Irineu Bornhausen,  
Antonio Carlos,  
Atilio Fontana,  
Guido Mondim,  
Daniel Krieger,  
Mem de Sá.

E os Srs. Deputados:

Acre:

Altino Machado - PTB,  
Armando Leite - PSD,  
Geraldo Mesquita - PSD,  
Jorge Kalume - PSD,  
Mário Mala - PTB,  
Ruy Lino - PTB,  
Valério Magalhães - PSD.

Amazonas:

Abraão Sabá - PSD,  
Djama Passos - PTB,  
João Veiga - PTB,  
José Esteves - PTB,  
Leopoldo Peres - PSD,  
Manoel Barbuda,  
Paulo Coelho - PTB.

Pará:

Americo Silva - PTB,  
Ariando Corrêa - PSD,  
Buriamaqui de Miranda - PSD,  
Epilogo Campos,  
Gabriel Hermes - UDN,  
Leão Menezes,  
Stélio Maroja - PSP,  
Waldemar Guimarães - PSD,  
Armando Carneiro.

Maranhão:

Alberto Aboud - PTB,  
Cid Carvalho - PTB,  
Clodomir Millet - PSP,  
Eurico Ribeiro - PTB,  
Henrique La Roque - PSP,  
Ivar Saldanha - PTB,  
José Burnett - PSD,  
José Rio - PSD,  
José Sacney - UDN,  
Lister Caidas - PTB,  
Luiz Coelho - PTB,  
Luiz Fernando - PSD,  
Matias Carvalho - PSD,  
Pedro Braga - PTB,  
Renato Archer - PSD.

Piauí:

Chagas Rodrigues - PTB,  
Dyrno Pires - PSD,  
Ezequias Costa - UDN,  
Gayoso e Almendra - PSD,  
Héitor Cavalcante - UDN,  
João Mendes Olímpio - PTB,  
Moura Santos - PSD,  
Souza Santos - UDN.

Ceará:

Armário Falcão - PSD,  
Audiário Pinheiro - PTB,  
Costa Lima - UDN,  
Dias Macedo - PSD,  
Edilson Melo Távora - UDN,  
Esmerino Arruda - PST,  
Expedito Machado - PSD,  
Flávio Marinho - PTB,  
Furtado Leite - UDN,  
Leão Sampaio - UDN,  
Antônio Santord - PTN,  
Martins Rodrigues - PSD,  
Moreira da Rocha - PTB (25 de junho de 1964),  
Moyzes Fuentel - PTB,  
Osiris Pontes - PTB,  
Osian Arraújo - UDN,  
Paes de Almeida - PSD,  
Paes de Andrade - PSD,  
Padre Paimano - PTB,  
Paulo Sarasolé - UDN,  
Raul Carneiro - PTB,  
Wilson Roriz - PSD.

Rio Grande do Norte:

Aluizio Bezerra - PSD,  
Aristonias Fernandes - PSP,  
Cívris Motta - PTB,  
Djalma Marinho - UDN,  
Jesse Freire - PSD,  
Odilon Ribeiro Coutinho - PSD,  
Vinget - PTB.

Paraíba:

Arnaldo Lafaiete - PTB,  
Bivar Olimpio - PSD,  
Ernany Satiro - UDN,  
Flaviano Albeiro - UDN,  
Jandui Carneiro - PSD,  
João Fernandes - PSD,  
Luiz Bronzeado - UDN,  
Milton Cabral - PTB,  
Plínio Lemos - UDN,  
Raul de Góes - UDN,  
Teotônio Neto - PSD,  
Vital do Régo - UDN.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho - PSD,  
Aderbal Jurema - PSD,  
Alde Sampaio - UDN,  
Afrida Câmara - PDC,  
Augusto Novais - UDN,  
Aurino Valois - PTB,  
Clodomir Leite - PTB,  
Costa Cavalcanti - UDN,  
Dias Lins - UDN,  
Edgar Bezerra,  
Geraldo Guedes,  
Herculio Régo - PTB,  
José Carlos - UDN,  
José Meira - UDN,  
Magalhães Melo - UDN,  
Milvernas Lima - PTB.

Ney Maranhão - PTB,  
Nilo Coêlo - PSD,  
Oswaldo Lima Filho - PTB,  
Souto Maior - PTB,  
Taboas de Almeida - PTB.

Alagoas:

Abraão Moura - PTB,  
Aloysio Nani - PTB,  
Ary Pitombo - PTB,  
Medeiros Neto - PSD,  
Muniz Paiva - PSP,  
Oceano Cardeal - UDN,  
seus Cardoso - PTN,  
Ferreira Lúcio - UDN,  
Segismundo Andrade - UDN.

Sergipe:

Ariosto Amado - PTB,  
Arnaldo Garcez - PSD,  
Euvaldo Diniz - PTB,  
Francisco Macedo - PTB,  
Lourival Batista - UDN,  
Machado Roitemberg - UDN.

Bahia:

Alcides de Castro - PSD,  
Antonio Carlos Magalhães - UDN,  
Clemens Sampaio - PTB,  
Edgard Ferreira - PSD,  
Gasão Pereira - PTB,  
Heitor Dias - UDN,  
Hermogenes Príncipe - PSD,  
João Avelar - PTB,  
João Mendes - UDN,  
Josaphat Azevedo - PTN,  
Josaphat Borges - PSD,  
Luiz Viana - PTB,  
Luiz Freire - PTB,  
Manoel Novais - PTB,  
Manso Cabral - PTB,  
Oliveira Brito - PSD,  
Oscar Cardoso - UDN,  
Pedro Catalão - PTB,  
Raimundo Brito - PTB,  
Regis Pacheco - PSD,  
Ruy Santos - UDN,  
Teófilo de Albuquerque - PTB,  
Tourinho Dantas - UDN,  
Vasco Filho - UDN,  
Vieira de Melo - PSD,  
Wilson Falcão - UDN.

Espirito Santo:

Bagueira Leal - UDN,  
Dirceu Cardoso - PSD,  
Dulceino Monteiro - UDN,  
Florianô Rubin - PTN,  
Gli Veloso - UDN,  
João Calmon - PSD,  
Cassido Zanella - PSP,  
Raymundo de Andrade - PTB.

Rio de Janeiro:

Afonso Celso - PTB,  
Alair Ferreira - PSD.

Imagem XXIV: Relação dos senadores e deputados que participaram da eleição indireta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

Amaral Peixoto — PSD.  
 Ario Theodoro — PTB.  
 Augusto De Gregório — PTB.  
 Bernardo Pimentel.  
 Carlos Wornick.  
 Dazo Coimbra — PSD.  
 Edésio Nunes — PTB.  
 Edilberto de Castro — UDN.  
 Geremias Foutas — PDC.  
 Hill Ribeiro — PTB.  
 José Maria Ribeiro.  
 José Pedroso — PSD.  
 Mario Tamborindeguy — PSD.  
 Raymundo Padilha — UDN.  
 Tenório Cavalcanti — PST.

Guanabara:  
 Adauto Cardoso — UDN.  
 Adimar Esteiro — UDN.  
 Amaral Neto — UDN.  
 Arnaldo Nogueira — UDN.  
 Bruno da Silveira — PTB.  
 Carneiro de Menezes — UDN.  
 Chuagas Freitas — PSD.  
 Epanhoradas dos Santos — PTB.  
 13.6.64.  
 Guerreiro Ramos — PTB (20 de junho de 1964).  
 Hamilton Nogueira — UDN.  
 Jamil Amides — PTB.  
 Joaquim Expedito Rodrigues.  
 Juarez Távora — PDC.  
 Mendes de Moraes.  
 Nelson Carneiro — PSD.  
 Paulo Baeta Neves.  
 Rubens Baretto — PTB.  
 Waldir Simões — PTB.

Minas Gerais:  
 Ceilo Murta.  
 Abel Raimal — PRP.  
 Aécio Cunha — FR.  
 Amintas de Barros — PSD.  
 Antônio Luciano — PSD.  
 Austrégio de Mendonça — PAB.  
 Bento Gonçalves — PSP.  
 Elias Fortes — PSD.  
 Elise Pinto — UDN.  
 Carlos Mulla — PSD.  
 Celso Passos — UDN.  
 Dour Mendes — UDN.  
 Elias Carmo — UDN.  
 Francisco Pereira — UDN.  
 Geraldo Freire — UDN.  
 Gilberto Faria — PSD.  
 Guilherme Machado — UDN.  
 Guilherme de Oliveira — PSL.  
 Gustavo Caparim — PSD.  
 Horácio Bethencourt — UDN.  
 Jaeder Albergaria — PSD.  
 João Hercúlio — PTB.  
 José Bonifácio — UDN.  
 Manoel de Almeida — PSD.  
 Manoel Teixeira — UDN.  
 Maurício de Andrade — PSD.  
 Milton Reis — PTB.  
 Nogueira de Rezende — PR.  
 Olavo Costa — PSD.  
 Osmeo Botelho — UDN.  
 Oscar Corrêa — UDN.  
 Ovidio de Abreu — PSD.  
 Ozeanam Coelho — PSD.  
 Padre Nobre — PTB.  
 Padre Vazani — PSD.  
 Paes de Almeida — PSD.  
 Paulo Freire — PTB.  
 Pedro Aisino — UDN.  
 Pinheiro Chagas — PSD.  
 Renato Azeredo — PSD.  
 Rondon Pacheco — UDN.  
 San Tiago Dantas — PTB.  
 Simão da Cunha — UDN.  
 Tancredo Neves — PSD.  
 Teófilo Pires — PR.  
 Uldino de Carvalho — PSD.  
 Walter Passos — PR.  
 José Humberto.

São Paulo:  
 Adib Chammas — PSP.  
 Adrião Bernardes — PST.  
 Afrânio de Oliveira — UDN.  
 Alceu de Carvalho — PTB.  
 Amaral Futala — PSD.  
 Anísio de Barros — PDC.  
 Antônio Feliciano — PSD.  
 Arnaldo Cerdeira — PSP.  
 Athé Coury — PDC.  
 Batista Ramos — PTB.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
**ALBERTO DE BRITO PEREIRA**

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES: **MURILLO FERREIRA ALVES**  
 CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO: **FLORIANO GUIMARÃES**

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
 BRASILIA

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 90,00	Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00

— Excecionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será cobrado de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Breca Filho — PSP.  
 Campos Vergil — PSP.  
 Cântido Sampaio — PSP.  
 Carvalho Sobrinho — PSP.  
 Celso Amaral — TB.  
 Cunha Bueno — PSD.  
 Dias Mendes — PUN.  
 Dervilla Algreni — MTR.  
 Ewaldio Pinto — MTR.  
 Franco Monteiro — PDC.  
 Francisco Scarpa — PSD.  
 Hary Norman — PSP.  
 Hamilton Prado — PTN.  
 Hamilton Prado — PTN.  
 Roldo Magalhães — PTB.  
 Henrique Turner — PDC.  
 Herivel Levy — UDN.  
 Hugo Borghi — PRT.  
 João Filipecki — PSP.  
 João Abdala — PSD.  
 José Esbôsa — PTB.  
 José Menck — PDC.  
 José Resegue — PTB.  
 Leão Cruz — UDN.  
 Levy Tavares — PSD.  
 Lima Morganti — PRT.  
 Luiz Francisco — PTN.  
 Marco Costa — PRT.  
 Maurício Godart — PTN.  
 Nicolau Tuma — UDN.  
 Orestes Monteiro.  
 Pacheco Chaves — PSD.  
 Padre Godinho — UDN.  
 Paulo Mansur — PTB.  
 Pedro Marão — PTN.  
 Frederia Lopes — UDN.  
 Pinheiro Bisolla — PUP.  
 Pliko Salgado — PRP.  
 Ruy Amaral — PRT.  
 Sussumo Hirata — UDN.  
 Teófilo Andrade — PDC.  
 Tuhy Nasif — PTN.  
 Ulisses Guimarães — PSD.  
 Yukishige Tamura — PSD.  
 William Salem — PTB.

Benedito Vaz — PSD.  
 Castro Costa — PSD.  
 Celestino Fialho — PSD.  
 Emival Canino — UDN.  
 Geraldo de Fina — PSD.  
 Haroldo Duarte — PTB.  
 Jales Machado — UDN.  
 José-Freire — PSD.  
 Ludovico de Almeida — PSP.  
 Pelotão da Silveira — PSD.  
 Rezende Monteiro — PTB.

Matô Grosso:  
 Correla da Costa — UDN.  
 Edison Garcia — UDN.  
 Euláscio Garcia — PSD.  
 Ercilio Mames — PSD.  
 Saldanha Derzi — UDN.  
 Wilson Padua — PTB.  
 Wilson Martins — UDN.

Paraná:  
 Accioly Filho — PDC.  
 Antônio Arubelli — PTB.  
 Antônio Baby — PTE.  
 Braga Itama — UDN.  
 Elias Nado — PTB.  
 Emílio Gomes — PDC.  
 Fernando Gama — PTB.  
 Hermes Macedo — UDN.  
 Ivan Luz — PRP.  
 João Ribeiro — PSD.  
 João Simões — PSD.  
 Jorge Curti — UDN.  
 José Richa — PDC.  
 Lyrio Bertoli — PSD.  
 Maia Neto — PTB.  
 Miguel Buitara — PTB.  
 Minoru Miyemoto — PDC.  
 Newton Carneiro — UDN.  
 Paulo Montana — PSD.  
 Petrólio Fernal — PTB.  
 Plínio Costa — PSD.  
 Rafael Rezende — PSD.  
 Renato Celidônio — PTB.  
 Wilson Chedid — PTB.  
 Zacharias Seleme — UDN.

Santa Catarina:  
 Albino Zeni — UDN.  
 Alvaro Cantão — UDN.  
 Antônio Alzaida — PSD.  
 Aroldo Carvalho — UDN.  
 Carmelo de Loyola — UDN.  
 Dionício de Freitas — UDN.  
 Doutel de Andrade — PTB.  
 Laerte Vieira — UDN.  
 Joaquim Ramos — PSD.  
 Lenov Vargas — PSD.  
 Orlando Bertoli — PSD.  
 Osni Regis — PSD.  
 Paulo Macarini — PTB.  
 Pedro Zimmermann — PSD.

Rio Grande do Sul:  
 Adílio Viana — PTB.  
 Afonso Anschau — PRP.  
 Antônio Bresolin — PTB.  
 Ary Alcântara — PSD.  
 Erico Velho — PL.  
 Cesar Pinto — PTB.  
 Cid Furtado — PDC.  
 Clay de Afaújo — PTB.  
 Clovis Pestana — PSD.  
 Crocacy de Oliveira.  
 Daniel Faraco — PSD.  
 Esclêdes Triches — PDC.  
 Flôres Soares — UDN.  
 Floriano Paixão — PTB.  
 Giordano Alves — PTB.  
 Jairo Brum — MTR.  
 Lauro Leitão — PSD.  
 Luciano Machado — PSD.  
 Norberto Schmidt — PL.  
 Peracchi Bergolin — PSD.  
 Raul Pila — PL.  
 Ruben Alves — PTB.  
 Tasso Dutra — PSD.  
 Unifrio Machado — PTB.  
 Zaire Nunes — PTB.

Amapá:  
 Janari Nunes — PSP.

Roraima:  
 Renato Medeiros — PTB.

Roraima:  
 Felix Valois.

**O SR. PRESIDENTE:**  
 A lista de presença acusa o comparecimento de 381 Senhores Deputados e de 80 Senhores Senadores, totalizando 461 Senhores Congressistas, na Casa, até este momento. Está, portanto, aberta a sessão, em face do número legal existente. (Pausa).

**O SR. DOUTEL DE ANDRADE:**  
 Senhor Presidente, peço a palavra, para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE:**  
 A Presidência pedirá ao nobre Líder Doutel de Andrade licença para declarar a finalidade da reunião, caso V. Ex. possa aguardar para fazer a comunicação.

**O SR. DOUTEL DE ANDRADE — Perfeitamente.**

**O SR. PRESIDENTE:**  
 Conforme consta do Edital de Convocação do Congresso Nacional, esta sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal destina-se a realizar as eleições de Presidente e de Vice-Presidente da República, na forma do que estabelece o Artigo 78, § 2º da Constituição Federal.

Após a promulgação da Lei nº 4.321, regulando as eleições no caso de vacância da Presidência e da Vice-Presidência da República, na segunda metade do período presidencial, em nome da revolução vitoriosa foi baixado pelos Chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica um Ato Institucional, já do conhecimento do Congresso Nacional e da Nação.

Nesse Ato também se regulam aspectos relativos ao processo de eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Fonte: Diário do Congresso Nacional, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964, p. 94.

Como vimos no *Diário do Congresso Nacional*, se muitos faltavam às sessões de debates no Senado, aquele final de tarde foi um dia fora do comum. A “casa política” estava lotada. A lista dos que se fizeram presentes acusou “381 Senhores Deputados e 60 Senadores, totalizando 441 Senhores Congressistas”<sup>321</sup>. Cada um querendo se expressar. Cada deputado e senador acotovelando uns nos outros buscando representar seu estado.

Só que, por regra do Congresso, na eleição indireta apenas puderam fazer arguições os líderes de cada bancada (ou chamados também de blocos partidários) e suas manifestações de defesas e ataques seriam a voz de seu partido e estado, ainda que soubessem das fragmentações ideológicas no interior das bancadas/partidos. E foram justamente estas dissensões que muitos líderes discursaram uma perspectiva e os correligionários votantes tiveram outra posição.

É o caso do PTB.

Os políticos petebistas, partido este renegado no novo projeto político-ideológico que se erguia, estavam de mãos atadas e sem escolhas. Ou apoiariam os partidos de ala conservadora ou renunciavam seus votos no dia da eleição. Muitos preferiram se abster e outros ficaram do lado dos pessedistas. Um dia antes da votação no Congresso, o *Jornal do Dia* esclarecia que até aquele momento:

Não se sabe ainda qual a verdadeira posição do PTB quanto à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Observadores políticos admitem que numerosos deputados petebistas possam aliar-se com numerosos parlamentares do PSD e de pequenos partidos para assegurar a escolha do General Kruei.<sup>322</sup>

Deputado Doutel de Andrade, líder do PTB, se pronunciou na sessão explicando que por motivos de divergências entre os partidos para a escolha dos candidatos possíveis de serem votados, os petebistas estariam se abstendo da votação. Chegou a falar a célebre frase: “A História um dia se manifestará sobre a atitude do meu Partido”<sup>323</sup>.

De fato, Doutel de Andrade acertaria em cheio nas palavras finais de seu discurso. A partir da teoria pecheutiana – de que a enunciação do sujeito é diretamente ligada ao seu *lugar social* –, é possível dizer como se posicionaram os integrantes petebistas e mostrar que uma fonte documental pode, sim, trazer informações contraditórias. Explicando melhor: no momento que lemos nas páginas do *Jornal do Dia* o líder Doutel afirmando que o PTB se

<sup>321</sup> *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964, p. 94. Ênfase que foram 72 abstenções e 37 políticos que não quiseram ou não puderam comparecer.

<sup>322</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 10 de abril de 1964, p. 3.

<sup>323</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.

ausentava por não concordar com os critérios da seleção dos candidatos – induzindo o seu público-leitor a entender que todos os petebistas seguiram a mesma postura de Doutel –, na mesma edição o impresso informa como os deputados e senadores de vários estados e partidos, incluindo do Maranhão, votaram:

A bancada maranhense votou da seguinte maneira: Senador Eugenio Barros e Senador Sebastião Archer com o General Castelo Branco. O Senador Vitorino Freire com o Marechal Dutra. Com o General Castelo Branco votaram os deputados Clodomir Milet, Eurico Ribeiro, Henrique La Rocque, José Burnet, José Rio, José Sarney, Lister Caldas, Luiz Coelho, Luiz Fernando Freire, Mattos Carvalho e Renato Archer. Em branco votaram os deputados Alberto Aboud, Cid Carvalho, Ivar Sardanha e Pedro Braga.<sup>324</sup> Dutra ganhou dois votos: um de Vitorino Freire e do Deputado Anísio Rocha (PSD-GO).<sup>325</sup>

Dos representantes políticos do Maranhão, dá para conjecturar os motivos das escolhas com base nos elementos de *política dos favores e indicações*, amizades e interesses futuros na política central do estado: o empresário Alberto Aboud e Cid Carvalho, comungando os mesmos posicionamentos político-ideológicos à frente da direção do *Jornal do Dia* se abstiveram da votação<sup>326</sup>. Clodomir Milet (PSP), amigo do grupo editorial deste impresso e, posteriormente, sendo diretor-responsável das redações, entendeu que o melhor caminho de acabar com o vitorinismo seria apoiar Castelo Branco. O Deputado Federal Henrique La Rocque (PSP), defensor desde sempre do Golpe Civil-Militar, não foi surpresa ver a confiança em Castelo Branco.

Renato Archer, que no passado foi do PSD entre os anos de 1945 a 1958 e atuando como Deputado Federal pelo PTB (1958-1965), não faria diferente do que já se esperava em apoiar Castelo Branco. Isto porque a decisão foi movida pelo ressentimento. Desde 1948 ambos não trocavam palavras devido, após um desentendimento, o Senador Victorino Freire ter mexido os palitos na política e afastou do cargo de oficial-de-gabinete. Doutel de Andrade dizia que os petebistas iriam se abster do voto, todavia, não foi o que fez Renato Archer.

O piauiense Lister Caldas, que pertenceu ao PSD-MA (1955-1963), sendo colocado como oficial-de-gabinete do interventor Sartunino Bello e um dos correligionários de Victorino Freire, surpreenderia a muitos quando decidiu concorrer à cadeira de Deputado Federal pelo PTB-MA (1963-1965). Votaria, desta forma, em Castelo Branco.

<sup>324</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.

<sup>325</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 5.

<sup>326</sup> Estranha muito saber que Ivar Sardanha do PTB-MA se absteve do voto, pois ele aparece em várias edições do *Jornal do Dia* como um combatente de Newton Bello e do vitorinismo.

Pedro Braga Filho foi muito mais um udenista *Bossa Nova* do que um petebista goulartista, ainda que ficou marcado algumas defesas que fez às Reformas de Base e sua atuação como vice-líder do PTB na Câmara Federal (1963-1965). Votou em Castelo Branco já com pretensões de avançar na política maranhense. Queria ele se candidatar nas eleições de 1965 e retirar o vitorinismo do poder central no estado, o que de certa forma conseguiu concorrer como vice-governador na chapa de Renato Archer. A mesma coisa foi com José Sarney: udenista da *ala Bossa Nova*<sup>327</sup>. Objetivando apoio futuro em sua candidatura ao cargo de Governador e conhecedor de perto da *Operação Limpeza* que o pessedismo vitorinista iria sofrer com o *processo revolucionário* dos militares, votaria também em Castelo Branco.

E temos, então, os *pessedistas rebeldes*<sup>328</sup> da Ilha.

Eurico Ribeiro do PSD, amigo do ex-governador pessedistas José de Mattos Carvalho, porém descontente com seu sucessor Newton Bello, votaria em Castelo Branco. José Burnett, um pessedistas sempre convicto do antivitorinismo. Empresário Luiz Gonzaga Barros Coelho, (conhecido como Luiz Coelho), foi um pessedistas afastado do sistema de Victorino Freire. Luís Fernando Freire, nascido no Rio de Janeiro e filho de Victorino Freire, ainda que tenha conseguido ganhar a disputa para Deputado Federal pelo Maranhão com ajuda de seu pai, contrariou este e votou em Castelo Branco. Criava-se uma inimizade entre os dois que já vinha nascendo desde tempos atrás quando Fernando Freire discordava de algumas atitudes coronelesca e mandonista do pai<sup>329</sup>. José de Mattos Carvalho do PSD agiria mediante o descontentamento do vitorinismo.

Castello Branco seria a figura ideal para dar legitimação ao poder dos golpistas. Como um dos desafios, desde o início da idealização do movimento, foi unir os grupos que se encontravam numa situação díspares e de confrontação, as Forças Armadas enxergavam no General cearense que este conseguiria colocar em prática a síntese do “processo revolucionário”. Mais do que aproximar os pensamentos de aproximações (e oposições), ser o elo da construção da nova política já visando o futuro da implantação do sistema ditatorial. E para assegurar mais ainda a classe política-militar e empresarial nada melhor do que ter ao seu lado, José Maria Alkimin, “velha raposa do PSD, amigo e correligionário de Juscelino Kubitschek” (REIS, 2014, p. 54).

<sup>327</sup> No subcapítulo a seguir retornarei a explicar sobre a posição da *Ala Bossa Nova* udenista.

<sup>328</sup> *Pessedistas Rebeldes* porque faziam parte do PSD-MA, porém não estiveram do lado de Victorino Freire para votarem em Eurico Gaspar Dutra. E muitos se firmaram na política pela ajuda que tiveram do sistema vitorinista.

<sup>329</sup> Luís Fernando Freire sairia de vez do PSD e migraria para o PP quando fez críticas duras à memória de Victorino Freire no Jornal O Estado do Maranhão, dirigido pelo arquirrival José Sarney.

Com Castello Branco (representando diretamente a classe militar) e José Maria Alkimin (representando o pessedismo e políticos conservadores), assumindo o país na responsabilidade de reestruturar a política brasileira na parceria civil-militar, naquele dia “o movimento de 64 marca o fim do papel tradicional dos militares na política e o aparecimento de novos padrões. Até então, os militares atuavam como o poder moderador. Derrubavam um Presidente, mas não ocupavam o poder”, afirmou Hélio Silva (1975, p. 30). Não apenas ocuparam o posto central como permaneceram por longos vinte e um anos.

### **3.4 Maranhão de terras boas para a Revolução<sup>330</sup>: a Raposa Vitorina, Canguru Político entra em cena e as primeiras medidas de Castello Branco**

*Procura-se a Revolução. Onde ela se meteu que não chega ao Maranhão. Estou em Brasília na busca dessa entidade querida, que ainda não decidiu fazer uma visita a minha terra.*

(Jaime Souza, 1964).<sup>331</sup>

A frase, escrita no letreiro e colocada suspensa no automóvel Volkswagen Kombi, estacionada ao lado do Congresso Nacional em Brasília, é do senhor Jaime Souza. Um andarilho que nunca foi político e nem chegou a se candidatar. Contudo, ficou conhecido em vários estados do país, incluindo o Maranhão – sua terra natal –, por assim dizer que viajava no desejo de localizar os feitos da Revolução de abril e, quando não encontrados, protestava por meio de faixas, letreiros, debatendo em espaços públicos e nas entradas das Câmaras Legislativas.

O senhor viajante Jaime Souza reivindicava que Castello Branco estava demorando fazer uma revolução no Maranhão. Qual revolução pretendia e muitos outros pró-Governo Civil-Militar? Expressamente no setor político-administrativo. O que influi dizer que ele criticava a situação social e política que o estado vivia desde os tempos de João Goulart e que mesmo após o Golpe de 31 de março o continuísmo se fazia presente.

Acontece que, no Maranhão, as propostas das reformas de Jango, juntamente com a crise, a deposição e as disputas políticas dentro do estado com a nova gestão de Governo de Castello Branco tiveram suas especificidades e, os motivos que foram os mais diversos

<sup>330</sup> O título foi pensado a partir da fala do Presidente Castello Branco. Ver em: *O Imparcial*, São Luís, 8 de dezembro de 1964, p. 1. Voltaremos a este pronunciamento no momento oportuno.

<sup>331</sup> MARANHENSE Percorre o Brasil Procurando Localizar Revolução. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de setembro de 1964, p. 5.

possíveis, fariam com que esse dito processo revolucionário que tanto almejavam os apoiadores da operação político-policial-militares – grupos empresariais e liberais-conservadores da média e alta burguesia – não aconteceria da noite para o dia<sup>332</sup>.

Enquanto a política fervilhava no estado da Guanabara e no Congresso Nacional em Brasília, no Maranhão também não foi diferente naquelas semanas do Comício na Central do Brasil (Comício das Reformas). Mal João Goulart assinava os decretos diante daquela multidão estarecida pelo que via e ouvia, a Assembleia Legislativa do Estado, mais especificamente a bancada dos udenistas lacerdistas e os pessedistas vitorinistas, rejeitariam as propostas do Presidente da República.

**Imagem XXV:** Texto editorial anunciando que Newton Bello e sua bancada de correligionários rejeitou o projeto das Reformas de Base de João Goulart.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 4.

Se as Reformas de Base, no eixo sul-sudeste, tentava ainda seus últimos suspiros se concretizar em março de 1964 – vindo desde o início aos trancos e barrancos<sup>333</sup> –, no território político maranhense a ideia do projeto foi rejeitada antes mesmo de chegar à mesa-antigoulartista, sem sequer dar brecha para uma esperança de sua aceitação.

<sup>332</sup> Não somente as classes da média e da alta burguesia apoiavam o novo Regime Civil-Militar. Muitos que não transitavam em nenhuma classe/grupo de grande prestígio de status e poder, faziam parte dos que concordaram com o movimento de 31 de março de 64 e com a entrada de Castelo Branco no Poder Central.

<sup>333</sup> Ditado popular brasileiro.

Só que no entrecho dessas rejeições, é importante pontuar que Newton Bello chegou até negociar o projeto da Reforma Agrária com João Goulart, porém, nas palavras do *Jornal do Dia* tudo não passava de um truque do sistema vitorinista para fazer posteriormente manobras políticas e angariar mais poder e prestígio no estado. Na capa estava estampada a seguinte matéria:

**Imagem XXVI:** A estratégia vitorinista denunciada no editorial *do Dia*.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de fevereiro de 1964, p. 1.

Para um estado sob o mando de uma política coronelista-oligárquica e com uma dura prática clientelista de *favores e indicações*, fica evidente “a trama palaciana sôbre a reforma agrária”<sup>334</sup>. A promessa feita de entregar as terras do Maranhão para a mudança do cenário no campo rural não passava de um aproveitamento do situacionismo local com intenções de fazer campanhas publicitárias para as eleições que deveriam acontecer em 1965.

O *Jornal do Dia*, neste momento, fazendo um papel de veículo denunciador – que não simplesmente expõe o fato/acontecimento, mas narra-o de uma forma que denuncia o problema e busca direcionar o seu leitor para o mesmo caminho partidário-ideológico do editorial –, afirmou que o plano em ação do PSD-vitorinista seria nada mais do que formar um apadrinhamento dos latifundiários que fossem do lado do sistema e, conseqüentemente,

<sup>334</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de fevereiro de 1964, p. 3.

“deixá-los a margem das medidas de desapropriação do govêrno central”<sup>335</sup>. E o respaldo que a redação encontrou mais ainda para validar o que chamou de “Uma traição”<sup>336</sup> aos campeonatos maranhenses e ao próprio João Goulart é que Victorino Freire e Renato Archer (este candidato à sucessão de Newton Bello) estariam negociando com o Presidente da República para a nomeação de um fazendeiro-latifundiário e correligionário do PSD na direção da SUPRA no Maranhão.

A equipe editorial *do Dia* analisando a atitude do governador e sua filiação partidária-ideológica, se manifestou mais uma vez do lado do Presidente Jango e aproveitou o momento para fazer duras críticas a Newton Bello, o que, conseqüentemente, seria também indiretas a Victorino Freire: “a confirmação oficial de que o govêrno do sr. Newton Bello é retrógrado, anti-popular, anti-reformista e de bases nitidamente latifundiárias [...]”<sup>337</sup>. E, ainda nesta mesma edição, não se intimida em mostrar aos ludovicenses a importância do Comício das Reformas, soltando verbos de alegrias:

A noite de ontem foi para o Brasil como o amanhecer de um novo dia na sua destinação histórica. Para o Povo, novas esperanças. Para o Presidente João Goulart mais uma vitória sôbre as fôrças reacionárias, que não conseguiram impedir a realização do comício durante o qual foram assinados decretos autorizando a SUPRA a desapropriação de terras às margens de rodovias e açudes e encampando a refinaria de Capuava juntamente com todas as congêneres.<sup>338</sup>

Para tecer os motivos das críticas do *Jornal do Dia* aos grupos políticos antiGoulart, é preciso um entendimento do contexto político e social que o Maranhão se encontrava.

A política no Maranhão, desde 1945, obedecia às regras do Senador pernambucano Victorino de Brito Freire, do PSD. As terras maranhenses foram os melhores palcos que este político e seus correligionários encontraram para construir toda a rede política-administrativa que mais tarde seria lembrado como “sistema vitorinista”, “vitorinismo” ou ainda “era vitoriana”, como afirma Benedito Buzar que entre 1945 a 1965, a figura de Victorino Freire estava além de um líder: “Mais chefe do que líder” (BUZAR, 1998, p. 20), criou e deu consolidação a um “sistema de prática política e administrativa” (Ibidem, p. 499). Nas palavras de José Ribamar Chaves Caldeiras, Vitorino Freire tinha uma persuasão tão grande que o PSD no Maranhão “chegou a se confundir com o próprio vitorinismo” (1978, p. 73).

<sup>335</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>336</sup> UMA TRAIÇÃO. Paulo Nascimento Moraes. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de fevereiro de 1964, p. 3.

<sup>337</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 4.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 5.

Além da personalidade de chefe mão-de-ferro e coronelista – é só lermos a assinatura final na carta-bilhete que correspondia a Jânio Quadros, após ter sofrido um acidente no seu automóvel<sup>339</sup>, no dia 14 de março de 1961: “Esta carta vai assinada com a mão esquerda porque a direita está fraturada. Com a esquerda escrevo mal, mas atiro bem...” (FREIRE, 1978, p. 220) –, Victorino Freire na atuação de Senador pelo Maranhão, foi um daqueles donatários da política à brasileira muito hábil e astuto, o que lhe garantia domínio pleno para agir “de intermediário entre o poder – central e estadual – e a classe política do Estado” (PACHÊCO FILHO, 2015, p. 23).

Tentava a todo custo e preço colocar e tirar nos cargos políticos quem melhor garantisse seus interesses, privilégios, principalmente para cargo de governador (em alguns momentos para interventor do estado). E quando os ventos não sopravam ao seu favor, vinha pessoalmente na capital dizendo que chegava para arrochar as cangalhas. Não foi por acaso que o *Jornal do Dia* soube resumir bem a biografia de Victorino Freire numa frase: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”<sup>340</sup>.

Desde jovem e quando ocupava apenas o posto de Oficial do Gabinete do Ministério da Aviação e Obras Públicas do General João de Mendonça Lima, em 1939, já tinha a habilidade de fazer negociações políticas e administrativas. Confessa em seu livro de memórias, *A Laje da Raposa*, que neste cargo: “comecei verdadeiramente a alicerçar minha base política” (FREIRE, 1978, p. 69). Carregava consigo o espírito do mandonismo e prática de favores e indicações: “fui responsável por muitas nomeações para cargos federais” (FREIRE, 1978, p. 70).

Para se ter uma ideia da dimensão de seu poder de influência no estado, quando atuava ainda como Deputado Federal, Victorino Freire conseguiu organizar um novo PSD trazendo, com isto, sua permanência para dentro do seio político maranhense. Deu forças na candidatura de seu amigo Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República nas eleições de 1945<sup>341</sup>.

---

<sup>339</sup> O acidente ocorreu em fevereiro de 1961 quando viajava para sua fazenda no Rio de Janeiro. O dia era de muita chuva e lama. Levou diversos pontos no corpo e rosto. Mão direita fraturada e a perda de um olho. Jânio Quadro primeiro envia o bilhete prestando solidariedade, em 10 de março de 61, e dias depois Victorino Freire o responde.

<sup>340</sup> O SEGREDO de Vitorino. *Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 27 de outubro de 1954 apud BONFIM, 1985, p. 3.

<sup>341</sup> Com o fim do Estado Novo (1937-1945), a UDN vinha com sede de poder para conseguir pôr as “mãos” no Governo Central. Lançaria na disputada eleição o patrono da Força Aérea Brasileira (FAB), Brigadeiro Eduardo Gomes. Getúlio Vargas para não ver os udenistas antivarguistas ferrenhos ganharem a corrida ao cargo da Presidência da República, apoia por completo a candidatura do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra pelo PSD. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como tinha acabado de ter sido fundado, por Vargas, não havia possibilidade naquele momento de lançar seu candidato. O que foi, de certa forma, benéfico para Gaspar Dutra, pois formou-se uma aliança entre PSD-PTB.

Foi também responsável pela saída do interventor do Maranhão, Paulo Ramos, e, assim que pediu exoneração, assumindo em seu lugar Clodomir Cardoso, Victorino Freire não perdeu tempo para indicar Saturnino Bello, atendido de imediato pelo Presidente Gaspar Dutra. Tudo isto antes mesmo de ocupar o cargo de Senador.

Outra grande demonstração da influência de Victorino na política maranhense foi quando, já ocupando o Senado Federal, faz com que Antônio Bayma renuncie o cargo de Senador pelo Maranhão. A explicação plausível para esta renúncia se dá porque o seu amigo e político pessedista, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, depois de uma fracassada tentativa de se reeleger pelo estado de nascimento, Paraíba, nas eleições de 3 de outubro de 1954, “uma imprevisível derrota de Chateaubriand para o candidato da UDN, Argemiro Figueiredo” (BUZAR, 1998, p. 222), pediu para que Victorino fizesse uma ponte e o ajudasse a ganhar o espaço desejado na política do Maranhão.

Acontece que não haveria mais eleições para o Congresso antes da eleição para Presidente e governadores. O calendário eleitoral já estava fechado. A única possibilidade que Victorino Freire encontrou para viabilizar esse jogo político seria forçar “a renúncia de um senador em exercício, assim como de seu suplente, criando, dessa forma, uma vaga que pela lei teria de ser preenchida” (FREIRE, 1978, p. 167). Ou seja, fazer com que o TSE fizesse uma nova eleição mesmo sabendo que viria uma onda de insatisfação e denúncias por parte da imprensa oposicionista. Segundo Benedito Buzar, Antônio Bayma renunciou ao cargo “sem maior relutância, até porque era um vitorinista assumido e leal, ele e o suplente Newton Bello. Em 31 de janeiro de 1955, entregaram à Mesa do Senado cartas de renúncia aos seus mandatos” (1998, p. 227).

Antes mesmo da renúncia de Antônio Bayma e seu suplente, a Justiça Eleitoral e o vitorinismo já tinham entrado em acordos. “Em 8 de janeiro de 1955, o Tribunal Superior Eleitoral, inesperadamente, marca para 20 de março a eleição de senador e suplente no Maranhão” (BUZAR, 1998, p. 228). Com todas as críticas e pressão dos jornais Pequeno, do Povo, O Combate – que diziam ser a maior barganha política já presenciada na história do PSD e que explicitamente se tratava de uma vergonhosa negociação situacionista –, não foi possível parar o processo: “as urnas abertas deram a vitória a Chateaubriand, por mais de 100.000 votos!” (FREIRE, 1978, p. 196)<sup>342</sup>.

---

<sup>342</sup> Segundo Benedito Buzar a apuração nas urnas foram: “o candidato pessedistas recebeu 99.995 sufrágios e o seu suplente competidor apenas 21.480 votos” (1998, p. 231). O suplente foi o desembargador Raimundo Púlio Bandeira de Mello.

Victorino Freire em seu livro de memórias, *A Laje da Raposa* (1978), explicou como a figura de Assis Chateaubriand foi utilizada nessas relações de barganhas de poder na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek:

[...] Dono de uma poderosa cadeia de jornais, rádios e estações de televisão, Chateaubriand constituía-se em valioso aliado para qualquer candidato à Presidência da República. Faltava a Juscelino, candidato do PSD, a necessária cobertura jornalística para a campanha, e por todos os meios e maneiras, a cúpula do PSD procurava conseguir o apoio de Chateaubriand para o nosso candidato. O PSD do Maranhão era, sem dúvida, das seções mais fortes do partido, e um dia fui convidado a participar de uma reunião com Juscelino, Amaral Peixoto e Benedito Valladares. Na conversa, foi relatada a situação angustiante em que se encontrava o partido, sem dinheiro e sem imprensa para a campanha. A solução imaginada seria eleger Chateaubriand senador pelo PSD, em algum estado do Brasil, o que faria colocar toda a sua máquina publicitária a favor da campanha de Juscelino. (FREIRE, 1978, p. 165).

Analisando bem essa negociação, ambos ganhariam na prática o que denomino neste estudo de *política de favores e indicações*. Assis Chateaubriand ganhando a titularidade de Senador pelo Maranhão – o que para ele muito valeria para aumentar ainda mais o seu controle nos veículos impressos – as vantagens adquiridas para o sistema vitorinista seriam bastante óbvias: Chateaubriand “não era um político qualquer, cujo insucesso nas urnas fosse aceito tranquilamente pelo partido que controlava o poder” (BUZAR, 1998, p. 222).

“Chatô, o rei do Brasil”<sup>343</sup>, controlava a maior cadeia de jornais e rádios, os *Diários Associados*, e tendo um figura política com toda esta influência na imprensa representando o estado maranhense no Congresso Nacional, muitas coisas poderiam ser barganhadas, principalmente dar forças no continuísmo do vitorinismo e do partido pessedista, tanto no cenário estadual e até mesmo nacional. O próprio Victorino Freire não esconde as vantagens que tirou dessa *política dos favores e indicações*: “no Senado, Assis Chateaubriand foi um grande defensor dos interesses e das causas do Estado, e não havia ministros do governo que não liberasse verbas para o Maranhão, por temor de Chateaubriand, como senador e como dono dos *Diários Associados*” (FREIRE, 1978, p. 169).

Entre 1945 a 1965 (ou 1947 para ser mais exato), numa típica prática mandonista, os interventores (e governadores) tiveram um dedo de indicação do pernambucano Victorino Freire, formando verdadeiros grupos correligionários de sua cúpula. É por isto que o

---

<sup>343</sup> Ver: MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil* / Fernando Moraes. 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Maranhão viveu dentro de um mandonismo-clientelista, num recorte temporal de duas décadas, bem como presenciou também uma política oligárquica bem estruturada.

Newton Bello se encontrava dentro deste sistema vitorinista.

Foi por muito tempo cúmplice dos atos mandonistas de Victorino Freire desde 1961. Aliás, o PSD atuava como maior partido de influência no Maranhão “e jogava com a força dos coronéis para manter a unidade partidária” (BONFIM, 1985, p. 5) e as eleições sempre estavam a favor dos pessedistas, em que na maioria se sobressaiam através das fraudes por meio dos votos individuais, dentro dos partidos e até no poder judiciário com “mapas rasurados, urnas violadas, seções anuladas, eleitores-fantasmas” (BONFIM, 1985, p. 5)<sup>344</sup>, entre muitas outras manobras para manter o partido no *status quo* e vivo diante dos opositores.

Um dos caminhos para derrubar Victorino Freire e toda a engenharia do pessedismo-vitorinista seria vistoriar os agentes da Justiça Eleitoral e contabilizar de perto os números dos eleitores. La Roque e Clodomir Millet disseram a Castello Branco que se comprometeriam em apoiar a candidatura de Sarney se caso houvesse uma revisão eleitoral (ECHEVERRIA, 2011, p. 159)<sup>345</sup>. O escritor e jornalista Luiz Gutemberg descreve muito bem como estava aparelhado o sistema eleitoral no Maranhão:

[...] Descobriu-se que para 11 eleitores verdadeiros haviam 5 falsos, cujos votos eram contados normalmente.

A enorme lista de irregularidades registrava principalmente coincidências entre assinaturas contidas numa mesma folha de votação (ou seja: uma única pessoa, sem ao menos disfarçar a caligrafia, assinava por vários eleitores fantasmas); o mesmo eleitor inscrito em duas seções diferentes; pessoas com duplo e triplo domicílio; menores de 18 anos com idade falsificada e, até, burlando uma providência que acabou com a fraude em toda parte, as mesmas fotografias em títulos com nomes diferentes.

Resultado: o número total de eleitores do Estado do Maranhão, que era de 497.463, caiu para 291.230 com a revisão eleitoral determinada pelo Presidente Castello Branco. Era golpe mortal na força eleitoral de Vitorino Freire. As maiorias eram tão falsas quanto os eleitores fantasmas que as constituíam. (2001, p. 64).

<sup>344</sup> A autora Maria Núbia Bonfim coleta uma informação importante sobre as artimanhas do vitorinismo para manter-se no poder político no Maranhão. Para esta autora, nas eleições de 1954, “segundo notícias divulgadas pelos jornais da época, só na contagem dos votos de Lago da Pedra e Vitorino Freire, apareceram cerca de 13.000 votos-fantasmas” (1985, p. 6).

<sup>345</sup> Ainda segundo os dados da autora Regina Echeverria: “O quadro de fraude eleitoral a que se referiu Millet era assustador: em 1962, o Estado contava com 497.436 eleitores; em 1966, depois da revisão eleitoral, este número cairia para 291.230. Seriam defenestrados 206.203 eleitores fantasmas, ou 58,55%” (2011, p. 159).

Além do contexto político ser abrigo do PSD-vitorianista (grupo político com uma liderança totalmente contra o governo de João Goulart), tinha ainda a questão do contexto social e econômico que, por sinal, vivia sob uma estrutura agrária deficiente e rudimentar, com um parque industrial atrasado e de pouco crescimento no cenário estadual e nacional. A organização econômica do estado, nestas circunstâncias, estava condicionada numa relação de poder dominada pelos latifundiários e figuras coronelistas. Basta enxergarmos que Victorino Freire e seus mandos oligárquicos são resquícios da República Velha que ainda persistia avançar mesmo após o Estado Novo<sup>346</sup>.

Na chamada Primeira República, o Maranhão, assim como em outros estados, se configurava dentro da *política dos favores e indicações*, marcada por uma população em grande parte ruralista e presa aos mandos dos senhores latifundiários – senhores das terras –, do grupo oligárquico pessedista e dos chefes coronéis, em que as três categoriais dominavam a política, indivíduos, o aparelho estatal e instituições privadas da capital às cidades interioranas. Nas duas décadas de chefia do cacique-político Victorino Freire, a imagem do estado não sofreu alterações.

As poucas mudanças que aconteceram foi que até 1947 o Maranhão não tinha uma liderança política respeitada a nível estadual e nacional. Nas quatro primeiras décadas do século XX o contexto histórico-político do Maranhão é caracterizado pelas constantes mudanças entre governadores e interventores. Em 1902 Dr. Manuel Lopes da Cunha assume a regência do Estado e no mesmo ano o Maranhão é regido por Raimundo Nogueira. Em 1906 assume Benedito Leite o governo e dois anos depois, após uma grave doença, passa para seu vice Arthur Collares. Menos de um ano, em 1909, o Presidente do Congresso Legislativo Mariano Martins Lisboa Neto assume a função de Governador, só permanecendo no cargo por um ano. Logo seria substituído por Américo Vespúcio dos Reis em 29 de junho de 1909. Completando oito meses no cargo deixaria o posto para ser ocupado por Frederico de Sá Filgueiras em 5 de fevereiro de 1910, nomeado interinamente pelo Presidente Nilo Peçanha. Não permaneceu um mês na atuação de Governador. Seguindo essa ordem, o Maranhão foi guiado até 1946 por mais de vinte pessoas<sup>347</sup>.

---

<sup>346</sup> Apoio-me nas palavras de Benedito Buzar, no qual segundo o autor a fase histórica da prática do mandonismo e clientelismo, sobretudo, na região Nordeste, deveria ter sido extirpada na Revolução de 30 e, principalmente com a redemocratização do Brasil a partir do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas. Porém, o cenário que pouco mudou continuava a vicejar uma estrutura sócio-econômica atrasada e inalterada que, por conta disso, produzia “o coronelismo e os subprodutos dele decorrentes [...] até os albores dos anos 60, quando o Brasil enveredou pelo caminho da industrialização” (BUZAR, 1998, p. 9).

<sup>347</sup> Dentro desse período, cerca de quarenta e cinco anos, o Maranhão não criou uma figura política centralizada. Isto porque havia incertezas e graves crises devido as lutas travadas entre os agentes atuantes no poder e os que queriam se apossar do poder estadual. Por traz desse retrato percebemos com certa evidência que os coronelistas

Somente com a entrada de Victorio Freire para a cadeira de Senador (MA), em 1947, é que a sociedade maranhense passou a ter uma figura respeitada. Para alguns seria por medo, outros pela amizade antiga e aqueles que o respeitavam buscando interesses político-administrativos. Com a vitória no Senado Federal, um verdadeiro chefe político conseguiria atrair a atenção do Poder Central sobre o estado e todos os governadores a partir deste momento seriam correligionários do pessedismo-vitorinista.

Outra mudança foi que a desaceleração da produção industrial têxtil, no início da década de 60, que já vinha dando sinal de desestabilização desde o final da Segunda Guerra Mundial – devido ter que competir com o mercado no sul, sobretudo, entre centro-oeste e sudeste – obrigou que muitos fossem viver de uma renda de subsistência do labor rural, aumentando ainda mais a estatística do número de pessoas morando no campo agrário. Segundo dados colhidos por Wagner Cabral, o Maranhão na década de 1960 tinha uma população majoritariamente agrária (82% viviam nos perímetros rurais) e, conseqüentemente, uma população com cerca de 2 milhões de sem instrução educacional (1997, p. 41)<sup>348</sup>.

O Censo de 1960 confirma os números explicitados pelo autor Wagner Cabral que num total de 2.477.371 habitantes vivendo no Maranhão, tinha uma população urbana presente de apenas 442.995 para uma população rural de 2.034.376<sup>349</sup>:

**Imagem XXVII:** Situação demográfica no Maranhão de acordo com o recenseamento de 1960.

IDADE	TOTALS			POPULAÇÃO URBANA						POPULAÇÃO RURAL			
				Totais			Quadro urbano		Quadro suburbano				
	Total	Homens	M. lheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTALS	2 477 371	1 256 406	1 220 965	442 995	209 827	233 168	107 891	124 926	101 936	108 242	2 034 376	1 046 579	987 797

**Fonte:** Censo Demográfico de 1960. Vol. I, tomo III, 1ª parte. Fundação IBGE, 1968, p. 4.

políticos se revezavam entre eles mesmos. Conseqüentemente, o forte rodízio que se acentuava na governabilidade do estado, além de ter construído um círculo vicioso, mal-estar na sociedade e atraso no desenvolvimento econômico, deixou fragmentado os laços políticos, descentralização e vulnerabilidade no controle dos interesses particulares. O que só nos comprova ainda mais que o território maranhense, desde o limiar do século XX, sempre foi marcada pelas instabilidades políticas, fraudes eleitorais e disputa entre quem conseguiria ter mais detenção do mandonismo local e regional.

<sup>348</sup> Sobre os dados exatos do contexto econômico, político e educacional no Maranhão – de acordo com o Censo do IBGE de 1960 e Anuário Estatístico Brasileiro de 1964 – será aprofundado mais a frente na parte que trato da figura de José Sarney na atuação de Deputado Federal e na campanha eleitoral que ocorreria em 1965.

<sup>349</sup> No censo anual brasileiro de 1964 a estimativa para a população geral no Maranhão era que chegaria a 2965 mil habitantes. Ver: *Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 4.

Este panorama político e social que atravessava o Maranhão, cativo de uma oligarquia sustentada através da estratégia de *política de favores e indicações* – estigma que não se finda com a queda do vitorinismo, mas, se constrói outra oligarquia com a vitória de José Sarney para o cargo de Governador do estado, ainda que com novos *modus operandi* – nos confirma o porquê do Presidente João Goulart ter encontrado diversas resistências da aprovação de seu projeto reformista.

Um dos fatores dessas resistências, já explanados em momentos anteriores, é que o projeto das reformas estruturais de Jango deixava desconfortável o grupo latifundiário, pois um dos decretos principais seria a Reforma Agrária e esta, por sua vez, faria com que os donos das terras não ostentassem mais suas áreas improdutivas e que de alguma forma não explorasse o trabalhador rural. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Maranhão<sup>350</sup> pouco conseguia defender os campesinatos. As “cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária” (MIRANDA, 2003, p. 106), recolhidas muito antes mesmo do governo de João Goulart, ficariam engavetadas no passado<sup>351</sup>. Os anteprojetos eram quase todos barrados ou jogados adiante até serem esquecidos, tais como o apresentado pelo Ministro da Agricultura e Deputado Federal (PSD), Armando Monteiro, em 1962, intitulado *Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento de Produtividade, Humanização do Homem do Campo* e o Anteprojeto do Senador Milton Campos<sup>352</sup>, em 1963, chamado de Projeto Nº 93-A.

O outro motivo do projeto das Reformas de Jango ser duramente criticado no Maranhão vitorinista – que também não deixa de estar ligado à questão latifundiária – seria porque Victorino Freire era arquirrival do Presidente petebista e, conseqüentemente, levaria todos os seus correligionários pessedistas ao mesmo caminho. Ainda mais que este Senador “cacique-político”, uma astuta “raposa-política”, vinha de uma linhagem familiar de coronelistas e que se enveredou pelo mesmo caminho. Como não deixa escapar a observação de Maria Núbia Bonfim: “figura política que corporifica o coronelismo no Maranhão” (1985, p. 20).

Ganhar apoio ao projeto das reformas seria uma tarefa árdua tendo em vista a conjuntura política no Maranhão voltada exclusivamente para a liderança vitorinista que se

---

<sup>350</sup> Este Sindicato é considerado como o primeiro a ser criado no estado do Maranhão, no dia 18 de outubro de 1963, com localização em Santa Inês. Na época ficou conhecido como Sindicato de Pindaré-Mirim (CONCEIÇÃO, 1987).

<sup>351</sup> Estas assinaturas foram recolhidas logo após a II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, no mês de setembro de 1954, no qual possibilitou a criação da Comissão Estadual de Reforma Agrária em São Luís. A Comissão não ficou restrita apenas na Capital do Maranhão, mas percorreu o interior do estado.

<sup>352</sup> Milton Campos é considerado como um dos que organizou a fundação da UDN, em 1945, e tinha como bandeira o combate ao Estado Novo de Vargas. Em 1964 fez parte do grupo articulador do Golpe Civil-Militar. Tanto que em seguida ocupou o cargo de Ministro da Justiça no Governo de Castello Branco.

montava nas parcerias entre os outros líderes políticos dos municípios – para o Senador Victorino as lideranças políticas municipais tinham total respeito como autoridade na mesma proporção de governador do estado –, “que na maioria das vezes também era um coronel” (BONFIM, 1985, p. 20), pois sabia o quanto estas lideranças municipais eram importantes para sua permanência no cenário estadual, principalmente em períodos de fragilidade da unidade partidária.

O Partido Social Democrático (PSD), entre altos e baixos, constituía-se ainda como grupo majoritário em 1964 e tinha ao seu favor as peças ideais em seu tabuleiro-político (coronéis, latifundiários e os liberais antigoulistas) para manter a unidade partidária. Saber jogar o jogo da *política dos favores e indicações* não era para principiantes. Victorino Freire, agindo em prol dos interesses daqueles que mandavam e desmandavam nas terras do Maranhão e permanecendo no poder como protagonista das decisões por duas décadas, soube mostrar bem como se deveria mexer as peças: montou uma verdadeira teia político-empresarial entre partidos maiores e menores que tivessem a mesma filosofia ideológica.

Explicando de outra forma, em vésperas de eleição o PSD-vitorinista fazia acordos com os partidos menores e estes, por sua vez, que por si só já constituíam como outros elementos de manutenção de poder, se colocavam a disposição para acertar negociações com as figuras políticas e empresariais de nível estadual à nacional.

Para exemplificar como Victorino Freire agia dentro deste jogo político, lembrando que na década de 60 o PSD se viu em crise diante de uma queda nacional com os ganhadores da *chapa Jan-Jan* (PTN-PTB) e no Maranhão a situação também não era boa, já que em outubro de 1960 teria as eleições para decidirem o sucessor de José de Matos Carvalho (um pessedista correligionário do sistema vitorinista), o grupo bem vigilante para não perder espaços no cenário estadual discursava a favor da candidatura de Newton Bello, que era o preterido de Victorino Freire.

Todavia, sabiam eles, pelas velhas experiências de quem estavam no poder desde 1945, que apenas discursar, fazer campanha não seria suficiente para vencer a forte chapa de Clodomir Millet e Alexandre Costa, ainda mais com o PSD sofrendo para se manter no cenário nacional. Para que realmente o candidato pessedista Newton Bello tivesse a chance de ganhar, precisou-se montar coligações eleitoreiras com a UDN maranhense – não a nível nacional e tampouco feitas a partir de convergências das figuras políticas – e, sim, em torno

das aproximações das ideias defendidas, do caráter ideológico e dos projetos políticos<sup>353</sup>. Estas coligações eram tão eleitoreiras que não tinham continuidades pós-eleições.

Dá para observar, através das explicações construídas acima, que toda a cadeia do sistema vitorinista encontrava muitos respaldos para se manter no poder por longos anos e conseguir rejeitar as propostas de Jango. Porém, com o Golpe de 31 de março de 1964, que depôs o Presidente da República, as bases começariam a rachar. Os pessedistas vitorinistas encontrariam dois problemas: o primeiro seria a vitória de um Presidente-militar que não se enquadrava com a personalidade coronelista de Victorino Freire e de seus correligionários e segundo porque o vitorinismo não contava com o avanço carismático tão rápido do jovem José Sarney.

Castello Branco e seu vice, José Maria Alkimin, assumiriam suas respectivas cadeiras no dia 15 de abril de 1964. A Grande e Pequena Imprensa a favor do movimento de 31 de março fez questão de convidar a sociedade para ir às ruas dar as boas-vindas aos novos líderes da República. Na capital São Luís, o *Jornal do Dia* que no passado recente tinha defendido os projetos de João Goulart, a partir deste momento – ainda sob a mesma direção do petebista Alberto Aboud –, comemorou a vitória e publicou uma convocação aos ludovicenses para que se mostrassem confiantes à nova gestão política:

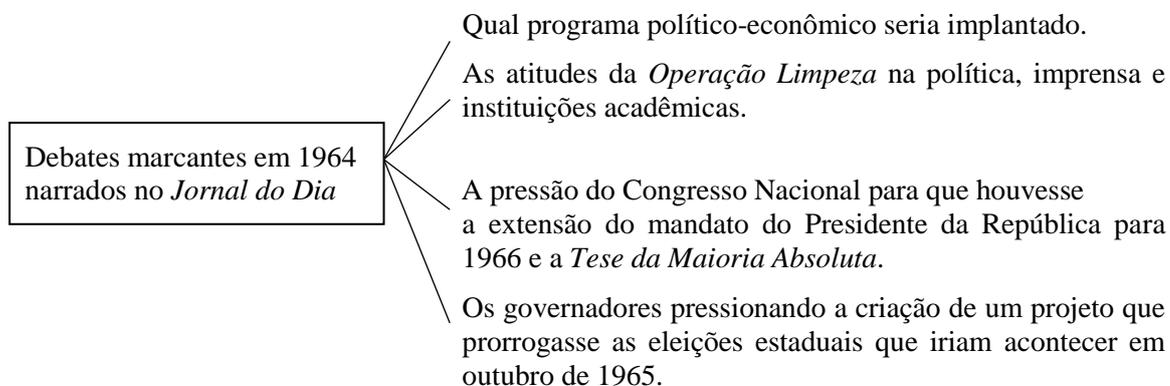
Na próxima quarta-feira, às 15 horas, quando o general Humberto Alencar Castello Branco estiver sendo empossado na Presidência da República, todas as igrejas e fábricas do Brasil inteiro repicarão os sinos e tocarão sirenes em homenagem ao novo Chefe de Estado. Nas ruas, os automóveis estarão buzinando, segundo já acertaram os principais sindicatos do país. Todas as emissoras de rádio, por sua vez, em cadeia tocarão o Hino Nacional. Assim todo o povo brasileiro estará tributando uma homenagem em cadeia, nunca antes tributada a um Chefe de Estado.<sup>354</sup>

Se capturei uma visão do veículo de comunicação, *Jornal do Dia*, indeciso e desconfiado no intervalo entre o Golpe no Estado à eleição indireta no dia 11 de abril, com a entrada de Castello Branco no Poder Central posso afirmar que daqui para frente o que era *discurso em metamorfose* tomaria uma forma concreta, ainda que durante o ano de 1964 mostrarei alguns momentos de enunciados contraditórios sobre as ações políticas do Chefe Executivo e do processo revolucionário.

<sup>353</sup> UDN e PSD tinham como integrantes comuns os coronéis e latifundiários, visto como os grupos conservadores da zona rural, e os profissionais liberais, grupo da zona urbana.

<sup>354</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 1.

Com a vitória de Castello Branco o ano de 1964 reservava certos debates e indagações em que, dentre vários, alguns tomaram um maior relevo de discussão:



**Quadro XI:** Principais temáticas discutidas em 1964 costuradas com base nas leituras do *Jornal do Dia*.

Quando Castelo Branco assumiu o Cargo de chefe-maior do Estado caía sobre ele a responsabilidade de continuar remando o “barco” na direção desejada dos líderes civis e militares que construíram sua candidatura dar concretudes à revolução. E uma das medidas imediatas do processo revolucionário foi dar início à *Operação Limpeza* por todos os estados, criado pela Junta Militar antes mesmo das eleições indiretas, com base no AI-1. Neste percurso, o Presidente-General tinha dois problemas iniciais a resolver. Um era sobre fazer avançar a *Operação Limpeza* – mediando as críticas de ser uma ação antidemocrática –, e a outra mostrar qual seria o seu projeto de Governo.

O novo Governo Civil-Militar após tomar posse da cadeira presidencial discursa que o objetivo de colocar um presidente-general seria porque com este haveria uma Revolução Democrática no país. As reformas pregadas por João Goulart continuavam sendo exigidas e Castelo Branco no poder deveria implantá-las de alguma forma. Para isto acontecer, entendeu que antes de tudo, primeiro os setores político e administrativo tinham que ser enxugados. A limpeza (diziam os chefes militares que alcançaria os corruptos) foi estendida para diversos grupos e outras finalidades: comunistas e subversores da dita ordem revolucionária de 31 de março.

Foi um ano de tensão para muitos na história brasileira.

O Ministro da Guerra, General Costa e Silva, tentando tranquilizar a sociedade apavorada disse que o único objetivo do Comando Revolucionário tinha como intenção

“moralizar a vida administrativa nacional”<sup>355</sup>. E, em defesa à liberdade, explica ainda que o cidadão brasileiro terá os seus direitos garantidos para pertencer a qualquer partido político que desejar, mas em relação à imprensa, “terá ampla liberdade desde que não seja propagar o comunismo”<sup>356</sup>. Contraditoriamente à primeira parte do seu discurso, não apenas os veículos de comunicação foram surrupiados em suas publicações bem como as instituições de outros empreendimentos, os políticos e intelectuais.

As Ligas Camponesas e o CGT que marchavam desde 1961 buscando reconhecimento foram proibidos. Para acalmar os ânimos rurais, Castelo Branco aprova em 30 de novembro de 64 a Lei Estatuto da Terra.

No Maranhão, A União Brasileira dos Servidores Postais e Telégrafos sofreria intervenção, colocando o senhor Ludgard Cusson como interventor na Direção da administração da instituição. A desconfiança do Comando Revolucionário era de que o responsável pela instituição estava facilitando a entrada e saída de documentos subversivos contra o Governo e de viés comunista.

O *Jornal do Dia* informava a respeito do estudante maranhense José Carlos Brandão, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, que não se tinha informações do seu paradeiro desde quando foi levado a um interrogatório pelo DOPs e, na ocasião, detido. A fonte impressa informava que além do caso do estudante maranhense, aconteceria outro estranho sumiço da pintora Djanira, levada também pelos agentes do Comando Revolucionário. Nas duas apreensões a polícia notificou que já estavam em liberdades, porém as notícias que corriam era que após terem sido liberados acabaram sumindo e não havia testemunhas de que foram vistos em nenhum lugar. Onde estariam? Era o questionamento que todos se faziam sobre as reais intenções por trás das cassações<sup>357</sup>.

Além dos noticiários de pessoas desaparecidas, tinha ainda as acusações de presos sendo torturados. Castello Branco agiria de forma rápida para dar uma resposta à sociedade de que tudo não passaria de indícios da imprensa e perseguição ao seu governo na intenção de tumultuar o processo revolucionário. O Chefe da Casa Civil, General Ernesto Geisel, na função também de “inspetor”, saía viajando para averiguar de perto as informações sobre maus-tratos em políticos e intelectuais presos pelos DOPs e IMPs. Do lugar que se encontrava Geisel enviava um telegrama ao Presidente Castello Branco relatando o que foi encontrado nas investigações. Em Pernambuco, por exemplo, informava o *Jornal do Dia* que Ernesto

---

<sup>355</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 4.

<sup>356</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>357</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 20 de maio de 1964, p. 1.

Geisel esteve presente na capital Recifense e que tudo corria nos conformes da *Operação Limpeza* e que estava já de retorno ao estado da Guanabara para entregar o relatório final ao Chefe Executivo<sup>358</sup>.

Depois de Recife, as denúncias vinham da capital paulista. A imprensa veiculava informações de que os presos políticos que se encontravam nas dependências do Serviço de Informações da Marinha estavam passando por abusos de autoridades, por sevícias físicas e psicológicas. O Mirante da Marinha, Melo Batista, em resposta ao Ministro da Casa Civil, General Geisel, e a toda imprensa que aguardava maiores esclarecimentos notificou que tudo transcorria nas legalidades da *Operação Limpeza* e que não passava de boatos falsos<sup>359</sup> na tentativa de criar desavenças e desestabilizar o projeto revolucionário civil-militar<sup>360</sup>.

Enquanto o General Geisel inspecionava os rumores de intimidações físicas e buscava manter a “ordem” e a “marcha do progresso” avisando que não encontrava provas sólidas, por outro lado, as perseguições continuavam e isto não havia como esconder. As intimidações psicológicas se fizeram constantes em muitos artistas, intelectuais, pessoas ligadas a imprensa e partidos antiGoverno.

Os IPM's bateram nas portas dos Centros de Ensino Superiores. Universidades, como por exemplo, a Universidade de Brasília (UnB) Brasília (UnB e Universidade de São Paulo (USP), foram diretamente atingidas. A UnB não somente foi investigada como fechada. Um fato bastante divulgado aconteceu no Prédio de Filosofia da USP: Florestan Fernandes, fundador da Sociologia Crítica no Brasil, se encontrava nos corredores quando os militares o levaram para um interrogatório, passando alguns dias detido<sup>361</sup>. A notícia rapidamente se espalhou por São Paulo e outros estados. Os intelectuais brasileiros ficaram de luto<sup>362</sup>.

<sup>358</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de setembro de 1964, p. 1.

<sup>359</sup> Numa linguagem bem contemporânea, estes tipos de notícias são chamadas *Fake News* e transmitidas pela *Imprensa marrom* (nome pejorativo a veículo de comunicação de caráter sensacionalistas, com informações sem preocupações de provar autenticidades nos fatos, apenas com fins de buscar vendagens ou audiência).

<sup>360</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de setembro de 1964, p.1.

<sup>361</sup> Seria afastado definitivamente da USP em 1969, ou em outras palavras, foi aposentado compulsoriamente juntamente com vários professores das Ciências Sociais e Humanas. Impedido de lecionar no Brasil, “sem poder exercer as atividades que definiam sua vida então, ele aceita o convite para atuar na Universidade de Toronto, no Canadá, permanecendo no país durante três anos (1969-1972)” (PORTELA JÚNIOR, 2013, p. 26). Segundo relato de sua filha Heloísa Fernandes, o pai embarcaria sozinho sem a esposa e filhos (2015, p. 21), tornando “um período de verdadeira crise para o autor, tanto em termos pessoais quanto profissionais” (PORTELA JÚNIOR, 2013, p. 26). Para muitos que defendem o discurso de que os intelectuais que foram exilados ou que procuraram exílio não sofreram psicologicamente nada e que aproveitaram a situação como passeio e divertimento, as cartas de Florestan endereçadas a sua grande amiga Barbara Freitag, no qual mantiveram ininterruptamente trocas de cartas e bilhetes num período de 1966 a 1994, nos mostra como os exilados estavam numa situação difícil. Na carta de 1 de dezembro de 1970 ele fala: “Minha querida amiga Barbara, sua carta veio em bom momento. Recebi-a há alguns dias. Numa fase em que ando no fundo do poço - cansado do meu trabalho, cansado de ser professor e até cansado da comida, da cidade e do tipo de vida que levo em Toronto. Acho que atingi o limite da saturação. [...] Torna-se cada vez mais difícil para mim estabelecer uma ponte entre o que sou e o que faço e o que desejaria ser e fazer. Não tenho pena do Florestan, velho e calejado; mas às vezes

O Congresso Nacional que já havia trabalhado em conjunto com as Forças Armadas para derrubar João Goulart e em sequência eleger um Presidente do viés militar, fez parte em apoiar Castelo Branco, aprovando a Lei Suplicy, de nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, a qual deu poderes para extinguir a UNE (União Nacional de Estudantes) e UEES (União Estaduais de Estudantes). A *linha-dura* queria a todo custo ver os princípios do *Processo Revolucionário* – antijanguismo, antiestatismo e antidocumentos leninista-marxista – substituído pelo pacote da moralidade, liberdade e livre-mercado.

Não tardaria para que houvesse também a agonia do poder civil, ou seja, os líderes políticos que participaram ativamente do Golpe não escapariam dessa *linha-dura*. Bastaria que discordassem algumas vírgulas do projeto revolucionário que logo a *Operação Limpeza* os entenderia como subversores da ordem. O primeiro a entrar no “listão militar”<sup>363</sup> foi o pessedista Mauro Borges, que governava o estado de Goiás.

Em sequência, entravam na lista da degola, “uma depuração de governadores que caíram no desagrado dos militares da linha-dura”<sup>364</sup>: o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, o Presidente da Câmara, Raniene Mazzilli, e até o vice-Presidente José Maria Alckimin “cuja eleição os “duros” consideram manobra politiquieira do PSD”<sup>365</sup>.

Sobre Adhemar de Barros, como já falei em outros momentos deste estudo, foi um importante líder na gestação do Golpe em João Goulart, liderando, inclusive, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Até os primeiros meses de 1964, o governador tinha respaldo com os líderes militares. Contudo, foi aos poucos soltando pronunciamentos de descontentamento, não necessariamente à pessoa de Castello Branco, mas algumas situações

olho para mim mesmo com certa ironia, pois me especializei em dar murros em ponta de faca e agora que me vejo lançado realmente no mercado, como mercadoria estimada em dólares, sinto que as minhas técnicas estão superadas e que seria melhor vender sorvetes numa rua quente de São Paulo do que ser professor de sociologia no Norte das Américas” (FREITAG, 1996, p. 150). Um ano depois, na carta de 16 de outubro de 1971, se expressou: “Barbara, queridinha, [...] Quanto à minha vida aqui, ela é literalmente uma merda. A cidade de Toronto é ótima; só tenho recebido atenções e favores; e deveria ser mais reconhecido. Mas não me encontro mais com a minha profissão e detesto a condição de expatriado por simulação. [...] Como pôr-me em paz comigo mesmo numa situação em que terei de engolir a própria consciência para sobreviver? Sentirei, a cada hora que viver, o apodrecimento moral da pessoa, a corrupção indireta e envolvente das pequenas concessões e dos sacrifícios invisíveis” (FREITAG, 1996, p. 155-156). Ver: Portela Júnior, Aristeu. A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes / Aristeu Portela Júnior. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – Recife: O autor, 2013. 147 f; FREITAG Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. Estudos Avançados. Vol. 10. N. 26. São Paulo Jan./Apr. 1996; FERNANDES, Heloísa Florestan. Fernandes, um sociólogo socialista. In: Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória / organizadores: Vera Alves Cepêda, Thiago Mazucato. – São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. pp. 13-31.

<sup>362</sup> Sobre Florestan Fernandes: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de setembro de 1964, p. 1.

<sup>363</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de dezembro de 1964, p. 1.

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 4.

que o Brasil apresentava diante do que prometiam com o processo revolucionário, o que fez os agentes da Operação Limpeza ficarem de olhos abertos sobre suas posições.

O *Jornal do Dia* transcreve uma parte desse embate com as ações políticas do Governo Civil-Militar, que se trata da entrevista que deu aos jornalistas de São José do Rio Preto, cidade interiorana do estado de São Paulo:

O que é verdade é que o país está com fome. Tem gente em São Paulo e no Rio comendo carne uma vez por semana e outros no resto do Brasil não comem nunca. A carne está um preço descomunal. Vencemos, já disse, a revolução de março, mas estamos derrotados diante de duas coisas: uma, é a inflação que não se consegue segurar e a outra é a falta de gêneros alimentícios. O que devemos fazer é ajudar o Presidente Castelo Branco.<sup>366</sup>

Mesmo afirmando que o dever é estar do lado do Presidente e ajudá-lo, suas palavras de críticas às questões sociais que o país enfrentava – uma má situação econômica e distribuição de renda desigualitária – já foi marcante para que o Comando Revolucionário enquadrasse o governador de São Paulo como uma pedra no caminho do processo da revolução. Não demoraria, os líderes militares pressionaram Castello Branco para afastá-lo do cargo. Porém, somente pelo ato da contestação não seria possível. Precisariam encontrar alguma força maior. E encontraram. Foi acusado de corrupção em sua gestão. A alegação era que Adhemar de Barros teria um excessivo funcionalismo público. Seu governo ficaria memorizado com o bordão do “político que rouba, mas faz”, usada a primeira primeira vez pelo jornalista e professor da USP Paulo Junqueira Duarte, seu grande adversário, devido ter implantado muitas obras só que com desvios de dinheiro<sup>367</sup>.

Para dar uma resposta à imprensa que divulgava a todo momento estas informações, Adhemar de Barros publicou no dia 4 de junho de 1966 no *Diário Oficial* do estado de São Paulo que todas as nomeações foram por base legais e de acordo com as exigências dos setores administrativos. Não adiantaria em nada: “O desfecho dessa longa crise ocorreu no começo da noite de um domingo de garoa, o dia 5 de junho de 1966, quando o general Amauri Kruehl, comandante do II Exército, chegou do Rio de Janeiro trazendo uma prova

<sup>366</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de novembro de 1964, p. 5.

<sup>367</sup> Para um estudo detalhado ver em: LARANJEIRA, Carlos. *A Verdadeira História do Rouba, Mas Faz*. Edição do autor, 1999; CANABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros - Trajetória e Realizações*. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.

tipográfica. Era a cópia de uma página da Parte I, da Seção I, do Diário Oficial do dia seguinte” (COTTA, 2008, p. 23)<sup>368</sup>.

No Maranhão, entre os líderes civis que estariam na mira da varredura dos causadores de problemas do processo da Revolução Civil-Militar informava o *Jornal do Dia*: “[...] o Sr. Newton Bello, por sua vez, está na lista dos que deverão ser “degolados”. E em matéria de corrupção, o Sr. Newton Bello está atolado até o nariz”<sup>369</sup>. Na verdade, não apenas o Governador era tido como a figura política de repulsa pelo projeto Civil-Militar, mas todo o sistema que o ajudou a chegar no poder – a astuta Raposa Vitorina e seus correligionários pessedistas. Todos vistos como parte de uma estruturação mandatária que precisava ser superada com a *Operação Limpeza* ou nas eleições de 1965.

Newton Bello ficaria cercado por todos os lados.

Os jornais que se posicionavam antivitorinista e antibelleana se prontificaram em sentinela esperando qualquer brecha para atingir as atuações do governante do estado<sup>370</sup>. As bancadas *Bossa Nova udenista*, *Livres do Maranhão* (nome dado em forma de protesto que ressaltava um estado preso aos mandos de Victorino Freire e atrasado social e economicamente) e os petebistas procuravam discursar constantemente na Assembleia Legislativa do Maranhão e no Senado Federal em Brasília palavras imperativas contra a gestão de Newton Bello. As duas contestações principais que a imprensa divulgava estavam relacionadas às suspeitas de atos ilícitos no dinheiro público e sobre as vinganças políticas que estariam realizando o Governador e seus correligionários.

Sem esperar a atitude do Presidente da República, os adversários de Newton Bello reivindicaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por conta da investigação de irregularidades no setor administrativo e finanças no 15º DF, sediado em São Luís, que, segundo eles, há muito tempo estaria engavetada. Segundo a bancada de Deputados *Livres do Maranhão*, o Governador pessedista cometeu diversas violências políticas: “[...] recebeu cerca de 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros do governo Goulart, não empregando nem 300 milhões, sem ter prestado contas a ninguém”<sup>371</sup>. Enquanto isso, os políticos

<sup>368</sup> O documento era um decreto com quatro linhas baseado no AI-2, em que no final estava assinado pelo Presidente da República Castello Branco outorgando a cassação dos direitos políticos por dez anos de Adhemar de Barros. Indignado com a situação de afastamento de seu cargo, disse: “Jamais poderia imaginar que a mesma revolução para cuja vitória tão decisivamente contribuí, arriscando naquela altura a minha vida e este próprio mandato, viesse um dia arrebatá-me os direitos políticos” (DECLARAÇÕES do ex-governador. *Diário Popular*, São Paulo (São Paulo), 6 junho 1966, p. 1 apud COTTA, 2008, p. 22).

<sup>369</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de dezembro de 1964, p. 4.

<sup>370</sup> Além do *Jornal do Dia*, posso destacar que outros meios impressos de grande relevância no Maranhão contra o Governo de Newton Bello e Victorino Freire foram: *Jornal O Imparcial*, *Jornal do Povo* e *Jornal Pequeno*.

<sup>371</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de abril de 1964, p. 9.

seguidores do vitorinismo fizeram por onde atrapalhar e retardar os andamentos do processo até que no fim das contas em nada resultaria as denúncias. Os documentos que diziam ser comprobatórios continuariam no engavetamento dos donos da política maranhense.

**Imagem XXVIII:** Editorial do *Jornal do Dia* atacando o Governo de Newton Bello.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 30 de abril de 1964, p. 1.

O deputado Alexandre Costa chega a chamar Newton Bello de “testa de ferro”, porque queria se beneficiar dos lucros públicos de todas as formas<sup>372</sup>. O líder da bancada minoritária, Manoel Gomes, na sessão realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão, denuncia-o por crime de irresponsabilidade fiscal, o que mais uma vez as exposições das ações do Governador não surtiriam efeito no afastamento do cargo<sup>373</sup>.

Era um contra-ataque intenso com finalidade de derrubar uma oligarquia de 20 anos de mandos e desmandos no Maranhão que até uma verba antiga de Cr\$ 10 milhões<sup>374</sup> solicitados pelo ex-governador Sebastião Archer da Silva, no ano de 1949, viria à tona em 1964, explicitado nas páginas do *Jornal do Dia*. O Ministério da Aviação, Juarez Távora, e o

<sup>372</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de maio de 1964, p. 3.

<sup>373</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de maio de 1964, p. 5.

<sup>374</sup> Levando em consideração que R\$ 1,00 (um real) equivale a exatos Cr\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), essa verba de Cr\$ 10 milhões (dez milhões de cruzeiros) seria equivalente hoje a 3.636,36 reais, o que parece muito pouco, contudo nos anos de 1964 era um valor muito alto. Haja vista que estamos tratando aqui de 10 bilhões de réis (1 cruzeiro é 1.000,00 réis).

Tribunal de Contas da União cobraram explicações do porquê o atual governo nunca ter tomado providências de explicar sobre o uso do dinheiro<sup>375</sup>.

A política vitorinista-pessedista estava sendo tão comentada (e questionada) que foi até notícia nos meios impressos de outros estados. Por exemplo, o *Tribuna da Imprensa*, importante impresso do Rio de Janeiro, divulgou matérias de que Newton Bello tentava nomear seu genro Michel Etiene para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), após ter sido demitido do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, com base no artigo 7º do AI-1, usando a prática do nepotismo ou a velha *política dos favores e indicações*.

Newton Bello, que já era pressionado por uma crise político-militar e econômica (desaceleração industrial e alta taxa de desemprego) e por não prestação de contas do dinheiro público, agora tinha que lidar com os protestos do 24º Batalhão de Caçadores (24º BC) de São Luís e oposições do “Exército, da população e dos políticos, até do PSD, partido a que pertence, pois existem facções que não o apoiam”<sup>376</sup> que não permitiriam a colocação do genro no ministério do TCE, o que segundo estes grupos seria visivelmente uma articulação politqueira, como disse o *Tribuna da Imprensa*, transcrito no *Jornal do Dia*, visava “conseguir mais facilmente naquela Côrte a aprovação de suas vultosas despesas”<sup>377</sup>.

O *Jornal do Dia*, por atacar constantemente Newton Bello e transcrever as notícias do Maranhão nas páginas dos jornais do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, para não ser taxado como um veículo de comunicação oportunista – que perseguia os pessedista-vitorinistas com intuito de direcionar um novo político para a cadeira de Governador fora deste âmbito – saía em sua própria defesa afirmando que tinha como intenção maior alertar a sociedade de que com a “revolução vencedora”<sup>378</sup> bastaria apenas uma mudança abrupta partidário-ideológica no estado para que acontecesse uma renovação administrativa, social, política e econômica, desde a capital aos estreitos das cidades interioranas, pois o ato revolucionário se firmava “na sua ação moralizadora”<sup>379</sup>.

Não há dúvidas alguma de que o editorial *do Dia* tinha um descrédito pelo Governador Newton Bello e Senador Victorino Freire e com isso evocava que a operação moralizadora e anticorrupção alcançassem o Maranhão. Mas como os seus discursos não se escrevem apenas em um único caminho, as narrativas de esperanças depositadas nas mãos dos líderes

<sup>375</sup> Ver: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de maio de 1964, p. 1.

<sup>376</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de novembro de 1964, p. 3.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>378</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de janeiro de 1965, p. 5.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 5.

revolucionários vêm, ao mesmo tempo, acompanhadas de recuos e de desconfianças sobre o projeto político do “Governo da Revolução”.

Transcrevo a seguir trechos das narrativas que se contradizem:

No dia da posse de Castelo Branco, Paulo Nascimento Moraes teria defendido o discurso de *processo revolucionário* e apoiado a *Operação Limpeza* na coluna com o título “O Momento Nacional”: “A “Revolução Democrática” tem um “programa a cumprir”, um programa de unidade e não apenas de executar a “Operação Limpeza”, a nosso ver, tem uma maior amplitude: uma correção formal em tudo, em todos os processos comprometedores”<sup>380</sup>. Alguns dias depois, após as notícias de como estavam sendo as ações do “varrimento” político-administrativo, o redator colunista volta atrás na sua defesa e passa a narrar palavras de tensão na marcha do *Comando Revolucionário* por estar colocando colocando em risco a democracia brasileira na coluna “Salvemos a Democracia”:

Continuamos olhando para esta “Operação Limpeza” que veio sob registro deste dispositivo revolucionário chamado ATO INSTITUCIONAL. Esta resolução de autoria do Comando Supremo da Revolução jogou por terra a chamada intocabilidade da Constituição. A nossa Carta Magna ficou e está estraçalhada. [...] A “Operação Limpeza” entrou em função com a fúria dum ação repressora que já está atingindo o absurdo, o demasiado. Acabemos com os comunistas, certo. Mas não acabemos com a paz. Acabemos com os comunistas, certíssimo. Mas não acabemos com o direito que nos assiste de exigir que haja um profundo sentir de amor ao próximo, de valorização desta coisa que se chama solidariedade moral [...].<sup>381</sup>

No mesmo mês de abril, Paulo Nascimento Moraes volta a repensar no assunto da *Operação Limpeza* e, contraditoriamente, no texto “O Que o Povo Está Esperando”, o colunista agora escreve uma posição de apoio:

Agora já não se fala mais em Jango. E o que passou, passou... Agora, com a chamada “Revolução Democrática” deve haver, não apenas a execução da tal “Operação Limpeza”, mas, sobretudo a limpeza no setor administrativo vasculhando tudo, devassando tudo, moralizando tudo. É preciso acabar de vez com o processo condenável das acomodações e das tolerâncias criminosas.<sup>382</sup>

Um mês depois temos outro exemplo em que Paulo Nascimento Moraes, na coluna “Revolução Não é Quartelada”, comenta mais novamente a *Operação Limpeza* e não somente

<sup>380</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 15 de abril de 1964, p. 3.

<sup>381</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de abril de 1964, p. 3.

<sup>382</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de abril de 1964, p. 3.

se prende a esta ação. Passa a descrever dúvidas sobre a real intenção da *Revolução Democrática*:

Ao certo não se sabe ainda o verdadeiro objetivo da revolução, isto é, seu programa, sua diretriz, sua ideia salvadora. Há, é verdade algumas medidas, pronunciamentos que dizem que vai haver a execução de um amplo trabalho de recuperação. Tudo, se afirma, rigorosamente, dentro dos postulados cívicos da democracia. [...]. Tôda revolução traz consigo o fortalecimento de um idealismo, de uma orientação política, uma plataforma governamental. Tem uma identificação. Mas esta que esta aí está ainda não disse, ao certo, para que veio a não ser que se aceite apenas o que está aí, não como “programa reformista” e sim como uma ação policial, disciplinar ou coisa que o valha.<sup>383</sup>

Dois meses depois, o público-leitor se depara com a coluna “Na Contra-Marcha da Revolução”. Paulo Nascimento Moraes não apenas agora retorna às críticas (em que ele próprio se coloca na narrativa dando ponto de vista sobre o contexto), mas explica como aqueles que participaram do Golpe estavam naquele exato momento se posicionando sobre as ações do Governo Civil-Militar:

Os revolucionários civis da chamada “Revolução Democrática”, com raríssimas exceções, estão descontentes com a orientação política que vem sendo posta em prática pelo Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E também se informa que na área militar há aborrecimentos e contrariedades. [...]. Surgiram debates, as arengas e as discórdias. Cada um puxando a braza para sua sardinha. [...]. E temos, então, diante de todos, os mesmos panoramas políticos que predominou na “gerência presidencial” de Jango Goulart e que teria provocado, assim se diz, a rebentação do “movimento de 1º de abril. [...]. O certo em tudo, isto é, que não houve com tal “revolução um amplo programa, uma espécie de “plataforma política”, uma mensagem nova para oferecer ao país melhores condições para sobreviver, para de verdade, fortalecer a Democracia. Não trouxeram os militares e nem os civis que nela tomaram parte a elaboração de um programa revolucionário. Nada. Brutalmente e apressadamente os “comandos” passaram a uma ação punitiva, policial apenas. E de lado foi ficando os problemas nacionais.<sup>384</sup>

Por maior que se tenha todo um aparato teórico-metodológico de como se debruçar no documento-fonte da pesquisa, ainda assim será difícil conjecturar definições político-ideológicas exatas sobre Paulo Nascimento Moraes e dar a certeza em dizer: eis aqui um jornalista-intelectual que defende ou que critica o projeto político-ideológico do Governo Civil-Militar. Quando estou, por assim dizer, próximo de explicar a real situação posicionista

<sup>383</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 6 de maio de 1964, p. 3.

<sup>384</sup> MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de julho de 1964, p. 3.

de Paulo Nascimento Moraes e até mesmo do editorial do *Jornal do Dia*, me deparo com um apanhado de contradições internas que dificulta ir além do veículo impresso e construir o imaginário da interpretação/tradução, encurralando-me nos limites analítico-documental.

Paulo Nascimento Moraes, redator que considero mais do que um jornalista, foi um intelectual que sabia tecer um texto jornalístico carregado de outros *campos*: análises históricas, econômicas, história social e política. Temos o redator marchando na sintonia do *processo revolucionário* e em outros momentos na contramarcha da revolução. O mais complicado ainda é que as mudanças discursivas não acontecem em um único sentido – do elogio à fermentação da crítica ou vice-versa – mas de maneira que se alternam muito de um mês para outro (até num intervalo de tempo bem menor).

Caso fossem as alterações discursivas no sentido unidirecional poderia afirmar que se tratava de que o redator ao longo da gestão de Castello Branco mudou de partido ou de campo ideológico, ou seja, num dado momento o que ele acreditava e defendia passou a ter decepções e desconfianças. Porém, como as narrativas se constroem numa mudança muito próxima e entre idas e vindas, ao invés de trazer uma possível explicação acabo que fazendo um questionamento: seria possível Paulo Nascimento Moraes ter o poder do livre-arbítrio para publicar no *Jornal do Dia* o que pensa? Haja vista que se existem publicações de críticas e positivações às ideias do *processo revolucionário* Civil-Militar é porque houve também uma validação por parte da equipe redacional e do diretor-responsável.

A *Operação Limpeza* e as intenções da “proclamada” *Revolução Democrática* não seriam os únicos projetos político-ideológicos a serem questionados na administração de Castello Branco. Este tinha dois obstáculos a enfrentar: um seria sobre lançar algum tipo de planejamento de política econômica dentro do país e exterior (como se daria as relações com outros países) que agradasse os grupos pró-Regime e os antiGoverno, e o outro era encontrar meios de equilibrar as classes rurais (e as instituições protetoras) com a classe empresarial-latifundiária.

Perguntado sobre como seria a relação do Brasil com a política externa a partir dessas, Castello Branco disse a um jornalista dos *Diários Associados*, na entrevista de cadeia de rádios:

Penso que o assunto deve ser tratado de maneira global, tomando-se em consideração os fatores internos da repercussão internacional e vice-versa. Por outro lado, é mister não dissociar a política continental da política mundial. A política externa brasileira – prosseguiu – tem se apresentado ultimamente com o qualitativo de “independente”. Mas a independência é inerente à própria soberania da Nação. Se se trata de uma política concebida

e pautada dentro dos interesses do Brasil, então é independente. Mas se é para fazer o país caudatário de qualquer bloco então já não é mais independente. A política a fazer terá de ser, portanto, a do interesse do Brasil.<sup>385</sup>

O novo chefe da nação brasileira tracejava um programa econômico e social diferente do antecessor. Bem rápido, se desenharia as quebras de pactos econômicos, ou seja, quais as nações não faziam parte dos interesses da pasta do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, comandada pelo professor e diplomata Roberto Campos. Em 15 de maio de 64 o Regime Civil-Militar rompe suas relações diplomáticas com Cuba, por ser um país socialista, e ameaçava romper com outros países que tivessem o mesmo perfil do Estado cubano<sup>386</sup>.

Progresso econômico fundamentado no eixo de dependência em que o Brasil saísse beneficiado – discursava os golpistas revolucionários que seria a luta do novo Regime – que na prática o enveredamento da política externa se deu numa continuidade de parceria muito antes do *Brother Sam*.

O Poder Executivo, em consonância com o Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, na direção de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente, propôs uma economia internacional-liberalista, alinhada estrategicamente aos interesses norte-americanos e, em consequência, a idealização do Brasil nacional-estatista seria descartada, criando um Estado reduzido ao máximo na interferência do giro de capital.

O Regime Civil-Militar seria fiel ao projeto político-econômico dos liberais-conservadores.

Roberto Campos, durante sua administração no Ministério (de abril de 1964 a março de 1967), fez diversas modificações, implantações de projetos e exclusões de outros que não satisfaziam os interesses do Governo de Castello Branco. Para início de sua jornada, o primeiro semestre seria de uma inflação disparada acumulada com alta taxa de desemprego e analfabetismo. Em julho, o diplomata das relações do planejamento e políticas socioeconômicas instituiu a chamada *Obrigação Reajustáveis do Tesouro Nacional*, outorgada pela Lei 4357 de 1964, que tinha como missão indexar os preços através da correção monetária atualizada trimestralmente.

Com os preços de produtos e consumos elevados, cresceu também a pressão do empresariado e da burguesia nacional para que revogasse a Lei 4.131 de 1962, criada no Governo de Jango, e que tinha como tarefa regular/disciplinar a aplicação do capital

---

<sup>385</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 15 de abril de 1964, p. 3.

<sup>386</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de maio de 1964, p. 3.

estrangeiro e as remessas de valores para fora do Brasil. O que fazia com que os grupos de empresários e industriais se sentissem prejudicados. Foi neste momento que em agosto de 1964 Roberto Campos lança o projeto para reformular toda a antiga Lei de Remessas de Lucros. O Congresso Nacional aprovaria de imediato a Lei de nº 4390, “que mudaria vários artigos da lei de 1962, visando incentivar a entrada de capitais estrangeiros por meio de uma política liberal de remessas de lucros e dividendos” (LOUREIRO, 2016, p. 170).

Ainda em 1964, Roberto Campos criaria, com apoio de Castello Branco, duas instituições que muito agradaria os setores empresariais e investidores. O Banco Nacional da Habitação (BNH), com sede em Brasília, pela Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, e o Banco Central do Brasil (BANCEN ou BCB), em dezembro, que substituiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), formulada em 1945 no Governo de Getúlio Vargas.

Para fomentar o desenvolvimento no ensino fundamental, as empresas passaram a contribuir socialmente com uma taxa de 2% com base de cálculo no salário mínimo mensal local e o valor multiplicado pela totalidade de funcionários na empresa, tendo como respaldo a pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, chamada de Salário-Educação.

Como seria conduzido o projeto da Reforma de Base foi outro ponto de debate acirrado. Expliquei em momentos anteriores que a Reforma Agrária Janguista não agradou nem um pouco boa parte da caserna militar e, principalmente, os latifundiarista-empresariais. Por exigência destes, Castello Branco teria uma missão a cumprir: extinguir as Ligas Camponesas, as cooperativas rurais e cassar as principais lideranças (grande parte do PCB e PTB). E conseguiu concretizar aos poucos durante 1964.

Para aliviar a pressão e amenizar os campesinatos que se viram sem o apoio das suas instituições, aprovou o *Estatuto da Terra* em novembro e no ano seguinte lançou novas pautas na reforma, criando, inclusive o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Mas, os direitos e obrigações deste estatuto e da nova estruturação do plano de reforma rural foram, por si só, motivos de muitas contestações.

O Projeto Agrário castelista fez uma divisão na nação entre os civis e militares. O que parecia que iria ser algo não tão difícil – já que os princípios da *Revolução Democrática* pregavam a construção de uma unidade nacional – foi germinando contradições internas e desconfianças.

Castello Branco quando buscou realizar a Reforma Agrária, mesmo sendo da ala de apoio dos militares e de muitos líderes políticos, foi questionado sobre o método que queria aplicar no setor do campo rural. Não exatamente a mudança estrutural em si, mas porque para

os conservadores-liberais era um projeto que relembra (ou se espelhava) o Governo anterior. Isto é, o primeiro Presidente-General seguia uma ideia de desapropriar as terras improdutivas dos latifundiários e distribuir de acordo com o interesse social e econômico do lugar.

Apareceram, destarte, várias oposições.

O ex-Presidente do IBAD, Deputado João Mendes, afirmou que “a reforma agrária do Marechal Castelo Branco é tão ousada quanto a do Sr. João Goulart, pois atenta contra a propriedade particular e defende a tese do minifúndio”<sup>387</sup>. O Governador do estado de Minas, Magalhães Pinto, que ajudou no Golpe contra Goulart e tinha prometido apoio ao Poder Central, “diz não a reforma agrária de Castelo Branco”<sup>388</sup>.

Os udenistas mais conservadores ficaram do lado dos que não aceitavam a Reforma Agrária imposta pelo Governo Civil-Militar e o Ministro do Planejamento Roberto Campos. O Presidente da Federação das Associações Rurais de Minas, Josafá Macedo, também não aceitou o conteúdo do projeto. Segundo ele: “pelo que estamos vendo, vamos ter de nos armar novamente, já que o Projeto do Ministro Roberto Campos sôbre a reforma agrária tornou-se um meio de abrir as portas para o comunismo no Brasil”.<sup>389</sup>

O objetivo dos combatentes foi fazer com que o Presidente Castello Branco recuasse a proposta do *Estatuto da Terra* e a modificasse com base em interesses específicos e não coletivos. Tal especificidade nos dá a confirmação que desde o período das reformas janguista e pecebista os grupos empresariais, políticos e latifundiários tentavam frear as mudanças em que estes não fizessem parte ou não se beneficiassem das modificações estruturais no país.

Ainda no mês de novembro de 64, o Ministro Roberto Campos lança o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual ficou conhecido como diretrizes estratégicas na economia. Este modelo (ou política econômica) faria parte do mandato do primeiro Presidente-General, entre 1964 a 1967, e foi, de certa maneira, uma contrarresposta ao *Plano Trienal* de Jango. O próprio Ministro do Planejamento disse em entrevista no livro *Conversas com economistas brasileiros* (1996), que o Brasil teve grandes avanços com a implantação deste projeto político-econômico:

Qual o conceito de desenvolvimento que estava por trás do PAEG?

Curiosamente, o programa que foi desenvolvido aqui em 1964/1967 era surpreendentemente semelhante aos programas asiáticos. Visitei a Ásia ao

<sup>387</sup> MENDES, João. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 3 de outubro de 1964, p. 1.

<sup>388</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de outubro de 1964, p. 1.

<sup>389</sup> MACEDO, Josafá. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de outubro de 1964, p. 4.

sair da Embaixada em Washington em 1964, antes de ser ministro do Planejamento, e ouvi falar das reformas que estavam se fazendo, no sentido de estabilização monetária e liberalização comercial ao mesmo tempo. Mas eram idéias ainda em gestação. As reformas estavam apenas começando. E o fato de termos adotado substancialmente o mesmo modelo aqui foi mais uma coincidência do que imitação. Quais são as coincidências do modelo? Primeiro, a prática da austeridade monetária e fiscal, acentuando-se a prioridade da estabilização monetária. Segundo, a orientação exportadora. Terceiro, a abertura para investimentos estrangeiros. E, quarto, a moderação do protecionismo comercial, feita através de nossa mini-reforma aduaneira em 1967. A resposta da economia brasileira a esse tipo de programação de reformas institucionais foi surpreendentemente rápida. O milagre brasileiro ocorreu no fim da década de 60. O milagre asiático só viria no fim da década dos 80 — exceto no caso do Japão, cuja “virada” começara em 1960, através do plano Ikeda de duplicação da renda nacional. (CAMPOS apud BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 47)

De fato, Castello Branco e os ministérios fizeram nos primeiros anos algumas modificações estruturais, as quais “pode-se mesmo dizer que foi economicamente peculiar, principalmente pelo primado e sucesso temporário do desenvolvimentismo” (COUTO, 1998, p. 33). Contudo, esta modernização econômica e social exigiu do país adequações ao novo ritmo de empreendedorismo. Pautados no princípio do liberalismo-conservador e do Estado mínimo, a primeira adequação seria no setor administrativo: redução ao máximo nos gastos públicos. A segunda proposta seria conseguir recursos financeiros para dar ritmo ao *processo revolucionário*.

Todas as medidas de reestruturações não foram suficientes para que os “primados” que guiavam a *Revolução Democrática* não recebessem duras críticas de seus projetos político-econômicos. Cada implantação e suplantação de um projeto foi alvo de defesas e contestações. A briga de narrativas que a princípio estava no plano das indagações sobre qual o melhor projeto político-ideológico e econômico a construir no Brasil, passaria a ser também numérica. Houve uma intensa disputa discursiva de quem estaria falando a verdade sobre os gastos públicos, a dívida externa e o custo de vida dos brasileiros.

Enquanto o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>390</sup>, os intelectuais direitista-liberais e os próprios ministros divulgavam por meios dos veículos midiáticos, entrevistas e

<sup>390</sup> Castello Branco, tendo a convicção que pairava sobre suas ações políticas, busca garantir uma firmeza na cadeira presidencial e que as informações contrárias não desestabilizassem seu mandato, assim como aconteceu com João Goulart. Como disse um influente jornalista e escritor brasileiro, Odylo Costa Filho, “o primeiro problema do Presidente Castello Branco seria restaurar a autoridade. Porque a democracia resiste a tudo, até a ela mesmo, menos a desordem instalada no seio do próprio Poder” (COSTA FILHO, 1975, p. 16), foi então que surge a ideia de criar um órgão de superintendência e coordenação das atividades informativas. Em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), comandado pelo General Golbery do Couto e Silva, e respaldado na Lei de nº 4.341, tinha como missão trabalhar em prol da integridade do Presidente da República.

obras editoriais um tipo de Governo que colocou o país rumo ao progresso, ao desenvolvimento e à independência externa, na avaliação antiGoverno o Brasil entrou o ano de 1965 com uma receita negativa devido os gastos excessivos no ano anterior. Por causa disso, Castello Branco teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para pedir empréstimo de US\$ 125 milhões em 13 de janeiro de 1965. Posteriormente, fez outro empréstimo de US\$ 130 milhões. O Ministro da Fazenda Delfim Netto (1967-1973), mesmo sendo da cúpula do Regime Civil-Militar afirmara, tempos depois, que o Presidente da República contraiu uma dívida no exterior de US\$ 1 bilhão de empréstimo para manter de pé algumas de suas reformas sociais e administrativas.

Carlos Lacerda afirmou contra o Governo no título exposto pelo *Jornal do Dia*: “custo de vida já subiu 300%”<sup>391</sup>. Na parte que trata do controle da subida inflacionária, os desgostos da *persona* que ocupava a Presidência da República jogavam à imprensa os números altos do consumo de bens e serviços e alertava para a existência de um tipo de Regime político que solapava os problemas existentes sobre o custo de vida. Enquanto na projeção do Poder Central a inflação se mantinha estável, controlada, com uma pequena elevação de 4,5% no mês de julho de 1964 (decréscimo de 0,7% do mês anterior), para Lacerda, a nota oficial trazia outra realidade, principalmente os produtos alimentícios, em que, desde a deposição de Goulart, o país vivia com um agravante expressivo de 300% sobre o custo de vida<sup>392</sup>.

Da capital São Luís saía uma nota a nível nacional na edição do *Jornal do dia*: “Futuro do Regime Preocupa São Paulo”<sup>393</sup>. E mais uma vez o periódico aproveita a oportunidade para ressaltar que o movimento revolucionário venceu a primeira etapa, mas não conseguiu fixar metas subsequentes importantes, como, por exemplo, a unidade política, a melhoria do custo de vida, o desemprego e a expansão da educação em todos os níveis. A etapa inicial foi concluída, contudo, fica a dubiedade “de como e para onde poderá ser levado o “barquinho” da Democracia”<sup>394</sup>.

Explica ainda o editorial *do Dia* que é até importante a discussão e debates públicos sobre a problemática da participação do analfabeto nas eleições e da prorrogação ou não dos mandatos presidenciais. Porém, “o problema mais importante é encontrar um meio de acabar

<sup>391</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de julho de 1964, p. 3.

<sup>392</sup> As referências dos dados inflacionários citados foram retiradas em: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de julho de 1964, p. 3.

<sup>393</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de junho de 1964, p. 5.

<sup>394</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de julho de 1964, p. 7.

com o analfabetismo [...] e encontrar um meio de fornecer meios e modos para que o Presidente da República possa fazer alguma coisa no período que a lei estabelece”<sup>395</sup>.

O General Costa e Silva, Ministro da Guerra, não ficou de mãos atadas e defendeu o Presidente da República: “Revolução salvou a unidade e a independência do país”<sup>396</sup>. Ainda que Castello Branco vivenciasse um contexto emaranhado de dissidências e questionamentos sobre o *processo revolucionário* nada disse sobre o que estava acontecendo para os aliados do Regime Civil-Militar. Costa e Silva responde ainda a imprensa de forma bem irritado após algumas acusações sobre o Governo do primeiro Presidente-General: “Não se revogou a Constituição, não se instalou uma Ditadura e, mantidos em função os poderes Legislativo e Judiciário, os brasileiros não sofreram Decretos-Leis, não ficaram privados de “habeas corpus” e desconhecem a censura sob todas as formas, inclusive a jornalística”<sup>397</sup>.

Chegou um momento que não só o Presidente da República estava sendo questionado, mas a própria ideia de *Revolução Democrática*. O Deputado Cid Carvalho, do PTB-MA – convém dizer que os discursos dos petebistas eram preenchidos de ressentimento, devido terem sido os mais atingidos pelo Golpe – incitou o Congresso Nacional a fazer um plebiscito para saber se a população brasileira apoiava o processo revolucionário que se tinha posto em jogo. Segundo este parlamentar maranhense, “a revolução de 1º de abril está perdendo seu lastro total no seio da opinião pública”<sup>398</sup>.

O projeto político-ideológico do Governo Civil-Militar castelista vivia dentro de um balaio confuso e de várias contradições internas. Aqueles que num dado momento apoiavam as atitudes das ações do Presidente Castello Branco e seus ministérios, em seguida emitiam opiniões de discordâncias e, com um pequeno intervalo de período, voltavam a se manifestar a favor. A *Grande Imprensa* andava nesta incerteza entre militar notas de apoio e indagações sobre o *processo revolucionário*. Políticos de diversos partidos, incluindo até mesmo os petebistas, “viravam a casaca”<sup>399</sup> à medida de uma aprovação ou desaprovação de plano comandada pelo Poder Central<sup>400</sup>.

<sup>395</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de julho de 1964, p. 7.

<sup>396</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 6 de setembro de 1964, p. 4.

<sup>397</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de setembro de 1964, p. 5.

<sup>398</sup> CARVALHO. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de novembro de 1964, p. 5.

<sup>399</sup> Provérbio popular de origem francesa *tourner casaque* que significa “mudar de partido político”. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais do Brasil*. 1. ed. – Recife: Ed. Universitária UFPe, 1970.

<sup>400</sup> Basta lembrar que Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, apoiadores convictos do Golpe e da candidatura de Castello Branco, se posicionaram contra a chamada *Tese da Maioria Absoluta* e a prorrogação do mandato do Presidente da República. O governador mineiro Magalhães Pinto tentaria dar forças a prorrogação ao mandato de Castello Branco, porém o “dispositivo Magalhães Pinto” não encontrava meios de se sustentar pelas próprias resistências do Presidente cearense que relutava em não aceitar prorrogação de seu exercício no Cargo Executivo. Muitos udenistas em conformidade com o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, tomariam uma

A política maranhense também fazia parte direta deste cesto emblemático. E, de dentro dele, sairia o Deputado Federal, José Sarney Costa, que tomaria uma posição a partir de 1964: defender o *processo revolucionário*.

Até que anteriormente ao Golpe, é perceptível dizer que a figura política de José Sarney estava implicitamente do lado de João Goulart. Primeiro porque havia por parte de muitos uma incredulidade de que o Presidente petebista pudesse realmente ser deposto. E caso não houvesse esta ruptura no Poder Central – tudo se mantivesse no devido lugar até as eleições de 65 –, seguir o caminho dos pessedistas e udenistas antigoulartistas seria um risco a sua candidatura ao futuro cargo de Governador. Segundo, porque discursando a favor das Reformas de Base janguista ganharia um lastro de apoio dos maranhenses que, em sua grande maioria, pediam modificações estruturais no estado e insatisfações ao sistema vitorinista.

Com as mudanças abruptas no seio da política brasileira, em abril de 64, José Sarney jogaria dentro das regras do jogo político.

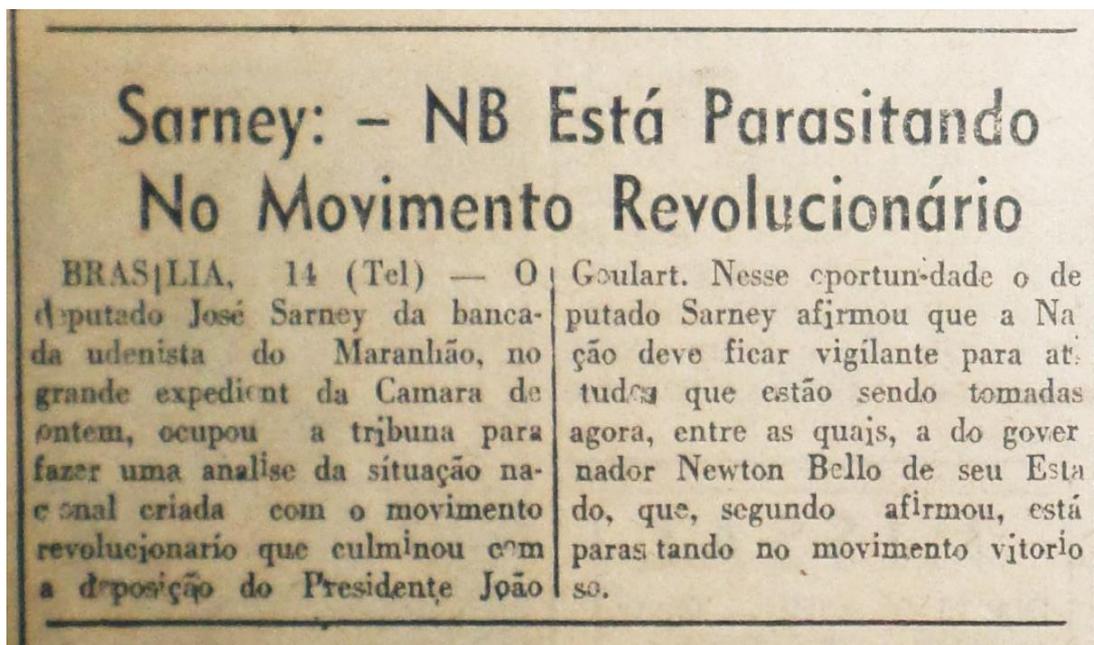
No dia 27 de março de 1964, José Sarney Costa concretiza sua candidatura para concorrer às eleições de 1965 para o exercício de Governador do estado<sup>401</sup>. O jovem Deputado Federal – um dos poucos udenistas apoiadores de Castello Branco – aproveitaria o contexto da *Operação Limpeza* e as acusações sobre corrupção no Governo de Newton Bello para se sair bem nessa disputa.

---

decisão contra a *Tese da Maioria Absoluta*. A justificativa da narrativa lacerdista (ou lacerdiana) seria que todo este projeto não passava de manobras políticas guiadas pelos “inimigos da revolução” (Jornal do Dia, 15 de julho de 1964, p. 3), como assim designou, e fazer avançar um estrutura político-institucional não expressada pela vontade do povo. Entretanto, cabe destacar que Lacerda não era apenas contra o Regime Civil-Militar e a *Tese da Maioria Absoluta* por assim dizer que seria esquema de politicagem, mas porque também ele almejava ser candidato nas eleições de 1965. Ter o Poder Central nas mãos era um velho sonho dos udenistas que enxergavam em Lacerda o mais próximo de conseguir.

<sup>401</sup> Esta data de 27 de março de 1964 foi encontrada em: BONFIM, 1985, p. 21. Já no *Jornal do Dia*, apenas em maio é que José Sarney anuncia sua presença na disputa para o cargo de Governador: “deputado José Sarney afirmou, ontem, à reportagem que mais do que nunca é candidato ao Governo do Maranhão” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 5 de maio de 1964, p. 3).

**Imagem XXIX:** Pronunciamento de José Sarney na Tribuna da Câmara Legislativa do Maranhão. Elogio ao Golpe de 31 de março e crítica à política de Newton Bello.



**Fonte:** *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 15 de abril de 1964, p. 1.

Em sua autodefesa, argumenta que o motivo de ficar do lado da política de Castello Branco seria porque este discursava em limpar a corrupção. Mas, na verdade, sabendo que Newton Bello e Victorino Freire não apenas se enquadrava na operação limpeza como eram rejeitados pela atual gestão Civil-Militar, a melhor tática naquele momento seria agarrar o lado mais forte da corda para garantir sua candidatura e ter a certeza que assumiria o ofício de Governador. Tanto é que, sendo conhecedor de toda essa conjuntura, disse aos jornalistas, sem medo do povir ou perder a briga para seus oponentes, que a revolução consolidou sua futura vitória em 1965. Explicou com as seguintes palavras o porquê:

A única ameaça que pesava sobre as forças oposicionistas do Maranhão era a máquina dos dinheiros públicos federais e estaduais [...]. Vamos apontar dois casos, por exemplo: O DNER e o Ministério da Agricultura que através de Empreitadas, obras Delegadas [...] drenava para as forças governistas a soma poderosa de recursos que sempre colocava os candidatos de Oposição em evidente desigualdade de condições de luta [...]. Agora, o movimento vitorioso de 31 de março não permitirá mais a máquina do negociacionismo para forjar eleições. [...] A UDN, de que sou Presidente no Maranhão e vice-Presidente do Diretório Nacional, tem hoje grandes responsabilidades no atual governo e está atenta a não permitir a repetição dos fatos [...]. O Maranhão é o campo ideal para uma operação piloto de limpeza. [...] E em terreno limpo, honrado e digno a vitória da Oposição em meu Estado não exigirá muito trabalho: será um verdadeiro passeio libertador.<sup>402</sup>

<sup>402</sup> SARNEY, José. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de maio de 1964, p. 3.

Ainda nos dias atuais há aquela dúvida se José Sarney estava ou não do lado do Regime Civil-Militar ou apenas quis se aproveitar da fragilidade política no Maranhão para vencer a eleição estadual. Entre as possíveis conclusões, além dos seus nítidos pronunciamentos de “amigo” dos revolucionários político-militares, como foi mostrado acima – em que engradece o Golpe como uma vitória à vida dos brasileiros –, percebo através de documentos (jornais e arquivos biográficos) fortes características de exaltação ao projeto político-ideológico do Presidente-General Castello Branco durante a campanha e já quando exercia os cargos de Governador e Senador, até o momento de uma reviravolta de posicionamento em 1985.

Caso fosse tão somente para efeito de conseguir a cadeira de Governador ele poderia ter mudado de discursos e posturas durante o seu mandato. Ou talvez a explicação de continuar firmando parcerias com os projetos dos políticos-generais se deu por questões de buscar angariações para o estado e manter sua imagem sempre positiva (de político limpo), visando desde o princípio chegar ao Senador Federal pelo Maranhão. O *Jornal do Dia* e outros jornais da época são excelentes fontes para preencher estes questionamentos.

Os documentos histórico-biográficos também nos trazem outras informações importantes (pego como exemplo as fotografias) de que temos um Sarney que se aproximou do Regime Civil-Militar para ganhar as eleições estaduais bem como durante seu mandato buscou continuar firmando parcerias políticas com os presidentes-generais. Muitos anos depois, José Sarney diz na entrevista à Regina Echeverria, quando coletava informações para compor sua biografia, que “a revolução veio para purificar o processo eleitoral. Para restaurar a democracia” (apud ECHEVERRIA, 2011, p. 159). Tanto os acervos histórico-biográficos quanto os jornais impressos diminuem as análises conjecturativas e leva-nos para o campo do teor empírico-documental.

**Imagem XXX:** Na cerimônia de posse, o novo governador Sarney em revista a tropa da Polícia Militar do Estado.



**Fonte:** ECHEVERRIA, 2011.

**Imagem XXXI:** Governador José Sarney, em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite, sendo homenageado com desfile das tropas militares na presença de políticos, empresários, jornalistas, intelectuais e uma multidão de ludovicenses.



**Fonte:** GUTEMBERG, Revista da História, 2001, p. 75.

**Imagem XXXII:** Presidente Castello Branco na companhia dos generais Arthur da Costa e Silva e Ernesto Geisel aportando em São Luís e sendo recebido por José Sarney.



**Fonte:** GUTEMBERG, Revista da História, 2001, p. 77.

**Imagem XXXIII:** Visita do Governador Sarney e Presidente Castello Branco em 1966 para a inauguração de obras na cidade de Caxias registrado por Sinésio Santos. Da esquerda para a direita: José Sarney, Castelo Branco e o ex-prefeito de Caxias Aluizio Lobo.



**Fonte:** Sinésio Santos, 1966. In: ALVARENGA et. al., 2018.

Por meio dessas fontes é possível perceber que Newton Bello governava o Maranhão, mas quem se fazia presente perante o Presidente Castello Branco para informar o que o estado necessitava era o Deputado José Sarney. Este tomava a dianteira da situação a fim de ir construir aos poucos sua imagem na imprensa e estreitar os laços com o Poder Central. É como ressaltou o seu arquirrival, Victorino Freire, que não há como negar a inteligência política de José Sarney em bem cedo projetar-se estrategicamente para tomar o poder em 65: “Desde que se elegeu deputado, Sarney, soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso e oportunista, sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem favoráveis” (FREIRE, 1978, p. 37).

O depoimento de Victorino Freire no seu livro de memória, *A Laja da Raposa* (1978), comprova que a personalidade de líder em Sarney não aparece entre 1964-65. Vem muito antes. Mais exatamente em 1958, quando é eleito com boa margem de apoio para o cargo de Deputado Federal e, principalmente nas eleições de 62, consagrando-se o terceiro mais votado na lista geral de deputados federais, com “21.294 votos”<sup>403</sup>. Representando, inclusive, as “*Oposições Coligadas P.D.C. – U.D.N. – P.T.N. – P.R.*”<sup>404</sup> e ainda enfrentando o forte PSD de Victorino Freire (ganharia nesta eleição para Senador com “172.680”<sup>405</sup>) e seus deputados correligionários<sup>406</sup>.

De 1962 a 1965 José Sarney foi somente se incorporando cada vez mais no processo político e alicerçando-se no “homem de confiança” – ganhou até a função de Vice-Presidente do Diretório Nacional da UDN e Presidente da UDN no Maranhão, um verdadeiro “vice-líder da oposição ao governo Kubitschek” (COSTA, 2006, p. 75), e nos discursos de seu projeto com a propaganda dos *slogans* “Maranhão Novo”, “Maranhão 66”, ou seja, de mudar o cenário do estado de arcaico e rural para o desenvolvido e moderno. O que nas palavras de Maria Núbia Bonfim, essa “terra prometida”, iria ter como base o “trinômio: Energia, Transporte e Fixação do Homem à Terra” (1985, p. 22).

“Político habilidoso, possuidor de grande influência verbal [...] que empolga o povo maranhense” (BONFIM, 1985, p. 16), o político promissor disputava espaço com uma popularidade impressionante. Ora, num estado em que mais da metade da população maranhense se encontrava na situação de analfabetismo e ele, sendo um *douto* das letras,

<sup>403</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores Referendum 6.163. 6º Vol. Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 183.

<sup>404</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>405</sup> Ibidem, pp. 85; 182.

<sup>406</sup> Essas *Oposições Coligadas*, formadas desde 1954-55, receberam o título de “Unidos pelo Maranhão”. O Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP) não fizeram parte desta união antivitorinista, porém formaram blocos de oposições ao Governo Estadual (BONFIM, 1985, p. 5).

havia conquistado a presidência da Academia Maranhense de Letras (AML) com menos de 22 anos, um dos fundadores das revistas *A Ilha e Afluente*, dominador da oratória e da boa presença, agradaria rapidamente a sociedade e ganharia respaldo na campanha em nível estadual à nacional.

**Imagem XXXIV:** José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, o Zé da Ilha, aos 35 anos, discursando com um microfone para uma multidão de maranhenses em sua campanha.<sup>407</sup>



**Fonte:** GUTEMBERG, Revista da História, 2001, p. 65.

José Sarney sabia bem o terreno pantanoso em que caminhava e, como “em terra de cego, quem tem um olho é rei”<sup>408</sup>, as suas argúcias tão ávidas por poder fizeram com que tivesse dois olhos nesta terra de atraso instrucional: um olho que fixava nas estratégias para derrubar o vitorinismo e outro que observava com cautela como se aproximar do Presidente da República.

Em uma conferência que ocorreu em Brasília, no dia 20 de julho de 1964, Sarney chega até Castello Branco para explicar a falta de manutenção na Agência do Loide Brasileiro, em São Luís, ameaçada de fechamento. Aproveitou também a oportunidade para falar sobre as obras no Porto de Itaqui instalada no Maranhão e que seria necessário repensar em restaurar a Comissão de Economia do Babaçu (CEB), fundada desde os tempos de Jânio

<sup>407</sup> Recebeu outros codinomes: Na sua adolescência chamava-o de Zequinha. Já na juventude, antes de entrar para o campo político, era mais conhecido de Zé Costa. O pseudônimo José Sarney surgiu como marketing para sua campanha política de 1958. *O Imparcial* chegou a chamá-lo em algumas ocasiões de Zé da Ilha.

<sup>408</sup> Ditado popular.

Quadros e que tinha sido suprimida pela Lei de nº 9, de 1962, ou mesmo criar o Instituto Nacional do Babaçu (INB)<sup>409</sup>. Nada mais do que um dos projetos seu de propaganda para as eleições estaduais.

Ainda sobre o Porto de Itaqui, José Sarney exclamou na Tribuna da Câmara Legislativa do Maranhão que a obra passava de um século no descaso devido estar sempre na direção de políticos e empresários oportunistas, inclusive na gestão de Newton Bello e principalmente durante o sistema vitorinista: “há mais de 100 anos data o planejamento do pôrto de Itaqui, que tem sido o motivo e o modo para que sejam feitas negociatas à sombra daquela grande obra”<sup>410</sup>.

Nos discursos parlamentares e, ao mesmo tempo em que aproveita para denunciar a Casa Parlamentar do Maranhão – ganhando mais prestígio e confiança –, o desenvolvimento do trinômio de José Sarney, dito por Maria Núbia Bonfim (1985), situava-se em: no eixo do término da construção do Porto de Itaqui; ampliar a fonte de energia elétrica a todos os maranhenses, em que a própria capital São Luís sofria com elevadas quedas e com baixa potência, construir a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança e melhorar as estradas entre São Luís a Teresina (atualmente BR-135 e BR-316), asphaltando-as.

Sobre o consumo de energia elétrica no Maranhão podemos ver *no Anuário Estatístico Brasileiro* (IBGE), que a potência instalada no estado, até 1963, tinha força de kilowatts (kW) baixa em relação a outros estados do Nordeste, com apenas 7677 (kW) e sem nenhuma hidráulica. O Piauí, território circunvizinho, estava a frente com 8814 (kW), mas também sem hidráulica.

---

<sup>409</sup> Informações encontradas em: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de julho de 1964, p. 3.

<sup>410</sup> SARNEY, José. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 27 de agosto de 1964, p. 5.

**Imagem XXXV:** Situação da Energia elétrica em kilowatts (kW) nos estados do Norte, Nordeste e Leste com censo de 1961/1963.

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POTÊNCIA INSTALADA (kW)				
	1961	1962	1963		
			Total	Hidráulica	Térmica
<b>Norte</b>					
Rondônia.....	2 340	2 340	2 340	—	2 340
Acre.....	2 816	2 816	2 810	—	2 810
Amazonas.....	6 014	28 472	24 774	—	24 774
Roraima.....	416	416	416	—	416
Pará.....	39 611	40 492	41 442	—	41 442
Amapá.....	7 019	7 019	7 020	—	7 020
<b>Nordeste</b>					
Maranhão.....	7 598	7 784	7 677	—	7 677
Piauí.....	5 912	8 455	8 814	—	8 814
Ceará.....	29 126	29 811	33 937	1 258	32 679
Rio Grande do Norte....	8 214	9 325	9 972	—	9 972
Paraíba.....	14 570	14 927	15 017	3 660	11 357
Pernambuco.....	49 680	51 029	52 606	5 703	46 903
Alagoas.....	11 505	11 239	11 767	2 273	9 494
Fernando de Noronha...	280	200	149	—	149
<b>Leste</b>					
Sergipe.....	1 426	1 696	2 012	350	1 662
Bahia.....	363 927	385 816	390 459	349 431	41 028
Minas Gerais.....	790 848	919 566	1 291 550	1 259 149	32 401
Espírito Santo.....	37 621	37 821	39 800	28 600	11 200
Rio de Janeiro.....	860 582	921 679	1 004 497	817 265	187 232
Guanabara.....	43 138	50 248	25 397	—	25 397

**Fonte:** *Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 141.

Sarney, diante destes projetos com promessas inovadoras, anunciava um novo tempo ao Maranhão se fosse eleito: dizia que teria no seu Governo a política democrática em que não haveria perseguições político-ideológicas para aqueles que estivessem contra sua gestão. Acabaria com arbitrariedades e vinganças políticas e pessoais praticadas pelos coronéis-políticos seguidores da Raposa Vitorina, ao mesmo tempo que tiraria qualquer força de atuação destes no estado.

Conforme o *Jornal O Imparcial*, em 8 de abril de 1964, na tentativa de provar isso de modo prático aos eleitores (de que seguiria a liberdade de expressão e política democrática), José Sarney se arrisca em fragilizar sua amizade com o Poder Executivo e se pronuncia contra a cassação dos direitos políticos petebistas, pecebistas e outros que se enquadravam na *Operação Limpeza*: “Todos os recursos legais podem ser empregados, mas não concordo em que se caia no arbítrio e na violência a pretexto de defender o regime das liberdades. Aqui não se cassa mandato de ninguém fora dos termos previstos na Constituição” (apud BONFIM, 1985, pp. 21-22).

De certa forma essa crítica acima é bem específica sobre a proposta de limpeza política e administrativa do que ao Regime em si. Nas características de um “liberal democrata”<sup>411</sup> e sempre na intenção de ficar no primeiro plano da política estadual e nacional, José Sarney foi um “servidor de dois senhores”. Haja vista que ele precisava ser porta-voz das reivindicações dos empresários e políticos ansiosos em tomar o poder estadual, e no mesmo percurso servir os desejos de Castello Branco em realizar o *processo revolucionário* dos líderes militares. E ainda dentro desta problemática – agradar um lado sem necessariamente desagradar o outro – tinha a questão de seus amigos que foram cassados pela *Operação Limpeza*, dentre eles o jornalista Bandeira Tribuzzi: “Com o advento do movimento militar, em 1964, Tribuzzi, além de perseguido, preso e demitido do DNER, ficou sem a sua tribuna diária, tendo em vista que, forçado pelas circunstâncias em que vivia o país, o *Jornal do Povo* foi obrigado a fechar as portas”<sup>412</sup>.

Por causa dessas posições dúbias de José Sarney o seu nome entraria em vários momentos durante a Ditadura Civil-Militar nas listas da *Operação Limpeza*, a qual ele teria apoiado desde sempre. No 2º Volume da obra *Inquérito Policial Militar nº 709: O comunismo no Brasil*, aparece o seguinte trecho: “a própria UDN não impermeável a essa infiltração de elementos comunizantes, cujos representantes mais característicos são: Ferro Costa, Seixas Dória, José Aparecido, Adolfo de Oliveira, Simião da Cunha e José Sarney”<sup>413</sup>.

Além da administração das obras públicas, o parlamentar José Sarney – e já oficialmente candidato – aproveitou a situação do desemprego, a seca no Nordeste, a desaceleração industrial e o baixo índice da educação no estado para criar mais forças sobre sua candidatura e fragilizar as estratégias de Victorino Freire. A raposa vitorina não tinha

<sup>411</sup> Característica dada por BONFIM (1985).

<sup>412</sup> *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio, 1999, p. 5.

<sup>413</sup> CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar 709 – O comunismo no Brasil*, 1966, p. 275.

mais as mesmas velocidades e o Canguru Político sabia saltitar perfeitamente nos lugares que dariam vantagem na corrida eleitoral.

No que tange ao problema da estiagem, José Sarney se prontificava desde as suas primeiras campanhas que sua pessoa não faria parte dos “empresários da seca”. Desde 1958 foi contra os projetos que, segundo ele, ao invés de solucionar os problemas, intensificava cada vez mais a chamada “Indústria da Seca”. Criticava o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) de 1945<sup>414</sup> por não ter resolvido a vida dos nordestinos da grande seca de 1951 e 1958 e relembra as acusações de corrupção sobre esta instituição. Foi contra a criação da Operação Nordeste (OPENO), do Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), aprovados em janeiro de 1959, e que em dezembro do mesmo ano deram origem a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Programas estes implantados pelo ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek.

O Maranhão, nos primeiros anos da década de 60, passava por uma forte crise no setor industrial fazendo com que o número de desempregados subisse rápido. Membros da Associação Comercial do Maranhão conferenciaram uma reunião com o Presidente da República a fim de solucionar o problema. Os representantes desta instituição eram Eduardo Aboud, Rui Abreu e Domingos Mendes. E os três não estavam sozinhos no encontro. Fizeram questão de estarem presentes os deputados da ala antiBello, na intenção de firmar ainda mais a parceria com Castello Branco e, claro, não poderia faltar o candidato já proclamado como “líder consagrado”<sup>415</sup>: “Deputados maranhenses Henrique La Roque, José Sarney, Orildo Sampaio, Ivar Sardanha e Eurico Ribeiro”<sup>416</sup>.

---

<sup>414</sup> Este programa não foi projetado em 1945, mas vem desde 1909 com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Em 1919 a sigla foi trocada por Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Somente no final do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1945, passou a ser chamado de DNOCS, vigorando a sigla até os dias atuais. Segundo Alzira Alves de Abreu: “A seca de 1951 colocou mais uma vez em discussão a política federal em relação ao Nordeste. Ao mesmo tempo em que eram feitas acusações de incapacidade e corrupção ao DNOCS, tomava corpo a tese do desenvolvimento econômico, em detrimento da solução hidráulica. Nesse momento foi criado o Banco do Nordeste do Brasil S.A. O DNOCS continuou a atuar, embora com uma imagem já totalmente desfavorável. A seca de 1958, uma das mais severas e com um dos mais elevados números de refugiados, apresentou-se como uma prova indiscutível de que toda a política até então executada havia sido inócua. Ainda assim, o DNOCS recebeu novos recursos para enfrentar a situação” (CPDOC/FGV).

<sup>415</sup> Ver: BONFIM, 1985, p. 17.

<sup>416</sup> *Jornal do Dia*, São Luís, 27 de setembro de 1964, p. 7. (*Grifo meu*).

<b>Setor econômico no Maranhão<sup>417</sup></b>	
	<b>Total</b>
Pessoas disponíveis para o trabalho	1665.918
Pessoas empregadas em diversos ramos	90.895
<b>ATIVIDADES INDUSTRIAIS</b>	
Empregados	14.520
Empregadores	412
Autônomos	7.057
<b>COMÉRCIO DE MERCADORIAS</b>	
Empregados	7.766
Empregadores	878
Autônomos	17.116
<b>Estabelecimentos industriais no Maranhão<sup>418</sup></b>	
	<b>Total</b>
Número de indústrias	2.430
Operários empregados	11.042

**Quadro XII:** Censo do número de pessoas trabalhando e de estabelecimentos empregatícios no Maranhão 1960/1964.

As causas desta crise industrial estariam relacionadas a alguns fatores, dentre os dois mais importantes:

- a) Primeiro porque o Sul e Sudeste tiveram uma leve retomada economicamente com o incentivo à ampliação industrial e empresarial somada ao fenômeno da internacionalização – projeto do Regime Civil-Militar que confirma o apoio com os grupos industriais estrangeiros. O Nordeste, que já sofria com a seca, passa a não acompanhar as regiões concorrentes, ficando às margens da estagnação social e econômica. A situação complica mais ainda quando um maciço contingente de pessoas do Ceará, Pernambuco, Bahia, dentre outros estados, fugindo das estiagens e da fome, refugiavam-se no Maranhão em busca de empregos e terras para produzir.
- b) O outro motivo, aponta neste caso José Sarney – num discurso de denúncia como propaganda de sua candidatura –, que o motivo se dá pela rede creditícia maranhense ser baixa em relação a outros estados, com uma taxa de poupança ínfima e pouco investimento no setor da agricultura, tanto por parte da iniciativa privada como pelo poder estadual,

<sup>417</sup> Censo Demográfico de 1960. Vol. I, tomo III, 1ª parte. Fundação IBGE, 1968, p. 20.

<sup>418</sup> Peguei como exemplo apenas o setor industrial. Porém, o censo abrange vários tipos de atividades econômicas. Ver: *Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 91.

sendo que o atraso estaria relacionado ao aparelhamento político<sup>419</sup>. Tentando ajudar nas explicações e dar reforços à imagem de Sarney, o *Jornal do Dia* em resposta àqueles que diziam que a causa do aumento de pessoas sem emprego era culpa da administração de Castello Branco e, neste viés, jogavam toda a responsabilidade na gestão do Governo de Newton Bello, informa na matéria com o título “Desemprego no Maranhão Preocupa Ministro”, que o surto vem “da política de restrição do crédito que está afetando todas as nossas estruturas e ameaçando um colapso total em nossas atividades comerciais e industriais”<sup>420</sup>.

Em relação ao sistema educacional, Newton Bello tomaria uma atitude de autodefesa de seu governo. Classificou seu projeto de ensino como prioridade no orçamento administrativo, chegando a declarar que em 1964 foi o “Ano da Educação”. Só que para os adversários antiBello a verdadeira situação estava sendo coberta pelo véu da mentira e com máscara de falsos dados e números.

Os baixos indicadores socioculturais no Maranhão serviram como elementos de campanha eleitoral usados por Sarney e seu oponente Costa Rodrigues. O que é importante dizer que embora foi uma estratégia propagandista para ganhar adeptos às suas políticas, de fato o sistema de ensino no estado vivia as sombras do desprezo, da estagnação, numa drástica situação de analfabetismo. O futuro não se mostrava nada promissor nada promissor de mudanças.

Nas pesquisas de Helena Bomeny, “apenas cinco estabelecimentos públicos (dois de nível federal e três estaduais) respondiam pelo atendimento de todo o estado, sendo que somente três cursos eram ministrados para o antigo secundário” (1981, p. 23). No Ensino Primário comum (atualmente o Ensino Fundamental I) o número total de estabelecimentos no Maranhão era somente de 2373 para um total de 4123 docentes. Destes, 3046 não tinha a especialização pedagógica (que dava o grau de normalistas), ou seja, escassamente 1077 que possuíam esta formação<sup>421</sup>.

---

<sup>419</sup> Esta afirmação de Sarney vem muito antes de 1964. Num pronunciamento na Câmara Legislativa disse as seguintes palavras: “Só arrancaremos o Maranhão do ciclo colonial em que se encontra se conseguirmos investimentos maciços para financiar a iniciativa privada de que o poder público se encontra desaparelhado para esse programa” (O Imparcial, 10 de outubro de 1959 apud BONFIM, 1985, p. 15). Estes mesmos discursos de incentivos ao setor empresarial se encaixaria bem no novo modelo econômico do Regime Civil-Militar e Castello Branco se agradava muito ao ver um político considerado de “o líder consagrado” defendendo tais projetos político-ideológicos.

<sup>420</sup> *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de setembro de 1964, p. 5.

<sup>421</sup> Dados sobre o Ensino Primário e docentes retirados de: *Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, pp. 336-7.

O *Jornal do Dia*, como um destes perseguidores do sistema vitorinista, ressalta que não poderia deixar o governo estadual ludibriar a sociedade maranhense e como carregava a obrigação de ser o órgão da “Alma e pensamento da cidade” deveria expor as críticas que rodeavam o sistema educacional. No texto “O ANALFABETISMO”<sup>422</sup>, temos uma exposição de dados ditos pelo Dr. José Silva quando discursou na Assembleia Legislativa do Maranhão. Segundo este parlamentar, enquanto a Constituição previa, no mínimo, 20% das receitas arrecadadas fomentadas para a educação, Newton Bello empregava apenas 14%, deixando o estado na última posição dos outros estados com maior número de pessoas iletradas (população chegando a 74% de analfabetos), ficando à frente apenas de Alagoas que chegava a expressiva escala de 76%<sup>423</sup>.

O que acontecia entre o *Jornal do Dia* e José Sarney foi uma troca de ajudas com vias de mãos duplas e ambos procuravam sair beneficiados. Uma velha *política de favores* entre a *persona* de Sarney e a direção da empresa tipográfica *do Dia*. Nesta simbiose político-empresarial, o grupo editorial como não digeria mais Victorino Freire e seus correligionários no poder, fazendo apologia à candidatura de um político que estava do lado do atual Poder Executivo seria uma forma de manter seu prelo vivo diante da *Operação Limpeza*. Já o deputado José Sarney precisava se construir imagetivamente aos olhos dos maranhenses e de Castello Branco para que este enxergasse nele o político de apoio. O próprio Presidente cearense havia percebido na figura de Sarney como uma ponte entre o projeto político-ideológico Civil-Militar e o estado:

O Maranhão seria o grande campo experimental para a Revolução: campo para uma ação moralizadora; campo para demonstrar até que ponto desceu a coisa pública neste país e campo para fazer funcionar as potencialidades de um Estado rico que paradoxalmente só tem servido para manter um povo pobre e abandonado.<sup>424</sup>

O *Jornal do Dia* foi, sem sombra de dúvidas, um dos importantes veículos de informação que deu espaço para que o parlamentar Sarney fizesse sua autopropaganda e, assim, ter forças suficientes para derrubar o sistema vitorinista, bem como o próprio grupo editorial foi porta-voz do discurso a favor da campanha sarneysta e, meio que contraditoriamente, do Poder Central comandada por Castello Branco.

<sup>422</sup> O ANALFABETISMO. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de julho de 1964, p. 5.

<sup>423</sup> Estes dados de porcentagem sobre os estados, com maior e menor número de analfabetos, o parlamentar Dr. José Silva retirou da Enciclopédia BARSA. O estado da Guanabara, por exemplo, estava no topo da lista com apenas 15% de analfabetos. Texto completo em: *Ibidem*, p. 5.

<sup>424</sup> *O Imparcial*, São Luís (Maranhão), 8 de dezembro de 1964, p. 1.

Em uma das sessões na Câmara Federal, ao fazer uma explicação das primeiras modificações com a posse de Castello Branco, fica bem perceptível uma fala oportunista do diretor e proprietário Alberto Aboud de tentar desestabilizar a trajetória política de Newton Bello e ainda, na mesma oportunidade na sua oratória no plenário, criar uma imagem de “boas novas” ao candidato antivitorinista – no caso Sarney. Segundo Aboud, o Governador Newton Bello “aproveita a revolução para realizar vinganças pessoais”<sup>425</sup> e conclui:

Aqui no Maranhão pelo que demonstram e comprovam os fatos, o senhor Newton Bello não participou e nem está participando dos altos desígnios da revolução, pois vem tentando tirar proveito para vinganças pessoais, em nome da própria revolução, revivendo a política de opressão e desmandos.<sup>426</sup>

Em outro momento, o deputado Ivar Sardanha (PTB-MA) discursa na Câmara dos Deputados contra as arbitrariedades e violências por parte do governismo de Newton Bello, no qual as pessoas antivitorinistas estariam sendo assassinadas e escondidas sem nenhuma chance de encontrá-las: “os novos líderes que se levantavam eram intimidados e os que, mais corajosos, continuavam desafiando, sofriam atentados e outras formas de desmoralização. O jornalista e deputado Neiva Moreira, do PSP, [...] foi, por três vezes, espancado” (GUTEMBERG, 2001, pp. 64-65). Segundo este político petebista, as atitudes arquitetadas pelos correligionários do cacique Victorino só estariam acontecendo porque mesmo após a autorização da *Operação Limpeza* esta não havia ainda chegado nas terras do Maranhão.

Mas esta ação de varredura político-administrativa no país não é a mesma criticada em alguns momentos por Paulo Nascimento Moraes nas redações colunais no *Jornal do Dia* em “Salvemos a Democracia” de 18 de abril de 1964 de 1964? De certa maneira, sim. Contudo, o *processo revolucionário* foi utilizado de acordo com os interesses de cada briga e disputa política nos estados brasileiros. Como o contexto era de campanha para as eleições em 65, muitos parlamentares e grupos empresariais do ramo da imprensa se aproveitavam do decreto da *Operação Limpeza* para enfraquecer a figura do governante (e dos correligionários do partido) que não se enquadrava nos planos do Regime Civil-Militar e já outros buscavam fazer jogo de cintura para alinhar-se ao projeto nacionalista e manter-se no poder.

Foi o que fez o Deputado Ivar Sardanha. Exigiu em seu pronunciamento que o Presidente da República e o Congresso Nacional analisassem bem a prorrogação dos governadores, não deixando isto acontecer em hipótese alguma, sobretudo, porque muitos

---

<sup>425</sup> ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 23 de abril de 1964, p. 5.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 5.

estavam sendo oportunistas com a prorrogação do mandato de Castello Branco para também entrarem neste mesmo barco de extensão do mandato, como era o caso no Maranhão, afirmando que: “onde não temos um Governador, mas um ditador e daqueles ferozes”<sup>427</sup>. Disse ainda, em voz de guerra e apegado ao conceito de revolução marxista-leninista, ou seja, combate pelas armas:

Êste apêlo e esta advertência são para que amanhã não sejamos forçados a fazer uma revolução no nosso Estado. Porque – e aqui fica advertência – se fôr prorrogado, o que não acredito, o mandato do Governador Newton Bello, fique certa esta Casa e Nação de que não teremos outro caminho a não ser pegar em armas para defender o povo humilde e sofredor de nosso Estado.<sup>428</sup>

Todo esse teatro político que envolveu diversos elementos – Sarney e o oportunismo de autopropaganda imagética; rejeição de Newton Bello ou qualquer correligionário de Victorino Freire na direção do Poder Estadual por parte do *processo revolucionário*; os veículos da imprensa como porta-vozes de combate ao continuísmo do pessedismo-vitorino; aproximações entre os discursos de promessas de Maranhão Novo com arquétipo político-econômico do Poder Central – foram substanciais para enrijecer a construção do sarneysmo nos limites geográficos do estado a nível nacional.

E se tal enredo já não fosse o suficiente para empurrar o sistema vitorinista para um beco sem saída, os pessedistas, ao invés de se unirem, contribuíram com um espetáculo à parte para que se confirmasse ainda a queda do partido. Tudo porque a convenção que deveria ter acontecido em 64 para decidir o rumo do PSD (do candidato a representá-lo e ser o sucessor de Newton Bello) acabou não se confirmando, fazendo com que houvesse uma divisão interna.

O PSD no Maranhão diante da ausência de representantes na disputa eleitoral entraria rapidamente em desespero. Foram cogitados vários nomes na cúpula: Eugenio Barros, que atuava naquele momento no cargo de Senador e Presidente do Diretório Regional do PSD-MA; o ex-governador Mattos de Carvalho do PSD; Alfredo Duailibe, ex-vice-governador de Newton Bello; e o Deputado Federal José Burnertt, que fazia parte da ala bem conservadora do PSD.

Nenhum destes parecia viável aos olhos do Senador Victorino Freire.

A situação era tão crítica que o Cacique dos pessedistas, Victorino Freire, tenso pela fragilidade e crise de representação política no PSD, chegou a declarar que poderia assumir

<sup>427</sup> SARDANHA, Ivar. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 27 de setembro de 1964, p. 7.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 7.

essa missão de se candidatar, mesmo não querendo com justificativas de ter uma idade já próxima dos 60 anos: “estou disposto a esse sacrifício pela unidade do Partido. [...] Estou muito velho para me submeter a esse espetáculo degradante e inédito na vida do partido”<sup>429</sup>. O que de fato a confirmação de sua candidatura acabou não acontecendo.

O nome mais aceitável foi de Renato Archer do PTB, apontado pelo próprio Victorino Freire. O sistema vitorinista aceitaria um petebista, mas não Costa Rodrigues do PTN.

Todavia, Renato Archer, figura política que representaria os pessedistas, tinha alguns problemas a enfrentar. Embora carregasse consigo fortes características dos líderes pessedistas – mandonismos e práticas clientelistas – a grande maioria do PSD estava receosa. Primeiro porque tinha sangue do pessedismo (1945-1958), contudo havia mudado de posição indo para o PTB, que naquele contexto eram rivais. Tanto que Victorino indica-o só que mantendo relações bem distantes. E segundo porque Renato Archer ou até mesmo qualquer candidato que fizesse parte do clã vitorinista era automaticamente rejeitado pelo projeto político-ideológico do Regime do Civil-Militar.

Alguns anos depois, Renato Archer confessou num depoimento que José Sarney ganharia a eleição “mesmo que não tivesse acontecido à pressão do Governo Federal”<sup>430</sup>, pois muitas foram as causas e circunstâncias que fizeram o jovem parlamentar liderar toda a campanha. E na mesma oportunidade relatou como arquitetava por trás os planos de Castello Branco quando este dialoga com Newton Bello, avisando que se o candidato escolhido pelo PSD-vitorinista ganhasse a eleição em 65, não seria reconhecido legitimamente pelo Poder Central:

Governador, eu não posso admitir a candidatura do Deputado Renato Archer. Eu não tenho nada de pessoal contra ele. Conheço-o. Mas, acontece que ele adotou uma posição radical contra a Revolução. Então, a Revolução não admite a candidatura dele ao Governo do Estado<sup>431</sup>.

O *processo revolucionário* Civil-Militar – com a interferência da pressão empresarial interna e externa – precisaria criar base de sustentação e uma das engenharias deste sistema político seria ampliar as teias de domínio. Ter, assim, governantes estaduais fiéis ao projeto iria garantir que os presidentes-generais fossem criando, aos poucos e solapadamente, uma face de ditadura.

Renato Archer carregou o peso da desconfiança e da antipopularidade.

<sup>429</sup> *O Imparcial*, São Luís (Maranhão), 1 de julho de 1965 apud Bonfim, 1985, p. 32.

<sup>430</sup> Ver em: ARCHER, Renato. Depoimentos. 1977/8. Rio, FGV/CPDOC, 1979.

<sup>431</sup> *Ibidem*, 1979.

Não receberia apoio nem de Newton Bello, que foi muito ajudado a conseguir o cargo de Governador do Maranhão por meio da *política de favores e indicações*. Explicando melhor, através deste esquema, dava-se por certo o apoio ao candidato escolhido pelo Senador Victorino Freire, o que na prática isto não ocorreu. No dia 19 de junho de 65 a imprensa anunciava a candidatura de Costa Rodrigues, uma “figura política sem maior elemento de sustentação” (BONFIM, 1985, p. 24), e Newton Bello, traíndo o seu chefe mão-de-ferro no momento que mais o sistema vitorinista precisou, resolveu apoiá-lo<sup>432</sup>.

Neste transcurso de indecisão do PSD, no qual perduraria até meados de 65, outros nomes se faziam presentes para concorrer com o futuro candidato escolhido pelos pessedistas e com José Sarney. Um deles foi Clodomir Millet do PSP. Importante ressaltar que embora Victorino e Millet estivessem em blocos partidários diferentes e de oposições, ambos convergiam na ação político-ideológica por, assim, representar os grupos oligárquico-agrários do Maranhão.

Além da atuação dentro da política, Millet foi um grande latifundiário. Devido a isto, a presença de Clodomir Millet na disputa ao cargo de governador estava no mesmo plano de rejeição do projeto Civil-Militar. Principalmente daqueles que exigiam uma renovação estrutural administrativa e socioeconômica no estado custeado pelo *processo revolucionário de Castello Branco*. Desde modo, tanto este candidato dos progressistas como o que iria ser escolhido pelo sistema vitorinista não foram suficientes para colocar uma grande tensão na campanha de Sarney.

Talvez um político que poderia ser forte candidato (o qual Sarney iria ter trabalho para enfrentar e vencer), seria o jornalista Neiva Moreira, considerado por muitos um grande intelectual da Ilha São Luís. Desde sua juventude foi aplaudido pela classe estudantil, profissionais liberais, pelo seu público leitor que o acompanhava desde a sua primeira participação na imprensa, na década de 40, através dos jornais *A Luz* e *A Mocidade* (este fundado por ele e Carlos Castelo Branco), até seu último periódico *Jornal do Povo* em 64. Não somente por ser o homem das letras, mas também pelo seu embate com Victorino Freire e os correligionários.

Porém, um grande detalhe iria mudar toda a história de Neiva Moreira em vários aspectos de sua vida. Ele se colocou contra o Golpe de 31 de março e, devido a esta briga ideológica, a gênese do Regime Civil-Militar não lhe caiu bem. Foi alijado pela *Operação Limpeza* e o desejo de disputar a eleição – que desde antes de 64 já era expressivo o número

---

<sup>432</sup> Ver: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de junho de 1964, p. 1.

de pessoas indicando-o como futuro sucessor de Bello – seria interditado: teve o mandato cassado pelo AI-1, em 9 de abril de 1964, exilou-se em alguns países da América do Sul e por dez anos não pôde disputar nenhum cargo político no Brasil.

Com todos estes emaranhados, Sarney disputou a eleição de “vento em popa”.

Aparece como o “novo ator” que seria capaz de implantar um projeto que iria salvar a economia exaurida e acabar com as facções do vitorinismo. E, nesta propaganda audaciosa, soube aproveitar todas as descontentações políticas e sociais no Maranhão e barganhar tudo o que pode ao lado de Castello Branco.

A trama final da eleição no Maranhão ficou registrada na seguinte maneira:

**Imagem XXXVI:** Resultado da eleição estadual que ocorreu no dia 3 de outubro de 1965.

Votos nominais.....	225.725	UDN-PSP-PTN .....	Gov.....	José Sarney Costa (*).....	121.062	53,63
Votos em branco.....	5.418		Vice.....	Antônio Jorge Dino (*).....		
Votos nulos.....	16.013	P.D.C.....	Gov.....	Antônio Euzébio da Costa Rodrigues..	68.560	30,37
			Vice.....	Antenor Mourão Bogen.....		
VOTANTES.....	247.156	P.T.B.....	Gov.....	Renato Archer.....		
Eleitorado.....	401.163		Vice.....	Pedro Braga Filho.....	36.103	16,00
Seções.....	1.835					
Abstenção.....	38,39%					

(\*) Eleitos.

**Fonte:** TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. 1971, p. 262.

A velha Raposa Vitorina não acreditava no que via. Pela primeira vez no caminho, um jovem que carregava em suas veias a arte da oratória e inteligência no campo das letras, deu um salto por cima de todo o seu domínio político-institucional de duas décadas. Nenhuma astúcia foi capaz de impedir aquele que proclamava implantar o progresso nas terras do Maranhão. Chegava o fim das forças da Raposa mão-de-ferro, e os ludovicences juntamente com os interioranos receberiam de mascote o Canguru Político anexada a toda uma nova estrutura oligárquica.

Não apenas Castello Branco ganharia com a vitória de José Sarney e seu vice Antônio Dino – uma ruptura no seio da política já bem prevista. Além do sistema político-ditatorial que se instalava no país ter sido favorecido, uma vez que esta chapa “seria o elemento responsável pela integração da sociedade maranhense no contexto “revolucionário” de 64” (BOMENY, 1981, p. 18), o setor empresarial de comunicação (aqueles que se dedicaram a

construir a campanha de José Sarney), também se viram beneficiados, incluindo o prelo do *Jornal do Dia*, que logo mostrou em suas primeiras edições, após sair o resultado das eleições estaduais, uma expressão de contentação e dever cumprido.

Um momento que chama atenção é quando o *Jornal do Dia* nega durante a campanha das eleições estaduais – e permaneceu negando em toda sua trajetória de circulação – que estava sendo uma ferramenta propagandista da construção imagética e política de José Sarney. Na arguição do periódico o grupo de redatores e chefe-proprietários tinha massivamente pessoas petebistas e isto não serviu como forma de interferências nas decisões político-ideológicas dentro do contexto pós-64. O que segundo o próprio editorial, na edição de 1 de maio de 1964, só foi possível porque o PTB-MA, desde a candidatura de Castello Branco, caminhava dentro da neutralidade e isenção partidária e até chega a se exaltar, por assim dizer, que seria o único partido no Maranhão que não tomou nenhuma posição influenciada por líderes político-empresariais.

No entanto, essa autodefesa do editorial *do Dia*, quando se diz construtor de narrativas neutras ou informações isentas sem querer causar no público-leitor um direcionamento de consciência política e social, não é percebida em nenhum momento.

Os textos editoriais, sempre com títulos chamativos na capa do impresso, nos mostram um veículo de comunicação que positivou, sim, a figura de Castello Branco e a *Operação Limpeza*. Embora houvesse contradições discursivas em relação ao *processo revolucionário*, propagou a imagem sarneysta no estado e combateu os correligionários do vitorinismo. As exposições de Paulo Nascimento Moraes, juntamente com o aval do diretor-responsável do prelo, Alberto Aboud, vai na contramão dos petebistas raízes (os janguistas ressentidos)<sup>433</sup> – contrariando seu partido –, e se declara pró-castelista, ainda que diversas vezes tivesse posturas desacreditadas do futuro do Regime Civil-Militar<sup>434</sup>.

---

<sup>433</sup> Os articuladores golpistas tinha convicção que Jango não iria resistir à pressão política, empresarial e militar até chegar ao ponto de entregar o cargo ou caso não quisesse entregar por vontade própria, sofreria um Golpe de Estado. O que sabemos que o Presidente deixou o cargo por uma ameaça das tropas das Forças Armadas. Jango caía, mas deixara um grupo forte de petebistas fiéis à sua figura espalhados pelo Brasil. A *Operação Limpeza* correria contra o tempo para varrer estes.

<sup>434</sup> O *Jornal do Dia* tecia discursos que enquanto para os leitores existia uma contradição interna na empresa tipográfica de comunicação, para o grupo editorial não seria, pois a *Revolução Democrática* apresentava problemas, entretanto o seu objetivo de limpar a sujeira na política e setores administrativos estaria sendo feito com maestria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: “impossível é apenas deter o carro da História”<sup>435</sup>

Vésperas do fim de 1965. Rumores escoavam em todos os lugares sobre o encerramento da política castellista. Castello Branco nos fins do seu ofício de líder Executivo da nação acumularia uma prorrogação, quatro atos institucionais, vários decretos-leis. Ainda teve tempo, pouco antes de deixar o cargo, de enviar ao Congresso Nacional seu projeto de nova Constituição Brasileira e assinar a *Lei de Imprensa* em fevereiro de 1967.

Quem deveria assumir o *processo revolucionário*? A figura que despontava no desejo das Forças Armadas caía sobre o Marechal Artur da Costa e Silva, que naquele momento atuava como Ministro da Guerra. No entanto, a dúvida sobre o sucessor do primeiro Presidente-General fragmentou a caserna. De um lado ficaram os que estavam com Castello Branco, conhecidos como *grupo castellistas* ou também de *os sorbonnes*, oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG). Os apoiadores de Costa e Silva seriam aqueles advindos da Escola de Guerra norte-americana de Fort Leavenworth, denominados de *grupo da linha-dura*.

Brasília, 3 de outubro de 1966. Às 16h no Congresso Nacional o “palco” para a eleição indireta estava montado. Tudo pronto para escolher o novo Presidente da República e seu Vice. A bancada emedebista dizia que tudo não passava de um teatro naquela tarde e, assim, os candidatos do partido se abstiveram. Da mesma maneira foi com os arenistas. Costa e Silva que já havia sido indicado por boa parte dos oficiais militares, exceto Castello Branco que tentou impedi-lo de seguir com ideia de ser seu sucessor, foi o único candidato pela ARENA. Ficou com o caminho aberto para faturar os votos.

O total para estarem naquele dia era de 471 congressistas. Não foi o que aconteceu. O *Diário do Congresso Nacional* informou que estiveram presentes 51 senadores e 285 deputados, totalizando 336 congressistas. 136 não compareceram e dos que foram 41 políticos preferiram não votar. Apenas marcar presença. Artur da Costa e Silva e seu aliado, Pedro Aleixo, ex-udenista e atuando pela ARENA, conseguiram 294 votos<sup>436</sup>.

A *linha-dura* venceu a disputa no Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1967. Marechal Costa e Silva estava arrodado de ministros no *Correio da Manhã* para o dia de sua posse. Castello Branco deixava o Cargo Executivo e passava a faixa presidencial para o outro líder militar de confiança do *processo*

<sup>435</sup> Subtítulo retirado de: SODRÉ, Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4 ed. – São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978, p. 256.

<sup>436</sup> *Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XXI, nº 51, 4 de outubro de 1966, p. 1004.

*revolucionário*. O ex-pessedista José Maria Alkmin que acompanhou de perto a liderança castellista também repassa seu cargo de vice ao político-civil Pedro Aleixo.

Das estratégias de golpear Jango à criação da Junta Militar (*Comando Supremo da Revolução*) para decidir o novo Presidente da República e das primeiras medidas adotadas pelo empossado Castello Branco na chamada varredura no país, esta pesquisa tateou os elementos determinantes que cercaram essa reviravolta na história política brasileira – do projeto das reformas ao projeto Civil-Militar –, mostrando as narrativas e discursos na imprensa de São Luís, embora não sendo possível preencher todas as lacunas dos questionamentos envolvidos durante essa temporalidade histórica.

Todavia, alguns questionamentos puderam ser discutidos e (re)analisados:

Vimos que enquanto as esquerdas e os intelectuais marxistas estavam com ressentimentos de derrota em 1964, publicando um acervo documental da história dos vencidos e perseguidos nas editoras e revistas chamadas de *resistências*, tivemos uma produção com vários volumes comemorando o golpe de 31 de março como um ato revolucionário produzido pela Biblioteca do Exército – Editora<sup>437</sup> e os documentos preservados pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). A partir das leituras das obras foram percorridos os objetivos pretendidos pelas duas narrativas que estavam se digladiando. Que tornou pré-64 e pós-Goulart um jogo de disputa semântica.

As intenções principais dos textos dos autores da direita e militar seriam exaltar os chefes das Forças Armadas do Brasil por terem intervindo na política nacional – salvando o país de uma instalação Comuno-Sindicalista – “Revolução que salvou e redimiu, graças à atitude heroica do Povo e das Fôrças Armadas, quando parecia periclitar a democracia brasileira, ante a ameaça da subversão comunista” (COLABORAÇÃO DO EXÉRCITO. INTRODUÇÃO, 1966, s.p.) – e servir como arquivos de memórias para gerações futuras de que no passado houve, sim, uma Revolução Democrática: “de tudo que se escreveu e se publicou, a respeito da Revolução de 31 de março, [...] há muita coisa que deve ser preservada do esquecimento e fixada na posteridade, de modo a ficar mais presente ao espírito do Povo” (Ibidem, s.p.).

Outro ponto discutido foi sobre o movimento (ou os acontecimentos) que originou o Golpe em 1964. Ressaltei que os motivos que derrubou Joao Goulart da cadeira presidencial não teve um fato isolado, mas uma sucessão de acontecimentos entrelaçados e relacionados entre si. Como disse o consagrado historiador Daniel Aarão Reis numa forma bem poética ao

---

<sup>437</sup> Atualmente está registrada como: Biblioteca do Exército – BIBLIEx.

se referir à data de 31 de março 64: “não foi um raio que desceu de um céu sem nuvens. Na história humana, não há raios que desçam de um céu azul” (2014, p. 18).

A saída forçadamente de Jango e a instauração de um novo sistema de Estado exercida pelos punhos dos Generais em parceria com líderes políticos congressistas e governos estaduais apoiadores – Regime político que aos poucos foi ganhando credibilidade dos grupos pró-intervencionismo nacional até terem forças suficientes para decretar o AI-5 –, se deu devido a uma complexa teia de relações e fatores em conjuntos, dentre os quais destaquei: instabilidades econômicas e inflacionária no país; as distintas interpretações sobre as intenções das reformas estruturais, principalmente acentuadas como política populista e sindicalista; desacordos entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional inviabilizando a aprovação dos projetos; o Comício na Estação Central do Brasil no dia 13 de março; Marcha da Família com Deus pela Liberdade; a crise hierárquica das Forças Armadas e o discurso de Goulart na Festa dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil no dia 30 de março. Ou podemos encarar o interim entre Jango no cargo presidencial ao amanhecer do dia 31 de março de 64 pelo ângulo da tese do jornalista e escritor Hélio Silva no seu escrito *Golpe ou Contragolpe?* (1975), quando resumiu de forma bem enfática os antecedentes que deu impulso ao golpe: a) Modificações na estrutura social; b) Crise institucional; e c) Crise de representatividade política. (1975, p. 20).

Em relação à imprensa, fonte documental primordial para a materialização deste estudo, foi possível tecer análises importantes como força motriz para vários desdobramentos sociais e políticos na história brasileira, incluindo incitações nos grupos e classes a se juntarem contra as decisões janguista e exigências para que houvesse uma revolução nos *modus operandi* de intervenção militar. A partir das tessituras e historicização das narrativas contidas nos jornais, surgiram as problematizações a serem desvendadas por trás das construções discursivas (o *dito* e o *não-dito* no enunciado)<sup>438</sup>.

A *Grande Imprensa* com os jornais cariocas *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, fundado pelo udenista Carlos Lacerda e *Jornal do Brasil* e os jornais paulistas *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, caminharam através de mudanças de narrativas unidirecionais – do elogio à fermentação da crítica. Em outras palavras, foram explicitamente a favor da saída de João Goulart e publicaram editoriais contra a invasão do Comunismo na esfera do Estado, das instituições e no sistema de ensino. Pouco tempo depois mudaram de posicionamento e passaram a criticar o andamento do *processo revolucionário*.

---

<sup>438</sup> Segui a ordem “tripé na fonte hemerográfica”: tem valor histórico, de memória e as palavras possuem poder.

Já na imprensa da Ilha São Luís, com exceção do *Jornal do Povo* de Neiva Moreira, as narrativas dos impressos *Jornal Pequeno*, *Jornal do Maranhão*, *O Imparcial*, *Jornal do Dia*, se construíram por meio de mudanças contraditórias, em que entre os momentos de pressão no programa de reformas de Goulart à atuação política de Castello Branco ficariam divididos internamente, com intercalações de posicionamentos apoio/dúvida e dúvida/apoio sobre a real intenção do projeto das Forças Armadas.

Dois detalhes, contudo, mostraram semelhanças: tanto os jornais considerados da *Grande Imprensa* como os de São Luís não demoraram para que passassem a se alinhar na mesma direção político-ideológica uníssona em relação ao *processo revolucionário* quando viram a promulgação da *Lei de Imprensa* de 1967 batendo nas portas dos prelos. Interessante é que a *Operação Limpeza* não perdoou nem os seus colaboradores do ramo gráfico por ajudar na difusão de narrativas de que se fazia urgente à necessidade de um Contragolpe no Estado. E segundo é que, sendo ou não dentro dos jogos das contradições, os discursos se modificaram de acordo com a situação do contexto. Não somente do ponto de vista social e político, mas, principalmente, de interesses individuais ou por arrependimento.

No caso das leituras aprofundadas nas edições do *Jornal do Dia* foram encontradas outras especificidades além dos discursos contraditórios. Primeiro defendi a existência de uma nova linha de temporalidades político-ideológicas. Enquanto até o momento outras pesquisas acadêmicas afirmaram que o periódico esteve sempre do lado da classe empresarial-militar, independentemente das mudanças dos diretores da redação e proprietários, mostrei que, do contrário, possuiu diversas transições no período de 1953 a 1977 (*primeira à sexta fase*)<sup>439</sup>, inclusive dentro deste recorte temporal se manifestou a favor das reformas estruturais de Jango e depois passou por um período de *discurso em metamorfose* devido a transição gradual e incertezas no hiato do Golpe de 31 de março à posse de Castello Branco.

Outra particularidade do *Jornal do Dia* é sobre as *etapas* existentes no próprio histórico de vida da empresa tipográfica (cinco no total entre 1964 a 1985). Enquanto as *fases* se referiram ao seu desenvolvimento na capital São Luís – fundação do impresso, compras e transferências das ações na participação do prelo, mudança de diretores e até mesmo do nome e *slogan* –, as *etapas*, por sua vez, foram as posições ideológicas que se distinguiram não apenas de acordo com as mudanças de diretores e acionistas. Sofriam diretas interferências da guerra política estadual e nacional.

---

<sup>439</sup> Importante ressaltar que desenvolvi apenas seis fases, entretanto isso não descarta a existência de outras fases pós-77.

Diante das expressões de apoio a João Goulart, posteriormente com olhar enviesado a sua governabilidade, o intervalo da não clareza de qual lado estava o editorial e redatores (*discurso em metamorfose*) e mais as colocações de apoio à figura de Castello Branco estão todas situadas quando o empresário-político Alberto Aboud esteve à frente da empresa de comunicação, tanto na atuação de um dos donos majoritários, *terceira fase* (1959-1968), como na função de diretor-responsável, *etapas I a III* (1960-1966). Sem contar que Alberto Aboud fez parte, por um tempo, do PTB – partido perseguido pela *Operação Limpeza*.

O que revelou outra forma de compreender como se dá a construção das narrativas nos veículos midiáticos: nem sempre as alterações discursivas acontecem porque houve uma mudança de proprietários (já que estes em sua maioria além de serem empresários, são políticos e, conseqüentemente, carregam consigo partido e posição ideológica), ou por trocas de diretores responsáveis pela redação.

Acontece que o dono e/ou diretor-responsável pode construir novas faces a partir de alguns pontos a considerar: da necessidade de interesses próprios (angariar recursos econômicos, privilégios e sustentação para a carreira no espaço da política); porque mudou de partido (Alberto Aboud iniciou no PTB, migrou para o PSD, depois retornou a ser um petebista, terminando um arenista); ou mesmo para manter a circulação dos impressos dentro do contexto da repressão. Uma forma nada mais do que adequação ao sistema empresarial-militar.

Nos entremeios das variações das narrativas sobre o *processo revolucionário* o *Jornal do Dia* foi, acima das divergências, a favor da figura de Castello Branco, embora teve momentos que criticou algumas de suas atitudes. Para o colunista Paulo Nascimento Moraes, no qual o considero muito mais defensor do que um opositor castellista, o Chefe Executivo da nação estava em meio ao “redemoinho das reações”<sup>440</sup> em que tentava equilibrar os diversos setores político-administrativos e grupos adversários entre si.

Afinal, qual a revolução que se quer, ou perguntando de uma forma melhor: qual a revolução se queria naquela arena de narrativas contraditórias, de disputa semântica e nos embates políticos entre petebistas, pecebistas, janguistas, as Forças Armadas e os liberal-conservadores? A resposta para tal indagação é presa a quem estava proclamando uma revolução. O que com isto nos orientou a enxergar não apenas dois atos revolucionários em concorrência – o de João Goulart e dos militares –, mas a existência de múltiplos tipos de projetos revolucionários.

---

<sup>440</sup> MORAES, Paulo Nascimento. No redemoinho das reações. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 26 de abril de 1964, p. 3.

Tivemos, então, Caio Prado Jr. que primeiro alfineta a *Teoria* do PCB por caminhar numa indefinição ideológica: “Referimo-nos em particular, e, sobretudo, à indagação acerca da “natureza”, ou “tipo de revolução” que se trata de realizar. Será “socialista”, ou democrático-burguesa, ou outra qualquer?” (1977, p. 15). Os pecebevistas (do PCB) acreditam numa revolução armada e partida dos trabalhadores rurais, só que a teoria trazia certa segregação de classes. Daí, se distanciando do partido, ele conjecturou que a verdadeira revolução que se espera (e esperava mesmo depois do Golpe em 31 de março de 64) seria uma revolução de caráter nacional, ou seja, sem a segregação entre burgueses, classe operariada urbana e a camada popular/campista. O desejo pradiano seria concretizado somente com a quebra dos grilhões da República Velha que continuavam nas entranhas da sociedade brasileira, manifesta através do latifúndio e dos grupos oligárquicos.

Para Nelson Werneck Sodré, o discurso de revolução que estava em curso não seria o correto. Fixava-se no tipo de democrático-burguesa com a valorização do capital estrangeiro (pseudo-nacionalistas). O combate efervescente de Sodré era que o verdadeiro projeto revolucionário deveria seguir um campo de batalha que conseguisse desenraizar o Brasil dos resquícios feudais, conseqüentemente, do sistema latifundiário e frear o avanço do imperialismo, principalmente norte-americano.

Já na análise do sociólogo e conservador Gilberto Freyre a revolução essencial que se encarecia deveria acontecer nas instituições e setores administrativos que estavam imersos na corrupção e corriam perigo da desordem e da infiltração comunista. Nas exposições de Freyre, a revolução principiada pelo comando militar seria viável pelo próprio desejo dos brasileiros e justificáveis pelas necessidades destes.

Se para Jango a revolução brasileira ideal seria as estruturas sociais e econômicas (principalmente a Reforma Agrária) passar por profundas reformas, na caserna os chefes do Exército se articularam para exigir outro tipo de anseio revolucionário: o Estado brasileiro necessitava ante uma revolução das reformas, uma anticomunista e antijanguista. E esta só aconteceria com a interrupção do mandato de Goulart e com a *Operação Limpeza*. É o caso de Castello Branco que afirmava em todo momento em sua gestão no Cargo Executivo que as Forças Armadas tinham como missão garantir a democracia institucional.

Presenciamos o político José Sarney que se aproveitou da vitória do Exército sobre Goulart para alicerçar sua campanha eleitoral estadual, no *slogan* “Maranhão Novo”, ao discursar que o *processo revolucionário* tinha boas intenções no país e que a principal revolução que se aguardava no estado seria a queda oligárquica vitorinista. Lembrando bem

que a Junta Militar não enxergava com bons olhos a figura de Victorino Freire e o jovem Sarney soube se construir imagetivamente na aproximação que tinha com Castello Branco.

O roteiro da ópera, entre vozes e sons das disputas semânticas e dos projetos político-ideológicos, se configurou no caminho como o Regime Civil-Militar planejou desde o princípio: uma tentativa dos agentes e instituições pró-Forças Armadas em silenciar as memórias e narrativas dos vencidos da guerra salivar e dar novas versões dos fatos na óptica das testemunhas apoiadoras do *processo revolucionário* dirigido pelos Generais-políticos.

Entre tantas narrativas tecidas sobre os significados de “Revolução”, “Democracia”, “Golpe”, “Intervenção”, “Ditadura” e tentativas de explicações sobre o que realmente aconteceu para a saída de João Goulart do Cargo Executivo e quais as marcas o projeto revolucionário dos presidentes-generais estava deixando para o país, o que se pode ser destacado é que após 31 de março de 1964 tentaram impedir os historiadores de construir uma outra história da queda de Jango e sobre as ações dos chefes militares na Política Central.

Uma das principais funções do historiador é mostrar a importância da consciência histórica. O novo ensino cívico-militar via nestes profissionais uma ameaça ao sistema por conta da maioria serem marxistas/esquerdistas e porque ensinavam um tipo de narrativa dos vencidos, dos oprimidos e perseguidos. Para freá-los criaram a Lei 5.692 em 1971, no intuito de quebrar a autonomia da História. Juntou-a com a Geografia e em seguida foram incorporadas na disciplina chamada Estudos Sociais. Inclusive deixou até de ser obrigatória no currículo do Primeiro Grau. Com isso, os discentes compreendiam os acontecimentos não mais a partir dos profissionais da ciência história e, sim, de outros campos alheios.

Diminuir o poder de fala dos historiadores nas instituições de ensino não era o suficiente para a Ditadura. Muitos destes lançavam livros, documentos e artigos nas revistas acadêmicas tecendo uma historiografia militar brasileira que não agradava a classe liberal-conservadora. O decreto de nº 1.077 que já circulava desde 1970 – autorizava a censura de acervos contra a presença do Exército guiando à política –, passou a se expressar com mais força ainda depois da promulgação da Lei de nº 5.692 de 1971. Várias revistas e empresas editoriais consideradas como *editoras de oposição* ou *editoras subversivas*<sup>441</sup> foram vistoriadas de perto e outras fechadas. A Editora Vitória, a Diálogo (fundada em 1968 não duraria um ano aberta), a *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. e colegas associados, a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), foram umas de tantas outras que não aguentaram

---

<sup>441</sup> Termo usado em: MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. 1 ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

a pressão dos DOI-CODI, DOPs e IPMs. A presença destes no mercado editorial interrompeu muitas produções do campo das ciências humanas e sociais.

“Impossível é apenas deter o carro da História”. Disse sem medo o intelectual Nelson Werneck Sodré (1978, p. 256).

De todas as circunstâncias desfavoráveis aos artesanato da *Clio*, conseguiram deter, em partes. Não souberam parar os “carros” movidos por outros tipos de combustível – os da memória dos censurados e história subjacente. Para se escrever outra versão, diferente da produção documental oficial e dos ensinamentos transmitidos na TV Educativa (TVE) espalhadas por todo o Brasil, incluindo no Maranhão – proposta trazida pelo político José Sarney em 1969<sup>442</sup> –, muitos historiadores e de outros campos disciplinares, várias empresas editoriais e jornalísticas, cinemas, teatros, artistas, compositores, instituições de documentações, dentre outras, resolveram não ceder às Forças Armadas.

Circulavam, ainda que de maneira clandestina, as obras de caráter oposicionista, “que se enquadraram no que se pode chamar de literatura política” (MAUÉS, 2014, p. 91), publicadas pelas editoras Vozes, Brasiliense, Civilização Brasileira, Perspectiva, em que foram as que aguentaram a marcha revolucionária cívica-militar. E enquanto estas estavam tentando se segurar contra os ventos da ordem moralizante, surgiram outras empresas editoriais com o mesmo objetivo político de oposição: Paz e Terra em 1966<sup>443</sup>; Ciências Humanas em 1974; Codecri, iniciada no ano de 1972 e era ligada ao *Jornal Pasquim*; Alfa-Ômega e Global, ambas editoras paulistas fundadas em 1973; L&PM de Porto Alegre em 1974; Marco Zero já na entrada da década de 80, dentre muitas outras.

Resistiram ao AI-5 e os decreto-leis de censura a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Criaram ainda a *Revista Brasileira de História*, lançando o primeiro volume em 1981. Um forte aliado durante este período difícil para o ofício dos historiadores e membros da ANPUH foi a fundação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), inaugurado em 1973, o qual faz parte da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além do banco de dados de documentos escritos, impressos e imagéticos, o CPDOC, em 1975, deu início ao Programa de História Oral, “recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional”<sup>444</sup>.

Na arte cinemática o filme *Terra em Transe* em 1967 do cineasta Glauber Rocha fez uma estreia de grande sucesso nacional. Outras produções televisivas com roteiros de críticas

---

<sup>442</sup> BOMENY, 1981, p. 22.

<sup>443</sup> O fundador foi Ênio Silveiro que também era proprietário da Editora Civilização Brasileira.

<sup>444</sup> Sobre o CPDOC. FGV/CPDOC. Quem somos. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em: 30/02/2021.

aos conservadores foram gravadas na década de 70. Tais produções de contraordem passaram a ser denominadas de *cinema marginal*. A ideia cobiçada tinha como estratégia competir com as narrativas da Embrafilme. Uma instituição que estava aparelhada pelo Estado Civil-Militar.

A orquestra do projeto empresarial-civil-militar foi estruturada para não ser desmontada fácil e rapidamente. Castello Branco prorrogou seu mandato e logo após assumiram outros líderes do Exército o posto Executivo. Ainda que houve narrativas de contradições entre apoiar e questionar, o que se digeriu com muita intensidade foi a história oficial escrevendo os feitos dos heróis nacionais, principalmente chefes militares, por darem iniciativa e firmeza ao *processo revolucionário*. Estas histórias *vistas de cima* só foram perdendo realmente o fio da meada com os questionamentos dos discursos do projeto político-ideológico e, conseqüentemente, atingiu por completo a República dos presidente-generais.

O Regime Civil-Militar conseguiu trazer o “milagre econômico”, crescimento do PIB, operacionalizou a ordem cívica moralizante, e mesmo com estes e outros elementos, os dois últimos presidente-generais presenciaram uma sociedade não querendo mais aceitar até onde iria o *processo revolucionário*. Para sabermos a exatidão de quando começou o declínio dos discursos e o que resultou para recuarem na defesa do projeto, faz-se necessário um estudo aprofundado. As datas e (con)seqüências desta trama político-ideológica precisam ser ainda melhor compreendidas e, talvez, até algumas defesas concretizadas pela historiografia militar brasileira, da crise à reabertura, reconstituídas.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes

#### 1.1 Jornais

##### **Jornal do Maranhão**

JG & LB. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 6 de janeiro de 1964, p. 8.

CÚRIA Metropolitana. Nota. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 12 de janeiro de 1964, p. 1.

Pe. ALÍPIO faz comícios. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 12 de janeiro de 1964, p. 10.

*Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 19 de janeiro de 1964, p. 1.

LACERDA, Carlos. “Tática” que lembra ditadura. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 13 de fevereiro de 1966, p. 1.

SUÍTE mascarada. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 13 de fevereiro de 1966, p. 2.

D. EDMILSON. Sermão de Dom Edmilson repercute em todo o país. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 19 de maio de 1968, pp. 1;4.

RESPEITO e verdade. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 23 de julho de 1967, p. 6.

O QUE DISSERAM. *Jornal do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 8 outubro de 1967, pp. 1;10.

##### **Jornal Pequeno**

*Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 1 de abril de 1964, p. 1.

SANTOS, Cunha. Não creio nessa revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 4 de abril de 1964, p. 4.

LIBERDADE. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 5 de janeiro de 1967, p. 4.

ATENTADO frio e desumano. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 15 de março de 1967, p. 1.

REPÚDIO ao atentado. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 16 de março de 1967, p. 6.

*Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 22 de março de 1967, p. 1.

ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1970, p. 1.

EYDER, Paes. A Vitoriosa Revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1971, p. 8.

INTRANSIGÊNCIA continua. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 25 abril de 1979, p. 1.

MALATO, João. Mordomias – fruto podre da revolução de março. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 14 de agosto de 1979, p. 6.

MANIFESTO do comitê das vítimas dos terroristas. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 6.

CONCENTRAÇÃO Política na Igreja São João. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 8.

SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2.

### **Jornal O Estado do Maranhão**

SARNEY, José. Um jornal, uma universidade. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 2.

O ESTADO do Maranhão através dos tempos. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 3.

QUATRO décadas de jornalismo, história e transformações. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 3.

TRAJETÓRIA do Jornal O Estado do Maranhão em três atos. Reforma. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

TRAJETÓRIA do Jornal O Estado do Maranhão em três atos. Comoção. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

TRAJETÓRIA do Jornal O Estado do Maranhão em três atos. Impacto. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 4.

BUZAR, Benedito. Perfil de três homens e um jornal na cidade de São Luís. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 5.

NEIVA, Benito. Uma vida n'O Estado. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 7

SARNEY, José. Do sonho à realidade. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 1º de maio 1999, p. 12.

BUZAR, Benedito. A trajetória do PSD no Maranhão. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 2 de junho de 2013. (Formato digital).

\_\_\_\_\_. Cem anos de Clodomir Millet. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 18 de agosto de 2013. (Formato digital).

\_\_\_\_\_. A televisão chega a São Luís. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 10 de novembro de 2013. (Formato digital).

\_\_\_\_\_. A invenção do Maranhão Novo. *O Estado do Maranhão*, São Luís (Maranhão), 11 de dezembro de 2011. (Formato digital).

### **Correio da Manhã**

BASTA! *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, terça-feira, nº 21.725, ano LXIII, 31 de março de 1964, p. 1.

FORA! *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, quarta-feira, nº 21.714, ano LXIII, 1 de abril de 1964, p. 1.

VITÓRIA! *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, quinta-feira, nº 21.777, ano LXIII, 2 de abril de 1964, p. 1.

GEN. MOURÃO FILHO afinal definiu-se. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), quarta-feira, nº 21.294, ano LXIII, 6 de maio de 1964, p. 1.

### **Fôlha de Caxias**

*Fôlha de Caxias*, Caxias (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.

### **Jornal O Imparcial**

*O Imparcial*, São Luís (Maranhão), 10 de outubro de 1959 apud BONFIM, 1985, p. 15.

*O Imparcial*, São Luís (Maranhão), 8 de dezembro de 1964, p. 1.

*O Imparcial*, São Luís (Maranhão), 1 de julho de 1965 apud BONFIM, 1985, p. 32.

### **Jornal do Dia**

ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de janeiro de 1964, p. 7.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de fevereiro de 1964, p. 1.

*Jornal do Dia*, São Luís, 5 de janeiro de 1964, p. 3.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de janeiro de 1964, p. 3.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de janeiro de 1964, p. 1.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de janeiro de 1965, p. 5.

MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de janeiro de 1964, p. 3.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de janeiro de 1964, p. 3.

*Jornal do Dia*, São Luís Maranhão, 28 de janeiro de 1964, p. 1

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de janeiro de 1964, p. 3.

*Jornal do Dia*, São Luís Maranhão, 31 de Janeiro de 1969, p. 1

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de fevereiro de 1964, p. 2.

*Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de fevereiro de 1964, p. 5

DARCY, Ribeiro. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de fevereiro de 1964, p. 5.

- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de fevereiro de 1964, p.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de fevereiro de 1964, p. 2.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de fevereiro de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 20 de fevereiro de 1964, p. 6.
- LACERDA Não quer Permitir Comício de Trabalhista na GB. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 27 de fevereiro de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de fevereiro de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de fevereiro de 1964, p. 3.
- UMA TRAIÇÃO. Paulo Nascimento Moraes. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 29 de fevereiro de 1964, p. 3.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 4 de março de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 5.
- ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de março de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de março de 1964, p. 3.
- O COMÍCIO-MONSTRO de hoje prende as atenções no país. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 13 de março de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 4.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de março de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de março de 1964, p. 3.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de março de 1964, p. 3.
- \_\_\_\_\_. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de março de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de março de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de março de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de março de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 25 de março de 1964, p. 3.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 25 de março de 1964, p. 7.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 26 de março de 1964, p. 1. *Jornal do Dia*, São Luís, 26 de março de 1964, p. 1
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de março de 1964.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 3.

- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de abril de 1964, p. 7.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 8 de abril de 1964, p. 5.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 10 de abril de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 10 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 4.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. O Processo Revolucionário. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 4.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de abril de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 15 de abril de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 15 de abril de 1964, p. 3.
- \_\_\_\_\_. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de abril de 1964, p. 9.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de abril de 1964, p. 1.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de abril de 1964, p. 3.
- ABOUD, Alberto. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 23 de abril de 1964, p. 5.
- MORAES, Paulo Nascimento. No redemoinho das reações. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 26 de abril de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 30 de abril de 1964, p. 1.
- SARNEY, José. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 5 de maio de 1964, p. 3.
- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 6 de maio de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 7 de maio de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de maio de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 16 de maio de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 20 de maio de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de maio de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de junho de 1964, p. 5.

- MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 2 de julho de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de junho de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de julho de 1964, p. 7.
- Jornal do Dia*, 15 de julho de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 21 de julho de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de julho de 1964, p. 3.
- O ANALFABETISMO. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de julho de 1964, p. 5.
- SARNEY, José. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 27 de agosto de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 6 de setembro de 1964, p. 4.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de setembro de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de setembro de 1964, p. 1.
- Sobre Florestan Fernandes: *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 18 de setembro de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 19 de setembro de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 22 de setembro de 1964, p.1.
- MARANHENSE Percorre o Brasil Procurando Localizar Revolução. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 24 de setembro de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís, 27 de setembro de 1964, p. 7.
- SARDANHA, Ivar. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 27 de setembro de 1964, p. 7.
- MENDES, João. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 3 de outubro de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de outubro de 1964, p. 1.
- MACEDO, Josafá. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 14 de outubro de 1964, p. 4.
- O SEGREDO de Vitorino. *Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 27 de outubro de 1954 apud BONFIM, 1985, p. 3.
- CARVALHO. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 11 de novembro de 1964, p. 5.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 17 de novembro de 1964, p. 3.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de dezembro de 1964, p. 1.
- Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 1 de dezembro de 1964, p. 4.

## 1.2 Documentos primários

ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

*A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

ALMEIDA, José Americo de. A Revolução de Março e Seus Antecedentes Históricos. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

ALMEIDA, José Americo de. *Discursos do seu tempo* (1964). In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

ANDRADE, Theophilo de. *Horas de Decisão*. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

ANDRADE, Theophilo de. *Armas, Algemas & Algemas*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro S.A., 1963.

ARAGÃO, José Campos de. *Histórias para Soldados e Jovens*. Paraná: Biblioteca do Exército – Editora. Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

\_\_\_\_\_. *Retrospecto da Revolução democrática de 31 de março de 1964 e a Nova Destinação das elites brasileiras em face do ato Institucional n. 5*. Paraná: Gráfica Vicentina, 1969.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moraes Editores, 1971.

ARCHER, Renato. Depoimentos. 1977/8. Rio, FGV/CPDOC, 1979.

BECHARA, Evanildo (org.). *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Circular do Chefe do Estado-Maior do Exército. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à Revolução de 1964: agonia do poder civil*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar 709 – O comunismo no Brasil*. 2. Vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 275.

COSTA, Octávio Pereira da. Compreensão da Revolução Brasileira. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

COSTA E SILVA, Arthur da. Discurso de Agradecimento. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

CARVALHO, Ferdinando de. A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil. Jornal do Brasil. 21 de junho de 1964. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

CARVALHO, J.; PEIXOTO, Vicente. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 16. ed. São Paulo: Editora LEP S.A., 1964.

Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. São Luís: Edições SECMA, 2007.

COULANGES, Fustel de. *La monarchie franque, em Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Hachette, Paris, 1875-89, tomo III, 1888.

CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato: crônicas políticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964.

D'AGUIAR, Hernani. *A Revolução por Dentro: uma pesquisa aprofundada e reveladora das motivações, antecedentes e desdobramentos da Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1976.

DUTRA, Eloy. *IBAD: Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1963.

FARIA, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate: diálogos com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FIGUEIREDO, Poppe de. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. – Rio de Janeiro: APEC Editora S.A, 1970.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Tomo 1. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, Livraria J. Olympio, 1975.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREYRE, Gilberto. Fôrças Armadas e Outras Fôrças. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. Em tórno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros. In: *O Processo Revolucionário Brasileiro*. Brasília: AERP, 1969.

\_\_\_\_\_. Ainda em tórno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros. In: *O Processo Revolucionário Brasileiro*. Brasília: AERP, 1969.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1979.

GULLAR, Ferreira. *Cultura Posta em Questão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *Dentro da Noite Veloz: Poemas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GUERRA, Aloísio. *A Igreja está com o Povo?*. Vol. 15. Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. trad. de L. de Almeida Morais. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

LIMA JÚNIOR et al. Às Glórias Fôrças Armadas do Brasil. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

MATTOS, Carlos de Meira. O Pensamento Revolucionário Brasileiro. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

MOREIRA, Neiva. *Pilão da madrugada*. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

OLIVEIRA, Franklin de. *Que é a Revolução Brasileira?*. Vol. 9. Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

O'REILLY, Mario. A Destinação Democrática das Fôrças Armadas Brasileiras. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva 1832.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 5. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1977.

TAVARES, Aurélio de Lyra. A Contra-Revolução do Brasil. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: Fábricas de Ideologias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

TRIBUZI, Bandeira. *Obra Poética*. 1. ed. – São Paulo: Siciliano, 2002.

REALE, Miguel. Revolução e Normalidade Constitucional. In: *A Revolução de 31 de março: 2º aniversário*. Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. *Da revolução à democracia*. 2 ed. São Paulo: Editora Convívio, 1977.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Quem dará o golpe no Brasil?*. Vol. 5. Cadernos do Povo Brasileiro. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4 ed. – São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *A verdade sobre o ISEB*. – Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

\_\_\_\_\_. *Vida e Morte da Ditadura: Vinte anos de autoritarismo no Brasil*. – Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. (atualizada). – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

*Sobre o CPDOC*. Quem somos. FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em: 30/02/2021

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Desde Quando Somos Nacionalistas?*. Vol. 24. Cadernos do Povo Brasileiro. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

SILVA, Déo. *Equação do Verbo: Prosa e Poesia*. São Luís: FUNC/SIOGE, 1980.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *1964: Golpe ou Contragolpe?* 2. ed. – Porto Alegre: LP&M Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. *General Olympio Mourão Filho. Memórias: a verdade de um revolucionário*. 2. ed. – LP&M Editores, 1978.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O Governo Geisel: 1974-1978*. São Paulo: Editora Três, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Poder Militar*. 1. ed. Porto Alegre: LP&M Editores, 1984.

### 1.3 Arquivos oficiais

Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

*Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 4.

*Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 29.

*Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 141.

*Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, p. 91.

*Anuário Estatístico Brasileiro*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1964, pp. 336-7.

*Censo Demográfico de 1960*. Maranhão-Piauí. Vol. I, tomo III, 1ª parte. Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento, 1968, p. 4.

*Censo Demográfico de 1960*. Maranhão-Piauí. Vol. I, tomo III, 1ª parte. Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento, 1968, p. 20.

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XXI, nº 51, 4 de outubro de 1966, p. 1004.

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964,

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 4, 11 de abril de 1964, p. 18.

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964, p. 93.

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964, p. 94.

*Diário do Congresso Nacional*, Capital Federal (Brasília), ano XIX, nº 2, 12 de abril de 1964, p. 94.

Lei de Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. (*Lei de imprensa*): normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70324/660693.pdf?sequence=2>. Acesso em: 11/08/2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores Referendum 6.163*. Vol. 6. Departamento de Imprensa Nacional, 1964, p. 183.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966*. Vol. 8. Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 262.

## 2. Bibliografia

### 2.1 Livros

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo et al. (orgs.). *Sinésio Santos: a cidade e os olhos*. – Teresina: EDUFPI, 2018.

ALMEIDA, Joabe Rocha de. *Citadinos, Medo & Ordem: Jornal Fôlha de Caxias no diálogo positivo com o Regime Militar em 1964* In: ROCHA, Joabe; MENDES, Silvan S. (Orgs.). *História Ontem & Hoje: Relações de Poder, Cultura e Práticas Religiosas*. 1 ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação* / Maria Margarida de Andrade. 10 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. *Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu* / Janete Lara de Oliveira Bertucci. São Paulo: Atlas, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 1ª ed. trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. – DF, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*/Norberto Bobbio. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BORONAS, Roberto Leiser. *Ensaio em análise de discurso: questões analítico-teóricas* / Roberto Leiser Boronas. – São Carlos: EdUFSCar, 2011.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Paraíso Tropical: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. *Do velho ao novo: política e educação no Maranhão*. 1. ed. – São Luís: EDFUMA; Secretaria da Educação, 1985.

- BRANDÃO, Helena Hathsue Naganime. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.
- BURKE, Peter. Poder. In: *História e Teoria Social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BUZAR, Benedito. *O Vitorinismo: Lutas Políticas no Maranhão (1945-1965)*. – São Luís: Lithograf – Indústria Gráfica e Editora Ltda, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do tempo presente*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 5º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes e Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- COSTA, Bruno Moraes Pereira da. *Jornalismo em tempos de ditadura: a relação da imprensa com os ditadores*. 1. ed. São Paulo: Paco, 2017.
- COSTA, Wagner Cabral da. *A Raposa e o Canguru: Crises Políticas e Estratégia Periférica no Maranhão (1945/1970)*. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney*. 1. ed.– São Luís: Edufma, 2006.
- CODATO, Nervo Adriano. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: HUCITEC ANPOCS; Editora UFPR, 1997.
- COELHO, Carlos Alberto Lima. *Caminhos e memórias: rádio e TV maranhenses / Carlos Alberto Lima Coelho*. – São Luís, 2012.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um clássico mais que contemporâneo. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2014.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura militar e a longa noite dos generais: 1970-1985*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (org.). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.
- DIJK, Teun A. Van. *Discurso e poder / Teun Van Dijk*. Trad. Rodolfo Ilari. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva / Teun Van Dijk*. Trad. Rodolfo Ilari. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2017.
- ECHEVERRIA, Regina. *Sarney: biografia / Regina Echeverria*. – São Paulo: Leya, 2011.
- EGO, Glaydson Botelho. *80 anos de rádio no Maranhão: breve histórico da Rádio Sociedade Maranhense à Rádio Educadora*. – São Luís: UFMA, 2004.
- FERREIRA, Sidney. *Beholder*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2013.
- FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. 1. ed. São Paulo: 1988.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GÓES, Walder de. *O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- JORGE, Fernando. *A Academia do fardão e da confusão: A Academia Brasileira de Letras e o seus “ímortais” mortais*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.
- HARTOG, Francois. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. 1. ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et. al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução Sírio Possenti. 1. ed. – Curitiba: Criar Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. Enunciados sem texto?. Tradução de Ana Raquel Motta. In: POSSENTI, Sírío; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Orgs.). *Doze conceitos em Análise do Discurso*. 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírío Possenti. 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil / Fernando Moraes*. 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. O jornalismo como Produção Social de segunda Natureza. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. 1. ed. – São Paulo: FAPESP, 2002.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano*. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O Milagre Maranhense e o consenso do progresso no Jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973-74). In: PICCOLO, Monica; Maria da Sulidade (orgs.). *Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia*. – São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto / Walter Costa Porto*. 1. ed. – São Paulo: Giordano, 1995.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 1. ed. – Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 1. ed. – Campinas: Pontes, 2012.

Obras completas de Jorge Luis Borges. Vol. 1. Tradução de Carlos Nejar. Revisão da tradução de Maria Carolina de Araujo. 3ª Reimpressão. – São Paulo: Globo, 1999.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. *História Eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de cultura do estado, 1968.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. “E porque muitos juraram para trair”. 1. ed.– São Luís: EdUema, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). *Fontes históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, José de Ribamar Elvas. *Memórias de um parafuso*. – São Luís: Aquarela LTDA, 2014.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto / Walter Costa Porto* [recurso eletrônico]. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

ROCHA, Joabe. “*Escritos em Migalhas*”: o sexo feminino em busca da educação formal e de espaços na literatura no Maranhão oitocentista. 1 ed. – Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O Que é Etnocentrismo*. 5ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SADER, Emir. *O anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil*. 1. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. 8. ed. – Porto Alegre: Sulina, 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo (1964-1985)*. Tradução de Mario Salviano Silva. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Brasil visto de fora*. Tradução de Susan Semler, et. al. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

## 2.2 Revistas

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos históricos - Historiografia*, Rio de Janeiro, v.9, n. 17, p. 31-57, 1996. BATALHA, Cláudio. O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.131-137.

AVELINO FILHO, Jorge. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 38, 1994.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. In: *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 46, 1978.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?. In: *Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS*, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

GUILHON, Maria Virginia Moreira . SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, p. 125-146, 2007.

GUTEMBERG, Luiz. *José Sarney: Democrata Humanista*. – Brasília: SuperPhoto Comunicação Ltda, ObritoNews, 2001. [Coleção Revista da História].

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. In: *Revista Escritas*, vol. 7 n.1, p. 3-17, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. O manifesto comunista no Brasil. In: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, nº 22, Janeiro, 2000, p.170-182.

MAUÉS, Flamarion. *Livros, editoras e oposição à ditadura*. Revista Estudos Avançados. vol. 28, n.80, 2014, pp. 91-104.

PELLEGRINI, Paulo. AS RÁDIOS FM DE SÃO LUÍS NO CENÁRIO DA DESMATERIALIZAÇÃO DA MÚSICA. *Rev. Cambiassu*, São Luís, v.15, n.16, janeiro/junho 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 38, n.2, p. 275-288, jul./dez. 2015.

SAMPAIO, Willian do Nascimento. Reflexões sobre fontes hemerográficas na produção do saber histórico: sugestões para o trabalho historiográfico. In: *Revista Bilros*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 149-165, jan.-jun. 2014. %5B%5D=903. Acesso em: 05/05/2018.

### 2.3 Teses, dissertações e monografias

AQUILES, Fábio. *ONDE HÁ FOGO, HÁ MÚSICA: a repressão militar nas décadas de 1960 e 1970 cantada e contada por cantores maranhenses*. 2006. 51f. Departamento do Curso de História da UEMA. Curso de História (Monografia). São Luís,

FREITAS, Rodrigo Caldas. *CRUZ E ESPADA. Período militar no Maranhão: a ditadura nos anos 1960 vista através do Jornal do Maranhão*. 2009. 77f. Universidade Estadual Do Maranhão. Monografia (Curso de História). São Luís.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *A Construção Midiática do Político José Sarney: 1962 -1970*. 2001. 101f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de pós-graduação em História do Brasil do Departamento de História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

PEREIRA, Robison Raimundo Silva. *MARANHÃO CRISÁLIDA? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney – 1966/1970*. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo.

## 2.4 Arquivos digitais

ARAUJO NETO, Wilson Pinheiro. *MÚSICA E DITADURA NO MARANHÃO: Canções Como Elementos de Contestação a Partir do AI-5*. Disponível em: [http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/M%C3%9ASICA-E-DITADURA-NO-MARANH%C3%83O-CAN%C3%87%C3%95ES-COMO-ELEMENTOS-DE-CONTESTA%C3%87%C3%83O-A-PARTIR-DO-AI-5..pdf\\_10/08/2019](http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/M%C3%9ASICA-E-DITADURA-NO-MARANH%C3%83O-CAN%C3%87%C3%95ES-COMO-ELEMENTOS-DE-CONTESTA%C3%87%C3%83O-A-PARTIR-DO-AI-5..pdf_10/08/2019).

CARVALHO, José Murilo de. Fortuna e virtù no golpe de 1964. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 7-16, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79678>. Acesso em: 10/02/2021.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”*: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão, junho/1997. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 18/03/2019.

D’ELBOUX, Paulo César. A Trajetória Comunicacional de José Sarney. I Encontro Nacional da Rede Alfredo, s/d, s/r. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1/a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc>. Acesso em: 15/11/2018.

PORTAL EBC. *Áudio exclusivo em que Rubens Paiva defende governo Jango no dia do Golpe de 64*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/rubens-paiva-defendeu-legalidade-do-governo-jango-pela-radio-nacional-no-dia-1o-de>. Acesso em: 06/10/2019.

PORTAL EBC. *Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República*. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/audios/2014/03/auro-de-moura-andrade-declara-vaga-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 20/07/2020.

PORTAL EBC. *Rubens Paiva na Rádio Nacional a meia noite do dia 1º de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/rubens-paiva-defendeu-legalidade-do-governo-jango-pela-radio-nacional-no-dia-1o-de>. Acesso em: 06/10/2019.

PORTAL EBC. *Convocação para o comício transmitida pela Rádio Nacional*. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em: 05/04/2020.

PORTAL EBC. *Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964*. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

VELLOSO, Felipe. Resenha: *Um calabouço de detalhes (Funes, o Memorioso)*. Disponível em: <https://ambrosia.com.br/literatura/resenha-um-calabouco-de-detalhes-funes-o-memorioso/>. Acesso em: 06/11/2020.